



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

ADRIANA MARTINS DOS SANTOS

**“E O SENHOR TE PORÁ POR CABEÇA E NÃO POR CAUDA”: A PARTICIPAÇÃO
EVANGÉLICA NA POLÍTICA BAIANA
1986-2002**

Salvador
2017



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

ADRIANA MARTINS DOS SANTOS

**“E O SENHOR TE PORÁ POR CABEÇA E NÃO POR CAUDA”: A PARTICIPAÇÃO
EVANGÉLICA NA POLÍTICA BAIANA
1986-2002**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia, como requisito parcial para obtenção do título de Doutora em História.
Orientadora: Dr^a Edilece Souza Couto

Salvador
2017

Dados Internacionais de Catalogação-na-publicação (CIP)
(Maurício Amormino Júnior, CRB6/2422)

S237e Santos, Adriana Martins dos.
“E o Senhor te porá por cabeça e não por cauda”: a participação evangélica na política baiana: 1986-2002 / Adriana Martins dos Santos. – Salvador (BA), 2017.
219 f.

Orientadora: Edilece Souza Couto.
Coorientadora: Elizete da Silva.

Tese (Doutorado em História Social) – Universidade Federal da Bahia.

1. Bahia – Política e religião – 1986-2002. 2. Evangélicos – Bahia – Aspectos políticos. I. Couto, Edilece Souza. II. Silva, Elizete da. III. Universidade Federal da Bahia. IV. Título.

CDU: 94(8142)



ATA E PARECER SOBRE TRABALHO FINAL DE PÓS-GRADUAÇÃO

NOME DA ALUNA		MATRÍCULA	NÍVEL DO CURSO
Adriana Martins dos Santos		212116626	Doutorado
TÍTULO DO TRABALHO			
"E o Senhor te porá por cabeça e não por cauda": a participação evangélica na política baiana (1970 – 2002).			
EXAMINADORES	ASSINATURA	CPF	
Edilece Souza Couto (Orientadora – UFBA)		585 887 445 - 20	
Elizete da Silva (Co-orientadora - UEFS)		110062005-25	
Iraneidson Santos Costa (UFBA)		408 725 055-53	
Lyndon de Araújo Santos (UFMA)		7543667172	
Sueli Ribeiro Mota Souza (UNEB)		370459895-04	

ATA

Aos vinte e nove dias do mês de setembro do ano de 2017, nas dependências da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia (UFBA), foi instalada a sessão pública para julgamento do trabalho final elaborado por **ADRIANA MARTINS DOS SANTOS**, do curso de doutorado do Programa de Pós-graduação em História Social do Brasil. Após a abertura da sessão, a professora **EDILECE SOUZA COUTO**, orientadora e presidente da banca julgadora, deu seguimento aos trabalhos, apresentando os demais examinadores. Foi dada a palavra à autora, que fez sua exposição e, em seguida, ouviu a leitura dos respectivos pareceres dos integrantes da banca. Terminada a leitura, procedeu-se à arguição e respostas da examinanda. Ao final, a banca, reunida em separado, resolveu pela APROVAÇÃO da aluna. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão e lavrada a presente ata que será assinada por quem de direito.

PARECER GERAL

A tese atende aos requisitos necessários à titulação de doutorado. A banca destaca a originalidade e o rigor no tratamento das fontes e recomenda a publicação por considerar o trabalho uma importante contribuição aos estudos de fronteira entre religião e política nas áreas de História e das Ciências Sociais.

SSA, 29/09/2017: Assinatura da aluna: Adriana Martins dos Santos

SSA, 29/09/2017: Assinatura da orientadora: Edilece Souza Couto

AGRADECIMENTOS

Diferente do tempo do mestrado, o qual passa rápido, o desenvolvimento de um projeto de doutorado geralmente demora bem mais tempo, sendo marcado muitas vezes por grandes transformações em nossas vidas, o que certamente interfere na construção de nossa memória em relação àqueles que julgamos necessário agradecer nos momentos finais de sua escrita. A despeito disso, atrevo-me a citar algumas pessoas memoriais.

Agradeço a minha família, presente em todos os momentos importantes da minha vida.

Gratidão também a Grimaldo Carneiro Zachariadhes pela amizade constante e duradoura, que tem sobrevivido aos nossos temperamentos diversos e a longas distâncias.

Ao professor Valdemir Zamparoni, com quem aprendi, ainda nas aulas de graduação, as primeiras lições do ofício de historiadora.

Ao professor Iraneidson Costa eu sou grata pelas discussões realizadas no grupo de pesquisa Religiões e Movimentos Sociais, as quais contribuíram para a qualificação do texto aqui apresentado. Obrigada também aos demais membros do grupo pelas observações, em especial, a Leonardo e Diogo, companheiros da orientação e de “mesas-quadradas” bastante divertidas. Ao professor Josadac Bezerra, primeiro amigo virtual, pelo incentivo e amizade.

A Charlene e Lizandra pela amizade e receptividade, apesar de eu ser uma “ufbinha”.

Agradeço às pessoas que me concederam entrevistas e informações, sem as quais a realização deste trabalho não seria possível.

Aos colegas de trabalho que incentivaram o desenvolvimento da pesquisa, em especial Joedna e Paulo.

À professora Elizete da Silva, pelo constante apoio ao longo de minha trajetória acadêmica. À Edilece por ter aceitado me orientar, mesmo estando nas “hostes inimigas” do catolicismo.

Aos professores Lyndon de Araújo e Sueli Ribeiro Mota Souza por aceitarem o convite para compor a banca.

Por fim, agradeço ao CNPq que viabilizou financeiramente a concretização desse estudo.

(Come chocolates, pequena; Come chocolates!

Olha que não há mais metafísica no mundo senão chocolates.

Olha que as religiões todas não ensinam mais que a confeitaria.

Come, pequena suja, come!

Pudesse eu comer chocolates com a mesma verdade com que comes!

Mas eu penso e, ao tirar o papel de prata, que é de folha de estanho,

Deito tudo para o chão, como tenho deitado a vida.)

Álvaro de Campos

Dedico este trabalho a Maura e Manoel (meus pais).

In Memoriam

RESUMO

Durante a primeira metade do século XX, grupos evangélicos estiveram aparentemente distantes da vida política. Mas no começo dos anos 80, em muitas cidades do Brasil, eles decidiram se envolver no espaço público mais intensamente. O presente estudo analisa a participação evangélica no espaço legislativo, privilegiando a atuação de políticos batistas, assembleianos e iurdianos na Câmara Municipal de Salvador, Assembleia Legislativa da Bahia e Câmara dos Deputados entre os anos de 1986 a 2002. A tese defendida é de que a entrada destes grupos nos espaços legislativos citados tinha como objetivo defender os interesses de suas igrejas de origem, dando ao mesmo tempo visibilidade às disputas existentes no campo religioso.

Palavras-chave: Evangélicos, Legislativo, Evangélicos na política.

ABSTRACT

During the first half of the twentieth century, Evangelicals groups were apparently distant of the political life. But, in the beginning of the 80's, in many cities of Brazil, they decided if they will involve in the public space more intensely. This study analyzes the evangelical participation in the legislative space, privileging the performance of politicians Baptists, Assemblies and Iurdians in the City Council of Salvador, Legislative Assembly of Bahia and Chamber of Deputies between the years of 1986 and 2002. The thesis defended is that the entry of these groups into the legislative spaces cited was intended to defend the interests of their churches, while giving visibility to disputes in the religious field.

Keywords: Evangelicals, Legislative, Evangelicals in politics.

GLOSSÁRIO DE SIGLAS

ABAM	Associação das Baianas de Acarajé e Mingaus
ABC	Associação Beneficente Cristã
ABENEL.....	Associação Beneficente dos Evangélicos de Itaberaba
ABRS	Associação Beneficente Evangélica do Subúrbio
AD	Assembleia de Deus
ADHONEP.....	Associação de Homens de Negócios do Evangelho Pleno
ALBA	Assembleia Legislativa do Estado da Bahia
AMP.....	Associação Amparo do Menor Abandonado
ASFIEEB	Associação Federativa das Igrejas Evangélicas e dos Evangélicos do Brasil
BANEB	Banco do Estado da Bahia
CEDI	Centro Ecumênico de Documentação e Informação
CMI	Conselho Mundial de Igrejas
CNBB	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CNBPEB	Conselho Nacional dos Bispos e Pastores Evangélicos do Brasil
CNPB	Conselho Nacional de Pastores do Brasil
COELBA	Companhia de Eletricidade da Bahia
CPI	Comissão Parlamentar de Inquérito
CRESCER	Centro de Recuperação e Socialização Cristo Esperança Real
DEM	Democratas
DETRAN	Departamento Estadual de Trânsito
DIAP	Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar
DL	Diário do Legislativo
DOM	Diário Oficial do Município
EBI	Escola Bíblica Infantil
EMBASA	Empresa baiana de Águas e Saneamento
FGV	Fundação Getulio Vargas
GGB	Grupo Gay da Bahia

IAPSEB Instituto de Assistência e Previdência do Servidor do Estado da Bahia

IBAM Instituto Brasileiro de Administração Municipal

IBGE Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ICMS Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços

IEQ Igreja do Evangelho Quadrangular

IPHAN Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

IURD Igreja Universal do Reino de Deus

LBV Legião da Boa Vontade

LDB Lei de diretrizes e bases

MDB Movimento Democrático Brasileiro

MONEBA Associação Nacional do Movimento Negro Evangélica

PAS Partido da Ação Social

PC do B Partido Comunista do Brasil

PCB Partido Comunista Brasileiro

PCNER Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Religioso

PDS Partido Democrático Social

PDT Partido Democrático Trabalhista

PFL Partido Da Frente Liberal

PIB Produto Interno Bruto

PL Partido Liberal

PL Partido Libertador

PMDB Partido do Movimento Democrático Brasileiro

PMR Partido Municipalista Renovador

PPB Partido Progressista Brasileiro

PPS Partido Popular Socialista

PR Projeto de Resolução

PRB Partido Republicano Brasileiro

PRN Partido da Reconstrução Nacional

PRONA Partido da Reedificação da Ordem Nacional

PSB Partido Socialista Brasileiro

PSC Partido Social Cristão

PT Partido dos Trabalhadores
PTB Partido Trabalhista Brasileiro
SOBIB Sociedade Beneficente da Igreja Batista da Independência
SUS Sistema Único de Saúde
UCSAL Universidade Católica do Salvador
UDN União Democrática Nacional
UNEB Universidade do Estado da Bahia
UPI União Parlamentar Interestadual

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
CAPITULO I - UMA BATALHA PELO COTIDIANO	27
Batistas	30
Dois pastores para um rebanho	44
Assembleianos	49
Iurdianos	52
Contrapontos	58
CAPÍTULO II - A BANCADA EVANGÉLICA EM AÇÃO	63
Governo Lídice da Mata	63
Governo Imbassahy	76
O cotidiano em disputa: algumas considerações	86
CAPÍTULO III - A BAHIA DE TODOS OS EVANGÉLICOS	89
Gerson Gomes	91
Zelinda Novaes	95
Pastor José de Arimatéia	104
Eliel Santana	110
Apócrifos	113
Atuação evangélica na ALBA: Algumas considerações	116
CAPITULO IV - PARTE I - OS EVANGÉLICOS BAIANOS E A CONSTITUINTE DE 1988	121
Mobilização para a Nova Constituinte	122
A Constituinte	127
Os constituintes baianos	132
CAPITULO IV - PARTE II - TRAJETÓRIA PARLAMENTAR DOS EVANGÉLICOS BAIANOS	140
Luiz Moreira	140

Milton Barbosa	150
Reginaldo Germano	154
CAPÍTULO V - PARTE I - MOVIMENTO NEGRO EVANGÉLICO: O CASO REGINALDO GERMANO	159
Militante negro de cristo	161
Evangélicos e cultura negra	164
A atividade legislativa de Reginaldo Germano	169
A etnicidade do ser negro	177
CAPÍTULO V - PARTE II - EDUCAÇÃO RELIGIOSA E LAICIDADE NOS DEBATES PARLAMENTARES	180
Laicidade estatal na teoria	184
Educação Religiosa e preâmbulo Constitucional	188
A discussão constitucional em 1988	192
Ensino Religioso e a LDB de 1996	194
A Reforma da nova LDB	200
Algumas observações finais	205
CONSIDERAÇÕES FINAIS	206
FONTES	210
BIBLIOGRAFIA	212

INTRODUÇÃO

O crescimento da presença evangélica na sociedade brasileira se deu de forma gradual ao longo da história destes grupos no país, mas teve uma considerável ampliação na segunda metade do século XX, notadamente nas décadas de 1960 a 1990. A imprensa nacional produziu reportagens a cada decênio deste período, admirando-se deste avanço.¹ Tais reportagens eram marcadas pela surpresa diante do fenômeno e o atribuíam às mazelas de uma sociedade com sérios problemas sociais e econômicos, que faziam com que sua população ingênua se deixasse levar por promessas de milagres para enfrentar os seus males. Até a década de 1980, este movimento religioso pareceu preocupar, sobretudo, os chamados protestantes históricos² que apareciam como os seus principais críticos, mas depois deste período a Igreja Católica demonstrou se incomodar com o desenvolvimento exponencial destes grupos, denominados de seitas por alguns de seus setores.

Segundo Pierre Sanchis, a hegemônica Igreja Católica teria reagido de três maneiras a este crescimento. Alguns setores o atribuíram ao fato da Igreja Católica ter esquecido certos papéis religiosos e se voltado para temas mundanos, envolvendo-se com questões sociais e políticas. Esta foi a opinião corrente dos que se posicionaram contrários à Teologia da Libertação³, considerada como a responsável por tal situação, e viram como solução para o “problema” uma maior ênfase nos aspectos religiosos. Outros afirmaram que a “perda” teria se dado em função da defasagem de sacerdotes. Já uma minoria não teria visto o crescimento

¹ Foram consultadas edições do jornal *Folha de São Paulo* e da revista *Veja* entre os anos de 1960 a 1990.

² Os protestantes chamados de históricos compreendem as igrejas formadas a partir da Reforma, como a Luterana, a Presbiteriana, a Episcopal Anglicana, a Batista, a Metodista e a Igreja Evangélica Congregacional. No Brasil ele está se subdivide em missionário e de imigração. O protestantismo que chegou ao Brasil na primeira metade do século XIX foi considerado como de imigração porque seus praticantes estavam mais interessados em preservar a fé nacional e garantir assistência a seus membros, anglicanos e luteranos, e não tinham preocupação missionária, o que só correu a partir de 1850, quando ocorreu uma maior liberação do Estado brasileiro em relação às práticas não católicas e grupos com interesses proselitistas passaram a atuar em território brasileiro. É interessante ressaltar que esta nova postura coincidiu com um momento de crise e contestação do Segundo Reinado, Império este intimamente associado à Igreja Católica. TEIXEIRA, Marli Geralda. *Os Batistas na Bahia 1882-1925 - Um estudo de História Social*. Salvador, UFBA, 1975. Dissertação de Mestrado em História, p. 30.

³ A Teologia da Libertação foi um modo de ver as questões sociais a partir do diálogo com o marxismo realizado por setores da Igreja Católica na segunda metade do século XX. Surgido no continente latino-americano, fez uma interpretação dos Evangelhos a partir dos problemas sociais do continente. O termo e muito das práticas já tinham ocorrido no seio protestante, mas foram os católicos que deram maior visibilidade ao movimento. BOFF, Leonardo. *A teologia da Libertação: balanços e perspectivas*. São Paulo, Ática, 1996.1996 e DUSSEL, Henrique. “Teologia da libertação e Marxismo”. In: LÖWY, Michael (Org.). *O Marxismo na América Latina: Uma antropologia de 1909 aos dias atuais*. São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.

destes grupos como um problema, sendo encarado como um reflexo apenas do fato de que poucos seriam realmente os católicos.⁴

Um artigo publicado por Wilson Gomes no *Caderno do CEAS*⁵, um dos primeiros trabalhos que refletiram sobre a atuação das “seitas” em território baiano, defendeu esta última posição, reconhecendo o papel realizado pelos setores ligados à Teologia da Libertação junto a grupos populares. Para Gomes, a Igreja Católica não poderia acusar os teólogos da Libertação de fazer com que o “povo” abandonasse a Igreja católica porque o “povo” sempre foi abandonado por ela. Os movimentos católicos pós Medelín e Puebla⁶, ao contrário de diminuir o número de católicos, teriam representado um esforço para chegar às classes populares, pois a partir deles teria ocorrido um aumento dos “católicos conscientes”. Neste momento, o que estava posto em cena era o debate a cerca do crescimento da concorrência ao catolicismo por supostas falhas da Igreja Católica, porque esta teria deixado de se preocupar com aspectos religiosos.⁷

Em dezembro de 1984, notícias sobre as chamadas “seitas” apareceram em diversos jornais do Estado, o que mereceu, inclusive, um registro do pesquisador das religiões Thales de Azevedo. Em artigo, Azevedo comentou o crescimento das seitas associando-o às precárias condições de vida da população mais pobre do Estado.⁸ O crescimento das “seitas” protestantes também foi comentado pela revista *Panorama da Bahia*, em 1985. Tal como em alguns locais do País, na Bahia, o termo assumia nestas ocasiões um sentido pejorativo. Uma das explicações oferecidas para o avanço evangélico teria sido o envolvimento de setores da Igreja Católica com os movimentos sociais sob influência da Teologia da Libertação. No artigo, o então Bispo auxiliar de Salvador, Boaventura Kloppenburg, um crítico ácido deste pensamento teológico, foi citado como especialista no estudo de grupos protestantes na Bahia

⁴ SANCHIS, Pierre. “O repto pentecostal à cultura católico-brasileira”. In: ANTONIAZZI, Alberto et alli. *Nem Anjos, Nem Demônios, interpretações sociológicas do Pentecostalismo*. Petrópolis, Vozes, 1994.

⁵ *Caderno do CEAS* era uma publicação bimestral realizada pelo Centro de Estudos e Ação Social, fundado pelos jesuítas na década de 1960, que manteve relação estreita com setores católicos baianos ligados à Teologia da Libertação.

⁶ Foram duas assembleias realizadas pela Conferência Episcopal Latino-Americana (CELAM), ocorridas nas cidades de Medelín (Colômbia, 1968) e Puebla de los Angeles (México, 1979), responsáveis por priorizar os rumos da Igreja Católica na América Latina, passando a igreja católica, neste momento a adotar um caráter mais preocupado com as questões que diziam respeito aos problemas sociais vivenciados pelo povo latino-americano, muito por conta da pressão exercida por segmentos católicos ligados à Teologia da Libertação. Para uma análise mais aprofundada sobre o tema ver: BEOZZO, José Oscar. *A Igreja do Brasil: de JOÃO XXIII a João Paulo II, de Medellín a Santo Domingo*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1993.

⁷ GOMES, Wilson. Cinco teses equivocadas sobre novas seitas populares. *Cadernos do CEAS*, CXXXIX, 1992.

⁸ *A Tarde*, Salvador, p. 6, 21 dez. 1984.

e um dos motivos que atribuiu para explicar o aumento de tais "seitas" foi o envolvimento da Igreja Católica em certas questões: as questões sociais.⁹

As legendas presentes na reportagem denotam que o jornal comentava o crescimento dos grupos não-católicos, principalmente evangélicos, a partir de uma perspectiva da religião hegemônica que se sentia ameaçada em face do crescimento da “concorrência”: “A Igreja Católica ameaçada – o vertiginoso crescimento dos adventistas, batistas, pentecostais, já é preocupante”, “Dom Avelar Brandão: preocupado com as religiões não-católicas”, “A proliferação das seitas é uma ameaça ao catolicismo”, estes foram os títulos e subtítulos presentes no texto e podem funcionar como exemplos de como o “tom” utilizado foi marcado pela tomada de posição a partir do catolicismo tradicional, uma vez que também foram percebidas críticas “veladas” a setores católicos ligados à Teologia da Libertação, que estariam criando “espaços” para a difusão de tais “seitas”, ao se preocuparem mais com a conscientização política que com o “despertar da fé cristã”.¹⁰ A primeira metade da década de 1980 foi justamente o momento em que foram registrados os maiores ataques de setores conservadores da hierarquia católica a estes grupos.¹¹ Em entrevista à revista *Veja*, quatro anos antes, o Cardeal já expressara os seus temores:

Desencanto com o Concílio - A Igreja Católica acompanha com atenção e certa inquietude a escalada do pentecostalismo. [...] "O movimento pentecostal tem sido objeto de discussões em nossas assembleias", informa dom Avelar Brandão Vilela, cardeal-arcebispo de Salvador e primaz do Brasil. O que mais intriga a CNBB é o fato de um número crescente de brasileiros, oriundos principalmente das classes menos favorecidas, entregar-se a seitas que considera à margem da realidade política, social e econômica do país.¹²

Numa reportagem publicada pelo jornal *A Tarde*, em 1984, Dom Avelar Brandão continuou a exprimir seu descontentamento com o crescimento do pentecostalismo e neopentecostalismo¹³ em terras baianas. As críticas vieram também do então pastor presbiteriano Áureo Bispo dos Santos.

⁹ ZACHARIADHES, Grimaldo Carneiro. CEAS: Jesuítas e a Questão Social durante a Ditadura Militar. Salvador, UFBA, 2007. Dissertação de Mestrado em História, p. 139.

¹⁰ *Panorama da Bahia*, Salvador, p. 19, 25 jan. 1985.

¹¹ COSTA, Iraneidson Santos. Que papo é esse?: Intelectuais religiosos e classes exploradas no Brasil (1974-1985). Bahia, UFBA, 2007. Tese de Doutorado em História, p. 191.

¹² *Veja*, Rio de Janeiro, p. 63, 7 out. 1981.

¹³ O pentecostalismo chegou ao Brasil em 1910 e 1911. Este pode ser definido como uma dissidência radical do protestantismo histórico no início do século XX, e sua característica básica é a crença no Batismo do Espírito Santo nos fiéis, expressa pelo falar em línguas estranhas, a glossolalia. O fenômeno pentecostal reintroduziu nas igrejas evangélicas um caráter “novo” no comportamento dos fiéis durante a liturgia, que passou a ser marcado por manifestações extáticas (de êxtase), carismas (dons), etc., decorrentes do fato dos fiéis estarem possuídos

O cardeal D. Avelar Brandão Vilela por mais de uma vez já chamou a atenção para essas seitas e os perigos que essas doutrinas sobre os desavisados, adolescentes e crianças podem representar. [...]

O pastor presbiteriano Áureo Bispo dos Santos mostra que esses exploradores só procuram desempregados, empregadas domésticas sem instrução, carentes de todos os tipos. Tiram partido das situações econômicas e aflitivas em que se encontram.¹⁴

Foram localizados alguns boletins diocesanos em que o Bispo auxiliar de Salvador, Boaventura Kloppenburg, fez uma breve apresentação dos principais grupos religiosos presentes na sociedade baiana no momento. Embora não exista uma datação precisa, é possível dizer que estas informações, que se destinavam a instruir a população católica baiana sobre a história e a doutrina dos grupos adversários, foram publicadas durante o ano de 1984. Em agosto de 1985, Kloppenburg publicou um artigo no Jornal *A Tarde* falando sobre o avanço das igrejas evangélicas na Bahia e alertando para a necessidade de deter o seu crescimento. Tratava-se de uma reação de setores conservadores da Igreja Católica diante da ampliação da diversidade religiosa baiana e desta forma foi percebido por lideranças evangélicas no estado. Pelo menos esta atitude foi assim interpretada pelo Pastor José Heleno e Silva, da Igreja Batista Centenário, que mandou uma carta para vários jornais de Salvador, questionando a atitude do bispo Católico. Esta missiva foi publicada pelo jornal *O Batista baiano* pouco alguns meses após a reportagem:

A infeliz entrevista do Bispo Boaventura kloppenburg, em *A Tarde* de 24 de agosto de último, defendendo o fechamento das igrejas "que iludem o povo" foi uma agressão gratuita e leviana para um teólogo. A comunidade evangélica foi atacada brutalmente, violentada por um prelado que ostenta o título de bispo e fiel ao papa. Interpretamos a postura do religioso como um grito de desespero face ao crescimento rápido do Evangelho e como resultado o esvaziamento do catolicismo romano, que não responde às necessidades espirituais do sofrido povo brasileiro. A crise espiritual que se abateu na nossa sociedade moderna não encontrou, no tradicionalismo romano, soluções espirituais. Os evangélicos fizeram a sua opção primacial pela pregação viva, num procedimento de fidelidade às origens neotestamentárias. [...] Só Deus tem direito de julgar se uma igreja é infiel ou herética.

pelo Espírito Santo. Este fenômeno "surgiu" em 1901, nos Estados Unidos, possuindo sementes no protestantismo histórico norte-americano, já que os ingleses, quando chegaram aos EUA, adaptaram o protestantismo inglês às novas condições encontradas para a colonização de um território até então desconhecido, fugindo de certas concepções rígidas, racionais, do calvinismo puritano, e adotando manifestações emocionais, como nos casos dos metodistas na pregação do Oeste americano. Já neopentecostalismo foi um conceito utilizado por alguns cientistas sociais para nomear a Igreja Universal do Reino de Deus e outros grupos pentecostais com características semelhantes a estas, fundadas a partir da década de 1970, que deram maior ênfase à Teologia da Prosperidade, às práticas de cura e ao exorcismo.

¹⁴ *A Tarde*, Salvador, p. 2, 9 dez. 1984.

Pelo que foi dito, o bispo Kloppenburg gostaria de repetir os dias sombrios da inquisição.¹⁵

Observa-se assim uma grande movimentação no campo religioso soteropolitano durante toda a década de 1980. Confrontos entre católicos e evangélicos, principalmente diante do crescimento protestante; entre diferentes setores católicos, pela definição dos rumos da Igreja; entre os protestantes históricos e pentecostais, em face do avanço do chamado neopentecostalismo e suas novas práticas religiosas. Convém ressaltar que já havia se iniciado os primeiros atritos dos grupos religiosos de origem africana com segmentos evangélicos, sem contar com as próprias batalhas que vinham se travando desde há muito no mundo religioso afro-brasileiro pela busca de legitimidade, o que fez com que muitas vezes houvesse desavenças entre os mesmos.

A entrada de diversos grupos religiosos no espaço político institucional deu maior visibilidade às disputas inter-religiosas que já estavam marcando o campo religioso baiano desde pelo menos os anos 1980. A década de 1990 presenciou o acirramento destas diferenças à medida que os diversos grupos evangélicos conseguiram demarcar um espaço cada vez maior nas instituições legislativas. Desde a elaboração da nova Constituição em 1988, na verdade, os movimentos sociais então emergentes colocaram lutas identitárias ou afirmativas por direitos civis na pauta do dia, superando uma perspectiva apenas classista ou burocrática. Mulheres, negros, trabalhadores, homossexuais e outros segmentos buscaram atender suas demandas. As Câmaras Municipais, as Assembleias Legislativas ou o Congresso Nacional se tornaram cada vez mais um espaço de negociação, conflito, trocas, para tais grupos. Esta ideia aparece de forma bem clara na fala do deputado constituinte Milton Barbosa, de origem assembleiana, em um discurso que proferiu em 1988:

Se nos transportamos em automóveis, o fazemos em veículos de nossas propriedades particulares. Se conseguimos recursos para entidades evangélicas, o fizemos dentro do limite da lei, para fins específicos, e nunca em favor pessoal ou contrariamente à moralidade pública. E será que todos os senhores parlamentares não agem da mesma maneira? Por que católicos e espíritas podem receber recursos para colégios, orfanatos, ambulatórios e hospitais católicos e espíritas? Por que, quanto a eles, não se diz que esta atividade política é imoral? É imoral o evangélico realizar o serviço social a que o Estado se omite ou que o Estado realiza através de terceiros? Ou será imoral apenas por que não são os evangélicos que assim o fazem? E os sindicatos não recebem verbas? E os clubes de serviços leigos igualmente não recebem? Não é certo que todos vocês Srs. Parlamentares possuem destinação de verbas pessoais para a assistência educativa e assistencial? Não é certo que os deputados e senadores buscam recursos especiais e extraordinários para as

¹⁵ Católicos temem o crescimento do Evangelho. *O Batista baiano*, Salvador, p. 4, out./nov./dez. 1985.

comunidades carentes de seus Estados e Municípios? Entretanto, o que todos fazemos só é imoral e ilegal quando não são os deputados evangélicos os agentes dos serviços assistenciais de interesse do povo.¹⁶

Esta atitude corporativa esteve presente também no discurso de vereadores assembleianos soteropolitanos, a exemplo de Pedro Melo e Eliel Santana. Este último, representante oficial da Assembleia de Deus na Câmara Municipal entre os anos de 1992 e 1998, quando se licenciou para concorrer ao cargo de deputado estadual nas eleições de 1998, numa candidatura determinada pelo próprio grupo religioso. Santana era um verdadeiro preposto das lideranças assembleianas e até suas mudanças partidárias tinham que receber o aval da AD.¹⁷

Este estudo situa-se na fronteira entre a história política e a religiosa porque se destina a realizar a junção possivelmente necessária para compreensão de como determinados grupos da nossa sociedade, que geralmente não apareceram na história oficial da política brasileira, vivenciaram este processo e como se posicionaram diante das inúmeras transformações que marcaram a nossa sociedade a partir do processo de redemocratização, no final da década de 1970. Como observa Aline Coutrot, a Igreja além de exercer um papel importante na manutenção da ordem ou dos meios pelos quais ela pode ser contestada, está prenhe de elementos simbólicos que em muito a situam na fronteira com o poder político:

O religioso informa em grande medida o político, e também o político estrutura o religioso. Colocando questões que não se pode evitar, apresentando alternativas, ele força as Igrejas a formularem expectativas latentes em termos de escolha que excluem toda possibilidade de fugir do problema. A política não pára de impor, de questionar, de provocar as Igrejas e os cristãos, a título individual ou coletivo, obrigando-os a admitir atos que os comprometem perante si mesmos e perante a sociedade. Os desafios do mundo moderno que provocaram muitas recusas e conflitos, se contribuem para marginalizar as Igrejas, não servem apenas para precipitar seu declínio. Um aprofundamento do pensamento religioso engendra novos modos de presença na sociedade, sem contar as remanescências e as permanências. A religião continua a manter relações com a política, amplia mesmo seu campo de intervenção e diversifica suas formas de ação, de tal modo que o assunto é de grande utilidade.¹⁸

A última eleição realizada no Brasil demonstrou o papel cada vez mais relevante que os evangélicos vêm assumindo no processo político brasileiro. Este estudo iniciou-se a partir da

¹⁶ *Diário da Assembleia Nacional Constituinte*, Brasília, p.12565, 12 ago. 1988.

¹⁷ *Diário Oficial do Município*, Salvador, p.1, 20 dez. 1995.

¹⁸ COUTROT, Aline. "Religião e Política". in: REMOND, René (org.). *Por uma nova história política*. Rio de Janeiro, UFRJ/FGV, 1996, p. 335.

década de 1970, ano em que Salvador teve um diácono¹⁹ batista como prefeito, Clériston Andrade. Seu marco temporal final foi o ano de 2002, momento em que houve um relevante crescimento da bancada evangélica e a eleição de um presidente eleito pelo principal partido político de esquerda²⁰ no Brasil. Eleição esta que se deu com o apoio de parte do segmento evangélico que, desde a fundação do partido dos trabalhadores (PT), havia se posicionado de forma contrária a eleição de Luiz Inácio da Silva, candidato petista desde 1989.

O conceito de campo religioso do sociólogo Francês Pierre Bourdieu foi um instrumento importante nesta pesquisa, sobretudo porque forneceu subsídios para pensar as disputas que estiveram presentes no universo evangélico e mesmo no espaço religioso, locais onde estes grupos se encontravam em busca de hegemonia simbólica. A própria entrada dos evangélicos na vida política esteve marcada por esta condição de minoria religiosa que buscava afirmar-se na dita maior nação católica do mundo. As constantes homenagens propostas e realizadas pelos representantes dos diversos grupos religiosos às suas lideranças na esfera legislativa possivelmente significaram a busca de legitimação, numa cidade, estado e nação em que o catolicismo e as práticas católicas estiveram presentes a todo o momento como elemento constitutivo das festas e dos espaços públicos.

Bourdieu observou que a religião cumpre a função prática e política de absolutização do relativo e de legitimação do arbitrário, o que de certa forma traz consigo algumas considerações que este faz em torno do conceito de campo religioso. Neste campo, os atores sociais agem de forma consciente ou inconsciente, de acordo com seus interesses de grupo. “A religião permite a legitimação de todas as propriedades características de um estilo de vida singular, propriedades arbitrárias que se encontram objetivamente associadas a esse grupo ou classe, na medida em que ele ocupa uma posição determinada na estrutura social”.²¹

Esta “legitimação arbitrária” fornecida pela religião fortemente ligada aos interesses de grupos nos permite perceber como, junto com as mobilizações sociais que marcaram a década de 1980, acentuou-se uma nova forma de vários grupos protestantes pensarem sua relação com

¹⁹ O diácono na bíblia está ligado a imagem daquela pessoa no culto responsável por servir, os separados para cuidar dos pobres e das viúvas, assim como dos necessitados da igreja, em contraposição aos apóstolos, pastores e mestres, separados para a pregação da palavra de Deus. Na estrutura organizacional das igrejas batistas, o diácono acaba sendo uma pessoa de influência maior do que um congregado qualquer, exercendo uma espécie de poder administrativo não declarado, já que não são presbíteros, membros de igrejas de governo representativo, os quais tem de fato o poder de administrar a igreja.

²⁰ A utilização da palavra esquerda diante do clima de “pasteurização” política vivenciadas anos últimos anos pode ser problemática, mas também é em parte justificada pelo fato de que na época estudada os grupos se identificavam e eram identificados por tal designação.

²¹ BOURDIEU, Pierre. *Economia das trocas simbólicas*. 6ª Ed., São Paulo, Perspectiva, 2005, p. 46.

a política no Brasil. Como observou Paul Freston, “a mística da Constituinte aliada à consciência do crescimento numérico favoreceu uma releitura bíblica. A mesma Bíblia que antes justificava o apoliticismo agora falava de um *destino político manifesto* dos evangélicos”.²² A partir de 1986, esta nova tendência pode ser mais bem evidenciada pela observação do comportamento político de grupos como a Assembleia de Deus e a Igreja Universal do Reino Deus. No início da década de 1980, o discurso anticomunista da AD e da IURD pode ser percebido em publicações de importantes lideranças destes grupos como Edir Macedo e Abraão de Almeida e deram a base para sua posterior postura política.²³ Estas atitudes foram baseadas em escolhas que já haviam se delineado anteriormente e que foram a tônica do movimento pentecostal, mesmo lembrando as raras exceções como as representadas pelo envolvimento da Igreja Pentecostal o Brasil para Cristo com setores do protestantismo que tinham uma visão mais social das questões humanas.²⁴

Não foi por “alienação” que grupos pentecostais, ou que viriam a formar o posteriormente chamado neopentecostalismo, adotaram uma posição visceralmente contrária à esquerda, mas sim por escolhas políticas a partir do conhecimento das alternativas existentes. Declarações de Abraão de Almeida e de Edir Macedo confirmam que estes grupos tinham conhecimento do envolvimento de setores do protestantismo com movimentos desta tendência, mas questionavam abertamente tais práticas em suas publicações no início da década de 1980. São em boa parte estes posicionamentos políticos que deram a base para a atuação destes grupos, desde que passaram a assumir a dianteira na construção do que seria um modelo de participação evangélica, a partir da década de 1980. Possivelmente foi este modelo que deu forma a procedimentos anteriormente encontrados de forma dispersa, mas que se adensaram com o seu crescimento numérico.

Também entre os batistas este chamado à participação política se fez presente, ainda que nem todos concordassem com os rumos que ela deveria tomar. Em setembro de 1986, por

²² FRESTON, Paul. *Protestantes e política no Brasil: Da constituinte ao impeachment*. Campinas, Universidade Estadual de Campinas, 1993. Tese de doutorado em Ciências Sociais, p. 213.

²³ O livro *A libertação da teologia* foi lançado por Edir Macedo no início da década de 1980, numa tentativa de sistematizar suas crenças em relação aos grupos que se encontravam no campo religioso, inclusive os protestantes que estavam se envolvendo com movimento sociais. Em *Desafios de Nossa Época*, lançado pela Casa Publicadora da Assembleia de Deus em 1982, Abraão de Almeida analisa os problemas que julgava estarem afetando a sociedade de seu tempo, dentre os quais, o envolvimento de religiosos com os comunistas.

²⁴ Todavia, quando se acompanha a trajetória política de Manoel de Mello, se percebe que ele agiu de maneira menos progressista apenas alguns anos após se envolver em tal pacto ecumênico e por conta disso foi criticado pelos seus antigos aliados, tanto James Wright quanto Leonardo Boff. Por ocasião da decretação do feriado nacional de 12 de outubro em homenagem a Nossa Senhora Aparecida pelo presidente João Figueiredo (1979-1985), Manoel de Mello iniciou um movimento para lutar pela revogação da data, por considerá-la um atentado ao princípio constitucional da liberdade religiosa. *Veja*, Rio de Janeiro, p. 60, 20 out. 1982.

exemplo, *O Jornal Batista* publicou um artigo assinado pelo Pastor Araúna dos Santos, no qual ele condenava a forma como os alguns batistas estavam encarando sua entrada no espaço público. Araúna questionava justamente a prática da barganha política, que já se apresentava de forma clara neste período, e alertava para a necessidade de outro modelo de participação:

Que deixemos de adentrar os palácios dos césores de nosso tempo, como igrejas, para suplicar seus favores. Mas que a eles nos apresentemos como arautos de Deus na proclamação da mensagem do Rei, que é Justo e exige justiça dos homens no trato com os semelhantes, principalmente quando sobre estes são colocados em eminência. A situação brasileira está a exigir essa mensagem profética, e não a busca dos interesses próprios de indivíduos, grupos ou instituições, porque, como afirma nosso "slogan" da Junta das Missões Nacionais, "...o Brasil inteiro precisa de Cristo". Que assim seja!²⁵

Interessante notar que, embora se opusesse a forma como batistas estavam se colocando no cenário político, a necessidade deste ingresso não é negada. Na verdade, pelas observações feitas por Pastor Araúna, é possível perceber que ele estava se contrapondo a uma postura política que vinha se afirmando no universo religioso batista. A entrada dos batistas no campo político estava ocorrendo de maneira semelhante ao defendido pelo assembleiano Milton Barbosa. Araúna questionava justamente este novo posicionamento, que segundo ele, estaria sendo tomado pelas novas gerações:

Tenho ficado impressionado como a facilidade com que princípios batistas que nos caracterizaram séculos de história, com base bíblica e resultados práticos, estão sendo esquecidos pelas novas gerações, na busca de benefícios e vantagens para igrejas e instituições batistas. Tem-se até chamado certos deputados e vereadores de "representante dos evangélicos" em casas legislativas e administrações públicas, esquecendo-se de que nosso reino não é deste mundo, participantes que somos, como igrejas, do reino de nosso Senhor Jesus Cristo. Como indivíduos, como cidadãos, sim, temos direitos e deveres políticos que precisam ser respeitados e cumpridos. Mas como igrejas, como povo de Deus, somos peregrinos e forasteiros no mundo. Nossas leis e nossos recursos são as leis e os recursos do Supremo Legislador, do Criador e Senhor dos céus e da terra.²⁶

Um ano antes, em artigo assinado por Oniel Prado Corrêa, Pastor da Igreja de Itambé, a defesa da participação política no novo momento político vivido pelo povo brasileiro era incentivada e vista com uma forma de contribuir para o bom destino da Nação. Corrêa assumia a posição de que era necessária uma posição militante dos evangélicos na política,

²⁵Araúna dos Santos. César e Deus. *O Jornal Batista*, Rio de Janeiro, p. 2, 7 set. 1996.

²⁶Araúna dos Santos. César e Deus. *O Jornal Batista*, Rio de Janeiro, p. 2, 7 set. 1986.

inspirado no versículo bíblico “Feliz a nação cujo Deus é o Senhor”, assinalando as formas possíveis desta provável inserção:

Aos cristãos que desejam usufruir realmente uma Nova República cabe a responsabilidade de colocar em prática o texto de provérbios 25:5: "Tira o perverso da presença do rei, e o seu trono se firmará na justiça".

Isto pode ser feito de pelo menos duas maneiras diferentes. Primeiro, levando os atuais políticos à conversão a Jesus Cristo através de uma estratégia escriturística para alcançá-los onde que eles se encontrem, com o Evangelho. Se, para muitos isso é utopia, então a segunda opção deve ser acionada e a mesma consiste em substituir os atuais líderes da nação através dos canais absolutamente legais (eleições em todos os níveis), por outros que se caracterizem como pessoas que tenham um compromisso sério como o Senhor Jesus Cristo."²⁷

A inauguração da chamada Nova República apresentou-se como momento oportuno para tirar “o perverso da presença do rei”. Edlane Gomes, ao analisar a atuação de diversos segmentos religiosos no Legislativo Federal e o papel que desempenharam na tramitação de projetos relacionados a temas morais, como o aborto e a eutanásia, ressaltou o papel relevante exercido por estes grupos a partir da Constituinte de 1988:

A participação política e a efetiva atuação de instituições e sujeitos religiosos nas instâncias decisórias do país assinalam as múltiplas interações entre a religião e o Estado na contemporaneidade. A inserção na política, pela eleição de candidatos de diferentes confissões religiosas para cargos no poder Legislativo, relaciona-se ao que é definido pelas instituições religiosas com um “direito” de defender a sua “verdade” e atuar na esfera pública, em oposição a ações e conquistas capazes de ameaçar os valores cultivados no religioso. [...] A inserção na esfera pública através da participação política representava uma transformação marcante no quadro político nacional, com uma participação cada vez maior de evangélicos, compondo uma bancada influente na definição de determinadas votações.²⁸

A inserção evangélica na política está ligada a própria entrada do protestantismo no Brasil e a forma como eles tiveram de atuar frente a um Estado historicamente ligado ao catolicismo. Como observou Alexandre Brasil Fonseca, na história do país, os primeiros anos da República configuraram-se como um período em que as relações entre Igreja Católica e o Estado estiveram mais distantes, desentendimentos compreensíveis já que foi nesta primeira etapa da história republicana que o Estado brasileiro se tornou constitucionalmente leigo. Esta situação se modificou a partir da ascensão política de Getúlio Vargas:

²⁷ Oniel Prado Corrêa. Os cristãos da Nova República. *O Batista baiano*, Salvador, p. 10, jul./ago./set. 1985.

²⁸ GOMES, Edlane, NATIVIDADE, Marcelo e MENEZES, Rachel Aisengart (org). *Valores religiosos e legislação no Brasil*. A tramitação de projetos de lei sobre temas morais controversos. Rio de Janeiro, Garamond, 2009, p. 16.

Em 1931, Nossa Senhora Aparecida é consagrada padroeira do Brasil em grande festejo popular. E em 12 de outubro, também em 1931, a título de comemoração de um ano da revolução, é inaugurado, no Rio de Janeiro, Distrito Federal, em evento que contou com a presença de 45 bispos e do presidente da República, a imagem-mor da fidelidade católica de um regime: o Cristo Redentor. Os sinais de aproximação ficavam cada vez mais claros, salientando Serbin (1999:7) que o governo se distinguiu por seu caráter antidemocrático e antipluralista, garantindo privilégios em troca de apoio político e ideológico.²⁹

A presença protestante nas instituições políticas durante boa parte da história republicana brasileira foi justificada pela busca do Estado leigo e de liberdade religiosa. Esta aproximação do governo varguista com setores do catolicismo permitiu uma considerável mobilização evangélica que possibilitou a eleição de seu primeiro parlamentar nas eleições de 1934, Guaracy Silveira, metodista, eleito para Assembleia Nacional Constituinte em 1933-1934 e em 1946, na legenda do Partido Socialista Brasileiro. Entre os seus objetivos políticos estava o combate aos privilégios católicos no Estado.

O primeiro grupo pentecostal a se lançar na política partidária foi a Igreja Evangélica O Brasil para Cristo, apoiando nos anos 1960 Levy Tavares para o cargo de deputado federal. A sua plataforma política não se afastava muito da ideia de atuar no espaço público para proteger o que seriam os interesses evangélicos. Entretanto, o fenômeno da bancada evangélica surgiu na Constituinte de 1988, quando um grupo de evangélicos de variados partidos políticos formou um bloco a fim de lutar pela garantia do que consideravam seus direitos.

Ainda em 1986 era possível perceber que a Bancada Evangélica era um mito. Mesmo dentre os três representantes baianos as diferenças puderam ser observadas, pois, enquanto o presbiteriano ecumênico Celso Dourado, que fazia parte da chamada esquerda protestante, teve atuação parlamentar mais progressista e sem a postura moralizante que marcou as votações na Constituinte, Eraldo Tinoco³⁰ e Milton Barbosa, ambos com ligações estreitas com Antonio Carlos Magalhães, mostraram-se “conservadores” como a maioria evangélica. Conservadorismo este que não foi apenas moral, mas político e social, o que lhes valeu a nota 0,25 e 3,75, respectivamente, na avaliação realizada pelo Departamento Intersindical de

²⁹ FONSECA, Alexandre Brasil. *Relações e Privilégios: Estado, secularização e diversidade religiosa no Brasil*. Rio de Janeiro, Novos Diálogos Editora, 2011, p. 79.

³⁰ No material legislativo deste político não foi encontrado nenhuma referência a qualquer tipo de grupo ou demanda religiosa. Entretanto, sua análise torna-se necessária no projeto porque representa outro aspecto da participação destes grupos, de ajuda mais indireta, o que talvez explique o papel exercido pelo próprio Clériston Andrade no meio evangélico.

Assessoria Parlamentar (DIAP), que premiou o presbiteriano Dourado com 9,75.³¹ O então deputado baiano havia participado dos comitês de Direitos Humanos e Anistia existentes na Bahia e conservou, durante o período da Ditadura Militar, as portas da Igreja Presbiteriana Unida e do Colégio presbiteriano 2 de Julho abertas ao diálogo com organizações ligadas aos movimentos sociais.³²

A Bancada Evangélica soteropolitana e baiana era bastante diversificada. Batistas como Alvaro Martins, Beto Gaban, Eraldo Tinoco; assembleianos como Gerson Gomes³³, Milton Barbosa, Eliel Santana e iurdianos como Zelinda Novaes, Reginaldo Germano, Luiz Moreira, dentre os mais famosos dela fizeram parte. Houve ainda nomes como Walter Pinheiro, ligado a grupos mais a esquerda que os políticos citados. São estas pessoas que terão sua atuação legislativa analisada.

A hipótese principal aqui defendida é de que o estudo da performance e da trajetória política dos evangélicos que atuaram na esfera legislativa pode fornecer elementos fundamentais para a compreensão da forma como se deu a ocupação destes grupos no espaço público, uma vez que as câmaras municipais, as assembleias legislativas e a Câmara Federal foram o seu principal meio de participação política, possivelmente porque o Legislativo é um importante caminho para afirmação dos variados grupos de interesse presentes na sociedade.

É possível supor que a maneira como os grupos evangélicos ligados a práticas mais conservadoras atuaram no espaço legislativo explique as razões que levaram os mesmos a serem vinculados a esta imagem, assim como elucide as razões do relativo fracasso que as demais alternativas de modelo político existente no meio evangélico tiveram. Esta menor representatividade política pode ser compreendida a partir da análise da relação de afinidade existente entre a atuação dos grupos mais a direita e elementos da cultura política brasileira, como o clientelismo e o uso das instituições para conseguir vantagens pessoais. Entre estas vantagens estavam, sobretudo, a utilização do campo político para afirmação no campo religioso, que acabou por dar visibilidade às rivalidades existentes entre as diversas denominações religiosas.

³¹ FRESTON, Paul. *Protestantes e política no Brasil: Da constituinte ao impeachment*, p. 227.

³² Para uma maior compreensão da relação entre protestantismo e esquerdas no Brasil ver: SILVA, Elizete da. *Protestantismo ecumênico e realidade brasileira: evangélicos progressistas em Feira de Santana*. Feira de Santana, Editora da UEFS, 2010.

³³ Igor Silva defendeu uma dissertação analisando a participação da Assembleia de Deus na política feirense, na qual Gerson Gomes teve um papel ativo. SILVA, Igor José Trabuco da. *“Meu reino não é deste mundo”: A Assembleia de Deus e a política em Feira de Santana (1972 - 1990)*. Salvador, UFBA, 2009. Dissertação de Mestrado em História.

A conquista dos espaços públicos foi nas últimas décadas uma importante demanda presente na maior parte dos diversos grupos evangélicos e o poder legislativo representou o principal instrumento destas instituições religiosas. Os Legislativos municipais, estaduais e federal têm se mostrado um espaço riquíssimo para análise desta participação evangélica na política brasileira, fornecendo inúmeras possibilidades aos pesquisadores. O exame da atuação legislativa, através de discursos, projetos de leis, requerimentos, moções, trouxe informações relevantes para a construção do perfil político dos religiosos analisados, assim como o estudo de sua atuação em comissões e ocupação de funções administrativas as mais diversas.

Este trabalho se dividiu em cinco capítulos. Nos dois primeiros, foi realizada a análise de participação evangélica na Câmara Municipal de Salvador em os anos de 1988 e 2002, com algumas inserções em anos posteriores, por conta de que a última legislatura analisada terminou em 2004. No primeiro capítulo, construiu-se o perfil legislativo dos vereadores que atuaram no legislativo soteropolitano no período estudado. O segundo teve como prioridade a análise da atuação destes vereadores de forma mais articulada, durante os governos de Lídice da Mata (1993-1996) e Antonio Imbassahy (1997-2000). Enquanto no momento inicial a preocupação foi dar uma visão mais detalhada possível da atuação dos vereadores em prol do segmento evangélico a partir de iniciativas individuais, posteriormente buscou-se discutir sua atuação enquanto bancada, analisando seu posicionamento diante de temas polêmicos, geralmente relacionados às disputas ocorridas no campo religioso.

O terceiro capítulo traçou o perfil legislativo dos deputados estaduais evangélicos analisados entre os anos de 1986 a 2002, examinando como se construiu uma bancada evangélica na ALBA. Além da trajetória parlamentar de cada um dos políticos analisados, também se buscou discutir o papel do assistencialismo para a construção do capital político evangélico.

O quarto capítulo se dividiu em duas partes. Num primeiro momento, examinou-se a mobilização no mundo evangélico para a participação na Assembleia Nacional Constituinte, além da atuação dos deputados evangélicos baianos durante este processo. Posteriormente foi construído o perfil legislativo dos deputados federais evangélicos entre os anos de 1990 a 2002.

O quinto capítulo também se dividiu em duas partes. Na primeira, foi feito o exame da atuação do deputado federal Reginaldo Germano como militante da causa negra, observando, ao mesmo tempo, o posicionamento de outros membros da bancada evangélica baiana em

relação ao tema, assim como o relacionamento deles com outros setores e militantes do movimento negro organizado. Na segunda parte, foi construída a trajetória da legislação sobre o ensino religioso no Congresso Nacional, analisando os posicionamentos de diferentes grupos religiosos em relação ao tema.

Nas considerações finais procurou-se traçar uma visão global desta participação evangélica baiana nos diferentes níveis do legislativo, avaliando se as hipóteses criadas inicialmente foram comprovadas, diante do levantamento de dados e das análises realizadas.

CAPITULO I - UMA BATALHA PELO COTIDIANO

Em 1988, Josué Sylvestre³⁴ lançou o livro *Os evangélicos, a Constituinte e as Eleições Municipais*, afirmando que seu objetivo, ao realizar esta publicação, era continuar o processo de conscientização da comunidade evangélica no sentido de que ela passasse a entender o papel ativo que deveria exercer em relação às questões políticas. O próprio título da obra é sugestivo e fazia referência às eleições municipais que ocorreriam em todo território nacional em novembro daquele ano. Nesta obra Sylvestre, citando passagens bíblicas, apelava para a necessidade dos evangélicos irem às urnas para votarem em prefeitos, vice-prefeitos e vereadores que trouxessem “uma bandeira de honestidade e de renovação nos métodos político-administrativos” e que fossem “comprometidos com a mensagem bíblica do amor e da justiça social”.³⁵ Esta participação seria a necessária continuidade dos avanços que, na sua visão, foram conseguidos pelos evangélicos nas Eleições Constituintes de 1986.

Além de uma maior participação política, Sylvestre defendia também uma reformulação na maneira como os evangélicos lidavam com a questão da representatividade nos espaços públicos. Sua crítica maior se voltava para a votação que era dada pelos fiéis aos políticos que não faziam parte de seus grupos religiosos, os chamados “amigos do Evangelho”:

O povo evangélico, na sua esmagadora maioria, por força dos ensinamentos sem base bíblica, irrealistas, preconceituosos e acomodatórios que sempre recebeu da maior parte de seus líderes e pastores, não votava nos candidatos de sua igreja.

Preferia eleger estranhos aos seus quadros, os tais “amigos do Evangelho”, muitos deles, useiros e vezeiros de vícios e distorções condenados no púlpito e cátedras das nossas igrejas.³⁶

Trocar a eleição de políticos profissionais, ainda que vinculados de certa forma aos interesses da igreja, pela de candidatos evangélicos, que deveriam ter como principal objetivo atender as demandas de sua comunidade religiosa, esta era a solução defendida por Josué Sylvestre para a resolução dos problemas de representatividade política da comunidade evangélica. Esta mudança de modelo de atuação foi apontada por Paul Freston, ao estudar a participação política evangélica da Constituinte de 1988. Um novo padrão de comportamento político, no qual os candidatos recebiam o apoio das igrejas no processo eleitoral e deveriam,

³⁴ Josué Sylvestre foi um líder assembleiano e assessor do Senado à época da Constituinte, tendo se destacado como um dos principais articuladores do movimento de “renovação” evangélica na política.

³⁵ SYLVESTRE, Josué. *Os evangélicos, a Constituinte e as Eleições Municipais*. Brasília, Papiro, 1988, p. 14.

³⁶ SYLVESTRE, Josué. *Os evangélicos, a Constituinte e as Eleições Municipais*, p. 28.

em contrapartida, ser delas representantes no espaço institucional. Freston observa que Josué Sylvestre, autor também da obra *Irmão vota em irmão*, foi um dos principais responsáveis pela divulgação desta nova forma de inserção evangélica no campo político.³⁷

As Eleições Municipais de 1988 representaram um momento de possibilidade de adensamento da presença evangélica nas instituições políticas. O conselho dado por Sylvestre era lançar o maior número de candidatos possíveis, levando em conta, todavia, que certo cálculo se fazia necessário, ou seja, deveria se considerar a capacidade eleitoral do grupo, que não precisaria apoiar todas as candidaturas, mas apenas as que tivessem condições efetivas de obterem êxito. Se a presença dos evangélicos nas eleições constituintes foi impulsionada pelo medo de que leis contrárias à causa evangélica fossem aprovadas, a justificativa para defender a tomada de poder nos municípios expressava o desejo de vivenciar ativamente uma nova cidadania, uma cidadania evangélica:

Se fossemos seguir a farisaica ojeriza dos que se opõem à nossa participação na vida pública, porque lá existem pessoas corrompidas, deveríamos viver isolados nas montanhas ou nas selvas, porque a depravação moral atinge a todas as profissões.

Na realidade, a solução não está no isolamento. Só poderemos ser cristãos verdadeiros e cumprir a nossa missão de transformadores da sociedade se assumirmos posição de destaque e, através do exemplo, da pregação da Palavra, da aprovação de leis justas e éticas (“Ai dos que decretam leis injustas” – Isaías, 10.1), indicarmos aos nossos semelhantes que o Evangelho tem respostas para a crise moral, a crise espiritual, a crise econômica e social.³⁸

Sylvestre terminou seu livro apelando veementemente aos pastores e dirigentes das igrejas evangélicas brasileiras, para que buscassem participar do processo eleitoral que estava por vir, escolhendo candidatos que estivessem de acordo com os princípios cristãos e com laços efetivos com sua comunidade religiosa. A seu ver, as eleições municipais teriam que ser efetivamente disputadas pelos evangélicos:

Pastores, evangelistas, presbíteros, diáconos, ecônomos, guias leigos, presidentes e diretores da sociedade de homens, de organismos evangélicos os mais diversos, cada um trabalhando na campanha como se cada um fosse o candidato. Demonstrando amor e interesse pelo irmão, sem pensar em recompensa financeira, nem vantagens pessoais, nem mesmo emprego, pois não há lugar para todos nas repartições e empresas públicas. Pensando na causa que está ameaçada pela secularização, pela imoralidade, pela corrupção, pela desagregação da família, pelo

³⁷ FRESTON, Paul. *Evangélicos na política brasileira: história ambígua e desafio ético*. Encontrão Editora, Curitiba, 1984, p. 43.

³⁸ SYLVESTRE, Josué. *Os evangélicos, a Constituinte e as Eleições Municipais*, p. 51.

ateísmo, herança maldita decorrente da entrega dos nossos destinos durante décadas as mãos de homens que não temem a Deus nem acreditam na Sua Palavra.³⁹

Não é possível contabilizar o efeito que as palavras de Josué Sylvestre tiveram sobre o campo evangélico, se efetivamente elas influenciaram diretamente sua ação política ou se expressaram apenas uma posição que já vinha se formando dentro da própria comunidade. Fato é que nas eleições municipais soteropolitanas de 1988, a presença de candidaturas com este perfil pôde claramente ser notada e teve como resultado a eleição de três vereadores evangélicos de três grupos diferentes. Foram eles o batista Alvaro Martins, o assembleiano Pedro Melo e o iurdiano Domingos Bonifácio, todos eleitos com o apoio formal de suas comunidades religiosas. Nas eleições seguintes, a presença evangélica na Câmara Municipal se fez cada vez mais forte. Esta força se expressou não apenas pelo seu crescimento em número, mas, sobretudo pela construção de uma relativa unidade. Ela constituiu-se como uma bancada ao longo das legislaturas seguintes.

O principal objetivo deste capítulo é analisar como se deu a participação política da bancada evangélica soteropolitana de 1989 a 2004, através da construção do perfil legislativo dos vereadores evangélicos eleitos por suas igrejas para defender seus interesses. Foram 4 legislaturas investigadas, 1989-1992, 1993-1996, 1997-2000, 2001-2004 e 8 vereadores analisados: os batistas Alvaro Martins e Beto Gaban, os assembleianos Pedro Melo e Eliel Santana, e os iurdianos Domingos Bonifácio, Geraldo Alves Ferreira, Alexandre Madureira e Eronildes Vasconcelos. Eles serão examinados individualmente, e posteriormente, atuando em bloco.

É preeminente observar que não foram todas as demandas das atividades legislativas dos vereadores aqui analisados que foram esmiuçados, mas apenas os atos que possibilitaram o seu enquadramento como membros de uma bancada evangélica, legislando a partir de temas que se apresentam historicamente relevantes para este grupo. Outras matérias motivaram suas ações políticas. Um exemplo deste fato é dado pela performance da vereadora iurdiana Eronildes Vasconcelos, que se mostrou atuante no que diz respeito às questões da mulher, demonstrando um bom desempenho parlamentar no tratamento desta questão logo no seu primeiro mandato, apesar de sua inexperiência neste campo.⁴⁰ Apesar desta diversidade na sua

³⁹ SYLVESTRE, Josué. *Os evangélicos, a Constituinte e as Eleições Municipais*, p. 72.

⁴⁰ Para uma descrição mais detalhada da atuação de Eronildes Vasconcelos ver: SANTOS, Adriana Martins dos. *A construção do Reino: a Igreja Universal e as instituições políticas soteropolitanas (1980-2002)*. Salvador, UFBA, 2009. Dissertação de Mestrado em História.

agenda política, o aspecto religioso acabou se tornando o dado mais relevante no conjunto de sua atuação e de seus companheiros de bancada.

Antes da apresentação do desempenho dos vereadores, faremos uma breve exposição sobre Clériston Andrade, primeiro prefeito batista de Salvador, interpretando sua atuação a partir do papel simbólico que representou no campo religioso protestante.

Batistas

Em 1 de outubro de 1982, um helicóptero que transportava 12 pessoas de Itapetinga a Caatiba, cidades localizadas no Centro-Sul da Bahia, chocou-se contra a Serra do Cambuí e explodiu vitimando todos os passageiros. Estes faziam parte da comitiva que acompanhava o então candidato ao governo do estado pelo Partido Democrático Social (PDS), o advogado Clériston Andrade, que estava em campanha eleitoral no interior do estado. Este episódio representou a frustração de um sonho que era compartilhado por muitos evangélicos baianos, sobretudo, os batistas, de ter o primeiro governador protestante do estado da Bahia.⁴¹

Se Josué Sylvestre, em 1988, expressava seu desejo de ter prefeitos evangélicos no Brasil, nesta mesma época os batistas baianos já podiam se orgulhar de ter tido o seu representante no mais importante cargo do executivo municipal, o ex-prefeito de Salvador Clériston Andrade. Em 1949, Clériston Andrade iniciou sua vida pública como oficial da Secretaria da Agricultura do governo Otávio Mangabeira, posteriormente tornando-se procurador do Município de Salvador (1957-1967). Durante a Ditadura Militar, foi nomeado prefeito de Salvador por duas vezes consecutivas, primeiro pelo governador Luis Viana Filho (1967-1971), em 1970, e pelo governador Antonio Carlos Magalhães (1971-1975), em 1971, permanecendo neste cargo até 1975. Em 1979, se tornou membro do Conselho de Desenvolvimento Econômico do Estado da Bahia e presidente Banco do Estado da Bahia (BANEB), já na segunda gestão de Antonio Carlos Magalhães (1979-1983). Até então sua carreira política fora construída toda em cima das indicações políticas e as eleições de 1982 representaram a primeira oportunidade de disputar uma eleição direta, sob a tutela e com irrestrito apoio de Antonio Carlos Magalhães, seu principal mentor político. Apesar das

⁴¹ SILVA, Elizete da. "Protestantes e o governo militar: convergências e divergências". In: ZACHARIADHES, Grimaldo Carneiro. *Ditadura Militar na Bahia: Novos olhares, novos objetos, novos horizontes*. Salvador, EDUFBA, 2009, p. 43.

muitas tensões no partido, Andrade foi o escolhido por ACM para sucedê-lo no governo do Estado.

André Jacobina observa que, no estudo da vida pública de Clériston Andrade, é possível identificar que a sua condição religiosa não aparece como um dado excessivamente relevante no quadro de sua atuação política, destacando-se mais o fato de que ele era um técnico a serviço de ACM.⁴² Embora houvesse menções, elas eram, sobretudo, pontuais, como as presentes no amplo noticiário que cobriu sua morte em 1982, onde era apontado o fato dele ser diácono batista. O *Jornal do Brasil* chegou ao ponto de chamá-lo de “diácono presbiteriano da Igreja Batista da Graça”, erro jornalístico que ressalta a ignorância da imprensa leiga sobre a diversidade do universo religioso protestante, mas que também pode representar o quanto esta informação era considerada apenas acessória. É curioso que, no mesmo artigo, foi destacado o fato de suas convicções religiosas aparecerem em seus pronunciamentos públicos, nos quais afirmava ser “um homem de fé”, e por isso, desejava receber o cargo de governador “com a unção do povo e as bênçãos de Deus”.⁴³

Diferentemente da imprensa nacional ou mesmo de sua atuação política mais ampla, no cotidiano da cidade sua vinculação religiosa mostrava-se como um dado relevante. A própria imprensa local fazia referência à condição religiosa batista de Clériston, embora ele, como homem público, fizesse questão de inserir-se num quadro mais amplo de religiosidade, ressaltando a sua condição de cristão. Esta foi provavelmente uma forma de se afirmar politicamente numa cidade de maioria católica. A própria hierarquia da Igreja acompanhava os seus pronunciamentos a respeito do tema. É possível encontrar nos arquivos de Dom Avelar Brandão Vilela algumas reportagens sobre Clériston Andrade.⁴⁴

Era cara aos batistas a ideia de ter um representante na mais alta esfera do poder municipal, assim como interessava saber que a cidade seria conduzida por um membro do grupo, um irmão. Embora, do ponto de vista político, esta chegada tenha sido construída por diversos acordos políticos que passavam muito longe da esfera religiosa.⁴⁵

É interessante que se criou uma memória dupla sobre Clériston Andrade. No quadro de uma história política mais tradicional, sua atuação aparece, sobretudo, vinculada a figura de

⁴² JACOBINA, André Teixeira. *Clivagens partidárias: Arena e MDB baianos em tempos de Distensão* (1974-1979). Salvador, UFBA, 2010. Dissertação de Mestrado em História.

⁴³ Clériston morre em queda de helicóptero na Bahia. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, p. 8. 2 out. 1982.

⁴⁴ Pasta P-Romano OSB – L. F. Sécris de Teilhard. Instante 5 – caixa 23. Arquivo LEV/ UCSAL.

⁴⁵ ALMEIDA, Luciane Silva de. “*O Comunismo é o ópio do povo*”: Representações dos batistas sobre Comunismo, o Ecumenismo e o governo militar na Bahia (1963-1975). Feira de Santana, UEFS, 2011. Dissertação de Mestrado em História, p. 96.

Antonio Carlos Magalhães, emergindo a imagem de um homem com capacidade administrativa, mas isento de um papel de liderança, cabendo esta condição ao seu mentor. Este modelo de certa forma compara Clériston a outras figuras que estiveram atreladas ao Carlismo durante uma parte de sua trajetória política, como o próprio João Durval, que foi o escolhido por ACM, para substituí-lo como candidato ao governo do estado, depois da morte trágica de Clériston Andrade.

Por outro lado, ele acabou se tornando um mito para os evangélicos que construíram uma memória sobre Clériston Andrade que ressaltava outra imagem: a de um homem de Deus ocupando o espaço público e que teria sido o governador do estado, se não fosse as vicissitudes do destino, ou melhor, “a vontade de Deus”. Para este grupo, as ações dele em defesa da comunidade evangélica baiana são ressaltadas. E esta imagem positiva foi encontrada em diferentes segmentos. O Pastor batista Djalma Torres, por exemplo, cita a contribuição que ele teria dado para a reforma da Igreja Batista da Graça, da qual foi um dos fundadores e também pastor. Parece manter um enorme respeito pelo antigo companheiro de igreja, explicada em parte pelo fato de ter mantido uma relação próxima com Clériston, que foi o responsável pela sua contratação para a diretoria do Banco do Estado da Bahia (BANEB), do qual era presidente na época.⁴⁶

Esta imagem positiva estava presente também entre os membros de outros grupos evangélicos. Em entrevista, Marta, 80 anos, costureira, moradora do Nordeste de Amaralina, membro da IURD desde 1982, ao comentar a importância dos evangélicos na política lembrou-se de Clériston, “governador batista”, que havia falecido em um acidente de avião. Para Marta, ele tinha sido o primeiro de uma trajetória que antecedeu a presença dos políticos iurdianos nos processos eleitorais: “O governador Clériston Andrade morreu... ele era político. Num era político? Ele era batista... O prefeito não é também? É. É evangélico. E é só a igreja Universal que entrou um pouquinho? A Igreja Universal entrou por último.” A entrevistada fazia referência a João Henrique (2005-2013), prefeito de Salvador na época, que também era membro de uma denominação batista.⁴⁷

Um ponto frágil da biografia de Clériston para a sustentação deste mito talvez seja a posição de respeito que assumiu diante da diversidade religiosa baiana. Adotou sua função como homem público de forma plena no que tange a esta questão e sua presença em cerimônias religiosas católicas ou ligadas às religiões de origem africana era frequente. Este

⁴⁶ TORRES, Djalma. *Caminhos de pedra*. Feira de Santana, Curviana, 2011, p. 25.

⁴⁷ Entrevista realizada pela autora em 14/01/2008.

fato acabou por gerar críticas de alguns membros da comunidade batista soteropolitana. É o que pode ser percebido em uma carta anônima, a qual foi enviada à Junta Geral da Convenção Batista Bahiana, em 26 de junho de 1975. O objetivo da correspondência era questionar a não aceitação da Igreja Batista Nazareth no seio da convenção, usando como estratégia o ataque a pessoas e grupos batistas que segundo o missivista apresentavam condutas inadequadas, mas que por conta disto não se encontravam excluídas do rol de membros. A relação de Clériston com outros credos foi duramente criticada:

Não sei se seria elegante acrescentar os deslizes doutrinários do Diácono, ex-prefeito, o qual deu testemunho pouco recomendável, sobretudo doutrinário, quando, ajoelhado aos pés de Menininha do Gantois, lhe beijou as mãos. Também beijou as mãos do atual Cardeal. As andanças ao Bonfim, no dia consagrado à famosa idolatria, também é grave violência doutrinária, e nenhuma providência se adotou.⁴⁸

Diogo Petersen observa que a principal resposta a tal carta veio da própria Igreja Batista Nazareth, que enviou um documento à Junta Executiva da Convenção Batista Baiana (CBBa), no dia 25 de agosto de 1975, afirmando não ter ligação com a missiva enviada em junho e renegando o tom agressivo presente na mesma.⁴⁹ Seria bastante contraditório uma igreja que se pautava no respeito à diversidade religiosa, criticar a caminhada de Clériston no sentido da tolerância, ainda que pudesse ter sido realizada a partir de interesses políticos ou eleitorais.

Clériston Andrade era de fato um prefeito evangélico ou foi apenas um evangélico que se tornou prefeito? Pode-se concluir a partir de uma breve análise de sua trajetória política que sua importância foi muito mais em relação ao papel que exerceu na construção de um mito, mito este que se fortaleceu muito diante das circunstâncias de sua morte. Como lembra Raoul Girardet, em importante obra na qual destaca o papel exercido pelos mitos na construção dos sistemas políticos e reafirma a relevância dos signos e dos símbolos, o:

Mito político é fabulação, deformação ou interpretação objetivamente recusável do real. Mas, narrativa legendária, é verdade que ele exerce também uma função explicativa, fornecendo certo número de chaves para a compreensão do presente, constituindo uma criptografia através da qual pode parecer ordenar-se o caos desconcertante dos fatos e dos acontecimentos.⁵⁰

⁴⁸ Carta anônima à Junta Geral da Convenção Batista Baiana. 26 de junho de 1975. Documentação da Igreja Batista Nazareth.

⁴⁹ PETERSEN, Diogo Seixas. *Uma igreja de luta, resistência e fé!* A Igreja Batista Nazareth. (Salvador - BA, 1974 – 1990). Salvador, UFBA, 2016. Dissertação de Mestrado em História, p. 76.

⁵⁰ GIRARDET, Raoul. *Mitos e mitologias políticas*. São Paulo, Cia. das Letras, 1987, p 13.

Avançando em sua análise do papel dos mitos, Girardet observa a impossibilidade de delinear uma linha de fronteira relativamente exata entre “a fabulação legendária e o relato de ordem histórica”. Neste sentido, é que se pode interpretar como o Clériston Andrade de ACM se transformou no prefeito irmão Clériston.

Alvaro Martins

Nas eleições municipais de 1988, um candidato se destacou no cenário político pelo posicionamento adotado em relação à homossexualidade. Radialista de profissão, Alvaro também era evangélico, ligado à Igreja Batista do Caminho das Árvores, então recentemente emancipada da Igreja Batista Shalom. A Igreja Batista do Caminho das Árvores estava localizada no bairro da Pituba, em Salvador, e era dirigida pelo Bispo Átila Brandão.⁵¹ Boa parte da história de vida de Alvaro Martins antes de sua entrada na política institucional esteve ligada a sua atuação como radialista. Sua carreira como radialista começou em 1962, na rádio Cultura da Bahia, depois trabalhou na Rádio Sociedade, posteriormente vindo a se tornar proprietário da Radio Clube de Santo Antônio e da Rádio Recôncavo, ambas em Santo Antonio de Jesus.⁵² A partir de 1989, assumiu uma vaga na Câmara Municipal de Salvador pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e ali permaneceu, com breve intervalo, até 2000. Neste momento, sua condição religiosa se sobrepôs às outras e ele se tornou um árduo defensor dos interesses evangélicos, sobretudo batistas, neste espaço político. Esta sua posição se revelou em múltiplos momentos, como quando em 1994, se candidatou ao cargo de governador do estado da Bahia, defendendo a criação de centros de cura de gays e dependentes químicos, na elaboração de projetos de leis voltados para atender à sua comunidade religiosa, ou no seu envolvimento nas polêmicas que marcaram a participação social e política evangélica na década de 1990.

Durante os dez anos que atuou como vereador soteropolitano, Alvaro Martins criou inúmeros projetos que beneficiaram a sua igreja de origem e seu segmento religioso. Entre estes, destacam-se o pedido de concessão de utilidade pública para diversos grupos religiosos ou associações vinculadas às igrejas, entre os quais: a Igreja Evangélica Batista Nova Esperança (PL 42/90); o Centro Comunitário Projeto Esperança (PL 43/90); o Centro

⁵¹ Apresentação. Disponível em <<http://www.ibca.org.br/conheca/>>. Acesso em: 30/11/2014.

⁵² Morre aos 72 anos o radialista Álvaro Martins. Disponível em <<http://atarde.uol.com.br/bahia/salvador/noticias/morre-aos-72-anos-o-radialista-alvaro-martins-1603845>>. Acesso em: 25/05/2015.

Comunitário Jesus é o Senhor (PL202/92); a Aliança Pró Evangelização das Crianças – APEC (PL 162/92); o Centro Comunitário Batista Emanuel – CCEBE (PL 234/95); a Segunda Igreja Batista da Capital (PL 235/95); a Igreja Batista El Shadai (PL 247/95); a Primeira Igreja Batista de Valéria (PL 92/96); a Igreja Missão Evangélica Deus Proverá (PL 215/99); a Instituição Adventista de Educação e Assistência Social Este Brasileiro (PL 205/1999); a Igreja Missão Pentecostal Arca do Senhor (PL 287/1999).⁵³

Quando as igrejas ou associações recebiam esta concessão, elas ficavam liberadas de pagar uma série de impostos municipais e ainda poderiam contar com verbas e parcerias para o desenvolvimento de suas atividades. Estes projetos eram bastantes presentes na atuação de diversos parlamentares, pois permitiram que fossem mantidas relações mais contíguas com suas bases políticas. Um exemplo desta proximidade é apresentado pelo caso da Igreja Batista Nova Esperança que, não apenas recebeu esta concessão para seu grupo religioso, mas também para sua associação, o Centro Comunitário Projeto Esperança.

Outra marca da atuação de Alvaro Martins eram as homenagens feitas aos membros da comunidade evangélica soteropolitana. Foram identificados três Projetos de Resolução, o PR 34/90, que concedia a Comenda Maria Quitéria à Alzira Coelho Brito, esposa do ex-deputado estadual e federal Raymundo Brito e uma das mais prestigiadas personalidades da comunidade batista baiana⁵⁴; o PR 44/95, que pedia a concessão do título de cidadão de Salvador ao teólogo e Pr. Nilson Fanini, importante liderança batista nacional,⁵⁵ e o PR 45/95, que concedia o título de cidadão soteropolitano ao Pr. Ezequiel Monteiro Neto, liderança batista baiana.⁵⁶ Também foi encontrado um projeto de lei com esta finalidade, o PL 177/99, que buscava denominar de Rua Waldomiro de Souza um logradouro público da cidade de Salvador.⁵⁷ Waldomiro de Souza era o pastor fundador da Igreja Batista Nova Esperança, que foi agraciada com a concessão de utilidade pública. Alvaro Martins provavelmente mantinha uma relação muito íntima com esta comunidade religiosa, pois ainda agraciou o mesmo pastor com o título de cidadão soteropolitano, numa cerimônia concorrida na Câmara Municipal.⁵⁸

⁵³ *Diário Oficial do Município, Diário do Legislativo*, Salvador, p.10, 17 e 18 mai. 1990; p.16, 23 nov. 1992; p.10, 5 nov. 1992; p. 2, 12 dez. 1995; p. 2, 12 dez. 1995; p.3, 29 dez. 1995; p. 9, 8 ago. 1996; p. 7, 15 set. 1999; p. 2, 27 set. 1999; p. 4, 26 nov. 1999, respectivamente.

⁵⁴ *Diário Oficial do Município, Diário do Legislativo*, Salvador, p. 10, 16 a 19 nov. 1990.

⁵⁵ *Diário Oficial do Município, Diário do Legislativo*, Salvador, p. 4, 21 nov. 1995.

⁵⁶ *Diário Oficial do Município, Diário do Legislativo*, Salvador, p. 5, 21 nov. 1995

⁵⁷ *Diário Oficial do Município, Diário do Legislativo*, Salvador, p. 3, 13 ago. 1999.

⁵⁸ Título de cidadão de Salvador é entregue a pastor evangélico. *Diário Oficial do Município, Diário do Legislativo*, Salvador, p. 1, 15 abr. 1996.

Havia, por fim, os projetos que realmente pretendiam legislar. Dentre estes, os que se destacam são os que Alvaro Martins elaborou visando estabelecer normas para a cidade que estavam diretamente relacionadas aos valores e preceitos morais de sua própria comunidade religiosa. Foram identificados três projetos que tinham esta finalidade: o PL 120/95, o PL 19/96 e o PL 75/96.

O PL 120/95 proibia a fixação de anúncios contendo cenas de sexo explícito ou expressões de caráter pornográfico, nas fachadas de cinemas e casas de diversão de qualquer título. Para Alvaro, a sociedade não poderia:

Continuar a ser agredida continuamente, sem reação aos que sem quaisquer resquícios de pudor ou rodeios, apresentam com títulos cada vez mais audaciosos e apelativos, filmes e espetáculos com cenas de sexo explícito, perversões diversas e aberrações sexuais que fatalmente contribuem para a decadência da sociedade e agridem diretamente a família.⁵⁹

Embora boa parte da população possa concordar com a proposta de Alvaro, o argumento que ele utiliza revela claramente um julgamento moral em relação a este tipo de produto cultural, presente no discurso da maioria dos políticos evangélicos.

O PL 19/96 estabelecia um calendário especial para a realização de concursos públicos, levando em conta determinações religiosas. Ele visava proteger os grupos religiosos que devido às suas crenças não poderiam exercer determinadas atividades em dias específicos da semana, como o caso dos Adventistas do Sétimo Dia, que guardam o sábado, considerando-o como dia dedicado ao Senhor.⁶⁰

PL 75/96 dispunha sobre a proibição de denominação de cunho religioso em logradouros, escolas, creches ou qualquer outro estabelecimento público do município de Salvador.⁶¹ A elaboração deste projeto parece estar diretamente ligada ao questionamento, por parte de Alvaro, da nomeação escolhida para as casas de acolhimento noturno da Fundação Cidade Mãe, que estavam voltadas para o atendimento de menores em situação de risco. A que se destinava a meninas recebeu o nome de Casa de Oxum e a dos meninos foi chamada de Abrigo D. Timóteo Amoroso Anastácio, Abade do Mosteiro de São Bento (1965-1981). Alvaro Martins argumentou que a escolha de nomes ligados a determinados grupos religiosos acabava por resultar em agrado de uns e desagrado de outros diante da pluralidade religiosa existente na cidade. Citou diretamente o exemplo da nomeação dada pelo executivo municipal

⁵⁹ *Diário Oficial do Município, Diário do Legislativo*, Salvador, p. 3, 4 out 1995.

⁶⁰ *Diário Oficial do Município, Diário do Legislativo*, Salvador, p. 2, 2 abr 1996.

⁶¹ *Diário Oficial do Município. Diário do Legislativo*, Salvador, p. 7, 28 nov. 1996.

ao abrigo para meninas do Projeto Cidade Mãe. Para Alvaro este seria exemplo de um privilégio dado ao culto afro, em detrimento de diversos outros segmentos religiosos. Este projeto foi aprovado pela Comissão de Constituição e Justiça, mas rejeitado pela Comissão de Serviços Municipais com o seguinte argumento:

Não nos parece ser desrespeitoso dar-se denominação de cunho religioso a logradouros públicos, escolas, prédios, etc.

Ao acatarmos este Projeto de Lei, estaríamos cerceando o direito que tem toda entidade religiosa, em como a sociedade de um modo geral, de homenagear quem lhe aprouver.⁶²

A postura da Comissão de Serviços Municipais foi bastante coerente, uma vez que se eles aprovassem o projeto de Alvaro Martins iriam colocar em xeque uma das práticas mais corriqueiras no legislativo municipal, que em boa parte do ano se ocupava mais em dispensar tais honorarias para variados grupos do que legislar sobre outros temas. O próprio Alvaro já havia dado este tipo de nomeação a diversos logradouros públicos através de projetos de lei de sua autoria: o PL 396/1991 denominava Jesus de Nazaré a artéria pública conhecida com Rua B, situada no Loteamento do Parque, no bairro do Itaigara; o PL 246/95 denominava de Praça da Bíblia a um logradouro público da cidade de Salvador e o PL 177/99, o qual nomeava de Rua Waldomiro de Souza um logradouro público de Salvador.⁶³

Ainda podem ser citadas as inúmeras indicações a órgãos do setor público, nos diversos níveis, solicitando isenções fiscais para as igrejas e outras associações consideradas de utilidade pública, muitas das vezes, associações também com um caráter religioso. Foi possível perceber, através da análise de diversos documentos parlamentares que Alvaro Martins foi um vereador a serviço dos evangélicos, notadamente batistas, na Câmara Municipal de Salvador.

A participação de Alvaro Martins nas eleições gerais de 1994

A entrada de Alvaro Martins na política institucional em 1988, parece ter lhe despertado ambições políticas porque nas eleições seguintes continuou a se candidatar. Em 1990, concorreu ao cargo de deputado estadual, mas não logrou êxito. Em 1994, já filiado ao Partido da Reconstrução Nacional (PRN), deu um pulo mais alto e se lançou candidato ao governo do

⁶² *Diário Oficial do Município, Diário do Legislativo*, Salvador, p. 7, 28 nov. 1996.

⁶³ *Diário Oficial do Município, Diário do Legislativo*, Salvador, p. 15, 20 de nov. de 1992; p. 3, 29 dez 1995; e p. 3, 13 ago. 1999, respectivamente.

Estado da Bahia, estipulando que teria uma votação superior pelo menos ao Partido dos Trabalhadores, por conta da força do voto evangélico.⁶⁴ Sua análise política não levava em consideração o fato de que havia oficialmente grupos de evangélicos apoiando outros candidatos.⁶⁵ Em 1994, os concorrentes ao pleito foram Paulo Souto (PFL), João Durval (PMN), Jutahy Magalhães Junior (PSDB) e Nilo Coelho (PMDB). Paulo Souto era apoiado por Antonio Carlos Magalhães.

A ida constante a templos evangélicos para pedir votos foi uma das marcas da campanha de Alvaro ao governo, aliado ao discurso fortemente religioso. Deus foi praticamente instituído como seu cabo eleitoral oficial. Declarava que ganharia a eleição porque Ele assim o desejava. O combate à homossexualidade também foi um tema recorrente durante sua campanha, uma continuação de sua postura também como vereador. Uma das primeiras ações de Alvaro Martins ao assumir o mandato na Câmara Municipal de Salvador, em 1989, foi pedir que a concessão de utilidade pública concedida ao Grupo Gay da Bahia (GGB) fosse cassada. O argumento era que esta associação estimulava a pederastia.⁶⁶ Na sua campanha prometera combater o que considerava o avanço da homossexualidade na sociedade baiana. Ao tomar esta posição, defendia os valores de seu próprio grupo religioso, que em suas pregações, seja nos templos ou em seus impressos, condenavam tal prática e considerava que apenas o poder de Deus poderia livrar os homossexuais de sua condição supostamente pecaminosa. Esta posição foi expressa de forma bem clara através das palavras do Nilson Dimarzio,⁶⁷ na época, pastor da Igreja Batista de Volta Redonda, diretor e articulista d'*O Jornal Batista*:

A grande esperança do homem homossexual é o Evangelho, o maior remédio para os males humanos.

Em nossa experiência pastoral temos tido conhecimento de diversos casos de recuperação. Para Deus não há casos perdidos e nem problemas insolúveis. Assim, quando o indivíduo experimenta a benção da conversão, que envolve arrependimento (mudança de mente e conduta) e fé-confiança no poder e graça de Jesus Cristo, sua natureza é dominada pelo Espírito Santo. Torna-se uma nova criatura (II Cor. 5: 17). O mesmo Deus que pode salvar uma prostituta, um alcoólatra, um ladrão, um toxicômano ou outro qualquer pecador, pode também libertar o homossexual da sua triste condição. Basta que ele atenda ao memorável

⁶⁴ Convenção do PRN. *A Tarde*, Salvador, p. 8, 23 mar. 1994.

⁶⁵ Pastores do extremo sul aderiram a Paulo Souto. *A Tarde*, p. 7, 24 out. 1994.

⁶⁶ Bahia. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, p. 6, 6 ju. 1989.

⁶⁷ Histórico Pastoral. Disponível em <<http://www.ibcivr.com.br/historico-pastoral>>. Acesso em: 21/11/2014. *O jornal batista*. 17/02/13, p. 2. Disponível em <http://www.batistas.com/OJB_PDF/2013/OJB_07.pdf>. Acesso em: 21/11/2014.

convite: "Vinde a mim, todos os que estais cansados e oprimidos, e eu vos aliviarei" (Mat. 11: 28).⁶⁸

O casamento do antropólogo Luiz Mott, professor da Universidade Federal da Bahia e então presidente do Grupo Gay da Bahia (GGB), com o historiador e também ativista pelos direitos dos homossexuais, Marcelo Cerqueira, que ocorreu no Sindicato dos Bancários de Salvador, em 1994, foi alvo de inúmeras críticas por parte de Alvaro Martins, que chegou a afirmar em sua campanha eleitoral que se fosse eleito governador impediria a realização deste tipo de cerimônia:

Uma cerimônia como a realizada há dez dias no Sindicato dos Bancários, para o casamento de homossexuais, num eventual governo do PRN jamais se repetirá.

"Usarei o poder da polícia para reprimir", avisa Martins.⁶⁹

Apesar de considerar que a homossexualidade poderia ser caso de polícia como exposto acima, o principal instrumento para o seu combate, segundo Alvaro, era através da busca da recuperação de seus praticantes. Com esta finalidade criou uma associação denominada Centro de Recuperação Desafio Jovem. "Trocar a vassoura pela enxada", era uma das soluções apresentadas pelo centro, para que os internos que lutavam contra a sua condição homossexual mudassem de vida, pois seu dirigente julgava, congregando com a tradição patriarcal brasileira, que o trabalho com a vassoura seria um serviço para mulheres, cabendo ao homem exercer tarefas consideradas mais viris. Somava-se a esta atividade a leitura bíblica e uma rígida disciplina. Para Alvaro Martins, neste espaço, ele ensinava o "homem a ser homem" e dava exemplos desta suposta recuperação:

O vereador exibiu, como exemplo de "homem recuperado", pronto para "possuir" uma esposa, o escriturário Josimar da Anunciação, 30.

"Há três anos, ele usava brinco e se vestia como mulher", diz Martins. "Hoje é um homem de verdade, capaz de amar e ser feliz com uma moça".⁷⁰

Como mais uma medida a ser tomada no combate ao crescimento da homossexualidade, defendia uma maior fiscalização sanitária e a criação de abatedouros públicos. Segundo Martins, a ciência teria comprovado que o consumo de carne com excesso de hormônios

⁶⁸ Dimarzio, Nilson. Homossexualismo. *O Jornal Batista*, Rio de Janeiro, p. 3, 5 jun. 1988.

⁶⁹ Candidato combate candomblé na Bahia. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, p. 8, 4 jul. 1994.

⁷⁰ Pastor usa enxada para "curar" gays. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, p.1, 7 jul 1995.

estaria levando a um processo de efeminação masculina.⁷¹ Sua postura beligerante contra a homossexualidade, no entanto, lhe rendeu problemas com o próprio partido, que publicamente o admoestou pela sua atitude discriminatória.⁷² O conflito foi tão grande que Alvaro Martins afirmou que deixaria a legenda logo após o fim do processo eleitoral. Além de discordar da plataforma política de Alvaro Martins, o que também causou estranhamento entre ele e os responsáveis pelo partido foi o apoio que deu ao candidato Paulo Souto no segundo turno, uma vez que o seu partido apoiou o outro candidato, João Durval. O então presidente do PRN, Rivailton Pinto, o questionou publicamente por endossar uma candidatura que claramente iria de encontro à sua plataforma política nas eleições de 1994:

"Alvaro Martins usou a legenda para tirar vantagens pessoais", diz Rivailton, afirmando que o PRN ficou decepcionado com a "falta de coerência" de seu ex-candidato ao governo, que "de forma isolada e sem consultar o partido", migrou para a candidatura Souto. Entre as "incoerências" de Álvaro Martins apontadas por Rivailton está o fato de estar apoiando agora "um candidato como Souto, que sempre defendeu o candomblé e chegou a usar a imagem de Cosme e Damião em seu programa eleitoral".⁷³

As acusações de Rivailton Pinto apontam para a outra face da candidatura de Alvaro Martins em 1994: o combate ao Candomblé. Em campanha, prometeu fechar os terreiros durante a noite, alegando que eles faziam muito barulho. Esta postura traduz mais uma vez a influência exercida por seus próprios valores religiosos na condução de sua vida política.

Embora não tenha conseguido uma votação expressiva no primeiro turno, tendo sido o último no pleito, sua candidatura possivelmente influenciou diretamente o resultado eleitoral



Imagem 1 – Alvaro apoia Paulo Souto no Segundo Turno

⁷¹ Candidato combate candomblé na Bahia. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, p. 8, 4 jul. 1994.

⁷² Alvaro promete abandonar PRN após as eleições. *A Tarde*, Salvador, p. 7, 1 out. 1994.

⁷³ Ex-candidato é ameaçado de expulsão do PRN. *A Tarde*, Salvador, p. 7, 26 out. 1994.

ao impedir que o candidato Paulo Souto fosse eleito na primeira etapa do pleito. Souto teve 1.616.950 votos (49% dos votos) válidos e os 98.493 mil votos (3% dos votos válidos) que Alvaro Martins recebeu foram retirados de um eleitorado que provavelmente votava em candidatos carlistas, mas que aderiram a uma “candidatura evangélica”. Vale lembrar que parte dos evangélicos já havia aderido à candidatura de Jutahy e de João Durval já no primeiro turno, o que contribuiu para a conclusão de que os que votaram em Martins no primeiro turno estavam mais próximos de uma candidatura mais à Direita. É claro que é difícil fazer este cálculo com certeza, todavia leva-se aqui em conta a leitura que os próprios atores políticos daquele momento fizeram do processo eleitoral:

A realização do segundo turno eleitoral foi uma obra de Deus. O candidato do PRN, o pastor Alvaro Martins, levou os votos dos evangélicos, que, em eleições passadas, votaram fechado com os candidatos de ACM. (...) Antonio Carlos admitiu que se Alvaro Martins não tivesse se lançado candidato, Paulo Souto estaria eleito governador no primeiro turno. Enquanto os institutos de pesquisa divulgaram que ele teria apenas 1% dos votos, as urnas lhe deram 3% dos votos válidos.⁷⁴

Como já foi dito, no segundo turno Alvaro apoiou Paulo Souto, candidato que se sagrou vencedor no segundo turno. Apesar desta adesão à candidatura vencedora, os anos seguintes à eleição de 1994 foram marcados pelo seu crescente desgaste político-religioso, que será mais bem avaliado posteriormente.

Beto Gaban

Carlos Alberto Gaban, mais conhecido com Beto Gaban, foi eleito vereador de Salvador em 1992, pelo Partido Liberal (PL). Durante a legislatura 1992-1996 se tornou membro da Igreja Batista da Graça e assumiu publicamente o papel de defensor dos interesses batistas e evangélicos na Câmara Municipal. Nesta época, Alvaro Martins também se considerava como tal, o que acabou levando a um atrito entre os dois, em vez de união para defender o que supostamente seriam interesses comuns. Especulou-se que estas desavenças teriam ocorrido porque ambos disputavam a mesma base eleitoral, que durante muito tempo foi apenas representada pelo radialista.⁷⁵

⁷⁴ Rescaldo da campanha na Bahia. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, p. 4, 11 out. 1994.

⁷⁵ *Correio da Bahia*, Salvador, p. 3, 18 out 1995.

Beto Gaban se converteu em 1995 e, neste mesmo ano, afirmava-se o responsável pelo ponto de inflexão na maneira como os evangélicos se faziam presentes no legislativo soteropolitano. Gabava-se, por exemplo, de ter sido o primeiro vereador a convocar uma sessão especial para discutir o papel que as igrejas evangélicas desempenhavam na área social e eclesiástica, embora já tivessem existido vereadores deste segmento em legislaturas anteriores. Nos anos seguintes a esta conversão, foram encontrados exemplos claros de sua



Imagem 2 – O Jornal Batista e a promoção dos homens públicos

crecente participação no universo batista baiano, notadamente através de sua aliança com a Convenção Batista Baiana e o Bispo Átila Brandão, embora sua atividade como legislador tivesse como campo de atuação todo universo evangélico.

Seguindo a tendência moralizadora presente em boa parte dos legisladores evangélicos, Gaban, em 1995, apresentou o PL 212/95, que proibia a veiculação de anúncios de serviços de sexo na imprensa do município de Salvador.⁷⁶ Foi o único projeto criado por ele, durante o período estudado, que visava normatizar a sociedade. A maioria dos projetos lançados por Beto Gaban pediam a concessão ou renovação de concessão de Utilidade Pública Municipal para igrejas ou associações evangélicas. Vários grupos foram beneficiados desta forma: a Associação dos Diáconos Batistas do Campo Bahiano (PL 186/97), o Centro Comunitário

⁷⁶ *Diário Oficial do Município, Diário do Legislativo*, Salvador, p. 2, 16 nov. 1995.

Evangélico Batista Emanuel (PL 269/99), a Igreja Batista Volta de Jesus Cristo (PL 311/99), a Igreja Presbiteriana do Caminho (PL 303/99), a Igreja Batista Advento de Jesus (PL 127/99), a Igreja Pentecostal Roy Ministério Jeová que Vê (PL 96/00), a Igreja Evangélica Cenáculo de Jesus (180/02).⁷⁷

Observa-se, nestes projetos, uma predominância das igrejas batistas como beneficiárias das ações legislativas de Beto Gaban, embora a boa relação que mantinha com a comunidade evangélica baiana possa também ser percebida, observando-se a sua presença em inúmeros eventos de homenagens a diversas denominações evangélicas na Câmara Municipal de Salvador. Os principais aliados de Gaban neste universo religioso eram o do Bispo Átila Brandão e a Convenção Batista Baiana. Esta última, nas eleições de 2000, usou de sua mídia impressa para declarar seu apoio formal a Gaban.⁷⁸ Depois de vencida a eleição, foi dado espaço ao candidato eleito n' *O Jornal Batista*, para agradecer a sua comunidade religiosa pelo triunfo conseguido:

Agradeço a todos os Batistas Baianos que confiaram em mim e me apoiaram através de suas orações e do voto, durante essa árdua caminhada das últimas eleições. Saber que existem irmãos que pediam ao Senhor que me desse forças para prosseguir, redobrava meu ânimo de lutar pela vitória.

Continuarei me empenhando para desenvolver meu mandato com honestidade e seriedade, sempre orientado pelo Espírito Santo de Deus, e com apoio e sugestões dos irmãos aprimorar ainda mais o trabalho que tenho realizado na Câmara Municipal de Salvador, procurando a cada instante conseguir junto as autoridades competentes, os benefícios necessários para o nosso fortalecimento como segmento evangélico organizado visando sempre o nosso crescimento como Cristãos que fazem parte da sociedade e que muito tem a contribuir, não só reivindicar.⁷⁹

O fortalecimento do segmento evangélico, visto não apenas pelo que ele poderia reivindicar, mas também pelo que ele tinha a contribuir. Esta é uma fala reveladora para expressar o que a seu ver poderia ser uma mudança do perfil da atuação evangélica a partir de seu mandato. Afinal, muitos outros políticos, evangélicos ou não, reivindicaram ações em favor de sua comunidade religiosa. Então, a novidade estaria em pensar esta participação em termos de contribuição. Aceitar o jogo político não porque ele fosse inevitável, mas porque ele seria necessário para a construção de uma sociedade melhor. Pelo visto, Gaban julgava

⁷⁷ *Diário Oficial do Município, Diário do Legislativo*, Salvador, p. 3, 24 mar. 1998; p. 5, 10 nov. 1999; p. 4, 14 abr. 2000; p. 16, 24 mar. 2000; p. 4, 05 abr 2000; p. 4, 20 jun 2000; p. 2; respectivamente.

⁷⁸ Candidatos. *O Batista Baiano*, Salvador, p. 8, Jun/jul 2000.

⁷⁹ Gaban agradece confiança dos batistas de Salvador. *O Batista Baiano*, p. 2, Janeiro/fevereiro 2001.

encarnar o espírito que motivou ainda nos anos 1980 a entrada massiva dos evangélicos no espaço público.

Ao contrário de Alvaro Martins, que contabilizou em sua trajetória política um grande número de homenagens a diversos setores do segmento evangélico, Beto Gaban era mais econômico em relação a este tipo de pleito, tendo sido inclusive autor, em parceria com o vereador Gilberto José (PTB), de um projeto de lei que solicitava a limitação de entrega destas honorarias por parte dos vereadores.⁸⁰ Raros foram os momentos, como em 1998, quando pediu a concessão do título de cidadão soteropolitano para Helder Roger, então presidente da União Nordeste da Igreja Adventista dos Sétimo Dia, que Gaban fez uso deste tipo de atividade, que como foi visto, é bastante comum no espaço legislativo.⁸¹

Dois pastores para um rebanho

A rivalidade entre Alvaro Martins e Beto Gaban marcou a Câmara Municipal de Salvador nos dois últimos anos da legislatura 1993-1996. Numa sessão realizada em 16 de outubro de 1995, por exemplo, um dos temas mais recorrentes nas falas dos vereadores foi a briga entre os dois batistas. Boa parte dos vereadores atribuía estas desavenças ao fato de que ambos disputavam a representação do mesmo segmento e, por isso, viviam as turras no plenário. Em 1995, o principal pretexto para a discussão foi a votação do orçamento de 1993, que, segundo Alvaro Martins, não tinha sido realizado por incompetência de Gaban:

O vereador Alvaro Martins advertiu que a credibilidade da Câmara está em xeque por não ter julgado as contas do Executivo do exercício de 93, por perda do prazo. Sugeriu a renúncia do Presidente da Comissão dos Atos do Executivo, considerando que a Comissão precisa de um Presidente experiente, responsável, aliás não sendo essa a primeira vez que o presidente da Comissão não corresponde. Disse que os evangélicos não aceitarão que a falta de responsabilidade atinja a credibilidade da Câmara perante a sociedade.⁸²

Diante destas acusações, Beto Gaban também se manifestou de forma dura:

⁸⁰ Vereadores propõem redução de medalha. *A Tarde*, Salvador, p7, 15 dez. 1993.

⁸¹ *Diário Oficial do Município, Diário do Legislativo*, Salvador, p.1, 30 mar. 1998.

⁸² *Diário Oficial do Município, Diário do Legislativo*, Salvador, p. 3 e 4, 18 out. 1995.

O vereador Beto Gaban disse que o vereador Alvaro Martins está precisando de mais orações para modificar seu comportamento de odiosidade e perseguição que não condiz com os princípios do evangelho. Achou mesmo que o edil está com problemas psicológicos. Disse que no segmento evangélico as informações sobre o vereador não são boas, mas o orador não as têm passado adiante. [...] O orador disse que persistirá orando pelo Vereador Alvaro Martins, criticando seu comportamento, em sua opinião explicado pela falta de espaço no segmento evangélico.⁸³

Ao final da sessão ambos pediram a cópia do discurso de seu oponente, que foi entregue após a retirada, ordenada pelo presidente da Câmara João Carlos Bacelar, dos termos ofensivos presentes na fala de Beto Gaban. A situação de enfrentamento era tamanha que deixou a tribuna e virou tema jornalístico, ainda que de forma indireta. A reportagem do *Correio da Bahia* relatava o fato de um lustre do plenário da Câmara Municipal ter balançado sem qualquer motivo quando o vereador Antonio Lima afirmou ser adepto das religiões afro-brasileiras em meio a uma briga entre Martins e Gaban, que tentava apaziguar:

Uma cena de mistério e bastante curiosa deixou os presentes na sessão de ontem, na Câmara Municipal de Salvador, boquiabertos. O vereador Antonio Lima (PTB), adepto confesso da religião afro-brasileira, ocupava a tribuna e pedia aos vereadores evangélicos Beto Gaban (PFL) e Alvaro Martins (PL) para que acabassem com as desavenças pessoais. Lima disse a Alvaro que colocasse em prática os conhecimentos de fé, caridade, amizade e paz que aprendera na Igreja. Alvaro acusava Gaban de ter perdido os prazos estabelecidos em lei para a votação do Orçamento Municipal de 93 e pediu a abertura de uma Comissão Especial de Inquérito para apurar por que perderam os prazos. [...]

Na verdade, os vereadores brigam pelo espaço e os votos do segmento evangélico, antes dominado apenas por Alvaro. Gaban, ao se converter à Igreja Batista, passou a cobrar uma maior atuação da bancada evangélica na Câmara, o que não foi bem aceito pelos demais.

Lima, ao intermediar uma trégua entre os dois vereadores, citou que não se tornaria evangélico e que, apesar dos convites de Alvaro Martins, continuaria no Candomblé e sob a proteção dos Orixás. Nem por isso, bradou, "sou um excomungado". Nem bem terminou de afirmar sua devoção aos orixás afro-brasileiros, o lustre com mais de um metro de altura, feito em cristal Baccarat, do Plenário Cosme Farias, começa a balançar, sem qualquer vento. O barulho interrompeu a discussão entre os três vereadores e um dos adereços, em forma de corrente de cristal, caiu em pleno centro da Câmara Municipal. E não quebrou.⁸⁴

Apesar das querelas terem continuado a acontecer em outras sessões, foi apenas no processo eleitoral de 1996 que o conflito entre os dois vereadores voltou a ocorrer de forma mais acentuada, por conta da briga de Alvaro Martins com o Bispo Átila Brandão.

A entrada de Alvaro Martins na política institucional aconteceu em meio a um relacionamento bastante próximo com o então Pastor Átila Brandão. Ele era membro Da

⁸³ *Diário Oficial do Município, Diário do Legislativo*, Salvador, p. 3 e 4, 18 out. 1995.

⁸⁴ *Correio da Bahia*, Salvador, p. 3, 18 out. 1995.

Igreja Batista Caminho das Árvores, ocupando o cargo de vice-moderador. Tinha também um programa diário na TV Bandeirantes e durante o mesmo promovia seu grupo religioso. Uma das primeiras medidas que adotou ao assumir o cargo de vereador foi intermediar junto a prefeitura de Salvador a doação de um terreno para sua igreja. Também foi o responsável pela entrega da Medalha Thomé de Souza a Átila Brandão. Tudo aparentemente parecia bem entre os dois até que em outubro de 1996, Alvaro Martins subiu a tribuna da Câmara Municipal para acusar Brandão de vários crimes, entre os quais, o uso irregular de um terreno que havia sido doado pela prefeitura através de seu próprio intermédio.

Interessante observar que a CPI das Terras já havia incluído o nome de Átila Brandão entre os investigados, em 1995. Até então o nome de Alvaro Martins sequer foi citado no noticiário a respeito do tema, embora Beto Gaban já atuasse neste momento como defensor de Átila Brandão, tendo sido dele a iniciativa de convocá-lo para prestar esclarecimentos sobre o assunto.

O pastor Átila Brandão, presidente da Obra Cruzada Maranata, negou ontem que a entidade tenha ocupado irregularmente terreno público municipal no bairro do Itaigara, onde foi construído o Colégio Batista Brasileiro. O depoimento foi feito por iniciativa do vereador Beto Gaban (PFL). De acordo com o pastor, a igreja dispõe de escritura legalizada da área, cedida na gestão do ex-prefeito Fernando José.

O vereador Daniel Almeida (PC do B), presidente da comissão que apura ocupação irregular de terras do município, disse que o direito de uso do terreno foi concedido para construção do complexo assistencial, com fins sociais. "Houve irregularidade na desafetação, construção e desvio da finalidade de uso do terreno", afirma o vereador.⁸⁵

Foi apenas com o resultado eleitoral e com a publicação de um tipo de carta aberta à comunidade evangélica pelo então Pastor Átila Brandão, que a desavença entre os dois se tornou pública. Em 20 de outubro de 1996, o jornal *A Tarde* publicou uma nota de agradecimento do Conselho Nacional de Pastores do Brasil (CNPB), assinada por Átila Brandão, na qual ele se apresentava como Secretário Nacional e Presidente da Seção Baiana desta entidade. Na nota, ele agradecia a várias lideranças evangélicas pelo seu “irrestrito apoio à candidatura de Antonio Imbassahy”, então candidato a prefeito de Salvador pelo PFL, eleito nas eleições de 1996. Congratulava-os, assumindo o papel de representante da categoria e elencava os vereadores que teriam sido eleitos pelos “irmãos evangélicos”.⁸⁶

⁸⁵ CPI das terras públicas apresenta relatório final em sessão do dia 18. *Diário Oficial do Município, Diário do Legislativo*, Salvador, p.1,1 dez. 1995.

⁸⁶ *A Tarde*, Salvador, p. 13, 20 out 1996.

O que mais causou polêmica foi um nome que estava ausente, o do vereador Alvaro Martins, que se revelou o mais exaltado dos queixosos em relação ao “Manifesto”. Após a notícia ser vinculada, Martins afirmou que o “suposto líder” não teria autoridade para falar em nome dos evangélicos e o acusou de sérios desvios de conduta, propondo a instalação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito para investigar irregularidades que teriam sido praticadas por Átila Brandão:

O vereador Alvaro Martins (PL) solicitou a instalação de uma comissão de inquérito para apurar as irregularidades que apontou na utilização de terreno público doado pelo município à Igreja Batista Caminho das Árvores, ligada ao pastor Átila Brandão. Mas, devido ao pouco tempo que resta à atual legislatura e ao fato de já existir um parecer sobre irregularidades, elaboradas pela CPI de Terras, presidida pelo vereador Daniel Almeida (PC do B) para apurar “invasões do colarinho branco”, foi aprovada a proposta da denúncia ser investigada através da comissão de terras da Câmara, com base nesse parecer. O presidente da comissão, Pedro Melo (PL), se comprometeu a convocar o pastor para prestar esclarecimentos.⁸⁷

No tempo que lhe restava de legislatura, Alvaro Martins, que perdeu a reeleição, se dedicou a investigar os “desvios” de Átila Brandão, exigindo explicações por conta das irregularidades supostamente cometidas por ele. Seus pares na Câmara expressaram estranhamento diante desta atitude, ainda mais que durante muito tempo os dois contendores foram bem próximos. Beto Gaban assumiu o papel de defensor de Átila e chegou a lembrar a Alvaro o fato de que alguns anos antes, ele mesmo havia solicitado a concessão de Medalha Thomé de Souza para o referido pastor:

O vereador Alvaro Martins (...) falou sobre a questão da doação do terreno da Cruzada Maranata de Evangelização, que intermediou na gestão Fernando José. Disse que verificará se a doação, condicionada, atendeu aos objetivos, ou se houve desvio de finalidade para benefício do titular. Que provavelmente entrará com ação popular contra o Presidente da Cruzada, que estaria com casa em Miami e se perpetua como Presidente graças a um estatuto que ele mesmo elaborou. Disse que fez ofício ao Presidente da Cruzada para que ele esclareça a destinação dos recursos e fará denúncia ao Ministério Público e ao Ministério da Fazenda. Disse que esteve com o tesoureiro da instituição que lhe falou sobre a existência de cheques sem fundo, compras fictícias e títulos irregulares. Solicitou que fosse constituída uma Comissão para investigar a atuação do Presidente da Cruzada e a real destinação dos recursos. Em aparte, o Vereador Beto Gaban sugeriu que o Pr. Átila Brandão tivesse oportunidade de ir a Tribuna Popular, prestar os esclarecimentos. Estranhou que há um ano atrás o orador tivesse concedido à Medalha Thomé de Souza ao Pr. Átila Brandão. Disse que teve o apoio, não só da igreja do Pr. Átila Brandão, mas de vários pastores. O orador disse que isentava o Vereador Beto Gaban e respondeu

⁸⁷ *Diário Oficial do Município, Diário do Legislativo*, Salvador, p. 1, 24 out.1996.

que na época em que intermediou a doação, o comportamento do Pr. Átila era correto.⁸⁸

Apesar de afirmar isentar o vereador Beto Gaban, a tribuna da Câmara verificou uma disputa acirrada entre os dois vereadores. Embora Alvaro Martins tenha sido um defensor antigo dos interesses batistas, possuindo ligações próximas com Átila Brandão por bastante tempo, disputas internas na denominação fizeram com que perdesse o apoio do líder da Cruzada Maranata de Evangelização. O principal aliado do líder da Cruzada passou a ser o jovem Beto Gaban, que recebeu aval oficial de Brandão nas eleições de 1996. Alvaro Martins conseguiu apenas a segunda suplência do Partido Liberal e diante disto pareceu ter se revoltado com sua perda de espaço político. As implicações religiosas do caso ficaram bastante claras na época:

Os vereadores decidiram por convidar Átila Brandão à Câmara após rejeitar o requerimento de Alvaro Martins, que reivindicava a instalação de uma Comissão Especial de Inquérito para investigar o que denomina "as falcatruas praticadas pelo pastor". Na sessão de ontem, os vereadores ponderaram que CPI é um instrumento poderoso do Legislativo para averiguar denúncias de alta relevância.

Avaliaram que o conflito entre o pastor Átila Brandão e o seu ex-amigo Alvaro Martins passa por questões religiosas, e que cabe à Igreja Batista averiguar se está havendo mesmo desvio de dinheiro dos fiéis para a Cruzada que Átila preside.

Daí, ficou definido que o presidente da Comissão de Terras da Casa, vereador Pedro Melo, se encarregará de convocar o pastor que, ontem, ganhou um ardoroso defensor, no caso, o vereador Beto Gaban (PFL). Gaban criticou Alvaro Martins pelos ataques feitos a Átila, questionou a forma como o vereador do PL está conduzindo o caso e sustentou que Átila Brandão é "um grande advogado, um homem que tem liderança".⁸⁹

Como os próprios vereadores admitiram que a principal motivação para o processo era religiosa, as denúncias feitas por Alvaro Martins foram incorporadas ao relatório final CPI das terras e entregue ao Ministério Público e as discussões na tribuna da Câmara Municipal cessaram pois Alvaro Martins ficou afastado até 1999, quando voltou a ocupar uma vaga no legislativo soteropolitano. Nesta sua última etapa do mandato não foram encontrados novos atritos entre ele e Beto Gaban. O ostracismo parece ter aplacado sua sede de justiça.

Nas eleições de 2000, Alvaro Martins não voltou a se candidatar, abandonando definitivamente sua participação nos processos eleitorais. Voltou a trabalhar como radialista e se mudou para Santo Antonio de Jesus. Beto Gaban foi eleito para mais um mandato de

⁸⁸ Sessão realizada em 22 de outubro de 1996. *Diário Oficial do Município. Diário do Legislativo*, Salvador, p. 4, 24 out.1996, p. 4.

⁸⁹ Pastor será convocado a depor. *A Tarde*, Salvador, p. 9, 24 out 1996.

vereador (2001-2004). Em 4 de Julho de 2014, Alvaro Martins faleceu. Pouco tempo antes, em março deste mesmo ano, foi homenageado pelo então governador da Bahia, Jacques Wagner, pelos serviços prestados à radiodifusão baiana.⁹⁰ Causou estranhamento o fato de seu passado político, sobretudo seu passado político-religioso, ter sido pouco comentado por ocasião de sua morte. O Silenciamento da imprensa leiga seria compreensível, mas a ausência de qualquer nota nos setores de imprensa ligados à comunidade batista ou mesmo evangélica é digna de nota e talvez revele o papel que os agentes religiosos acabaram assumindo nas últimas décadas na construção das candidaturas evangélicas. Brigar com Átila Brandão, dentro desta nova conjuntura político-religiosa, acabou se revelando um mau negócio.

Assembleianos

Ao contrário dos vereadores batistas que tiveram uma expressiva produção legislativa, através da construção de projetos visando atender os interesses do seu grupo religioso, os vereadores ligados à Assembleia de Deus foram mais modestos neste sentido. Suas atuações se deram, sobretudo, através das discussões ocorridas no plenário da Câmara Municipal de Salvador, na participação em homenagens ao segmento evangélico e na submissão às ordens dos pastores da AD, principalmente quanto aos rumos de suas próprias carreiras políticas, que foram decididos pela igreja. O seu primeiro representante foi o médico Pedro Melo seguido do comerciante Eliel Santana.

Pedro Melo

Pedro Melo foi eleito pela primeira vez vereador de Salvador pelo PDC nas eleições municipais de 1988. Era então pastor da Igreja Evangélica Assembleia de Deus. Embora tenha tido sua eleição contestada por suspeita de fraude, tomou posse para assumir a legislatura 1989-1992. Nas eleições de 1992, foi reeleito novamente pelo PDC, conseguindo mais 4 anos como legislador soteropolitano. Sua filiação religiosa muito influenciou na sua atividade

⁹⁰Morre radialista e ex-vereador Álvaro Martins. Disponível em <<http://www.bahianoticias.com.br/noticia/156839-morre-radialista-esportivo-alvaro-martins.html>>. Acesso em 25/05/2015.

política. Um das primeiras medidas que adotou ao assumir o mandato foi pedir, através de requerimento, que um exemplar da Bíblia Sagrada fosse introduzido no plenário da Câmara Municipal, gesto simbólico, que foi praticamente repetido em diversos plenário pelo Brasil afora. A manutenção de uma Bíblia Sagrada sobre a mesa diretiva dos trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte em 1988 foi considerada uma das conquistas dos deputados evangélicos, para aqueles que apoiaram esta participação em termos corporativos.⁹¹

Grande parte de seus projetos com teor religioso foram elaboradas durante a sua primeira legislatura e pediam concessão de utilidade pública para várias igrejas evangélicas. Foram beneficiadas as seguintes instituições: a Primeira Igreja Batista de Fazenda Grande, a Primeira Igreja Batista Advento de Cristo, a Primeira Igreja Batista Sarça Ardente, a Primeira Igreja Batista de Pernanbués e a Associação Beneficente dos Evangélicos da Bahia. Estas solicitações foram todas encaminhadas em 1990.⁹²

Em 1995, em conjunto com os vereadores Eliel Santana e Alvaro Martins, pediu a concessão da Medalha Thomé de Souza a Gerson Gabrielli, membro da Igreja Batista da Graça, que nesta época começava a angariar destaque no meio evangélico baiano.⁹³ Gerson Gabrielli foi presidente da Câmara dos Dirigentes Lojistas de Salvador e da Confederação Nacional do Comércio Lojista. Sua atuação estava voltada principalmente para este setor, tendo participado de diversas atividades neste campo. Em 1995, Gabrielli usufruía de grande prestígio graças ao seu crescimento empresarial e parecia transformar isto em potencial político que veio a ser explorado posteriormente.⁹⁴ Foi eleito deputado federal baiano nas eleições de 1998 e 2002, com apoio da Convenção Batista Baiana.⁹⁵

Eliel Santana

Boa parte dos projetos de Eliel Santana ligados à causa evangélica é de 1995. Neste ano, ele organizou uma sessão em homenagem a Bíblia, que contou com a presença de diversas lideranças evangélicas.⁹⁶ Solicitou ainda o título de cidadão soteropolitano para Demerval

⁹¹ SYLVESTRE, Josué, *Os evangélicos, a Constituinte e as Eleições Municipais*, p. 33.

⁹² *Diário Oficial do Município*, Salvador, p. 9 e 10, 27 e 28 nov. 1990.

⁹³ *Diário Oficial do Município*, Salvador, p. 9 e 10, 27 e 28 nov. 1990.

⁹⁴ Evangélico se destaca como líder espiritual. *O Batista baiano*, Salvador, p. 8, mai/jun 1996.

⁹⁵ As eleições se aproximam!!! O que devemos fazer? O que devemos pedir? *O Batista baiano*, Salvador, p. 6, jul. 1996.

⁹⁶ *Diário Oficial do Município, Diário do Legislativo*, Salvador, p. 1, 12 dez. 1995.

Cerqueira, importante liderança local da Assembleia de Deus⁹⁷ e concedeu a Medalha Thomé de Souza a Menésia Pereira da Silva (PR 32/95 de 05/06/1995), ligada á Igreja Pentecostal Assembleia de Deus.⁹⁸

Em 1998, aprovou um projeto que denominava uma rua da cidade com o nome do missionário Otto Nelson (PL 228/98). Otto Nelson foi o organizador da Igreja Assembleia de Deus na Bahia, em 1930. Também homenageou este missionário ao batizar o grupo assistencial que ele havia fundado, o Centro Social Otto Nelson.⁹⁹

Durante seu primeiro mandato também se orgulha de ter lutado contra aprovação de um projeto que criava o Dia do Orgulho do Gay, em Salvador. Para Eliel Santana outros temas ligados aos diversos problemas sociais, como o esgoto que corria a céu aberto, as crianças que estavam fora da escola, as estradas que se encontravam cheias de buraco, deixavam de ser tratados pelo poder público para se perder tempo com aquele tema:

Eu me senti incomodado com a situação, não pelo fato de ser evangélico, mas pelo fato de não entender que uma situação como aquela pudesse ser levada a sério. Volto a repetir que não há de minha parte qualquer tipo de discriminação, não tenho dificuldade em conviver como pessoa pela sua escolha ou opção sexual. Não tenho essa dificuldade.

E na hora de votar o projeto, imaginem os senhores, 35 Srs. Vereadores, havia uma vereadora, Yolanda Pires, e foi tido tudo, da minha parte, da parte dos vereadores Álvaro, Bom Domingos e de outros. E não os convencemos de que aquele projeto não era interessante para ser aprovado naquele dia. Mas na hora em que a matéria foi colocada em votação, eu pedi para fazer o encaminhamento. E aí tenho certeza de que não foi Eliel, mas o espírito de Deus que, naquele momento, usando a minha vida, fez com que eu fizesse a seguinte pergunta: "Eu gostaria de saber aqui dos Srs. Vereadores e da vereadora Yolanda Pires qual dos senhores subiria a esta tribuna, ou iria a uma emissora de rádio, de televisão, a uma grande redação de jornal, bateria no peito e diria com orgulho: "eu tenho uma filha lésbica."¹⁰⁰

Para Eliel Santana, Deus teria interferido para adiar a votação do projeto. Ao contrário dos vereadores da Câmara Municipal de Salvador, que na visão do vereador assembleiano, teriam coisas mais importantes para se preocupar, o Senhor tinha tempo sobrando para se desassossegar com a comemoração ou não do dia do Orgulho Gay em Salvador.

Santana também foi várias vezes à tribuna para discursar em apoio a Assembleia de Deus, principalmente quando o nome da igreja era envolvido em algum escândalo. Foi o que

⁹⁷ *Diário Oficial do Município, Diário do Legislativo*, Salvador, p. 3 e 4, 27 set. 1995.

⁹⁸ *Diário Oficial do Município, Diário do Legislativo*, Salvador, p. 2, 16 jun. 1995.

⁹⁹ *Diário Oficial do Município, Diário do Legislativo*, Salvador, p. 4, 11 dez. 1998.

¹⁰⁰ *Diário Oficial do Estado, Diário do Legislativo*, Salvador, p. 17, 17 out. 2003.

aconteceu em maio de 1998, quando um grupo de assembleianos foi acusado de ter praticado exorcismo em fiel, que teria morrido como consequência do ritual.

O vereador Eliel Santana reconheceu a importância da imprensa na sociedade, mas refletiu que é preciso cautela no exercício da informação. Lamentou a distorção entre os fatos e o publicado, que desacredita a imprensa. Falou sobre o fato havido na quarta-feira, quando membros da Assembleia de Deus de São Gonçalo do Retiro foram a um casebre de uma pessoa recém convertida que outrora teve uma vida diferente, inclusive fora presa e sofrera espancamento da Polícia. Esta pessoa faleceu e um delegado, antes que qualquer apuração, deu informações e conclusões que não lhe cabem e deteve duas pessoas inocentes, sob acusação de responsabilidade na morte. Pediu que o delegado tivesse a mesma competência para coibir os assaltos e desordens, principalmente os assaltos a ônibus. Como membro da Assembleia de Deus, registrou seu protesto à ação policial precipitada, partida de pessoa, segundo soube, candidata a deputado estadual. Questionou como ficam as pessoas inocentes, acusadas injustamente.¹⁰¹

Em 1996, Eliel Santana, quando concedeu entrevista para a dissertação de mestrado do cientista política Josadac Bezerra, se designava como sendo de centro-esquerda.¹⁰² Curiosamente dizia "considerar que religião e política não se misturavam".¹⁰³ Apesar de exprimir esta postura no período, a sua posição durante o tempo que atuou como vereador soteropolitano contradisse seu discurso. O mesmo pode ser dito em relação ao seu mandato como deputado estadual. Santana se elegeu nas eleições de 1998, pelo Partido Socialista Brasileiro (PSB). Sua atuação na Assembleia Legislativa do Estado da Bahia será analisada no terceiro capítulo.

Iurdianos

A trajetória iurdiana na Câmara Municipal de Salvador se iniciou em 1999, a partir da eleição de seu primeiro vereador Domingos Bonifácio, apenas 8 anos após a instalação da IURD na cidade. Ao longo dos anos, ela foi se ampliando com a introdução de outros nomes

¹⁰¹ *Diário Oficial do Município, Diário do Legislativo*, Salvador, p. 4, 28 mai 1998.

¹⁰² Na época Eliel Santana fazia parte do Movimento Evangélico Progressista, formado por grupos de protestantes ligados a partidos de esquerda. Eleições: Bahia - PT é alternativa real. Disponível em <<http://www.teoriaedebate.org.br/materias/politica/eleicoes-bahia-pt-e-alternativa-real>>. Acesso em: 05/05/2015.

¹⁰³ SANTOS, Josadac Bezerra de. *Representação política e religião: uma análise do discurso de candidatos evangélicos em eleições municipais no estado da Bahia, 1992/1996*. Recife, UFP, 1998. Dissertação de Mestrado em Ciência Política, p. 69.

que acabaram levando a existência de quase uma bancada iurdiana no seio da bancada evangélica no legislativo municipal.

Domingos Bonifácio

Domingos Bonifácio, conhecido pelos seus eleitores também como Bom Domingos, foi eleito em 1988 com a surpreendente marca de segundo vereador mais votado da capital, perdendo apenas para o cantor Gilberto Gil, que se aventurara na carreira política naquele momento. Com votação maciça dos fiéis da Igreja Universal, Bonifácio foi o primeiro, de uma série de vereadores, eleito para defender os interesses deste grupo no espaço legislativo municipal soteropolitano. Foi ele o autor do primeiro projeto que deu concessão de utilidade pública à Igreja Universal do Reino de Deus em terras baianas, o PL 266/90, lançado no final do segundo ano do seu primeiro mandato.¹⁰⁴

Na legislatura seguinte (1993-1996), foi identificado apenas um projeto que ligava Domingos Bonifácio à Igreja Universal do Reino Deus. Tratava-se do Projeto de Resolução 59/96 de 15/08/1996¹⁰⁵, que concedia a Comenda Maria Quitéria a então deputada estadual Zelinda Novaes, cuja ligação com a IURD será analisada no próximo capítulo.

No terceiro mandato, a relação de Bonifácio com a causa evangélica se tornou mais explícita. Em 1997, Bom Domingos apresentou dois projetos com interesses comumente associado aos evangélicos. O PL 06/97 sugeria a criação da Semana da Consciência Evangélica, na cidade de Salvador, a ser comemorada no mês de dezembro, na mesma semana em que fosse comemorado o Dia da Bíblia. Já o PL 188/97, autorizava o chefe do Poder Executivo a promover liberação, permissão e concessão de obras de arte a diversos segmentos sociais, inclusive religiosos. Este projeto será analisado posteriormente, mas significou possivelmente uma reação de Bonifácio à colocação de estátuas dos orixás no Dique do Tororó. Neste mesmo ano, apresentou a moção 06/97, na qual aplaudia a Rede Record de Televisão pela implantação da emissora na Bahia, através da TV Itapoan.¹⁰⁶

No ano seguinte foram elaborados mais dois projetos. O primeiro, o PR 22/98, concedia a medalha Thomé de Souza ao bispo da Igreja Universal do Reino Deus, Marcelo Nascente

¹⁰⁴ *Diário Oficial do Município*, Salvador, p. 16, 20 a 21 de Novembro de 1990.

¹⁰⁵ *Diário Oficial do Município, Diário do Legislativo*, Salvador, p. 2, 20 de novembro de 1996.

¹⁰⁶ *Diário Oficial do Município, Diário do Legislativo*, Salvador, p. 10, 5 mar. 1997; p. 4, 22/10/1997; e p. 2, 12/08/1997, respectivamente.

Pires, e o segundo, o PL 106/98, objetivava obrigar que hotéis e estabelecimentos similares determinassem o preenchimento da ficha de controle, visando impedir a frequência de menores de 18 anos de idade, enquadrando-se num quadro de controle dos costumes, típico dos políticos evangélicos neste momento, embora totalmente respaldado pela legislação de proteção ao menor.¹⁰⁷

Geraldo Alves Ferreira

O Geraldão ou Super Geraldo, formas de como era designado o vereador Geraldo Alves Ferreira, teve o seu primeiro mandato como vereador nas eleições de 1992, concorrendo pelo Partido Social Democrata Brasileiro (PSDB). Ao longo da legislatura 1993-1996, converteu-se à Igreja Universal do Reino de Deus e manteve, a partir deste momento, uma postura de defensor de seus interesses na Câmara Municipal. Antes mesmo da conversão oficial, que ocorreu em dezembro de 1996, as relações de Geraldão com a Igreja Universal do Reino Deus eram bastante estreitas e se faziam notar através de concessões de utilidade pública e das diversas homenagens.

Em setembro de 1994, apresentou o PR 33/94 concedendo a medalha Thomé de Souza ao pastor Wanderval Lima dos Santos, então liderança iuridiana baiana.¹⁰⁸ O pastor recebeu a medalha em junho de 1995 em uma disputada cerimônia da Câmara Municipal.¹⁰⁹ Em 1995, apresentou o PL 03/95 de 06/03/1995 que dispunha sobre a isenção de renovação anual de alvará de funcionamento para templos religiosos e outras instituições do mesmo caráter.¹¹⁰ Ainda em 1995, propôs maior controle e fiscalização da venda de publicações de natureza pornográfica nas bancas de revistas de Salvador, determinando que este material devesse ficar protegido da exposição pública, através do PL 19/95.¹¹¹

As ligações de Geraldão com a Igreja Universal do Reino Deus, neste momento, não se apresentavam visíveis apenas através dos projetos lançados. A exibição em setembro de 1995, de “Decadência”, uma minissérie da TV Globo, levou Geraldo à tribuna da Câmara para proferir discursos acirrados em defesa de seu grupo. De autoria de Dias Gomes e direção de

¹⁰⁷ *Diário Oficial do Município, Diário do Legislativo*, Salvador, p. 3, 2 jun. 1998 e p. 4, 19 jun 1998, respectivamente.

¹⁰⁸ *Diário Oficial do Município, Diário do Legislativo*, Salvador, p. 12, 30 nov. 1994.

¹⁰⁹ *Diário Oficial do Município, Diário do Legislativo*, Salvador, p. 1, 12 jun. 1995.

¹¹⁰ *Diário Oficial do Município, Diário do Legislativo*, Salvador, p. 2, 08 mar. 1995.

¹¹¹ *Diário Oficial do Município, Diário do Legislativo*, Salvador, p. 3, 24 mar. 1995.

Roberto Farias, a produção global provocou a revolta do bispo Edir Macedo, de outras lideranças evangélicas, dos fiéis da IURD e de outras denominações que interpretaram a obra como um desrespeito aos seus princípios religiosos. Na época da exibição da minissérie, a Rede Globo estava em "guerra" com a Igreja Universal e havia publicado inúmeras reportagens contra o Bispo Edir Macedo, que foram exibidas semanas antes de sua estreia. A rivalidade midiática que estava por trás do evento foi comentada por Ferreira na sessão realizada em 18 de março de 1995:

O vereador Geraldo Ferreira lembrou que a Constituição promulgada em 1988 assegura ao cidadão brasileiro a liberdade de expressão e de religião em que cada cidadão pode cultuar seu Deus sem prejudicar o semelhante. Observou, entretanto, que no caso da série “Decadência”, da Rede Globo, está claro o propósito de deturpar, distorcer e enganar a opinião pública contra os evangélicos. Disse que a Globo anunciou que respeitava o direito de religiosidade e que a história era ficção baseada em fatos históricos, contudo misturou as imagens do uso da Bíblia e ao utilizar a Bíblia como imagem para atacar, fez isto indistintivamente. Disse que como representante do segmento evangélico é seu dever defender a comunidade, não aceitando passivamente, que meios de comunicação de massa queiram desvirtuar os propósitos do evangelho. Considerou que a situação esconde algum interesse escuso e refutou que se queira usar imagens para denegrir¹¹² todo um trabalho das comunidades evangélicas. Finalmente, o orador considerou que o propósito da comunicação deve ser o de informar. Nesta missão, tem que respeitar o direito religioso e principalmente o direito de expressão garantido na Constituição Federal.¹¹³

Quando do episódio que ficou conhecido com "Chute da Santa", novamente Geraldo Alves Ferreira foi à tribuna para defender a IURD, lamentando “o episódio envolvendo o Bispo Sergio Von Helder”, e afirmando ter sido um fato “isolado” que não representava o pensamento da Igreja Universal.¹¹⁴ Por fim, elogiou o Bispo Edir Macedo por ter pedido desculpas públicas em nome da igreja, por conta da atitude de seu auxiliar.¹¹⁵ Em 10 de abril de 1997, lançou o PL 29/97, que considerava de Utilidade Pública Municipal a Associação

¹¹² O emprego da palavra denegrir tem sido muito criticada pelo caráter racista que está implícito na seu uso, entretanto, foi comumente aplicada por políticos/políticas evangélicos que pareceram não estar atentos as questões raciais presentes na sociedade baiana. Exceção poderia ser atribuída ao ex-deputado federal Reginaldo Germano que sempre demonstrou interesse particular por esta temática. Esta atuação diferenciada será melhor analisada quando tratarmos sobre a atuação dos deputados federais evangélicos baianos.

¹¹³ *Diário Oficial do Município, Diário do Legislativo*, Salvador, p. 6, 20 set. 1995.

¹¹⁴ O “chute da Santa” foi a forma como ficou conhecida a agressão a uma imagem de Nossa Senhora Aparecida realizada pelo Bispo iurdiano Sergio Von Helder, na madrugada de 12 de outubro de 1995, em um programa transmitido pela Rede Record. No vídeo veiculado pela emissora de propriedade da Igreja Universal do Reino de Deus, Von Helder aparece dando chutes na imagem na tentativa de provar para os fiéis que ela não passava de um “boneco feio” e “desgraçado”, que não tinha nenhum tipo de eficácia religiosa. Tal evento causou indignação em diversos setores da sociedade, principalmente no meio da comunidade católica brasileira, que protestaram quanto ao gesto de intolerância religiosa praticado pela IURD. *A Tarde*, 16/10/1995, Opinião, p. 6

¹¹⁵ *Diário Oficial do Município, Diário do Legislativo*, Salvador, p. 6, 19 out. 1995.

Beneficente Cristã.¹¹⁶ Pediu também a concessão do título de cidadão soteropolitano a Marcelo Nascente Pires, liderança iurdiana, através do PR 22/97, a qual foi concedida em apenas dois meses.¹¹⁷

Em conjunto com outros vereadores evangélicos, Beto Gaban, Eliel Santana e Alexandre Madureira, Geraldo Ferreira apresentou o PL 69/98, de 11/05/1998, que dispunha sobre a instituição da “Marcha para Jesus” no âmbito do município de Salvador, considerado pelos elaboradores do projeto como um evento significativo para os evangélicos, inclusive mundialmente.¹¹⁸ Este projeto foi aprovado pela Câmara Municipal.

Em junho de 1998, solicitou a concessão de Utilidade Pública Municipal para Associação Pentecostal Pronto Socorro de Jesus, que tinha passado a denominar-se Associação de Amparo a Vida. Esta organização era dirigida pelo próprio Geraldo Ferreira.

Atuação do Pastor Alexandre Madureira

Alexandre Bittencourt Madureira já se encontrava vinculado à rede assistencial da IURD, como secretário na mesa diretora da Associação Beneficente Cristã soteropolitana, quando foi eleito vereador em 1996. Era também assistente no gabinete de Zelinda Novaes, deputada estadual ligada à IURD. A sua candidatura ganhou forte apoio das lideranças iurdianas. Neste momento, verificava-se na participação política evangélica uma gradativa mudança dos antigos quadros por pessoas mais ligadas ao grupo, com mais pastores e bispos se lançando como candidatos e ressaltando seu vínculo religioso, notadamente utilizando-se do braço social da igreja para sua promoção.

Durante seu desempenho como vereador, foram identificados dois projetos de Madureira ligados a grupos evangélicos: o PL 158/97, que considerava de Utilidade Pública Municipal o “Desafio Jovem Peniel”, ligada à Igreja Batista Peniel e o PL 128/99, que dava a mesma concessão à Associação Desafio Jovem Salvador.¹¹⁹ Sua atuação como representante dos interesses evangélicos e iurdianos esteve, em grande parte, vinculada ao seu desempenho parlamentar, através de discursos em plenário.

¹¹⁶ *Diário Oficial do Município, Diário do Legislativo*, Salvador, p. 3, 2 abr. 1997.

¹¹⁷ *Diário Oficial do Município, Diário do Legislativo*, Salvador, p. 1, 20 set. 1997.

¹¹⁸ *Diário Oficial do Município, Diário do Legislativo*, Salvador, p. 5, 2 ago. 1998.

¹¹⁹ *Diário Oficial do Município, Diário do Legislativo*, Salvador, p. 2, 19 set 1997 e p. 4, 9 set. 1999.

Alexandre Bittencourt também era figura presente em diversos eventos de cunho social promovidos pela Igreja Universal na cidade de Salvador e sua ligação com a deputada estadual Zelinda Novaes era bastante próxima, pois seu nome quase sempre aparece ligado ao dela em eventos relatados no jornal da IURD. Por exemplo, a *Folha Universal* relata em janeiro de 1997, que em uma sessão especial para comemorar o dia da Bíblia convocada por Zelinda, Alexandre Madureira foi o representante oficial da igreja, a convite da deputada.¹²⁰

Atuação de Tia Eron

Como o pastor Alexandre Madureira, as relações de Eronildes Vasconcelos com a Igreja Universal do Reino Deus eram notórias e seu desempenho legislativo apenas afirmou sua proximidade com o grupo. Em seu primeiro ano de mandato, Tia Eron lançou apenas um projeto que pode ser associado a políticos evangélicos, o PL 150/01, que proibia o comércio de bebidas alcoólicas em postos de gasolina, e apresentou uma única moção, a Moção 14/01, que parabenizava a Rádio Sociedade, cuja proprietária era a IURD, pelo Projeto Sociedade nos Bairros. Mas em 2002, a ligação se tornou mais visível. Neste período, foram apresentadas três moções e cinco projetos.

Foram prestadas congratulações à Igreja Universal do Reino Deus pela comemoração dos 25 anos de sua fundação; à ADHONEP (Associação de Homens de Negócios do Evangelho Pleno) pela realização de encontro, que contou com a presença do Bispo iurdiano Marcelo Crivella, e, por fim, à IURD pelo apoio dado no combate à dengue.¹²¹ Esta última foi assinada por 24 vereadores.¹²² Eis um trecho da justificativa apresentada para a aprovação da homenagem:

Está sendo feita em Salvador uma grande campanha para combater o mosquito transmissor da Dengue, que vem assolando a população. A Igreja Universal do Reino Deus também está nesta luta, ajudando os poderes públicos, utilizando para este fim, todos os seus recursos de comunicação, orientando a prevenção da Dengue e como tratar a doença.

A Igreja Universal do Reino Deus está envolvida com diversos programas sociais, atuando através do programa Coisas da Vida – que vai ao ar diariamente às 13:00h, na TV Itapoan – e diversos programas de rádio que abordam os mais diversos temas, entre estes, o combate a Dengue.

¹²⁰ Dia da Bíblia em Salvador. *Folha Universal*, Rio de Janeiro, p. 5b, 12 jan. 1997.

¹²¹ *Diário Oficial do Município, Diário do Legislativo*, Salvador, p. 2, 14 jan 2001; p. 23, 31 ago. 2001; e p. 2, 22 mar. 2002; respectivamente.

¹²² *Diário Oficial do Município, Diário do Legislativo*, Salvador, p. 1, 22 mar. 2002.

A IURD também colocou à disposição da Secretaria de Saúde do Município, voluntários para prestar serviço no combate ao mosquito transmissor da Dengue.¹²³

O PL 84/02 apresentava uma maneira do poder estatal retribuir à IURD pela ajuda na prestação de serviços públicos, ao propor a renovação da concessão de Utilidade Pública Municipal dada a Associação Beneficente Cristã pelo PL 29/97, encaminhado por Geraldo Ferreira, em 1997. Em 14 de agosto de 2002, Eronildes Vasconcelos deu entrada ao PL 145/02 e ao PL 146/02 que declaravam Utilidade Pública Municipal à Associação Beneficente dos Evangélicos do Salvador, à Associação Federativa das Igrejas Evangélicas e dos Evangélicos do Brasil (ASFIEEB) e ao Conselho Nacional dos Bispos e Pastores Evangélicos do Brasil (CNBPEB).¹²⁴ Para a vereadora iurdiana, estas associações zelavam pela conservação dos direitos dos evangélicos.¹²⁵

Os últimos projetos de Tia Eron analisados também davam benefícios fiscais a grupo com ligações evangélicas. O PL 239/02 concedia a condição de organização de Utilidade Pública Soteropolitana à Escola Creche Rosa de Sarom e o PL 240/02, à Igreja Pentecostal Rosa de Sarom.¹²⁶

Contrapontos

Embora não fizessem propriamente parte da bancada evangélica, dois vereadores merecem destaque na análise sobre a mesma, pois o exame de suas legislaturas nos ajuda a entender melhor as nuances desta participação política. O primeiro deles é o batista Walter Pinheiro. Filiado ao Partido dos Trabalhadores (PT), disputou sua primeira eleição em 1986, como candidato a deputado estadual; em 1992, foi eleito vereador de Salvador e reeleito nas eleições de 1996, mas deixou o cargo em 1998 para assumir o mandato de deputado federal, cargo que assumiu por quatro legislaturas consecutivas. Em 2009, se licenciou do mandato de deputado federal para assumir a Secretaria de Planejamento do Governo da Bahia, no governo de Jacques Wagner. Nas eleições de 2010, Pinheiro se tornou o primeiro senador eleito pelo

¹²³ *Diário Oficial do Município, Diário do Legislativo*, Salvador, p. 2, 22 mar. 2002.

¹²⁴ *Diário Oficial do Município, Diário do Legislativo*, Salvador, p. 5, 10 mai. 2002, p. 5; p. 4, 16 ago. 2002; e p. 4, 16 ago. 2002; respectivamente.

¹²⁵ *Diário Oficial do Município, Diário do Legislativo*, Salvador, p. 14, 16 ago. 2002, p. 14.

¹²⁶ *Diário Oficial do Município, Diário do Legislativo*, Salvador, p. 4 e 5, 20 dez 2002.

PT no estado da Bahia.¹²⁷ Em 2002, foi um dos coordenadores do Comitê Evangélico Pró-Lula no país, que também contava com a presença do articulador político da IURD, o então Bispo Carlos Rodrigues.¹²⁸ O segundo foi o advogado Antonio Lima, membro das religiões afro-brasileiras e ex-presidente do Sindicato dos Feirantes em Salvador, cargo que exerceu por vários anos.¹²⁹

Walter Pinheiro

Embora Walter Pinheiro fosse evangélico, como os demais vereadores, ele não fazia parte da bancada evangélica e sua posição política era encarada, sobretudo, a partir de sua participação nos movimentos sociais. Ligado ao Movimento Evangélico Progressista¹³⁰ e filiado ao Partido dos Trabalhadores, nunca usou seu mandato político como vereador para conseguir benesses para sua comunidade religiosa. O MEP visava congregar evangélicos ligados a partidos de esquerda e ou envolvidos com movimentos sociais, sindicatos, grupos comunitários. Uma iniciativa que almejava romper com a ideia generalizada de que este segmento sempre estava associado a partidos de direita.¹³¹

Pinheiro tinha uma postura crítica diante dos temas que mobilizavam os evangélicos naquele espaço, como por ocasião da exibição da minissérie global *Decadência*. Enquanto os membros da bancada evangélica estavam preocupados em denunciar o que consideraram o desrespeito a sua comunidade, principalmente pela caracterização dada ao segmento, Walter Pinheiro pontuou que a minissérie de Dias Gomes levava para cena pública a discussão sobre os monopólios, a violência, a prostituição e a discriminação racial na TV.¹³² Seus projetos de pedido de concessão de utilidade pública em momento algum foram voltados para a comunidade evangélica. Eles beneficiavam principalmente associações de bairro ou iniciativas de grupos culturais. Sua atividade como sindicalista pautava sua postura política.

¹²⁷ Pesquisa Dez parlamentares mais influentes do Congresso Nacional. Disponível em <http://www.diap.org.br/index.php?option=com_jdownloads&Itemid=513&view=finish&cid=2887&catid=6>. Acesso em 01/05/2015.

¹²⁸ Igreja Universal prepara exército pró-Lula. Disponível em <<http://www.paranonline.com.br/editoria/pais/news/27620/?noticia=IGREJA+UNIVERSAL+PREPARA+EXERCITO+PRO+LULA>>. Acesso em 29/04/2015.

¹²⁹ Quem são os novos vereadores. *A Tarde*, Salvador, p. 8, 24 nov. 1988.

¹³⁰ Para uma análise mais aprofundada sobre o MEP ver: “*À direita de Deus, à esquerda do povo*”: *Protestantismos, esquerdas e minorias em tempos de ditadura e democracia (1974-1994)* do historiador Zózimo Trabuco. TRABUCO, Zózimo Antônio Passos. “*À direita de Deus, à esquerda do povo*”: *Protestantismos, esquerdas e minorias (1974-1994)*. Salvador, Saggá, 2016.

¹³¹ TRABUCO, Zózimo Antônio Passos. “*À direita de Deus, à esquerda do povo*”, p. 461.

¹³² *Diário Oficial do Município, Diário do Legislativo*, Salvador, p. 6, 20 set. 1995.

Apesar da diferença de posicionamento, não foi identificado durante sua atuação como vereador nenhum choque entre Pinheiro e membros da bancada evangélica durante as sessões na Câmara Municipal. Não havia razões para conflito? Dificilmente a resposta para esta questão poderia ser afirmativa, levando-se em conta o posicionamento antidemocrático assumido por esta bancada ao longo do período estudado. Por que, então, não ocorreu o embate? Talvez, a resposta para esta questão passe pela condição religiosa de Pinheiro. Ele não era um político evangélico, mas não deixava de ser um evangélico político, e talvez fosse sensível em alguma medida às demandas desta comunidade, ou partilhasse de alguns princípios morais que lhe eram caros.

Antonio Lima

Se Pinheiro surpreende pela ausência de um confronto direto com a bancada evangélica, Antonio Lima produz o mesmo efeito por conta de sua posição de principal contestador deste grupo. Considerado, ainda que não oficialmente, representante dos adeptos das religiões de matriz africana na Câmara Municipal de Salvador, durante o período de sua vereança defendeu esta comunidade religiosa dos ataques dos vereadores evangélicos, sendo notórios os seus embates com o vereador batista Alvaro Martins, expostos não apenas nas atas das sessões realizadas na Câmara Municipal, mas também nos relatos da imprensa local:

De formação católica. Lima descobriu o candomblé e frequenta o terreiro Tira-Teima, na Boca do Rio, há mais de 30 anos.

Jeito jocoso, gestos alegóricos, Lima não dispensa os trajes imaculadamente brancos às sextas feiras, nem abre mão de suas contas de proteção. E mais, não tem quem faça ele dizer o nome da entidade que o protege: "Não vou abrir a guarda para dizer qual é meu orixá de cabeça porque os inimigos me pegam". Não dá para saber a quem ele se refere, mas, pelos embates religiosos que vem travando no plenário, o inimigo em questão (pelo menos nas sessões em que a questão religiosa vem à tona) deve ser o colega Alvaro Martins (PL).

Quem frequenta a Câmara sabe que Lima apelidou Alvaro Martins de "Cavalinho de Oxóssi", provocação que o vereador do PL não tolera e repudia com toda violência. Mas Lima não se faz de rogado. Bate pé firme e garante que, antes de ingressar na igreja evangélica, Martins gostava muito do orixá. "Não sei se Alvaro deixou o candomblé por convicção ou para subtrair o voto dos evangélicos", desafia.¹³³

Ele cumpria o papel de alertar aos vereadores evangélicos o caráter corporativo e por vezes, preconceituoso, de seus projetos e de muitas de suas posições políticas. Como pode ser

¹³³ A *Tarde*, Salvador, p. 4, 27 mai 1996.

observado na reportagem, o principal adversário de Lima era Alvaro Martins, talvez por conta do caráter mais combativo da atuação deste vereador quando o tema eram as questões religiosas. Mesmo quando concordavam com alguma matéria, eles conseguiam entrar em rota de colisão. Foi o que aconteceu na sessão realizada em 18 de setembro de 1995, quando os edis discutiam a exibição da minissérie global *Decadência*. A maior parte dos vereadores, incluindo neste grupo Alvaro Martins e Antonio Lima, condenou o que considerou desrespeito religioso presente na série, mas, ainda assim, os dois vereadores conseguiram se ofender:

O Edil Antonio Lima opinou que cada um tem o direito de seguir a religião que desejar. Entretanto, tem o dever de respeitar o credo de outrem. Em parte, o Vereador Alvaro Martins louvou o orador pela sua coragem de assumir-se anticristão. Esclareceu que não criticou nenhuma religião, apenas condenou a atitude discriminatória da Rede Globo. O orador respondeu que anticristão é aquele vaidoso, arrogante, que não respeita a crença do irmão.¹³⁴

Antonio Lima também legislava no sentido de conseguir benesses para seu grupo religioso através do pedido de concessão de utilidade pública para associações ligadas a este segmento, dentre estas, a Federação Baiana do Culto Afro-brasileiro, a Sociedade São Gerônimo de Alaketo e a Sociedade Religiosa Ladê Padê Mim.¹³⁵ Esta prática reitera a percepção de que, para a autoria deste tipo de produção legislativa, não havia distinções de caráter religioso.

¹³⁴ *Diário Oficial do Município, Diário do Legislativo*, Salvador, p. 7, 20 set 1995.

¹³⁵ *Diário Oficial do Município, Diário do Legislativo*, Salvador, p. 8 e 9, 5 abr. 2000; p. 3, 19 jun. 1998; e p.5, 6 mai 1999.

Tabela 1 - Votação dos vereadores evangélicos (1988 – 2000)

Vereador	1988	1992	1996	2000
Alvaro Martins	2732	4339	4740	-
Beto Gaban	-	2335	6337	9749
Pedro Melo	2678	1974	-	-
Eliel Santana	1353	1709	4798	-
Domingos Bonifácio	8481	3255	5563	7753*
Geraldo Alves Ferreira	-	3424	7821	5559*
Alexandre Madureira	-	-	7567	-
Eronildes Vasconcelos	-	-	-	12910

* Conseguiu apenas a suplência e não tomou posse durante a legislatura.

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral.

CAPÍTULO II - A BANCADA EVANGÉLICA EM AÇÃO

“Sem folha não tem sonho
Sem folha não tem vida
Sem folha não tem nada.

Quem é você e o que faz por aqui?
Eu guardo a luz das estrelas
A alma de cada folha
Sou Aroni”.
Gerônimo.

Este segundo capítulo foi dividido em duas partes. Na primeira, analisa-se a atuação dos políticos evangélicos baianos durante o governo Lídice da Mata (1993-1996), principalmente sua reação ao que será aqui interpretado como a instauração de uma política pública para as religiões afro-brasileiras em território soteropolitano por parte da prefeitura de Salvador. No segundo momento, será observado o desempenho da bancada evangélica no governo de Antonio Imbassahy, a partir de dois episódios sucedidos em seu primeiro mandato como prefeito: a instalação das estatuas dos orixás no Dique do Tororó¹³⁶ e a padronização da venda de acarajé. No final, será realizada uma tentativa de avaliação dos resultados das análises empreendidas nos dois primeiros capítulos.

Governo Lídice da Mata

Em 2005, estreou em circuito nacional o filme *Jardim das Folhas Sagradas*¹³⁷, longa-metragem do cineasta Pola Ribeiro, que conta a história de Bonfim, negro, funcionário bem sucedido de um banco na cidade de Salvador, que teve sua vida transformada por conta da revelação de que teria que abrir um terreiro de candomblé. Para realizar tal intento, ele foi forçado a empreender uma série de aventuras, lutando contra aspectos tradicionais nos cultos afro-brasileiros que iam de encontro aos seus próprios princípios, enfrentando as mazelas da especulação imobiliária soteropolitana, do preconceito racial e religioso. O filme, além de analisar estes aspectos, também abordou a relação bastante particular que estes cultos mantêm com a natureza. É, sobretudo, esta faceta que inspira a imediata ligação desta produção a um antigo projeto de preservação ambiental que tivera o mesmo nome e que foi desenvolvido no

¹³⁶ Foram instaladas oito esculturas dos Orixás: representações de Oxum, Ogum, Oxóssi, Xangô, Oxalá, Iemanjá, Nanã e Iansã.

¹³⁷ *Jardim das folhas sagradas*, direção de Pola Ribeiro, roteiro de Henrique Andrade e Pola Ribeiro, distribuído pela Polifilmes, brasileiro, 2011, com duração de 90 minutos e classificação livre. Elenco: Antônio Godi, Aurístela Sá, Érico Braz, Evelyn Buchegger, Harildo Deda, João Miguel e Sérgio Guedes.

governo municipal de Lídice da Mata, em Salvador, entre os anos de 1993 a 1995. Neste, também se ressaltava o papel desempenhado pelas religiões de matriz africana para a preservação ambiental, pois um dos elementos indispensáveis ao culto são as folhas, folhas que formam uma espécie de jardim sagrado.

A coincidência dos nomes, que tinham basicamente o mesmo significado, não parecia arbitrária, ao se referir às religiões afro-brasileiras como um espaço que proporcionava a preservação das áreas verdes, tão raras com o processo de urbanização sofrido pela cidade de Salvador nas últimas décadas. Depois de algumas pesquisas, foi possível constatar que a realização de uma produção cinematográfica fazia parte do projeto original desenvolvido pela prefeitura de Salvador¹³⁸, mas que não teve continuidade possivelmente por conta das dificuldades financeiras enfrentadas por Lídice da Mata no seu último ano de governo e pela não permanência do mesmo grupo na gestão seguinte.¹³⁹ O interesse, no entanto, de investigar este projeto e seus possíveis significados no campo religioso soteropolitano teve como resultado este tópico. Nele, serão analisados alguns enfrentamentos ocorridos durante a gestão de Lídice da Mata, possivelmente em razão de uma menor articulação política da bancada evangélica. Nosso objetivo principal foi discutir como as políticas públicas para o povo de santo, instituídas pela dita prefeita, ocasionaram reações no campo evangélico.

Objetivamos construir um histórico das relações entre os vereadores evangélicos, seus colegas e a prefeita da cidade no que tange às políticas públicas empreendidas pela prefeitura e que tiveram como beneficiários setores ligados às religiões de matriz africana. No governo de Lídice, a valorização do patrimônio cultural afro-brasileiro não agradou muitos vereadores ligados a grupos evangélicos. Apesar das dificuldades enfrentadas pela prefeita que administrava a cidade, na época com poucos recursos, fruto apenas das transferências obrigatórias feitas pelo governo estadual, dirigido por Antonio Carlos Magalhães, houve uma política pública voltada para a valorização do candomblé, principalmente através do projeto Jardim das Folhas Sagradas, que realizou a melhoria de instalações físicas de alguns terreiros

¹³⁸Jardim das folhas sagradas, por seu diretor. Disponível em <<http://cenpah.wordpress.com/2010/12/01/entrevista-exclusiva/polemicas-do-filme/>>. Acesso em: 01/07/2014.

¹³⁹ *A Tarde*, Salvador, p. 10, 25 jun. 1995.

de candomblé de Salvador.¹⁴⁰ Surpreendentemente, esta iniciativa não consta na seleção das ações de seu governo como prefeita no seu atual site oficial.¹⁴¹

Antecedentes de políticas públicas para o povo de santo em salvador

Durante as décadas de 1970 e 1980, foram encontradas duas iniciativas da prefeitura de Salvador voltadas a melhorias para os adeptos das religiões de origem africana. Elas foram relatadas pelo antropólogo Jocélio Teles dos Santos, no livro *O poder da cultura e a cultura no poder*: a disputa simbólica da herança negra no Brasil. Nesta obra, Santos analisa a relação entre a cultura negra (ou culturas negras) e o Estado, entre os anos 60 e 90 do século XX. Em 1976, a prefeitura de Salvador, dirigida por Jorge Hage Sobrinho, em convênio com a Sociedade Cruz Santa do Axé Opô Afonjá e a Sociedade de Estudos da Cultura Negra (Secneb), implantou um projeto-piloto de uma escola alternativa voltada para a comunidade do terreiro. A Escola, chamada Obá Biyi, antecipou medidas de promoção da cultura afro-brasileira que só viriam a ser implementadas pelo Estado nas duas últimas décadas:

Além de assistência médica, alimentação, creche, atividades profissionalizantes, o projeto incluía a criação de um currículo multicultural, cuja metodologia incorporava elementos das comunidades religiosas, como cânticos, lendas e mitos. O escopo do projeto era o universo simbólico que passava a ser utilizado tanto na integração com a sociedade global quanto como uma forma de impedir a “alienação” das crianças da comunidade.¹⁴²

Outra iniciativa que pode ser pensada como uma ação de política pública voltada para as religiões de origem africana foi o tombamento do Terreiro da Casa Branca, ocorrido em 1982, no governo de Renan Baleeiro (1981-1983). No governo seguinte, do prefeito Manoel Castro (1983-1986), o terreno onde estava localizado o terreiro foi desapropriado e doado à comunidade religiosa.

A luta pela preservação da "Casa Branca" começou no final de 1980, quando alguns dos seus frequentadores sentiram que, logo logo, os 6 mil e 800 metros

¹⁴⁰ A derrota do grupo de ACM nas eleições de 1990 custou à cidade de Salvador quatro anos de abandono e perseguições a então candidata do PSDB. ALMEIDA, Gilberto Wildberger de. *Política e mídia na Bahia: com ênfase na trajetória de Antônio Carlos Magalhães*. Salvador, FACOM/UFBA, 2000 Tese de Doutorado em Comunicação, p. 524.

¹⁴¹ Prefeita. Disponível em <<http://www.lidice.com.br/v1/lidice/prefeita/>>. Acesso em: 30/06/2013.

¹⁴² SANTOS, Jocélio Teles dos. *O poder da cultura e a cultura no poder*. Salvador, EDUFBA, 2005, p. 175.

quadrados secularmente ocupados pelo Candomblé dariam lugar aos comuns loteamentos urbanos. As ameaças do atual proprietário do terreno, Hermógenes Príncipe, eram frequentes e, por iniciativa do antropólogo Olympio Serra, foi criada a Comissão de Defesa da Casa Branca.¹⁴³

Em 1984, o Terreiro da Casa Branca foi tombado como Patrimônio Histórico do Brasil pelo Conselho do Patrimônio Nacional.¹⁴⁴ No ano seguinte, um exemplo do prestígio do terreiro diante dos órgãos municipais pode ser visto através de um evento rotineiro na cidade de Salvador, em época de chuva: a necessidade de derrubadas de árvores em situação de risco. Três árvores consideradas sagradas pelo terreiro, duas gameleiras e uma jaqueira, ameaçavam desabar e cabia a Superintendência de Parques e Jardins da prefeitura fazer o serviço. Mas para que a obra se realizasse foi imprescindível à realização de uma série de rituais de caráter religioso, incluindo a realização de oferendas e uma espécie de purificação dos trabalhadores. "Os últimos rituais - aspersão de água sobre as árvores e lavagem das mãos dos funcionários da Prefeitura - foram cumpridos minutos antes de os operários desferirem as primeiras machadadas sobre a jaqueira".¹⁴⁵

Ambas as ocorrências se inscrevem num quadro de transformação da relação do Estado com a questão negra. Se antes estas populações tiveram seus pleitos atendidos a partir de sua promoção cultural, cada vez mais as iniciativas se voltaram, a partir do processo de democratização da sociedade brasileira e da emergência de movimentos negros organizados politicamente, para a busca de ações que dessem conta de responder a necessidades relacionadas à questão da cidadania. É interessante notar que os aspectos culturais da comunidade negra brasileira, notadamente a religião, permaneceram com um dos mais efetivos instrumentos de luta. Como observa Santos:

Mesmo que o preconceito sobre as religiões afro-brasileiras ainda fosse corrente, a conjuntura política possibilitava reações anteriormente não manifestadas. Se havia matérias de jornais relacionando achados macabros na cidade do México com as práticas dos candomblés do Brasil, morte de pessoas em rituais afro-brasileiros ou a proposta de proibição pelo governo federal de qualquer tipo de despacho de umbanda e candomblé em vias públicas, a partir dos anos oitenta, a reação a qualquer tentativa de discriminação das religiões afro-brasileiras englobaria tanto intelectuais, pais e mães-de-santo, lideranças de movimentos negros e de esquerda, assim como representantes das elites políticas e de representantes das entidades governamentais. Um exemplo sintomático foi o pedido de desculpas do governador do estado da Bahia, Waldyr Pires (PMDB), pela repressão aos terreiros de candomblé ocorrida ao longo do século e a devolução de inúmeros objetos

¹⁴³ MENTONI, Gioconda. O tombamento do mais antigo terreiro do Brasil. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, Caderno B, p. 1, 2 ago. 1992.

¹⁴⁴ ALVIM, Francisco. A mãe de todas as casas. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, Folhetim, p. 11, 30 set. 1984.

¹⁴⁵ Árvores sagradas são derrubadas. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, p. 14, 16 mai. 1985.

sagrados apreendidos pela polícia aos terreiros, como um ato simbólico da postura estatal estabelecida a partir da Nova República.¹⁴⁶

É neste quadro de transformações das relações do Estado com a comunidade das religiões de origem africana que se inserem as ações estabelecidas pelo governo Lídice da Mata.

Projeto Jardim das Folhas Sagradas

O Projeto Jardim das Folhas Sagradas estava ligado à Secretaria Municipal do Meio Ambiente, cujo diretor era Juca Ferreira, sociólogo com histórico de envolvimento no Movimento Estudantil durante os anos 1960, tendo participado também da resistência à Ditadura Militar instalada em 1964. Ele foi um dos idealizadores do Projeto Axé¹⁴⁷, cuja qualidade da proposta fez furar o cerco criado por Antonio Carlos Magalhães em torno das realizações da prefeitura de Lídice da Mata.¹⁴⁸ A relação do Candomblé com a natureza inspirou o projeto que tinha como um dos objetivos principais preservar as áreas de mata presentes nos terreiros:

O “Projeto Jardim das Folhas Sagradas” tem como finalidade deflagrar ações práticas de preservação e proteção das áreas verdes (jardins ou matas) inerentes aos terreiros de candomblé, onde se cultivam árvores e plantas consideradas sagradas pelo culto afro-brasileiro, e que vinham sendo devastadas, inclusive pela especulação imobiliária.¹⁴⁹

Boa parte dos principais terreiros de Salvador foi beneficiada com ações de preservação e promoção. Dentre os agraciados, estavam o Terreiro do Bate Folha, o Terreiro do Bogum, Terreiro da Casa Branca e o Terreiro do Gantois.¹⁵⁰ Neste último, foi inaugurada uma praça

¹⁴⁶ SANTOS, Jocélio Teles dos. *O poder da cultura e a cultura no poder*, p. 183.

¹⁴⁷ Foi um programa responsável pela educação e assistência a jovens e adolescentes em situação de risco social criado pelo advogado e educador Florenço Cesare de Florio em 1990, que teve um amplo apoio durante a gestão de Lídice da Mata na cidade de Salvador. http://lidice.com.br/?page_id=50, <http://redeglobo.globo.com/acao/noticia/2012/08/projeto-axe-em-salvador-ha-22-anos-transformando-vidas-por-meio-da-arte.html> Acessos em 20/03/2013.

¹⁴⁸ Quem é Juca Ferreira. Disponível em <<http://reminiscencias.com.br/jucaferreira/quem-e-juca-ferreira/>>. Acesso em 24/04/2014.

¹⁴⁹ *Diário Oficial do Município*, Salvador, p. 8, 31 jan. 1994.

¹⁵⁰ O Ilê Axé Opô Afonjá não apareceu como um dos terreiros beneficiados com o projeto, mas é coerente supor que em etapas posteriores viesse a ser atendido, pois as relações entre a prefeita e este grupo também eram bastante amistosas, haja vista que quando prefeita de Salvador, Lídice concedeu a Mãe Stella de Oxossi, yalorixá responsável pelo Axé Opô Afonjá, a Medalha Maria Quitéria, em reconhecimento a seu trabalho social e

no dia 3 de fevereiro de 1994, ocasião em que contou com a participação de devotos dos orixás, artistas e diversas autoridades políticas. No discurso da prefeita durante a festa foi ressaltado o papel que as religiões afro-brasileiras tiveram na construção do estado:

Não poderíamos deixar de dar esta contribuição significativa para a cultura e religião afro na Bahia, no centenário de Mãe Menininha do Gantois. Daqui para frente, nossas praças terão o nome das pessoas que ajudaram a fazer a cultura e a história de Salvador, dos verdadeiros representantes da nossa cidade, mães, pais e filhos-de-santo, artistas intelectuais, capoeiristas, cantores e todos aqueles que ajudaram a fazer da nossa terra um lugar diversificado, do ponto de vista cultural.¹⁵¹

É possível perceber o reconhecimento da importância do projeto da prefeita para a comunidade religiosa afro-baiana uma vez que se tratava não de conquistas pontuais, mas da tentativa de instalação de uma política pública através da ação da prefeitura. O projeto ambicionava transformar em jardins sagrados centenas de terreiros em Salvador e criar um Jardim Etno-Botânico, com as plantas consideradas sagradas, que fazem parte dos cultos afro-brasileiros. Entretanto, é importante ressaltar que não foram todos os grupos que foram agraciados por esta política de valorização e que havia disputas pela legitimidade entre os próprios terreiros. Em outubro de 1995, por exemplo, a Superintendência de Controle e Ordenamento do Uso do Solo, órgão do município de Salvador, fechou um terreiro de candomblé localizado nas proximidades de um grande hotel da cidade porque este seria um falso templo de adoração de orixás. O interessante é que o fechamento foi realizado a pedido da Federação Baiana do Culto Afro-Brasileiro, que não reconhecia este terreiro como filiado à entidade:

Antes de executar a ordem de despejo, as autoridades municipais ouviram depoimentos de Antoniel Ataíde Bispo, 1º secretário da federação, que negou qualquer espécie de vínculo entre o guia turístico e a entidade. “Ele não é ogã”, afirmou. Sua declaração foi confirmada por Mãe Creusa do Gantois, que desmentiu em carta a filiação do falso ialorixá ao seu terreiro. A carta de Mãe Creusa e a comunicação do Othon, solicitando a demolição da casa de cultos e oferendas, foram anexadas ao processo da Sucom.¹⁵²

Esta discussão lembra um importante livro para pensar como as oposições no campo religioso estão relacionadas à busca de hegemonia no seio do mesmo. Em *Vovó nagô e papai branco*, Beatriz Dantas observou como a defesa empreendida por autores como Nina

educativo e em prol da preservação e reafirmação do candomblé como religião, numa cerimônia realizada no próprio terreiro. *Diário da Câmara dos Deputados*, Brasília, p. 33640, 14 jul. 2010.

¹⁵¹ *Diário Oficial do Município*, Salvador, p. 1, 7 fev. 1994.

¹⁵² *Diário Oficial do Município*, Salvador, p. 1, 11 out. 1995.

Rodrigues e Artur Ramos tornou possível a construção do mito da superioridade nagô, inclusive em termos religiosos.¹⁵³ No entanto, os padrões utilizados por esses intelectuais para defender o Candomblé, em detrimento de outras formações religiosas africanas, estava pautado na ideia de que este se afastava cada vez mais de algumas concepções religiosas que eram encaradas como magia, este, um crime previsto no código penal brasileiro ainda durante a primeira metade do século XX. A defesa das religiões supostamente detentoras da tradição africana teve que passar pela negação dos que não se enquadravam dentro do padrão herdado das tradições religiosas cristãs que sempre associaram a magia ao maléfico.

Nos “bons terreiros”, os pais-de-santo às “direitas” usam um saber africano que eles detêm para adorar seus deuses, fazer religião. Por extensão, são respeitadores e úteis; eles não ameaçam a ordem da sociedade. Ao contrário, os que “não tem competência”, que não detêm uma verdadeira tradição africana, servem-se dela ilegítimamente para fazer “despachos e catimbós”, ou seja, trabalhos de magia com que se pratica o Mal e se explora o povo. Esses são perigosos e constituem um “grupo à margem”, ou melhor, são marginalizados pelos intelectuais que, tomando a pureza da África como critério, através de suas classificações, fazem sobre os cultos um recorte em que o uso legítimo do sagrado coincide com a maior fidelidade às tradições africanas, predominantemente nagôs.¹⁵⁴

A Superintendência de Controle e Ordenamento do Uso do Solo pode ter tido reais motivos para fechar o prédio, mas é digno de nota que a defesa da religião de matriz africana



Imagem 3 – Proximidade de Lídice com as religiões afro-brasileiras

¹⁵³ É possível dizer que houve um relativo respeito à diversidade religiosa afro-baiana, uma vez que as três etnias tiveram pelo menos um de seus terreiros preservados e protegidos: o do Bate Folha, de tradição Angola, o do Bogum, de tradição Jêje e os da Casa Branca e do Gantois, Nagôs.

¹⁵⁴ DANTAS, Beatriz Góis. *Vovó nagô e papai branco*. Rio de Janeiro, Graal Editora, 1988, p. 179.

“legítima” aparece com um elemento central da questão, fato que não desmerece a ação da prefeitura que, ao instituir políticas públicas para o povo de santo, ainda que privilegiando grupos mais “tradicionais”, respondia por uma demanda de valorização de uma religião historicamente discriminada na sociedade brasileira.

A prefeita Lídice da Mata mantinha boas relações com as lideranças religiosas afro-brasileiras e a presença dela em terreiros, assim como do povo de santo em seu gabinete, era constante. Dentre estes, o Terreiro da Casa Branca tinha um lugar de destaque. Desde os tempos de deputada constituinte que Lídice mantinha uma relação próxima com este grupo. Já em 1989, ela denunciava o risco que esta comunidade sofria, pois parte de suas terras havia sido ocupada irregularmente por um posto de gasolina, apesar desta área já ter sido desapropriada, em favor do terreiro, pelo então governador Waldir Pires (1987-1989):

Há 29 anos que a entrada (local sagrado) do Terreiro Casa Branca está ocupada por um posto de combustível. Esta área ocupada pelo posto, que é destinada à construção da Praça de Oxum, futuramente projetada gratuitamente por Oscar Niemeyer, foi desapropriada através de decreto do Governo do Estado que há semanas entregou espaço à comunidade de Casa Branca. Porém, o proprietário do posto de gasolina entrou com pedido de reintegração de posse na Justiça estadual e conseguiu uma liminar. A entrada do Terreiro é consagrada às deusas e, no caso, a Oxum, divindade que incorpora as qualidades tidas como femininas; é a Deusa do Amor, da Maternidade e da Sedução. A Praça de Oxum é, portanto, também a Praça das Mulheres. No último dia 25 de março, diversas entidades, artísticas e políticos da Bahia realizaram um ato de apoio à luta daquela comunidade em frente ao posto que ocupa a entrada do Terreiro Casa Branca. Todos os presentes, sensíveis à defesa da cultura afro-brasileira, se solidarizaram.¹⁵⁵

Quando Lídice assumiu a prefeitura, garantiu, em encontro realizado com representantes do Terreiro da Casa Branca, conservar e colocar guardas municipais para assegurar a segurança no local, além de apoiar a construção da Praça de Oxum e prometer encontrar o processo da desapropriação do terreno que estava perdido entre os papéis municipais. Este foi encontrado e entregue às lideranças do terreiro no dia da inauguração da praça, que aconteceu em junho de 1993. Stella de Óxossi, Creuza do Gantois, Altamira Cecília dos Santos, as principais sacerdotisas do candomblé baiano no momento, compareceram ao evento que contou com a presença também de artistas, intelectuais e filhos e filhas de santo.¹⁵⁶

No ano seguinte, em 1994, Lídice foi convidada para a abertura do ano litúrgico na Nação Keto/Nagô do Brasil que ocorreu no terreiro da Casa Branca. (ver imagem 3) Essa

¹⁵⁵ *Diário da Câmara dos Deputados*, Brasília, p. 1865, 6 abr. 1989.

¹⁵⁶ *Diário Oficial do Município*, Salvador, p. 1, 22 jun. 1993.

aproximação sem dúvida está relacionada à sua atuação em relação ao terreiro. Como já foi visto, ela conseguiu ajudar esta comunidade a recuperar, depois de 30 anos de batalhas judiciais, um terreno de mil metros quadrados que tinha sido ocupado ilegalmente pelo posto de gasolina, além de incluí-la no Projeto Jardim das Folhas Sagradas.¹⁵⁷

Carnaval de 1993

Apesar da ligação cordial entre a prefeitura e o povo de santo, não era só de afagos a relação de Lídice com estes grupos religiosos. O carnaval de 1993 foi marcado por uma polêmica entre a prefeitura e a Federação do Culto Afro-brasileiro, por conta da decoração oficial da festa que tinha como tema “Salvador, Terra dos Orixás”. Esta atitude desagradou segmentos do culto afro que viram como um desrespeito religioso a presença de imagens dos Orixás como elementos decorativos.

A decoração foi suspensa depois que a Federação do Culto Afro-Brasileiro entrou com uma ação judicial acatada pela Defensoria Pública, com base no artigo 275 da Constituição Estadual, que dizia ser “dever do Estado preservar e garantir a integridade, a respeitabilidade e a permanência dos valores da religião afro-brasileira.” A ialorixá Stella de Óxossi, uma das vozes mais importante do candomblé na Bahia, considerou desrespeitoso o uso de símbolos dos orixás numa festa profana como o Carnaval.¹⁵⁸

A presença da cultura ou das culturas negras na sociedade soteropolitana sempre foi muito forte e como esta sempre esteve muito ligada à religiosidade, se tornou difícil estabelecer onde começava uma e terminava outra. Isto, se por um lado trazia vantagens, como a promoção das práticas religiosas, poderia levar também a sua folclorização. Era o que possivelmente temiam as entidades religiosas afro-brasileiras que se encontravam também em processo de afirmação religiosa. Esta se dava em amplas frentes: afastamento de práticas sincréticas com o catolicismo, criação de uma ortodoxia e, talvez como consequência destas ações, distinções entre os aspectos culturais e religiosos da história da população negra. Neste último caso, os fiéis do candomblé queriam que a prática religiosa se afirmasse dentro de um campo específico, o campo religioso, e não fosse encarado como um elemento meramente cultural e/ou turístico.

¹⁵⁷ *Diário Oficial do Município*, Salvador, p. 10, 7 fev. 1994.

¹⁵⁸ *Diário Oficial do Município*, Salvador, p. 1, 27 jan. 1993.

Apesar da existência de atritos, a proximidade entre a prefeita e o povo de santo permitiu que o diálogo fornecesse as bases para resolução das pendências. Foi marcada uma reunião entre os coordenadores do carnaval e a Federação do Culto Afro-Brasileiro, que visava estabelecer um entendimento através da retirada dos pontos que eram considerados mais polêmicos na decoração.¹⁵⁹ Esta relação próxima entre o povo de santo e a prefeitura, no entanto, não agradou muito aos vereadores evangélicos da Câmara Municipal de Salvador: Alvaro Martins, Domingos Bonifácio, Geraldo Ferreira e Eliel Santana, Beto Gaban e Pedro Melo. Ainda não havia uma identidade de grupo entre estes evangélicos e eles atuavam de forma individual para atender aos seus interesses.

Em busca da construção de uma bancada

A força da bancada evangélica, em todas as esferas do legislativo brasileiro, pareceu estar diretamente ligada a sua capacidade de agir como um bloco unido por interesses comuns, em razão de sua condição religiosa minoritária na sociedade, o que não acontecia naquele momento. Por exemplo, quando do acirramento das tensões entre os iurdianos e diversos setores da sociedade como parte considerável da imprensa, setores do protestantismo e a Igreja Católica, no episódio que ficou conhecido como o “chute da Santa,” os vereadores assembleianos e batistas da câmara municipal fizeram questão de destacar o seu afastamento em relação à Igreja Universal, chegando a participar de um evento em homenagem ao dia da Bíblia, realizado no Campo Grande, sem a presença de nenhum vereador ou liderança religiosa deste grupo, embora a Câmara Municipal apoiasse formalmente este ato.¹⁶⁰

É possível notar que as demandas de cada grupo foram mais atendidas na medida em que cresceu sua participação na sociedade e quando estes passaram a agir em conjunto com outros grupos religiosos ligados ao seu credo. Apesar de relativamente numerosos, não existia uma bancada evangélica durante a prefeitura de Lídice da Mata, mas vereadores batistas, assembleianos e iurdianos. Esta condição ocasionou limitações a sua oposição em relação às políticas públicas desenvolvidas pelo governo municipal em relação ao povo de santo, apesar delas desagradarem bastante este segmento. Alvaro Martins, por exemplo, acreditava que estaria ocorrendo uma negação do Estado laico e desrespeito ao princípio da liberdade religiosa.

¹⁵⁹ *Diário Oficial do Município*, Salvador, p. 1, 27 jan. 1993.

¹⁶⁰ *Diário Oficial do Município*, Salvador, p. 1, 12 dez. 1995.

Como uma possível contestação da política de preservação e promoção do candomblé em 1996, o batista Alvaro Martins apresentou o projeto de lei 75/96, já anteriormente citado no seu balanço legislativo. Este tinha como finalidade proibir que espaços públicos recebessem nomeação religiosa:

Tomamos a iniciativa de apresenta [r] este Projeto de Lei, tendo em vista que o nosso município é composto de uma religiosidade bastante diversificada, fruto da liberdade de culto e da Democracia, pertinentes à nossa sociedade. A denominação de logradouros, escolas, creches ou qualquer bem público, não deve ter nenhuma tendência religiosa, haja vista que um patrimônio de toda coletividade com a denominação com cunho religioso tende a agradar a um segmento e desagradar outros.

Queremos citar, como exemplo, a denominação que recentemente foi dada ao abrigo para meninas carentes da Prefeitura de “Casa de Oxum”, que se constituiu claramente em homenagem ao culto afro, trazendo, desta forma, um desagrado aos evangélicos, católicos, carismáticos e outros segmentos que não coadunam com a filosofia religiosa praticada pelo candomblé.

Por estas razões, e também por sabermos que todos os segmentos merecem ser respeitados em suas convicções religiosas, apresentamos este Projeto que acreditamos ser justo, para apreciação dos nobres pares.¹⁶¹

A Fundação Cidade Mãe foi criada no governo de Lídice da Mata para atuar como órgão de concretização dos direitos sociais de crianças e adolescentes em situação de risco social/pessoal na cidade de Salvador através do abrigo, proteção e integração das crianças e adolescentes de bairros carentes. Em 1995, foi inaugurada a Casa de Acolhimento Noturno como parte integrante do projeto Axé, que num primeiro momento havia identificado as crianças que dormiam nas ruas da cidade.¹⁶² A primeira criada era destinada aos meninos, mas já no ano seguinte foi inaugurado o abrigo feminino. Interessante observar que ambas receberam nomes relacionados a grupos religiosos: o primeiro, batizado de abrigo D. Timóteo Amoroso Anastácio, abade do Mosteiro de São Bento (Salvador), visava atender meninos entre oito e quatorze anos de idade; e o segundo, chamado de abrigo Casa de Oxum, um dos orixás das religiões afro-brasileiras, para atender as meninas com a mesma faixa etária. Era a este abrigo que se referia o vereador Alvaro Martins. Ele, provavelmente, não via com bons olhos as homenagens do executivo municipal a grupos que eram seus rivais no campo religioso.

O vereador Alvaro Martins não desejava que logradouros públicos recebessem intitulações como “Casa de Oxum” porque estavam ligadas a determinadas crenças, mas ao que parece não pensava desta maneira em momentos anteriores. Os projetos de lei 396/1991 e

¹⁶¹ PL 75/96 de 03/06/1996. *Diário Oficial do Município, Diário do Legislativo*, Salvador, p. 7, 28 nov. 1996.

¹⁶² *A Tarde*, Salvador, p. 2, 9 jul. 1993.

246/95, já vistos, também nomeavam locais de Salvador com termos religiosos, Jesus de Nazaré e Praça da Bíblia, mas estas palavras eram pertencentes ao universo cristão.¹⁶³ Certamente o que importava não era tanto a homenagem, mas quais grupos eram agraciados com a celebração.

Casa da Herança Africana

Os vereadores evangélicos ainda se opuseram de forma veemente à construção de uma Casa da Herança Africana, em 1996, que consideraram como uma valorização das religiões afro-brasileiras, a despeito dos demais edis tentarem afirmar que apenas estavam reconhecendo o papel dos africanos para a formação da cultura brasileira. A discussão mais acalorada ocorreu na sessão ordinária realizada em 17 de abril de 1996:

O vereador Edvaldo Lima estranhou a polêmica criada pela bancada evangélica contra o projeto, já que o conteúdo da matéria é abrangente e se respalda na cultura africana como um todo e não só na religião. [...] O vereador Juca Ferreira observou que estava em discussão a propriedade de se instituir uma casa da herança Africana, cuja contribuição ao Brasil, nos diversos aspectos, é incontestável. Refutou a não aceitação da pluralidade de expressão. O projeto de lei nº 210/95, foi, então aprovado em 3ª discussão e até a redação final, contra os votos dos edis Eliel Santana, Beto Gaban, Pedro Melo e Alvaro Martins.¹⁶⁴

Ressaltando, sobretudo, esta relação íntima entre Brasil/África, Bahia/África, Salvador/África, os vereadores que questionaram a contestação da “bancada evangélica” venceram facilmente a disputa, embora os representantes políticos dos assembleianos e batistas mantivessem o voto contrário ao projeto e tivessem feito inclusive uso da imprensa para exprimir a opinião de que o projeto tinha estrita ligação com a promoção do candomblé:

Tanto Eliel quanto Melo são radicais quando o assunto evocado é o candomblé. Eliel diz que existe dois polos dentro da concepção religiosa, um que leva a Deus e outro que vai dar no Diabo. Ele não tem dúvidas de que o candomblé invoca o Diabo, "invoca espíritos malignos como Exu e Caveirinha", conforme citou.

Eliel Santana acredita que, nos momentos em que prevalece na Câmara um clima conturbado, a causa é a ação de espíritos maléficos. Isso ocorreu, disse ele, durante a votação do projeto de autoria do vereador Germano Tabacof, que instituiu a Casa da Herança Africana. Durante a votação desse projeto, acrescentou, havia no plenário uma guerra espiritual resultante do conflito entre as forças de Deus e do

¹⁶³ *Diário Oficial do Município*, Salvador, p. 15, 20 nov. 1992 e *Diário Oficial do Município*, Salvador, p. 3, 29 dez. 1995, respectivamente.

¹⁶⁴ *Diário Oficial do Município*, Salvador, p. 5, 19 abr. 1996.

Diabo. "A criação da Casa da Herança africana tem como pano de fundo a divulgação do candomblé, o que não agrada a Deus", raciocina.

Pedro Melo reforça a análise de Santana, diz que já esteve em terreiros como observador e não gostou do que viu. Presenciou o sacrifício de animais, muitos dos frequentadores utilizavam o candomblé para praticar o mal contra alguém e muitas das pessoas envolvidas com o culto tinham um fim muito triste.¹⁶⁵

Ao autor do projeto coube negar esta relação, ressaltando o caráter cultural de sua iniciativa. Para Germano Tabacof, a intenção do projeto era "valorizar todas as manifestações culturais e artísticas da África, onde se inclui, também, o candomblé". Também ressaltou que o clima de disputa religiosa na Câmara Municipal de Salvador a estava transformando no purgatório.

A atuação dos evangélicos e as transformações que sofreu ao longo de sua trajetória na política não seriam possíveis sem as modificações discursivas que, ao mesmo tempo em que refletiram as mudanças, ajudaram a disseminar e justificar diante dos fiéis a necessidade desta ampliação. A sua presença nos espaços legislativos esteve de certa forma articulada à construção de um "reino na terra", uma "administração pública à luz do Evangelho". Aliás, este foi o título bastante sugestivo de um seminário organizado, em 1995, por vereadores evangélicos no legislativo soteropolitano para discutir a relação entre os cristãos e a política:

O autor da proposta, Domingos Bonifácio, lembrou que os problemas que existem nas esferas do Poder Executivo, seja ele federal, estadual ou municipal, são originários sobretudo pela falta do temor a Deus. Ele cita a corrupção, a malversação de recursos e a proliferação de obras inacabadas, como consequências de administrações que não priorizam metas cristãs, como o respeito ao próximo e às coisas públicas. "Em épocas passadas esses problemas também existiam. Mas houve homens tementes a Deus que também administraram e fizeram prosperar cidades e sanear seus problemas cruciais", disse Bonifácio. Segundo ele, na atual administração municipal, estão faltando ações e atitudes confiáveis. "É preciso tocar uma administração sem retaliações ou privilégios", adverte.¹⁶⁶

Não seria leviano imaginar, a partir das relações estabelecidas entre Lídice da Mata e o povo de santo, quais seriam as pessoas que estariam sendo agraciadas com privilégios no governo municipal, na visão de Bonifácio. Embora uma política de aliança e prestígio com segmentos da elite baiana sempre estivesse presente nas relações estabelecidas com membros das religiões afro-brasileiras e a sociedade baiana, esta obteve ao longo de décadas apenas conquistas pontuais. Os grupos religiosos de matriz africana tiveram no governo de Lídice da

¹⁶⁵ *A Tarde*, Salvador, p. 4, 27 mai. 1996.

¹⁶⁶ *Diário Oficial do Município, Diário do Legislativo*, Salvador, p. 1, 28 nov. 1995.

Mata, no entanto, um maior espaço político, seja através da valorização de seus terreiros, seja por meio da promoção de suas práticas religiosas na sociedade.

Por outro lado, pode-se perceber a formulação de uma reação evangélica a esta política pública que eles consideravam como fruto de privilégios que outros grupos religiosos detinham na esfera municipal. Condenando iniciativas de outros vereadores, como a sugestão de criação de uma Casa da Cultura Africana, questionando as ações da prefeita no sentido de promover terreiros de candomblé tradicionais, os vereadores evangélicos iniciaram no governo de Lídice da Mata a base para a construção de uma bancada evangélica atuante na Câmara Municipal de Salvador, que veio a se consolidar apenas nas legislaturas seguintes, o que explica talvez uma maior dificuldade posterior para que projetos semelhantes ao do Jardim das Folhas Sagradas viessem a ser executadas pelo poder municipal.

Governo Imbassahy

O período legislativo de 1997 a 2000 foi o momento de consolidação da bancada evangélica na Câmara Municipal e, neste intervalo de tempo, ocorreram dois conflitos que ganharam visibilidade na sociedade soteropolitana. Os dois ocorreram em 1998 e diziam respeito à identificação que se construía na Bahia, notadamente em Salvador, entre as religiões de origem africana e “baianidade”. Em ambos os casos, os vereadores evangélicos que atuavam na Câmara Municipal se uniram para lutar contra o que consideravam como exemplo de discriminação religiosa.

O primeiro foi a revitalização do Dique do Tororó, realizada em 1998, que incluiu a instalação de esculturas dos orixás pela prefeitura de Salvador, então dirigida por Antonio Imbassahy, contando com o apoio estadual do governo Paulo Souto. Este episódio rendeu a administração estadual e municipal uma série de críticas dos grupos evangélicos, que condenaram o que interpretaram como um ato de apreciação de elementos religiosos afro-brasileiros, através da ação do poder público. Os vereadores evangélicos protestaram contra a instalação do monumento dos Orixás, que se apresentavam como símbolo da remodelação do Dique.¹⁶⁷

¹⁶⁷ Situado no centro da cidade de Salvador, o Dique de Tororó é uma zona de tráfico intenso, entre a Estação Central da Lapa e o estádio de futebol da Fonte Nova, comunicando o centro histórico com os bairros pobres do

O outro conflito ocorreu em novembro de 1998, quando o prefeito Antonio Imbassahy baixou uma portaria na qual determinava a padronização da venda de acarajés no município. Os grupos evangélicos que consumiam os “bolinhos de Jesus” e não os “acarás” do candomblé questionaram o ato da prefeitura de Salvador, pois mais uma vez acreditavam que as religiões de origem africana estavam de uma forma camuflada sendo impostas à população. Os evangélicos consideravam impuros os alimentos vendidos pelas “baianas autênticas” e preferiam consumi-los em locais que julgavam imunes aos efeitos da herança das religiões afro-brasileiras.

Orixás do Dique

As discussões que antecederam a instalação das esculturas dos orixás no Dique do Tororó aconteceram logo após o anúncio do projeto por parte do governo municipal e estadual, em 1997, e se prolongaram até um pouco depois da conclusão e inauguração da obra, em 1998. Na primeira fase, as principais discussões ocorreram na Câmara Municipal a partir do posicionamento contrário da bancada evangélica. Um dos primeiros a se manifestar foi o assembleiano Eliel Santana, respondendo ao questionamento do vereador Antonio Lima quanto a sua posição em relação ao projeto:

O Vereador Eliel Santana disse ao Vereador Antonio Lima que jamais desencadearia uma guerra santa ou discriminaria qualquer religião. Reiterou a insatisfação dos evangélicos com a utilização do espaço público do Dique do Tororó para colocação de símbolos e até mesmo culto de uma religião, conforme notícia do jornal *A Tarde*. Deixou claro o protesto consistente e ordeiro dos evangélicos, que será, inclusive, levado ao Governador, pelo constrangimento que causará a colocação de símbolos num local público. Disse que respeita o direito de credo de cada um, para tanto podendo existir o espaço privado do culto.¹⁶⁸

A bancada evangélica enxergava a posição do governo estadual, principal responsável pela obra feita em parceria com a Prefeitura Municipal de Salvador, como destoante do princípio de imparcialidade, o qual lhe seria esperado. Sua ação foi interpretada como mais uma prática de promoção das religiões afro-brasileiras, semelhantes às que eles alegavam ter visto durante a gestão de Lídice da Mata. Já os defensores do projeto de revitalização e

norte. O Dique tinha se transformado num esgoto a céu aberto, e a remodelação visava higienizar as águas e formar um parque com equipamentos nas suas imediações, funcionando como mais uma opção turística de Salvador. SANTOS, Adriana Martins dos, *A construção do Reino: a Igreja Universal e as instituições políticas soteropolitanas (1980-2002)*, p. 83.

¹⁶⁸ *Diário Oficial do Município, Diário do Legislativo*, Salvador, p. 5, 6 ago. 1997.

remodelação do dique argumentaram que a instalação das estátuas não tinha como pretensão representar um grupo religioso, mas apenas uma atividade artística: não eram imagens, eram esculturas. Se a religiosidade africana estava sendo valorizada, era apenas por seus aspectos culturais, vistos como inseparáveis da “cultura baiana”.

Em setembro de 1997, o jornal *A Tarde* publicou uma carta. Nesta, seu autor, Hildebrando Matos, que se identificara como pertencente a uma denominação batista, condenava as pretensões dos governos municipal e estadual de seguir com a obra:

Venho protestar contra o projeto de se colocar imagens do Candomblé no Dique do Tororó. Este manancial pertence a todos os baianos. Portanto, é também dos quase dois milhões e 400 mil evangélicos da Bahia e dos 800 mil protestantes de Salvador.

Nós evangélicos, cidadãos eleitores e contribuintes, não aceitamos a consolidação dessa triste idéia que afronta ao Deus vivo que reina para sempre.

Não concordamos ainda com a abertura do comércio aos domingos. Pois segundo o Evangelho de Mateus, Marcos, Lucas e João, neste dia Jesus Cristo ressuscitou para salvar a todos os homens, que nele crêem. Domingo é dia de reflexão e meditação e não de trabalhar.¹⁶⁹

Hildebrando Matos fez questão de ressaltar que as pretensões governamentais não seriam cumpridas em face da forte presença evangélica na cidade e no estado. E mostrando estar em sintonia com as discussões ocorridas no espaço legislativo na sua cidade, questionava outro ponto importante discutido pela bancada evangélica soteropolitana: o funcionamento do comércio aos domingos. Eliel Santana já tinha também marcado posição em relação a este tema e sua fala tem bastante similaridade com o que expresso pelo emissário da carta ao *A Tarde*. Apesar de afirmar entender a necessidade de se rever a abertura do comércio em Salvador, tendo em vista o grande crescimento econômico da cidade, este vereador se posicionou de forma contrária a um projeto que julgava prejudicar a participação dos fiéis "nos cultos e atividades religiosas realizadas aos finais de semana."¹⁷⁰

O barulho provocado pelo questionamento dos evangélicos ao projeto chamou a atenção da imprensa nacional para o caso. O primeiro a comentar foi o Jornal *Folha de S Paulo*, em 10/10/1997:

Os evangélicos de Salvador (BA) iniciaram uma campanha para impedir que o governo estadual instale 12 esculturas representando divindades da cultura afro-brasileira no dique do Tororó (centro). [...]

¹⁶⁹ *A Tarde*, Salvador, p. 4, 28 set. 1997.

¹⁷⁰ Evangélico justifica voto. *Diário Oficial do Município*, Salvador, p. 1, 24 set. 1997.

Na semana passada, representantes dos evangélicos encaminharam ao governador Paulo Souto (PFL) uma carta pedindo a suspensão da obra.

Há três dias o governador também recebeu uma comissão de representantes dos evangélicos para discutir o projeto.

Segundo a assessoria do governador, a decisão de instalar as esculturas está mantida. Segundo seus assessores, Souto argumenta que as esculturas são obras de arte. [...]

As rádios controladas por evangélicos em Salvador também aderiram à campanha contra a instalação das estátuas. Durante a programação estão sendo veiculadas mensagens contrárias ao projeto do governo baiano.¹⁷¹

Três dias depois, o *Jornal do Brasil* também comentou o episódio, dando um título bastante sugestivo à matéria: “Crentes *versus* orixás”. Nesta reportagem, é ressaltada a forte rejeição que os evangélicos baianos estavam tendo ao projeto e suas diversas tentativas de barrá-lo, seja através de pedido ao governador para a suspensão da obra, seja por meio da divulgação de mensagens contrárias às medidas governamentais em suas emissoras de rádio. Os políticos evangélicos chegaram a aventar a possibilidade de entrar na justiça para garantir que não fosse cometida a suposta discriminação religiosa. Tanto na reportagem do *Jornal do Brasil*, quanto na *Folha de S. Paulo*, o líder do movimento foi o vereador Domingos Bonifácio:

O comandante da tropa evangélica é o vereador José Bonifácio (PPB), membro da Igreja Universal do Reino de Deus, dirigida pelo bispo Edir Macedo. O vereador vem liderando uma campanha contrária à instalação das imagens, sob o argumento de que a Constituição Federal é muito clara quando diz que todos são iguais perante a lei e que não pode haver nenhum tipo de discriminação quanto ao sexo, cor ou religião.. “As imagens dos orixás são uma afronta aos evangélicos e seguidores de outras religiões”, diz o vereador. Ele afirma ainda que o Dique é um lugar público e merece ser preservado sem “qualquer tipo de imposição religiosa”.¹⁷²

Um grande abraço no Dique chegou a ser organizado com a participação de diversos grupos evangélicos. Entretanto, apesar de todos os esforços empreendidos a inauguração do parque ecológico aconteceu. Para tanto, teve grande efeito a reprimenda dada pelo então senador Antonio Carlos Magalhães, que chamou os líderes evangélicos ligados a seu projeto político e determinou que os protestos tivessem fim. Além disto, parece ter retirado os entraves à obra, que já tinham sido conseguidos por conta da articulação política evangélica, como declarou o próprio Tatti Moreno¹⁷³:

¹⁷¹Estátuas de candomblé provocam polêmica. Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff101023.htm>>. Acesso em: 29/02/2015.

¹⁷² Josemário Luna. *Crentes versus orixás*. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, p. 10, 13 out. 1997.

¹⁷³ Tatti Moreno é um artista plástico baiano formado pela Escola de Belas Artes da UFBA, que se destacou no cenário artístico baiano por fazer obras com uma forte ligação com a cultura católica e afro-brasileira, utilizando

Eles ameaçaram ir a Brasília falar com Fernando Henrique, você acredita nisso? Eles falavam que os orixás do Dique, além de uma feitura “maligna”, seria um desperdício de dinheiro público. Mas, eles esqueceram de falar que suas igrejas, templos e catedrais não pagam impostos; que eles recolhem o dízimo e que fazem da religião uma ferramenta política e econômica. Tudo isso me causou uma revolta muito grande, porque eu sofri o que não tinha direito de sofrer. A Constituição brasileira assegura o direito da livre escolha da religião, mas eles não respeitam. Agora, há pouco tempo, no Rio Grande do Sul, um bispo queimou duas estátuas do século XIV. Isso é uma barbaridade! Esse sujeito deveria ser processado. Aliás, ele deveria ser preso. [...] Depois disso tudo que já contei, o Ibama veio e disse que eu só poderia colocar um Orixá porque as outras peças iriam ultrapassar as copas das árvores. As peças já estavam todas prontas. Foi então que ACM comprou a briga. Depois dessa confusão toda, ACM trouxe o presidente do Iphan aqui na Bahia e – depois de 24h – conseguimos a liberação para instalar todas as peças.¹⁷⁴

Com a admoestação de Antonio Carlos Magalhães, as manifestações arrefeceram e a solenidade de inauguração aconteceu sem incidentes. Apenas mais um último comentário sobre o fato foi feito na Câmara pelo vereador Eliel Santana. Em seu discurso ele se referiu à possibilidade de uma tragédia acontecer na cidade em face da desobediência humana diante de Deus, pois a colocação das estátuas seria uma forma de adoração do diabo, representado, na sua visão de mundo, pelos orixás do candomblé. Vereadores de diversos partidos se mostraram preocupados com a opinião de Eliel Santana e exprimiram a sua oposição a tal pensamento. O primeiro a comentar foi o vereador João Carlos Bacelar, que:

Declarou-se estarecido com as declarações do orador sobre a colocação de orixás no Dique do Tororó. Considerou que o mesmo que atribuir desventuras do país a qualquer religião, como aquelas que apontam a miséria na terra para então se herdar o céu. Refutou a praga, que, no seu entendimento, o Vereador Eliel Santana lançou sobre a cidade. (...) Ocupando a tribuna, o Vereador Fernando Duarte, também manifestou-se estarecido com o discurso de Eliel Santana. Lembrou que Salvador é marcada pela cultura afro, nesse sentido serão colocadas esculturas de orixás no Dique do Tororó. (...) O vereador Antonio Lima (...) estranhou o comportamento do Vereador Eliel Santana, uma pessoa fidalga, cristã de coração, de creditar possíveis desventuras à colocação de orixás no Dique do Tororó. Lembrou que Salvador é uma cidade plural que permite os diversos cultos, por isso não pode aceitar imposições de um segmento religioso. O Vereador João Carlos Bacelar iniciou seu pronunciamento convidando os pares para a Sessão Especial, na próxima sexta-feira, para discutir a luta pela eliminação da discriminação racial. Manifestou protesto a todo tipo de discriminação, inclusive a intolerância religiosa. Disse ao vereador Eliel Santana que, a colocação das esculturas de orixás no Dique do Tororó tem caráter cultural e não religioso, inclusive as representações das religiões afro não solicitaram a colocação dos orixás. Lembrou que Salvador é uma cidade negra e

materiais como latão, aço e alumínio. Tatti Moreno. Disponível em <http://www.camara.gov.br/internet/Eventos/Sem_Conf_Realizados/2004/GabineteArte/ArteBaiana/tatti_moreno.asp>. Acesso em: 02/11/2015.

¹⁷⁴ Tatti Moreno. Disponível em <<http://www.bahianoticias.com.br/entrevista/38-tatti-moreno.html>>. Acesso em: 11/04/2015.

reflete este traço em todas as manifestações, de religiosidade, arte e cultura. Considerou que “derramar” sangue mais cabe à exploração do povo por certas igrejas.¹⁷⁵

Interessante a observação do vereador João Carlos Bacelar ao comentar que os próprios representantes das religiões afro-brasileiras não pediram a colocação das esculturas. Isto porque, durante quase todo processo de construção do novo Dique, foram os evangélicos que transformaram o episódio em um acontecimento religioso. Para muitas das lideranças religiosas afro-brasileiras, a remodelação do dique era, sobretudo, um empreendimento turístico e as esculturas não eram objetos de culto, mas apenas obras de arte, ainda que tivessem inspiração religiosa. A preocupação sobre o uso dos bens culturais religiosos africanos como uma forma de atração turística apareceu, inclusive, na fala do arquiteto e urbanista Alberto Serpa, em artigo escrito para o jornal *A Tarde*, no qual analisava a criação de espaços públicos com a presença de elementos religiosos ligados ao Candomblé.

Os orixás do artista Tati Moreno podem dar novos significados ao Dique do Tororó, transformando a área em uma espécie de registro cultural da religiosidade afro-brasileira. A idéia é boa e a iniciativa louvável, mas há também o risco da folclorização da cultura baiana. Com a consolidação de Salvador como o segundo polo turístico do país, está na hora de pensar no conteúdo que queremos dar às formas urbanas "genuinamente baianas". Qualquer projeto de intervenção nas áreas públicas precisa levar em consideração a visão dos moradores do local, bem como suas referências históricas e culturais.¹⁷⁶

Bruno Reinhard também apontou a interessante contradição, representada pelo fato dos evangélicos terem acreditado mais no conteúdo religioso das esculturas dos orixás do dique do que os próprios membros das religiões afro-brasileiras. Reinhardt observa que um dos elementos que contribuiu para estas variadas interpretações em relação ao Dique é a noção diferente que as duas concepções religiosas tinham do espaço sagrado. Enquanto para os evangélicos esta noção estava centrada na ideia do templo fixo, as religiões de matriz africana possuíam uma visão mais fluída, o templo era o local onde o culto se realizava, ainda que em espaço permeado por algumas condições especiais:

Nas áreas descontínuas do candomblé, é a performance humana que instaura o sagrado, gerando o retorno metonímico do tempo mítico, do eterno, do essencial, que se atualiza no suporte material das matas, lagoas e ruas da cidade a partir de

¹⁷⁵ *Diário Oficial do Município, Diário do Legislativo*, Salvador, p. 5, 18 mar. 1998. Não havia indicação da data de realização da sessão.

¹⁷⁶ Angelo Serpa. Arte, cultura e Orixás. *A Tarde*, Salvador, p. 8, 17 set. 1997.

uma espécie de cópula ritual com o mundo profano. Tal dinâmica não exclusivista possibilita, na polêmica dos orixás do Dique, que os praticantes de candomblé declarem que naquele lugar já sempre um parque natural, sem que essa posição impeça a sua pontual (e não contraditória) transformação em lagoa de Oxum. Enquanto isso, impossibilitado por seu essencialismo espacial, a corrente mágica dos evangélicos define o Dique como um perigoso "celeiro de encostos", enquanto a corrente jurídica vê ali uma perene "lagoa de Oxum" (com as aspas que geralmente demarcam a crença que vem do outro). Talvez seja esta maleabilidade, capaz de instalar e desinstalar com a mesma rapidez o "religioso" no suporte profano da cidade, que faça cair em contradição qualquer crítica que caminhe na direção de apontar possíveis excessos da presença das religiões afro-brasileiras na esfera pública, o que se percebe pelos sucessivos fracassos da iniciativa evangélica de tentar retirar as estátuas do Dique."¹⁷⁷

Embora Tati Moreno tenha feito as esculturas orientado por lideranças das religiões afro-brasileiras, estas eram interpretadas pelo poder público como obras de arte, ou mesmo como um produto com finalidade turística, e não como objetos sagrados. De certa forma, foi este caráter cultural e artístico, ligado às religiões de matriz africana, que determinaram a derrota dos evangélicos. Curiosamente, esta situação explica que uma das reações evangélicas no espaço legislativo soteropolitano tenha se dado por meio de um projeto do vereador Domingos Bonifácio. Em outubro de 1997, Bonifácio lançou o PL 188/97 que autorizava o chefe do Poder Executivo a promover liberação, permissão e concessão de obras de arte a diversos segmentos sociais, inclusive religiosos. Para o vereador iurdiano, seria uma forma de garantir que diversos grupos religiosos pudessem ter seus objetos sagrados em espaços públicos, permitindo "que todos os segmentos sociais tenham os mesmos direitos, construindo seus símbolos, suas obras de arte e expondo-os nos diversos logradouros públicos da cidade, sem que haja nenhuma discriminação".¹⁷⁸ Este projeto já demonstrava que a disputa pela conquista simbólica do espaço público estava apenas começando.

Bolinhos de Jesus

Em novembro de 1998, o prefeito Antonio Imbassahy mandou para a Câmara Municipal de Salvador o texto de um decreto no qual determinava a padronização da venda de acarajés no município de Salvador, o Decreto 12.175. Entre as regras estabelecidas pela prefeitura para normatização desta atividade, estavam o estabelecimento dos tipos de produtos que podem ser

¹⁷⁷ REINHARDT, Bruno. *A troca e a guerra entre o Neopentecostalismo e os cultos afro-brasileiros em Salvador*. Brasília: UNB, 2006. Dissertação de Mestrado em Antropologia Social, p. 96)

¹⁷⁸ *Diário Oficial do Município, Diário do Legislativo*, Salvador, p. 4, 22 out 1994.

vendidos pelas baianas do acarajé e a delimitação espacial do tabuleiro, assim como a necessidade de concessão de alvará pela Secretaria de Serviços Públicos. Além disto, as baianas deveriam passar a vestir as roupas tradicionais associadas a esta prática comercial, ou seja, uma "vestimenta típica de acordo com a tradição da cultura afro-brasileira". Foi esta norma que contrariou muitas vendedoras evangélicas, que antes de sua conversão vendiam estes produtos e continuaram a fazê-lo após sua mudança religiosa. Este episódio acabou gerando outro ponto de tensão entre os evangélicos soteropolitanos e o Executivo Municipal, tendo desdobramento também na Câmara Municipal.

Originado nos cultos de candomblé, onde servia como oferenda a Iansã, o acarajé tem mais de 300 anos de existência e ao longo desse período, passou por diversas mudanças nas suas práticas de consumo: muitas receitas já não levavam mais apenas o tradicional feijão fradinho, incorporando na massa outros ingredientes como o milho e a farinha de trigo; as vestimentas que caracterizam as baianas foram substituídas por outras vestes; a preparação da iguaria passou também a ser realizada por homens; o quitute começou a ser consumido em restaurantes especializados e *delicatessens*. Diante da crescente descaracterização deste alimento de grande valor cultural, e num momento em que a cultura era também um negócio estatal, a prefeitura resolveu intervir no processo de destradicionalização do acarajé.

Os grupos evangélicos que consumiam este produto nos tabuleiros das chamadas baianas evangélicas se posicionaram de forma contrária ao ato do Executivo Municipal, vindo nesta atitude mais uma forma de imposição das práticas religiosas afro-brasileiras à população. Por considerarem impuros os alimentos vendidos pelas "baianas autênticas", boa parte dos evangélicos preferia consumir estes produtos em locais que julgavam imunes aos efeitos do consumo de alimentos considerados suspeitos. As razões para esta precaução estão bem expressas pelo Bispo Edir Macedo no livro *Orixás, caboclos e guias*:

Todas as pessoas que se alimentam dos pratos vendidos pelas famosas baianas estão sujeitas, mais cedo ou mais tarde a sofrer do estômago. Quase todas essas baianas são filhas-de-santo ou mães-de-santo que "trabalham" a comida para terem boa venda. Algumas pessoas chegam a vomitar as coisas que comeram, mesmo que isso tenha sido há muito tempo. Parece piada ou história de crianças, mas aqueles que têm convivido conosco e assistido a nossos cultos conhecem de perto a atuação de satanás e seus anjos, através, até mesmo, de coisas simples como estas.¹⁷⁹

¹⁷⁹ MACEDO, Edir. *Orixás, Caboclos e Guias*. Rio de Janeiro, Universal, 1984, p. 41.

Apesar de a portaria ter sido lançada e aprovada ainda em 1998, o debate em relação ao tema só teve maiores proporções a partir de 2000, quando a prática sócio-religiosa foi registrada como patrimônio imaterial pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). A partir deste momento, novos padrões foram criados para sua comercialização. Um episódio contribuiu para o acirramento das discussões. No final de 1998, uma baiana de cabelos tingidos de loiro, evangélica, chamada Deny Costa Ramos, ganhou a disputa pelo Acarajé de Ouro, em um concurso criado pela *promoter* Lícia Fabio, para eleger a melhor quituteira na modalidade. A votação foi realizada via internet e o resultado aborreceu as baianas “tradicionais”, que viram este como um exemplo gritante de como sua atividade estava sendo descaracterizada. Este fato incentivou a busca por ações mais eficazes para garantir o cumprimento da portaria municipal, respaldada a partir daquele momento pelo registro do acarajé como patrimônio imaterial. Como primeira atitude, a Associação das Bahianas de Acarajé e Mingau do Estado da Bahia (ABAM) pediu o registro do ofício de baiana de acarajé no Livro de Registro dos Saberes:

O pedido foi realizado quase logo depois da instituição do registro, no ano de 2002, e parecia haver uma certa premência, não só pela pontual indignação com o prêmio da loura evangélica, mas muito mais provavelmente por causa das constantes polêmicas cotidianas, com os evangélicos abrindo precedência para outro tipo de comercialização do acarajé, desvinculada da tradição das mulheres.¹⁸⁰

Em 2005, a ABAM finalmente conseguiu o registro. A partir desta conquista, foi criada uma série de normatizações que passaram a regulamentar a venda de acarajés, principalmente nos pontos mais visitados da cidade, ou seja, nos espaços destinados ao turismo. De acordo com as normas implementadas, as baianas deveriam usar roupas, tabuleiros e sombreiros padronizados. Apenas as que usassem bata, torço e saia rodada poderiam se dedicar a esta atividade. Também foram proibidas de vender cerveja e refrigerante em seus pontos, podendo apenas comercializar acarajé, abará, cocada, passarinha, doces caseiros, lelê, peixe frito, mingau e bolinho de estudante. Muitas destas determinações já estavam presentes no Decreto 12.175, mas só tiveram um cumprimento efetivo durante este processo.

As medidas adotadas tinham como objetivo fundamental se opor ao processo de descaracterização que o produto vinha sofrendo, notadamente face aos conflitos com os evangélicos, que além de se apropriarem de um elemento da “religião inimiga”, também

¹⁸⁰ MARTINI, Gerlaine. *A uniformização do típico em uma tradição culinária Afrobrasileira*. Brasília, UNB, 2007. Tese de Doutorado em Antropologia, p. 239.

ousaram alterar o seu nome, os chamando de “bolinho de Jesus”. As baianas evangélicas também não tinham o hábito de usar as vestimentas típicas para a realização do ofício e costumavam colocar objetos em sua banca que a diferenciavam das outras vendedoras de acarajé ligadas ao candomblé, como, por exemplo, bíblias e outros objetos de culto. Também substituíam as guias por colares, alegando não oferecer o acarajé para o orixá, hábito religioso comum na venda destes produtos pelas vendedoras tradicionais.

Ainda durante o processo inicial de normatização da venda de acarajé, os políticos evangélicos se fizeram presentes na discussão do tema, defendendo a venda do acarajé como uma atividade comercial apenas, desprovida, segundo eles, de quaisquer vínculos religiosos. Isto garantiria o direito das baianas evangélicas de comercializar o seu produto da maneira como desejassem. A reação do segmento evangélico foi rápida e pode ser percebida através dos jornais e da câmara municipal, como analisou Bruno Reinhardt. Um de seus entrevistados, uma liderança política evangélica, reintroduziu na sua fala argumentações similares as que estavam presentes na querela dos “Orixás do Dique”:

Sobre o caso das baianas de acarajé. Nós acreditamos que a indumentária tal qual foi colocada também é uma preocupação de celebração do culto. Ora, não se pode obrigar a quem não quer celebrar esse culto a ter que celebrar. Se pra vender este quitute você tem que ser adepto de um culto, isto é um contra-senso. Estamos num país livre, laico, quem quiser vender quitute deve fazer tendo a religião que ele quiser! Então, se para vender um quitute tem de se estar cultuando dessa ou daquela forma é também uma violência que não pode ser feita. O uso das roupas é colocado textualmente pelos babalorixás e ialorixás como uma forma de celebração do culto. Nós não cultuamos as entidades dos candomblés e devemos ter a liberdade de exercitar a religião que queremos. Se alguém quer vender quitute dentro de todos preceitos legais não pode ser obrigado a ter que celebrar um culto.¹⁸¹

Como atividade meramente comercial, a venda de acarajé não poderia estar condicionada, na visão dos evangélicos, aos rituais e práticas das religiões afro-brasileiras. O vereador evangélico citado esperava conseguir deter a normatização da venda, apelando novamente para a ideia de um estado laico. Todavia, este argumento não conseguiu eficácia porque, como em momentos anteriores, a batalha se dava num campo que até então fora sempre favorável aos grupos religiosos de matriz africana, no terreno da cultura. Se o modo tradicional de venda deveria ser preservado, não era por conta do seu conteúdo explicitamente religioso, mas pelo valor cultural nele expresso:

¹⁸¹ REINHARDT, Bruno. *A troca e a guerra entre o Neopentecostalismo e os cultos afro-brasileiros em Salvador*, p. 103.

A defesa da lei tem em vista, portanto, a permanência de uma tradição, da qual as vestimentas seriam simples sinais, indícios de um tempo que não há mais, signos excessivamente estéticos e intelectuais, desprovidos de eficácia e, portanto, tornados “símbolo”, “cultura”, e não mais “religião”. É essa capacidade do Candomblé jogar com a cena pública de Salvador tanto como “religião” quanto como representante privilegiado da matriz étnica e histórica de maior visibilidade na cidade que permite às suas lideranças uma maior capacidade de negociação, podendo ocupar com o seu argumento um ou outro desses pólos a partir da problemática com que se deparam.¹⁸²

É por conta disto que as batalhas pelo cotidiano empreendidas pelos evangélicos no espaço legislativo municipal foram quase todas perdidas, quando seus objetivos eram impor seus valores religiosos no espaço público. Os traços religiosos afro-brasileiros na sociedade soteropolitana eram muito fortes e impuseram dificuldades na criação de uma rotina da cidade que atendessem aos seus interesses. Seja através de políticas públicas, como as realizadas no governo Lídice da Mata, seja por conta de medidas pontuais, ligadas sobretudo ao papel turístico que cada vez mais se tornou uma tônica da política cultural estatal, como as realizadas no governo de Antonio Imbassahy, os evangélicos não conseguiram impor o seu *ethos*.

De certa forma, estas derrotas na conquista do espaço público mexiam com uma ferida que sempre esteve aberta ao se analisar a inserção dos protestantes na história brasileira, a sua visão como uma atividade religiosa alheia a nossa cultura. Talvez por conta disto se esclareça as tantas homenagens realizadas pelos vereadores evangélicos na Câmara Municipal. Elas objetivavam solidificar no imaginário soteropolitano a presença evangélica, assim como a criação de datas comemorativas ligadas ao grupo desempenharam um papel simbólico importante em uma cidade onde a cultura católica, com todo seu conteúdo sincrético, era tão marcante. Para além das justificativas legais utilizadas pelos evangélicos para defender o comércio do acarajé por suas baianas, a renomeação deste alimento tão comum aos soteropolitanos e a tentativa de enquadrá-lo dentro de outra lógica cultural pode ser interpretado como uma das formas de inserção nesta cultura, a qual boa parte da população evangélica se sentia alheia. Vender e comer o acarajé de Jesus seria, para este segmento, um jeito de ser evangélico sem deixar de ser baiano.

O cotidiano em disputa: algumas considerações

¹⁸² REINHARDT, Bruno. *A troca e a guerra entre o Neopentecostalismo e os cultos afro-brasileiros em Salvador*, p. 104.

A análise da trajetória legislativa dos vereadores avaliados demonstrou que sua participação não pode ser diferenciada a partir de seu posicionamento dentro do campo religioso protestante. Foi possível perceber que protestantes históricos, pentecostais ou neopentecostais tiveram um desempenho parlamentar bastante similar, enquanto participante de um projeto político que visava à construção de uma “bancada”. O termo aparece em aspas porque conforme pode ser observado, ele se fez realidade apenas a partir da construção paulatina dos diversos vereadores evangélicos que passaram pela Câmara Municipal. Mesmo antes desta bancada existir oficialmente, a atuação individual dos vereadores estudados indicava que um modelo de participação política diferenciada se fazia presente na cidade de Salvador, modelo este bastante semelhante ao proposto por Josué Sylvestre, em 1988. A construção de um projeto político religioso por parte das igrejas, que estava por trás das candidaturas aqui analisadas, acabou por atingir seu objetivo ao inserir os evangélicos de forma ativa nas discussões e decisões sobre o cotidiano da cidade, ocorridas, sobretudo, no espaço legislativo municipal.

Mas porque ele se sagrou vitorioso se havia outros perfis de participação? Porque políticos evangélicos como Walter Pinheiro apresentavam-se com exceção nestes espaços? Diante destas questões, a hipótese aqui defendida é de que este tipo de projeto evangélico se sagrou vencedor porque se inseria no quadro de uma cultura política brasileira, onde o clientelismo e o uso das instituições para conseguir vantagens pessoais (ou do grupo religioso) estavam presentes de forma marcante. O conceito de cultura política é entendido aqui tal como definido por René Rémond, como “um poderoso revelador do *ethos* de uma nação e do gênio de um povo.”¹⁸³

A própria organização dos vereadores evangélicos enquanto bancada já revela sua adaptação às regras de nosso sistema político. As bancadas funcionam como um grupo de pressão que visa atender aos interesses do segmento, partido ou grupo ao qual representa na esfera legislativa. É uma cidadania que se constrói a partir de interesses, nem sempre tão nobres. A bancada evangélica, do ponto de vista de sua forma de atuação política, não se diferenciava muito da maioria das bancadas que se construíram no espaço legislativo. Pierucci já apontava, em 1996, a partir da análise do perfil eleitoral evangélico das últimas eleições, que a maior parte dos eleitores evangélicos tinha um perfil conservador, ressignificado a partir de sua condição religiosa:

¹⁸³ REMOND, René (org.). *Por uma nova história política*. Rio de Janeiro, UFRJ/FGV, 1996, p. 450.

Sexo e família entrelaçam-se no miolo de seu discurso bíblico-fundamentalista para tecer de novo o discurso das direitas não-religiosas, para reorientar as direitas no sentido de uma revalorizado conservadorismo cultural e comportamental, de um conservadorismo social no plano das maneiras, dos estilos de vida, complementando seu conservadorismo econômico e seu anticomunismo com uma diferente concepção dos inimigos a combater e um elenco diferente das “questões” que realmente importam, que realmente representem a vontade do povo, as preocupações vitais da maioria. No Brasil eles se dizem “conservadores”, não se dizem “de direita”; mas se contrapõem explicitamente à esquerda. Não apenas à velha como também à “nova esquerda”, à esquerda dita “radical”, que quer mudar tudo, principalmente as pautas de comportamento e estrutura da família.¹⁸⁴

Neste mesmo estudo, no entanto, Pierruci também apontava que os evangélicos não eram mais conservadores que a média da população brasileira. Portanto, nem o seu conservadorismo poderia ser o elemento principal que pudesse explicar o seu paulatino crescimento como um fenômeno político dos mais relevantes. Analisando a trajetória dos vereadores evangélicos aqui examinados, foi possível identificar as continuidades com uma prática política assistencialista e de troca de favores e o uso da máquina pública para o crescimento político, transvestidos sob o argumento da busca de defesa dos interesses evangélicos no espaço institucional.

Levando em conta que os políticos evangélicos estudados entraram no jogo político e sempre obedeceram as suas regras, pode-se questionar então qual seria a novidade desta participação, sempre comentada por variados setores da imprensa e colocada como uma questão importante na discussão sobre os rumos da democracia brasileira, desde pelo menos a Constituinte de 1986? Diante desta questão, é possível talvez ensaiar uma resposta baseando-se no caráter simbólico percebido nesta presença evangélica no espaço público institucional. Nota-se que esta inserção esteve vinculada a uma constante utilização do campo político para afirmação destes grupos no campo religioso, dando visibilidade às rivalidades religiosas existentes na sociedade. É esta disputa no espaço religioso que provavelmente tornou a presença evangélica no legislativo municipal um fenômeno social de características *sui generis* e que a distinguiu da atuação dos demais grupos presentes na Câmara Municipal de Salvador. Como foi observado ao longo do segundo capítulo, todas as bandeiras defendidas pela bancada evangélica soteropolitana estavam de certa forma ligadas às disputas no campo religioso.

¹⁸⁴ PIERUCCI, Antonio Flavio. *A realidade social das religiões no Brasil: religião, sociedade e política*. São Paulo, Hucitec, 1996, p.178.

CAPÍTULO III - A BAHIA DE TODOS OS EVANGÉLICOS

As eleições gerais para composição da Assembleia Nacional Constituinte, que ocorreram em 1986, também elegeram os deputados estaduais que deveriam elaborar as diversas constituições dos Estados e do Distrito Federal. Entre os legisladores eleitos para assumir uma vaga na Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, estava o evangélico Gerson Gomes. De origem assembleiana, ele inaugurou a presença evangélica na ALBA no período posterior à Ditadura Militar.¹⁸⁵ Entretanto, antes de Gerson Gomes dois outros evangélicos já haviam ocupado um posto de deputado no Legislativo Estadual. O primeiro foi Basílio Catalá, vinculado à Igreja Presbiteriana, que se elegeu Deputado Estadual Constituinte pela União Democrática Nacional (UDN), para assumir a legislatura 1947-1951. Posteriormente foi suplente de deputado estadual pelo Partido Libertador (PL), durante a legislatura 1955-1959, assumindo o mandato em diversos momentos.¹⁸⁶ O segundo foi Ebenézer Cavalcante, pastor batista e ex-chefe do setor de divulgação da Igreja Batista 2 de Julho, em Salvador. Ele foi eleito deputado estadual pela União Democrática Nacional (UDN), para assumir a legislatura 1951-1955. Nas eleições seguintes, conseguiu a suplência de deputado estadual, assumindo o mandato também por diversos períodos durante a legislatura 1955-1959.¹⁸⁷ Ambos já foram estudados por Elizete da Silva, que demonstrou como a confissão religiosa dos dois acabou interferindo em sua trajetória parlamentar, os quais utilizaram o espaço político para se contrapor a ostensiva presença de símbolos católicos no espaço público:

Grupos religiosos que inicialmente sofreram as dificuldades e perseguições advindas da oficialidade do catolicismo, já em franco crescimento numérico, no século XX, buscavam prestígio político nas esferas públicas como uma forma de garantia de espaço e visibilidade, demarcando as diferenças com o catolicismo majoritário. Não por mero acaso o foco das discussões parlamentares dos deputados evangélicos na Bahia e no Brasil no período foi o debate sobre a entronização da imagem de Cristo nas assembleias. A Casa Publicadora Batista publicou, em 1948, discursos de parlamentares protestantes que atuaram em São Paulo, Distrito Federal, Pernambuco, Piauí, Espírito Santo e Bahia e o tema central era a prática católica de colocar imagens em locais públicos, herdada do período imperial.¹⁸⁸

¹⁸⁵ Durante a Ditadura Militar Gerson Gomes já havia ocupado o cargo de deputado estadual durante na legislatura 1972-1976.

¹⁸⁶ Deputado Basílio Catalá. Disponível em <<http://www.al.ba.gov.br/deputados/Deputados-Interna.php?id=451>>. Acesso em 09/09/2016.

¹⁸⁷ Dep. Ebenézer Cavalcante. Disponível em <<http://www.al.ba.gov.br/deputados/Deputados-Interna.php?id=463>>. Acesso em 09/09/2016.

¹⁸⁸ Silva, Elizete da. Protestantismo e política na Bahia: Vocação e pragmatismo, fazer política para a glória de Deus. *Revista Perspectiva Histórica*, julho/dezembro de 2011, p. 39.

Luciane da Silva Almeida, em estudo que fez sobre a participação batista durante a Ditadura Militar na Bahia, mostra que Ebenézer Cavalcante, quando deputado, também fazia duras críticas ao jogo do bicho e ao patrocínio público do carnaval. Tanto o jogo quanto a folia de Momo eram veementemente condenados pelos evangélicos.¹⁸⁹ Elizete da Silva aponta ainda algumas verbas para organizações evangélicas que teriam sido conquistados por Cavalcante, quando ele ainda ocupava uma cadeira na ALBA. O Instituto Batista de Educação ligado à Igreja Batista 2 de Julho, em Salvador, e o Orfanato Evangélico, em Feira de Santana, vinculado à Assembleia de Deus, foram beneficiados com emendas parlamentares.¹⁹⁰

Como pode ser notado por esta breve análise da atuação parlamentar de Ebenézer Cavalcante e Basílio Catalá, a atuação de políticos evangélicos no espaço público já visava atender a alguns interesses de seus grupos religiosos, mas não na dimensão que alcançou nas décadas seguintes. Durante o início do processo de redemocratização da sociedade brasileira, notadamente no início dos anos 1980, ocorreu uma crescente participação de evangélicos na política, que se refletiu também na Assembleia Legislativa do Estado da Bahia. Uma boa parte dos políticos vinculados às igrejas evangélicas passou a ter como objetivo inicial apenas servir aos interesses de seu grupo religioso, de uma forma muito mais direta e corporativa. Eles se tornaram o que Leonildo Campos denominou de "Políticos de Cristo":

O comportamento dos "políticos de Cristo", ao contrário da forma de atuar de muitos dos antigos "políticos evangélicos", não passa pela valorização do sistema partidário, nem pela defesa de ideologias políticas, propriamente ditas. Justamente porque a ação política deles se orienta muito mais pelas demandas corporativas, oriundas de suas respectivas associações religiosas, as quais transcendem os partidos, situação que explica a filiação dos "políticos de Cristo" a quaisquer partidos, independente de suas plataformas ou ideologias. Os partidos ou programas não lhes fazem diferença alguma, porque o essencial para eles é a manutenção do apoio da igreja que os elegeram. Sem essa igreja, ele nada é; perde a função de locutor, pois o discurso não lhe pertence; não passa de um mero ator coadjuvante, que participa de uma dramaturgia que não dirige, e recebe da instituição que o acolheu um script pronto para uma atuação fundamentada na plena, total e irrestrita obediência às autoridades religiosas.¹⁹¹

Embora Catalá e Cavalcante tenham servido as suas denominações durante suas atuações parlamentares, elas não detinham a tutela de seus mandatos. Os políticos evangélicos

¹⁸⁹ ALMEIDA, Luciane Silva de. *"O Comunismo é o ópio do povo": representações dos batistas sobre o comunismo, o ecumenismo e o governo militar na Bahia (1963-1975)*. Feira de Santana, UEFS, 2011, p. 91.

¹⁹⁰ Silva, Elizete da. *Protestantismo e política na Bahia: Vocação e pragmatismo, fazer política para a glória de Deus*. *Revista Perspectiva Histórica*, p. 45, julho/dezembro de 2011.

¹⁹¹ CAMPOS, Leonildo. "De políticos evangélicos – uma análise do comportamento político de protestantes históricos e pentecostais no Brasil". In: Machado, Maria das Dores Campos e Burity, Joanildo. *Os votos de Deus: Evangélicos, política e elei es no Brasil*. Recife, Massangana, 2006, p. 85.

que os sucederam na Assembleia Legislativa passariam a ser cada vez mais dependentes de suas instituições religiosas. Como observa Pedro Oro, a partir desse momento parece haver uma mudança qualitativa nessa participação, tendo em vista que não se tratava apenas da eleição de um evangélico, que conseguiu algum apoio de sua comunidade para defendê-lo quando necessário, mas de um candidato religioso que buscava primeiramente servir aos interesses de seu grupo religioso, uma vez que passou ele a ser a responsável direto pela conquista de seu mandato.¹⁹²

Serão estes novos "políticos de Cristo" da ALBA que serão analisados neste capítulo. Serão examinadas as ações ou atuações dos seguintes deputados: Gerson Gomes, de origem assembleiana, que foi eleito para a Assembleia Constituinte Estadual (1987-1990); Zelinda Novaes, membro da Igreja Universal do Reino de Deus, que na legislatura seguinte assumiu o papel de representante dos interesses evangélicos, atuando durante três períodos legislativos consecutivos, de 1990 a 2002; Eliel Santana, ligado à Assembleia de Deus, eleito nas eleições de 1998 com o apoio formal de seu grupo religioso; e José de Arimatéia, vinculado à IURD, que também foi eleito no mesmo pleito que Santana. Nas páginas seguintes, eles terão suas atuações legislativas analisadas individualmente.

Gerson Gomes

Em 1962, Gerson Gomes desenvolveu o projeto "Aliança para o Progresso", programa que realizava a distribuição de alimentos vindos dos Estados Unidos da América, para a população carente. Seu trabalho assistencial criou as bases para o início de sua carreira política como vereador em Feira de Santana, pelo Movimento Democrático Brasileiro (MDB), exercendo o mandato nas legislaturas 1972-1976 e 1976-1978. Em 1978 foi sagrado deputado estadual pelo mesmo partido, sendo novamente eleito nas eleições de 1986 para a Constituinte Estadual. A vinculação da atividade política de Gerson Gomes com sua vida religiosa foi estudada pelo historiador Igor Silva, que ressaltou sua relação bastante próxima da Assembleia de Deus:

¹⁹² ORO, Ari Pedro et alli (org). *Igreja Universal do Reino de Deus. Os novos conquistadores da fé*. São Paulo, Paulinas, 2003, 290.

A candidatura de Gerson Gomes iniciou em 1951, mas só apenas em 1962 foi candidato a vereador, pelo Partido Republicano – PR, com o aval da cúpula diretora da AD e, tendo como um dos seus apoiadores Francisco Pinto, político feirense.

A candidatura formal de Gerson Gomes em 62 já indicava o despertar da consciência política assembleiana, que sabia do seu potencial eleitoreiro, como já tinha interesse em participar formalmente da política feirense. Gerson Gomes foi o escolhido pelo seu prestígio no meio evangélico, não só assembleiano, pois tinha contato e aproximação com lideranças evangélicas de outras denominações, além de ser conhecido em diversos distritos feirenses pelo seu trabalho missionário.¹⁹³

Embora Gerson Gomes tenha iniciado sua trajetória como representante dos interesses evangélicos e da Assembleia de Deus na ALBA ainda na sua primeira legislatura, com diversos pedidos de apoio estadual para instituições como o Instituto Bíblico Batista, de Feira de Santana, em 1979, e a Juventude Batista Feirense, em 1981, foi para a análise de sua segunda legislatura que este trabalho se voltou. Durante este período, Gerson Gomes encaminhou 47 projetos, dos quais 26 lograram aprovação. Dos 47 projetos criados, 45 requereram que fossem consideradas como de utilidade pública estadual; várias organizações sociais, dentre as quais 32 evangélicas, 15 diretamente relacionadas à Assembleia de Deus.

Em 1987, pediu a concessão de Utilidade Pública Estadual para o Centro Comunitário da Esperança, ligado à Igreja Batista Nova Esperança, localizada em Salvador; a Associação Amparo do Menor Abandonado (AMP), de Feira de Santana, fundada em 1986 e organizada pela Assembleia de Deus; a Associação Comunitária da Boa Esperança, de Retirolândia; e a Sociedade Beneficente da Assembleia de Deus, em Candeias, fundada em 1981. Fazia parte da diretoria o vereador Valdemir dos Santos Pereira e parte da documentação desta instituição - estatutos, ata da primeira reunião - dizia respeito à entidade de mesmo nome, estabelecida em Feira de Santana.¹⁹⁴

Em 1988, solicitou a mesma concessão para a Associação de Proteção à Infância de Feira de Santana¹⁹⁵; a Igreja Batista da Pituba, em Salvador; a Igreja Presbiteriana Independente de Salvador; a Caixa de Assistência da Igreja Evangélica Assembleia de Deus, em Uruçuca; a Sociedade Beneficente e Assistencial O Bom Pastor, de Juazeiro; Sociedade Beneficente da Assembleia de Deus, Conceição do Jacuípe; o Grupo Missionário Siloé,

¹⁹³ SILVA, Igor José Trabuco da. *“Meu reino não é deste mundo”*: A Assembleia de Deus e a política em Feira de Santana (1972 - 1990). Salvador, UFBA, 2009. Dissertação de Mestrado em História, p. 71.

¹⁹⁴ Setor de Arquivo da ALBA, Deputado Estadual Gerson Gomes, Leg 34, Flash 28.

¹⁹⁵ Há indícios de que se trata de uma associação vinculada de certa forma a Assembleia de Deus, uma vez que em reunião realizada em 1987 e registrada na ata da associação anexada ao projeto, estava presente o vereador Valdecir Pereira representando o Desafio Jovem da Assembleia de Deus

situado em Salvador; a Sociedade Beneficente da Assembleia de Deus, de Gentio do Ouro; e a Sociedade Beneficente Grupo Missão.¹⁹⁶

Em 1989, postulou a concessão de Utilidade Pública para a Associação Beneficente Deus é Amor, de Feira de Santana, observando que entre as atividades desenvolvidas pela associação estava "a prestação de atendimento evangélico"; a Sociedade Beneficente "Jeová Gire" da Assembleia de Deus de Cícero Dantas; a Associação Beneficente da Assembleia de Deus, de Sento Sé; o Orfanato Evangélico Lar da Criança, de Santo Antonio de Jesus; a Sociedade Beneficente da Congregação Batista Monte Hermon em Itaberaba; a Sociedade Beneficente da Assembleia de Deus de Brumado; a Associação Beneficente da Assembleia de Deus em Camamu; a Igreja Batista de Sobradinho, Feira de Santana; o Centro Comunitário Evangélico Jesus Cristo é o Senhor, de Salvador, grupo criado pela Igreja Evangélica Jesus Cristo é o Senhor¹⁹⁷; a Sociedade Beneficente da Assembleia de Deus de Vera Cruz, sediada em Vera Cruz, comarca em Itaparica; a Associação Beneficente da Assembleia de Deus de Conceição do Coité; e a Associação Beneficente da Assembleia de Deus em Santa Bárbara.¹⁹⁸

No seu último ano de mandato, Gerson Gomes também requereu a Declaração de Utilidade Pública para a Associação Comunitária Cristo Redentor, Feira de Santana; a Igreja Batista Maranata, de Salvador; a Sociedade Beneficente da Assembleia de Deus em Camaçari; a Sociedade Beneficente da Assembleia de Deus de Brejões; a Obra Missionária dos Evangélicos do Brasil, SAOMEB, de Camaçari; e a União Mocidade da Assembleia de Deus de Valença.¹⁹⁹

Como pode se observar a vida legislativa de Gerson Gomes esteve quase completamente voltada para a busca de incentivos fiscais para diversas associações, mas sobretudo as evangélicas, exceção feita a dois projetos de lei lançados na sua segunda legislatura, o PL 7259/88 e o 7837/89. O PL 7259/88, de 28/03/88, solicitava a proibição do uso de tabaco em repartições públicas estaduais fechadas e nos transportes de massa. O mesmo apresentou argumentos muito sólidos contra o tabagismo, notadamente, quando praticado em áreas pouco ventiladas ou com grande número de pessoas, tendo o prestigiado médico José Silveira²⁰⁰ feito a justificativa do projeto.

¹⁹⁶ Setor de Arquivo da ALBA, Deputado Estadual Gerson Gomes, Leg 35, Flash 01.

¹⁹⁷ Este grupo não apresentou um estatuto próprio, sendo utilizado o da instituição religiosa.

¹⁹⁸ Setor de Arquivo da ALBA, Deputado Estadual Gerson Gomes, Leg 35, Flash 02.

¹⁹⁹ Setor de Arquivo da ALBA, Deputado Estadual Gerson Gomes, Leg 35, Flash 03.

²⁰⁰ Famoso médico baiano que fundou, em 21 de fevereiro de 1937, o Instituto Brasileiro para a Investigação da Tuberculose, instituição que se tornou referência para a luta contra tuberculose no Brasil. Nosso Fundador. Disponível em <<http://www.fjs.org.br/fjs/nosso-fundador/>>. Acesso em: 28/03/2016.

O dr. Silveira enumera uma série de razões, visando mostrar os males do tabagismo, "responsável pelo maior número de doenças de elevada morbidade, como o câncer de pulmão, bronquite crônica, enfisema do miocárdio, hemorragia cerebral", esclarecendo, ainda, que os males do fumo não se restringem apenas aos que dele fazem uso, mas a todos "principalmente as crianças, sujeitas a bronquites agudas e crônicas, pneumonias e episódios asmáticos".

O especialista defende o direito do não fumante a "trabalhar em ambiente limpo, sadio e não poluído"; chama a atenção para o fato de cada cigarro encurtar a vida em cinco minutos. Finaliza apresentando uma informação estarrecedora: a cada ano ocorrem entre 80 a 100 mil mortes prematuras, somente no Brasil, relacionadas diretamente ao cigarro. Mais da metade dos parlamentares que compõem a atual legislatura, subscreveram o documento, o que garante de antemão o apoio em massa dos deputados à proposta do pefelista.²⁰¹

O apoio dos demais parlamentares teve efeito e o projeto foi aprovado se transformando na Lei 5790, de 04/05/90. Gerson Gomes encaminhou ainda o PL 7837/89, de 11/04/89, que vedava a inserção de material publicitário sobre o uso de cigarros industrializados, charutos e cigarros de palha, nas emissoras de televisão e rádio, assim como, nos impressos em revistas, jornais e *outdoor's*, no estado da Bahia.

A matéria recebeu a adesão de 22 deputados dos mais variados partidos. Foi justificada pelo autor pela influência que os meios de comunicação de massa exercem sobre a sociedade, causando efeitos negativos na saúde e até no seu comportamento psicológico. Argumentando que "com estes veículos de comunicação, não existem barreiras que impossibilitem o intercâmbio cultural, econômico, político e comercial entre os povos contemporânea, até mesmo das mais diversas e distantes regiões do planeta".

Partindo do princípio de que a comunicação de massa traz inúmeras transformações à sociedade, o deputado Gerson Gomes justificou ainda que "os meios de comunicação operam sempre em regime comercial, sendo que o Estado, como poder concedente, limita-se a zelar pelo respeito às leis que resguardam os costumes e a moral, num controle indireto e negativo. A publicidade, dentro desses limites e totalmente livre e, sendo contínua, estimula o uso de produto", diz o deputado.²⁰²

Esta acabou sendo arquivada. Gomes, no entanto, findou por antecipar medidas antitabagistas que seriam cada vez mais frequentes nos anos seguintes, embora as suas razões tenham ligação com suas concepções religiosas. É interessante notar que nenhuma argumentação de cunho religioso foi utilizada para justificar o seu projeto. A ciência foi sua grande aliada, embora o pedido estivesse de acordo com uma prática comumente adotada pelos políticos evangélicos que geralmente pautaram seus mandatos em atitudes de combate às

²⁰¹ Projeto tenta proibir fumo em repartições. *Diário Oficial do Estado*, Salvador, p. 1, 29 mar 1988.

²⁰² Deputado quer proibir propaganda de cigarros no estado da Bahia. *Diário Oficial do Estado*, Salvador, p. 3, 27 abr 1989.

drogas, ao álcool e a medidas morais liberalizantes, uma vez que a maioria dos protestantes brasileiros, tanto os chamados históricos quanto os pentecostais, consideram o uso de tabaco e o consumo de bebidas alcoólicas como vício e pecado.

Depois deste mandato, Gerson Gomes encerrou sua carreira parlamentar, passando a desempenhar suas atividades políticas e religiosas na cidade de Feira de Santana.

Zelinda Novaes

Zelinda Novaes e Silva Jarske formou-se em Economia, 1976, e em Direito, 1994, pela Universidade Católica do Salvador - UCSAL, e em Administração pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB), em 1984. Especializou-se em Orçamento e Finanças Públicas no Instituto Brasileiro de Administração Municipal (IBAM), 1984-1985. Em 1990, Zelinda Novaes foi candidata pelo PTB (Partido Trabalhista Brasileiro). Entrou para o PFL (Partido da Frente Liberal) em 1992, nele permanecendo durante o restante de sua trajetória política.

A estreia de Zelinda Novaes no legislativo baiano, em 1990, foi precedida pelo desempenho de vários cargos administrativos na prefeitura de Camaçari. Conseguiu a reeleição nas eleições de 1994 e 1998, apenas deixando a ALBA para ocupar o cargo de deputada federal, conquistado no pleito de 2002. Durante três legislaturas consecutivas representou os interesses da Igreja Universal no legislativo baiano. Todavia é mister notar que, embora estivesse subordinada aos interesses das lideranças masculinas, conseguiu também estabelecer durante o seu mandato pautas que estavam mais relacionadas à sua condição de gênero. Entretanto, neste estudo analisará apenas a sua atuação religiosa no espaço político.

No último ano de seu primeiro mandato, Zelinda Novaes deu entrada a quatorze projetos, sendo que treze tinham como finalidade declarar de utilidade pública diversas organizações assistenciais e um prestava homenagem ao ex-prefeito e ex-candidato a governador Clériston Andrade, sugerindo o seu nome para a Comissão de Direitos Humanos da ALBA, através do projeto de Lei 1.523/94 de 22/06/1994. Maria José Rocha, deputada do Partido dos Trabalhadores, anteriormente havia criado vários projetos de lei designando nomes de pessoas ilustres para as comissões da ALBA. No projeto lançado por Maria Rocha, a sala da Comissão de Direitos Humanos receberia o nome de Luíza Mahin em virtude do trabalho

que esta teria exercido no "combate à escravidão na Bahia".²⁰³ A importância de Clériston Andrade para o segmento evangélico já foi comentada no capítulo I. A sua imagem como “político de Cristo” era reverenciada por diferentes denominações.

Em 1993, Novaes enviou duas indicações ao poder Executivo: a primeira foi a Indicação 8332/93, não datada, e a segunda 8233/93, de 06/07/93, acabou sendo enviada em conjunto com Jonas Alves, ex-filiado do Partido Democrata Cristão, também ligado a entidades evangélicas. Ambas tratavam do mesmo tema, pois sugeriam ao Governador do Estado que indicasse à Secretaria da Fazenda a criação de uma tarifa especial para pagamento do consumo de energia elétrica e água nos templos religiosos. A indicação 8332/93 pedia a isenção de ICMS nas contas da Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia (Coelba) e da Empresa Baiana de Águas e Saneamento S.A. (Embasa). Já a 8233/93 dava uma maior margem de negociação com o governo, pois poderiam ser criadas alternativas que atendessem ao interesse dos templos, sem que fosse necessário o cancelamento do imposto.

Em 1991, a deputada iurdiana apresentou o projeto de lei 9508/91 que declarava de utilidade pública a Igreja Universal do Reino Deus. Foi o primeiro ato legislativo da deputada iurdiana que deixava claro sua relação de proximidade com o grupo. Como justificativa para a aprovação da concessão, Zelinda ressaltou o papel que a referida igreja vinha “desenvolvendo não só atividade evangélica com também um grande trabalho social voltado, sobretudo, para a comunidade carente”, ajudando com êxito “um expressivo contingente de indivíduos viciados e marginalizados”.²⁰⁴

Também em 1991, apresentou o PL 09561/91, que visava declarar de utilidade pública a Associação Cristã Reino de Deus, com sede e foro na cidade de Feira de Santana. A justificativa deste projeto assemelhava-se à do PL 9508/91, pois segundo a autora, a associação estava resolvendo os problemas de “pessoas de baixa renda”, “crianças órfãs e desnutridas”, “viciados” e de “pessoas em total degradação moral”. A associação era ligada a Igreja Universal do Reino Deus de Feira de Santana, tendo sido fundada em 1987.

Quando Edir Macedo foi preso em 1992, por acusações de charlatanismo, estelionato e curandeirismo, Zelinda Novaes subiu à tribuna da ALBA para defendê-lo destas acusações em caloroso discurso que afirmava ser o líder da Igreja Universal vítima de perseguição religiosa:

²⁰³ Comissão pode ter nomes de personalidades. *Diário Oficial do Estado*, Salvador, p. 1, 25 jan. 1994.

²⁰⁴ PL 9508/91 de 22/05/1991.

A fé como expressão religiosa não se pode medir através de critérios objetivos, uma vez que ela é a manifestação íntima do sentimento da alma na confiança de receber algo que não se vê, mas que se espera alcançar.

Desta forma, deve-se acusar alguém de charlatanismo por estimular seus fiéis a crerem em milagres? Deve-se acusar alguém de curandeirismo por estimular seus fiéis a crerem em milagres? Deve-se acusar alguém de curandeirismo por estimular seus fiéis a buscar a cura através da fé? E finalmente, deve-se acusar alguém de estelionato por receber doações espontâneas para atender às necessidades de empreendimentos de uma instituição religiosa?

Se afirmativas as respostas as perguntas acima, os líderes religiosos do Brasil são criminosos e, portanto, devem ser condenados à prisão.

Que diferença faz entre as empresas administradas pela Igreja Católica e adquiridas com dinheiro do povo e as empresas da Igreja Universal do Reino de Deus?

Qual a diferença entre os milhares de dólares da Igreja Católica e o dinheiro da Igreja Universal? São ambos dinheiro do povo que resultam de doações.

E o que falar do complexo de comunicação da Igreja Católica, no que diferem dos meios de comunicação da Igreja Universal do Reino de Deus?

Portanto, não é possível que seja aceita a ação preconceituosa, em forma de perseguição, ao Bispo Macedo e às Igrejas Evangélicas.²⁰⁵

Em seu último ano do primeiro mandato enviou o projeto de lei 10192/94 que declarava de utilidade pública a Associação Baiana Beneficente Sócio-cultural do Reino de Deus, com sede e foro em Salvador. Esta associação era um grupo assistencial fundado em 1984, que havia perdido o prazo para revalidação da utilidade pública, por causa da lei 6697/86, o que levou a deputada a dar entrada em um novo projeto. Podem ser citadas ainda outras iniciativas que iam ao encontro dos interesses evangélicos como o PL 10074/93, que dispunha sobre a utilização das instalações da rede escolar do Estado para a realização de eventos cívico-culturais e desportivos, observando que com tal medida as instalações poderiam servir como espaços públicos alternativos para os movimentos culturais, esportivos e religiosos realizarem seus eventos.

A defesa dos interesses da Igreja Universal do Reino Deus continuou no segundo mandato de Novaes. Neste, ela apresentou 25 projetos, dos quais 10 estavam ligados a demandas evangélicas. Em 1996, conseguiu em apenas dois meses declarar de utilidade pública estadual a Associação Beneficente Cristã (ABC),²⁰⁶ entidade filantrópica criada pela IURD, em 1994, para gerenciar as atividades sociais desenvolvidas pelo grupo. A ABC se tornou o principal braço social da igreja nos anos seguintes e serviu como meio de impulsionar diversas candidaturas iurdianas. A própria associação passou a ser beneficiada com outros projetos de Zelinda Novaes, como a indicação 10019/97, de 07/05/97, que sugeriu ao presidente da Telebahia a instalação de um telefone público comunitário na sua sede, em

²⁰⁵ *Diário Oficial do Estado*, Salvador, p. 5, 10 set. 1992.

²⁰⁶ PL 10791/96 de 15/05/96.

Salvador. No jornal *Folha Universal*, o importante papel social que a associação teria também em solo baiano não deixava de ser ressaltado:

Bahia – A ABC tem tido um crescimento surpreendente no Nordeste brasileiro, principalmente na Bahia e no interior. A equipe baiana da ABC, todos os domingos, percorre um bairro diferente da cidade distribuindo mais de 300 cafés da manhã, dando prioridade às crianças carentes.

O último bairro a receber a visita da Associação foi o da Liberdade, em Itamaraju, extremo sul da Bahia, onde além da distribuição do café com leite e do pão com manteiga, todos receberam orações e o pastor responsável orou para que se abençoasse mais e mais.²⁰⁷

Ela ainda enviou a Assembleia Legislativa uma solicitação de moção de aplauso “à Igreja Universal do Reino Deus pela ação altruísta e filantrópica, ajudando aos flagelados da seca do Nordeste”.²⁰⁸ Como elogios acabam chamando elogios, a iniciativa de deputada iurdiana foi também louvada por seu grupo religioso:

A campanha organizada pela Igreja Universal em benefício das vítimas da seca no Nordeste tem recebido o reconhecimento público. Vários municípios oferecem Moção de Aplausos aos representantes da IURD pelo trabalho solidário que fez chegar às famílias famintas alimentos, roupas e água mineral. A mais recente homenagem veio através da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia que, por indicação da deputada estadual Zelinda Novaes (PFL), concedeu Moção de Aplausos à Igreja Universal. Para Zelinda, a ação “foi um grito de alerta às autoridades constituídas que nada têm feito contra a seca”.²⁰⁹

Outra moção que evidencia a proximidade de Zelinda Novaes com a IURD foi a que lançou repudiando o governo do Chile pelas dificuldades que a Igreja Universal estava encontrando para se manter nesta nação:

Inadmissível, revoltante, incompreensível a atitude do governo chileno ao considerar ilegais no país os integrantes da Igreja Universal do Reino Deus. Alega o governo do Chile que esta igreja não está legalizada, ora, “vox populi vox Dei”, o povo aceita, logo a mesma é legal, assim como, cremos, a democratização deste País, salvo melhor juízo. Será que, pregar o evangelho, beneficiar os irmãos, é crime? Repensar, rogamos àqueles dirigentes, afim de que tenhamos um mundo melhor.

Aos queridos irmãos pastores, externamos nossos sentimentos de paz, amor e solidariedade pelas ações evangélicas; pois, sua coragem e desenvoltura granjearam-lhe a possibilidade de alargar horizontes, porém, cremos, seu nível espiritual não permite maior permanência no local que atingiu; lembre-se que nossa Casa tem edificação Universal e só Deus nos transfere a fé para remover montanhas.²¹⁰

²⁰⁷ Café da manhã. *Folha Universal*. Rio de Janeiro, p. 6, 15 dez. 1996.

²⁰⁸ Moção 3045/98 de 07/05/98.

²⁰⁹ S.O.S Nordeste. *Folha Universal*, p. 7 b, 21 junho de 1998.

²¹⁰ Moção 2877/97 de 09/12/97.

O protesto de Zelinda se deu por conta da expulsão do Chile de 19 integrantes da Igreja Universal do Reino Deus, incluindo-se neste grupo seis pastores. A Embaixada chilena em Brasília declarou que os pastores da Igreja Universal tinham entrado no Chile como turistas, mas que passaram a desenvolver atividades de proselitismo religioso. Apenas depois de iniciar este trabalho missionário, eles solicitaram a mudança do visto para permanente. Este pedido foi negado. Diante deste fato, a hierarquia iurdiana reagiu:

Em São Paulo, 1.500 pessoas se concentraram na frente do consulado do Chile, na avenida Paulista (região central). O deputado federal Wagner Salustiano (PPB-SP), que pertence à igreja e liderou a manifestação, foi recebido pelo cônsul, Alfredo Salazar.

Durante o ato, os manifestantes gritavam palavras de ordem como "Ah, eu sou de Cristo" e acusavam o país de ser uma "ditadura".²¹¹

Apesar da expulsão da IURD estar prevista de acordo com as regras do Estado chileno, Zelinda defendeu o descumprimento da lei, apelando para o fato de que a população daquele país havia correspondido à pregação religiosa iurdiana: "o povo aceita, logo a mesma é legal". Além disto, atacou o governo chileno acusando-o de, em pleno processo de redemocratização, ter agido de forma autoritária, utilizando uma argumentação bastante próxima do que era o discurso do seu próprio grupo no âmbito nacional:

Para o deputado Salustiano, a suposta perseguição aos pastores demonstra que o Chile não é um país democrático. "O Eduardo Frei, presidente do Chile, é um mentiroso. Ele anda pelo mundo dizendo que a ditadura naquele país acabou, mas não é verdade."

Na nota, a embaixada chilena também rebate essa acusação, que tem sido veiculada pela Rede Record, que pertence à Universal.

"O governo respeitará estritamente as decisões do Supremo Tribunal, como corresponde a uma democracia, desmentindo desta maneira as insensatas declarações de líderes da Igreja Universal de que supostamente 'não há liberdade nem democracia no Chile'".

A igreja tem 20 templos no país e cerca de 7.000 seguidores. Para o bispo Carlos Rodrigues, responsável pela área política da Universal, a Igreja Católica do Chile está por trás da suposta perseguição. "No Chile há uma simbiose entre a Igreja Católica e o governo."²¹²

Para as lideranças iurdianas, a Igreja Católica teria responsabilidade no que tinha acontecido, pois elas atribuíam a perseguição do governo chileno ao papel desempenhado pelo cônsul do Chile, no Brasil, Eraldo Muños, ex-sacerdote da Igreja Católica:

²¹¹ *Folha de São Paulo*. São Paulo, p. 14, 6 dez de 1997.

²¹² *Folha de São Paulo*. São Paulo, p. 14, 6 dez de 1997.

Segundo os evangélicos que vivem no Chile, a perseguição à Igreja Universal começou quando o delegado da Polícia Federal brasileira, Mateus Casado, enviou um ofício ao cônsul do Chile no Brasil, Eraldo Muños, ex-padre, pedindo que fosse feito um levantamento sobre o funcionamento da Igreja Universal no Chile. Anexo ao ofício, o delegado forneceu informações de que, no Brasil, a Universal respondia a processos por estelionato, charlatanismo e curandeirismo, ignorando que tais processos já foram arquivados por falta de provas. A partir daí começaram os problemas.

Os pastores da IURD só não foram expulsos por causa da mobilização de vários parlamentares brasileiros que compõem a bancada evangélica. Em caravana ao Chile, eles tiveram diversas reuniões com representantes do departamento de Estrangeria, ligado ao Ministério do Interior (equivalente ao Ministério da Justiça no Brasil) para tentar impedir a expulsão dos pastores como clandestinos.²¹³

Os pastores iurdianos ficaram escondidos durante algum tempo no Chile, mas por conta da intervenção de políticos ligados à igreja puderam voltar ao Brasil através de um acordo. A saída pelas vias legais do Chile garantiu o impedimento de sanções que previam a impossibilidade de realizações de viagens internacionais por um longo tempo. O acordo também estipulava que os pastores poderiam retornar ao Chile com um novo visto de um ano.²¹⁴

A maioria das indicações encaminhadas por Novaes à ALBA foi aceita. Uma das poucas que teve um parecer desfavorável foi a 9796/96, de 21/11/1996, que pedia ao presidente da República que fosse enviado ao Congresso um projeto de lei proibindo a comercialização do tabaco no Brasil. Em 1997, a mesa diretora votou pela não aprovação da indicação, que não chegou a passar pelas comissões. Embora a medida da deputada fosse considerada nobre pelos seus pares, o tema foi considerado polêmico, principalmente por trazer prejuízos aos produtores e comerciantes de tabaco, mas também ao erário, que perderia uma considerável fonte de divisas, caso o pedido da deputada fosse atendido. Chama atenção o fato de que o projeto teve uma tramitação bastante limitada, sendo barrado logo no início do processo. Mesmo levando em conta que o projeto possa não ter prosseguido por conta de sua inconstitucionalidade evidente, as razões alegadas para seu arquivamento revelam muito mais os demais interesses e projetos que estavam em jogo na ALBA, no caso em questão, os dos grupos e pessoas que lucravam com o comércio de tabaco no País. A bem da verdade, outros projetos que continham medidas antitabagistas já tinham sido encaminhados por alguns deputados entre 1996 e 1997, a maioria obtendo êxito na sua aprovação, mas nenhuma medida legislativa foi tão radical quando a proposta por Zelinda Novaes. Como exemplo, pode-se citar

²¹³ Trabalho evangelístico da Igreja Universal continua no Chile. *Folha Universal*, p. 7b, 17 mai 1998.

²¹⁴ Trabalho evangelístico da Igreja Universal continua no Chile. *Folha Universal*, p. 7b, 17 mai 1998.

os projetos de Herculano Menezes, que propôs a proibição do tabagismo em estabelecimentos de ensino do Estado da Bahia, e de José Magalhães, que pediu a interdição de venda de cigarros a menores de dezoito anos²¹⁵

O projeto de lei 11517/98, de 06/07/98, seguiu também uma tendência moralizadora, dispondo sobre a proibição da exposição de vídeos pornográficos pelas locadoras em locais de fácil acesso aos usuários. Assim justificou seu pedido:

Os filmes pornográficos são verdadeiros atentados ao pudor, os quais, em nada contribuem para a cultura dos cidadãos, principalmente das crianças e dos adolescentes que tem a mente em formação. Esses filmes vêm deturpando o conceito de família e desviando os jovens em suas sadias evoluções nos estudos e nas pesquisas científicas para um mundo melhor.²¹⁶

O terceiro mandato de Zelinda Novaes foi marcado pela diminuição dos projetos que pediam a concessão de utilidade pública para associações. Dos 33 apresentados, apenas 4 estavam enquadrados nesta categoria, e foram os únicos que conseguiram se transformar em leis. O destino seguido pelos demais foi o arquivamento. Nenhuma das associações beneficiadas fazia parte da rede assistencial da IURD. Apenas uma associação evangélica conseguiu ser reconhecida como de utilidade pública: foi a Cruzada Maranata de Evangelização,²¹⁷ vinculada a Átila Brandão, que já tinha coseguido em Salvador a concessão de Utilidade Pública Municipal. Aliás, Brandão era na época uma figura bastante presente na Assembleia Legislativa da Bahia, sendo sempre chamado pelos diversos deputados evangélicos para receber homenagens e honrarias. Também a ocupação do espaço da ALBA, tal como nas diversas sessões da Câmara Municipal de Salvador, era uma forma de mostrar que os evangélicos estavam conseguindo cada vez mais um lugar de destaque na sociedade soteropolitana e baiana, antes dominada pelo catolicismo. São bastante representativos desta visão evangélica os discursos proferidos por Átila Brandão e Milton Ebenezer, então pastor da Primeira Igreja Batista do Brasil, numa cerimônia realizada na Assembleia Legislativa por ocasião da comemoração do dia da Bíblia:

O deputado José de Arimatéia (PFL), que substituiu Reinaldo Braga na presidência da sessão, logo após a fala de Eliel, passou a palavra ao presidente da Ordem dos Ministros Evangélicos do Brasil, pastor Átila Brandão, que levantou a

²¹⁵ *Diário Oficial do Estado*, Salvador, p. 12, 28 ago 1997; *Diário Oficial do Estado*, Salvador, p. 11, 21 mai 1997.

²¹⁶ *Diário Oficial do Estado*, Salvador, p. 4, 7 jul. 1998.

²¹⁷ PL 12611/2002 de 15/01/02.

plateia, ao falar da Bíblia. “Não é um livro bonito, não é sagrado, a Bíblia é a Constituição do reino de Deus”, invocou, afirmando que “Jesus é a Bíblia encarnada”. Entusiasmado, mostrou-se indignado com a versão de que “feliz é a nação que é regida por uma senhora... Mentira”, acusou, dizendo que “não ligamos para Deus de pau, pedra, nem crucifixo”, denunciando o que ele chama de idolatria.

As alfinetadas na Igreja Católica prosseguiram ao lembrar que o tribunal do Santo Ofício quis queimar Galileu Galilei porque ignorava que o que o astrônomo italiano afirmava há muito estava na Bíblia. “Está em Isaias que nosso Deus está assentado no globo da terra”. O cântico do grupo Maná Brasil entremeou o pronunciamento do pastor Átila com o de Milton Ebenezer, da Primeira Igreja Batista do Brasil, que chamou a atenção do plenário para a *Galeota do Povo*, mural de Carlos Bastos que toma metade de uma das paredes internas do prédio. “Este é um quadro profético das trevas que governam a cidade”, descrevendo as sereias que estão por baixo da galeota, onde estão autoridades e personalidades.

“Viemos dizer que isto está acabando”, continuou, decretando que “chegou o tempo de nossa cidade ser liberta da idolatria e da feitiçaria. Em seguida, convidou a todos para realizar um ato profético e, olhando para o mural, orou para cancelar o que isto está profetizando e declarar o reino da Palavra de Deus”.²¹⁸

Milton Ebenezer se referia ao painel “Procissão de Bom Jesus dos Navegantes”, feito pelo artista baiano Carlos Bastos, que reproduziu, em 1993, a Procissão do Senhor dos Navegantes, realizada no dia 1 de janeiro. Nesta pintura, a galeota Gratidão do Povo carrega a imagem de Jesus crucificado, dentre outras figuras de destaque na sociedade e cultura baiana:

Dentro deste barco, e em outros menores, o artista apresenta vultos do cenário estadual, como o Senador Antônio Carlos Magalhães. Sob o oceano, criaturas míticas, evocação às religiões afro-brasileiras e outras personalidades de destaque, como a cantora Daniela Mercury e a Miss Mundo Martha Rocha. No céu, são visíveis anjos e expoentes ligados às decantadas formas de transcendência que são a arte e a religião, como Caetano Veloso, Gilberto Gil, Irmã Dulce e Mãe Menininha do Gantois. No mar e no ar as figuras se unem, formando um círculo que emoldura as embarcações.²¹⁹

O pastor deve ter lamentado o fato de não encontrar nenhum evangélico entre os representados no quadro. Os atos de idolatria tão condenados por Átila foram bastante exemplificados pela ilustração que Milton Ebenezer realizou ao chamar a atenção dos presentes para o painel presente no plenário da ALBA. Procissão, Cristo crucificado, sereias, sacerdotes de religiões afro-brasileiras, ou seja, tudo que os evangélicos combatiam no campo religioso. Todos estes poderiam ser substituídos apenas pela Bíblia, ou melhor, “o reino da Palavra de Deus”.

Entre os projetos de lei submetidos por Zelinda Novaes à aprovação, 10 atendiam a interesses evangélicos. Um deles foi o PL 12135/2000, de 23/08/2000, que obrigava a

²¹⁸ Igrejas Evangélicas lotam AL para comemorar Dia da Bíblia, *Diário Oficial do Estado*, p. 1, 30 nov. 2001.

²¹⁹ História da ALBA. Disponível em <<http://www.al.ba.gov.br/assembleia/Historia.php>>. Acesso em 05/09/2016.

impressão de mensagens que abordassem os malefícios do álcool, nos rótulos das embalagens de bebidas alcoólicas produzidas no Estado da Bahia. Este foi um dos 29 projetos de sua autoria arquivados pelo legislativo no início da legislatura seguinte.

Enquanto nenhum projeto de lei citava o nome da Igreja Universal do Reino Deus, as moções apresentadas por Zelinda Novaes demonstravam a relação de proximidade que existia entre a deputada e este grupo religioso. Moções de Congratulações pelo 2º aniversário de implantação da Rede Record; 75 anos da Rádio Sociedade da Bahia;²²⁰ 22º aniversário da IURD e ao Bispo Marcelo Crivella pelo projeto Nova Canaã foram aprovadas na ALBA, devido à solicitação da deputada iurdiana.²²¹ A Fazenda Nova Canaã, localizada no município de Irecê, estado da Bahia, foi um projeto financiado pela IURD, em parceria com empresas privadas, através do Projeto Nordeste. A fazenda tinha uma área de cerca de 4,5 km² e empregava uma estrutura semelhante à dos kibutzim israelenses, realizando atividades econômicas que beneficiavam a população local.²²² O Bispo Marcelo Crivella, responsável pelo projeto, conseguiu relativo destaque no meio evangélico e midiático pelo papel desempenhado na realização de tal empreendimento.

Entre as moções apresentadas por Zelinda Novaes, encontrava-se uma que homenageava o Bispo Marcelo Crivella pelo desenvolvimento do projeto Nova Canaã. Também por conta deste projeto ela solicitou a concessão do título de cidadão baiano para o bispo iurdiano:

A razão pela qual indicamos seu nome para tão honroso título é por sua entrega de corpo e alma na criação e implantação de um projeto que visa minimizar o sofrimento da seca na região nordestina - um problema que atinge também o povo baiano.

[...]

Vale a pena registrar que o Bispo Marcelo Crivella, dentre outros estados que também sofrem com a seca, escolheu com especial carinho a Bahia para implantar tão significativo projeto, mesmo sem ter tido qualquer vínculo anterior com o povo desta terra, o que torna ainda mais nobre esse exemplo vivo de solidariedade para com o povo sofrido do Nordeste - em especial para como o povo baiano, manifestado não apenas através de palavras, mas pela prática centrada numa extraordinária visão.²²³

²²⁰ A Rádio Sociedade e a Rede Record eram e ainda são de propriedades da Igreja Universal do Reino Deus.

²²¹ Moções 3479/99 de 16/06/99, 3276/99 de 24/03/99, 3528/99 de 05/06/99 e 3597/99 de 30/07/99, respectivamente.

²²² MACHADO, Maria das Dores Campos. "Igreja Universal: uma organização providência". In: ORO, Ari Pedro et alli (org). *Igreja Universal do Reino de Deus. Os novos conquistadores da fé*. São Paulo, Paulinas, 2003.

²²³ *Diário Oficial do Estado*, Salvador, p. 22, 28 out 1999.

A atuação de Crivella também reverberava no jornal da Igreja Universal, que fazia questão de mostrar a todos o trabalho social que desenvolvia pelos desfavorecidos do país:

Atualmente, pode-se dizer que, no Brasil, a maior prova de amor ao povo é o projeto Nordeste, uma luta contra a seca, desenvolvida pelo Bispo Marcelo Crivella juntamente com a Associação Beneficente Cristã Rural (ABC - Rural), no sertão da Bahia.²²⁴

Carlos Rodrigues recebeu a mesma honraria em uma sessão concorrida na Assembleia Legislativa, com a presença de diversos políticos iurdianos de outros estados, como o deputado federal pastor Marcos de Jesus (PE), o deputado estadual Milton Vieira (SP), o deputado estadual pastor José Heleno de Jesus (SE), a deputada estadual Magaly Machado (RJ) e a deputada estadual pastora Odete de Jesus (SC). Estavam também os deputados federais baianos Luiz Moreira e Reginaldo Germano, além de diversas autoridades políticas e religiosas locais. Em seu discurso durante a cerimônia de concessão do título, Zelinda traçou a trajetória de Rodrigues na Bahia. Já Carlos Rodrigues falou sobre as dificuldades para evangelização no estado e agradeceu a homenagem recebida.²²⁵

Nas eleições de 2002, Zelinda Novaes foi eleita deputada federal, continuando a representar os interesses da Igreja Universal no Congresso Nacional.

Pastor José de Arimatéia

José de Arimatéia Coriolano de Paiva, técnico em contabilidade e pastor da Igreja Universal do Reino Deus, que exerceu suas atividades religiosas no Rio Grande do Norte, local de seu nascimento, foi transferido para Bahia em 1996. No ano seguinte, assumiu o cargo de presidente da Associação Beneficente Cristã (ABC) da cidade de Ilhéus (1997-1998). Nas eleições de 1988, candidatou-se ao cargo de deputado estadual, sendo eleito no pleito de 1998 com 21.929, pelo PMDB, para representar os interesses da Igreja Universal na Assembleia Legislativa da Bahia.²²⁶

²²⁴ *Folha Universal*, 11 de junho de 2000, p. 8.

²²⁵ Assembleia concede título de cidadão a pastor da Universal. *Diário Oficial do Estado*, Salvador, p. 1, 6 ago. 1999.

²²⁶ As cidades em que Arimatéia conseguiu maior votação foram Feira de Santana (7.548), Salvador (4.119), Camaçari (1.958) e Lauro de Freitas (1.812). Disponível em <<http://www.tse.gov.br/internet/index.html>>. Acesso em 05/05/2015.

Na Assembleia Legislativa, Arimatéia apresentou 17 moções no seu primeiro ano de mandato²²⁷. Destas, 6 prestaram homenagens a grupos ou personalidades evangélicas, sendo que uma oferecia congratulações à Fundação Igreja Presbiteriana pela passagem do seu aniversário (3318/99 de 19/04/99) e as demais estavam direcionadas à Igreja Universal do Reino Deus. Foram todas de Congratulações: 3379/99, de 11/05/99, pelo reconhecimento da ABC como de Utilidade Pública Estadual; 3485/99, de 16/06/99, pela comemoração 2º ano de aquisição da TV Itapoan pela Rede Record; 3311/99, de 30/06/99, por conta da criação da ABC-Rural em Irecê; 3529/99, de 09/07/99, em razão da comemoração do 22º aniversário da IURD; e a 3622/99, de 05/08/99 pela concessão do título de cidadão baiano a Carlos Rodrigues, que, como já foi visto, era o principal articulador político da IURD.

Atuando na Assembleia Legislativa, José de Arimatéia encaminhou durante o seu mandato vários projetos de lei, mas apenas dois dos enviados a apreciação visava pedir concessão de utilidade pública estadual para associações evangélicas. Em 1999, solicitou a declaração de utilidade pública estadual para o Lar Batista Boa Esperança,²²⁸ localizada em Serrinha, e no ano seguinte pediu o mesmo benefício para o Instituto de Assistência Social Ágape, de Paulo Afonso.²²⁹ Este fato não impediu que interesses evangélicos fossem representados através de outros tipos de projeto.

Em seis projetos, as demandas comumente atribuídas aos evangélicos foram atendidas. O projeto de lei 11862/1999, de 11/05/99, determinava a inclusão no acervo de todas as bibliotecas públicas do estado da Bahia, de exemplares da Bíblia Sagrada, em linguagem braile. Deveriam estar à disposição do público pelo menos cinco exemplares da Bíblia com a tradução de João Ferreira de Almeida. Interessante observar que a versão da Bíblia é a comumente utilizada pelos protestantes.

Outro projeto, de 1999, dispôs sobre o comportamento do usuário no interior do transporte coletivo. Sugeria que não fosse permitido o embarque de passageiros sem camisa e com roupa de banho nestes espaços e assim justificou a medida adotada:

O transporte coletivo é utilizado por diversas pessoas de diversas idade [s] e credos que não se sentem bem quando alguns usuários estão

²²⁷ Uma vez que no arquivo da ALBA só foram encontradas moções e indicações do deputado referentes ao primeiro ano de seu mandato, em 1999, serão discutidos de maneira mais detalhada apenas os projetos apresentados por Arimatéia, que se referem a toda sua legislatura.

²²⁸ Disponível em <<http://www.al.ba.gov.br/atividade-parlamentar/proposicoes-resultado.php?cod=PL./11.779/1999>>. Acesso em: 12/08/2016.

²²⁹ Disponível em <<http://www.al.ba.gov.br/atividade-parlamentar/proposicoes-resultado.php?cod=PL./11.993/2000>>. Acesso em: 12/08/2016.

vestidos sumariamente em trajes de banho (sungas, biquínis, e muitas vezes sem camisa).

Esta questão se reveste de importância porque o cumprimento desta lei está alicerçada na prevalência do interesse da coletividade sobre o simples interesse individual.²³⁰

O projeto 11883/1999 dispusera sobre a obrigatoriedade da instalação de telefones públicos em localidades próximas a igrejas, associações e casas de recuperação. O de 12169/2000 solicitava a concessão do Complexo Desportivo formado pelo Estádio Otávio Mangabeira, Ginásio Antônio Balbino e demais áreas que o integravam, para a realização de cultos religiosos anuais, respectivamente. Esta iniciativa foi divulgada pelo jornal *Folha Universal*:

O complexo Desportivo, formado pelo Estádio Otávio Mangabeira e Ginásio Antônio Balbino, no bairro de Nazaré, BA, poderá se transformar em lugar de cultos religiosos, se o projeto de lei de autoria do deputado estadual José de Arimatéia (PMDB-BA) for aprovado no plenário da Assembleia Legislativa da Bahia. [...]

Para o deputado José de Arimatéia, o projeto é de interesse da população baiana, principalmente das religiões cristãs, que comemoram, dentre outras datas, o nascimento e ressurreição de Jesus Cristo.

- No projeto, especificamos a Semana Santa e a Semana do Natal por serem esses períodos de maior interesse do povo baiano em manifestar sua crença e adoração no nosso supremo, eterno e único Deus - comentou o deputado, que conta com o apoio dos demais parlamentares para aprovação do projeto.²³¹

Em 2000, José Arimatéia deu entrada ao projeto 12168/2000 que solicitava a inscrição da expressão “Deus seja louvado”, nos vales-transportes emitidos no Estado da Bahia. A justificativa do projeto revela elementos que permitem compreender os aspectos simbólicos que estiveram presentes na inserção iurdiana na política.

A apresentação em tela tem por escopo a inscrição nos bilhetes de vales-transportes confeccionados e utilizados em nosso estado da expressão DEUS SEJA LOUVADO, por representar, apesar de singela, uma direta adoração ao nosso Deus eterno, supremo, onipresente, onisciente e onipotente Senhor Jesus Cristo, cuja medida significará, sem dúvida, importante acalanto e refrigério àqueles que fazem uso diuturnamente de tais bilhetes, além de mostrar-se como uma alternativa forma de evangelização, isto é, divulgação de boas novas para toda a população baiana.

Posto isto, nobres parlamentares, sempre em prol do atendimento do bem comum, do bem estar social e do alcance dos interesses de nossa comunidade, é que conto com o apoio de Vossas Excelências na aprovação deste projeto.²³²

²³⁰ PL 11895/1999 de 19/10/99.

²³¹ Estádio poderá ser utilizado para cultos religiosos. *Folha Universal*, Rio de Janeiro, p. 5b, 3 dez. 2000.

²³² PL 12168/2000 de 18/10/2000.

Na visão do deputado Arimatéia, a expressão nos vales-transportes poderia funcionar como uma forma de evangelização e a própria expressão serviria como “acalanto e refrigério” para os que passavam por problemas. Em termos materiais, quais seriam as consequências práticas para os eleitores do pastor iurdiano? Seus problemas materiais seriam solucionados com a utilização da frase em questão? Possivelmente os de ordem material não, mas para Arimatéia a vitória se daria em termos simbólicos, pois no momento de desespero Deus seria o socorro para o usuário do vale-transporte. A Palavra novamente mostra sua importância dentro do universo protestante, embora se deva acrescentar que o suporte dela no contexto do universo simbólico iurdiano ganha grande importância, a Bíblia como objeto sagrado. Aliás, não se deve esquecer que entre as maiores vitórias supostamente conseguidas pelos evangélicos no processo de elaboração da Constituição de 1988, estava a manutenção do nome de Deus no preâmbulo da Constituição e de uma Bíblia Sagrada sobre a mesa diretiva dos trabalhos. (Sylvestre, 1988: 33) Aqui na Bahia também Gerson Gomes solicitou que a mesma estivesse na mesa de trabalhos durante a elaboração da Constituinte Estadual.²³³

Na mesma linha, foi o projeto de lei 12589/2001, que dispôs sobre a inserção e o exercício dos templos de qualquer culto no contexto cultural do estado da Bahia. Era uma proposta de lei que apenas reafirmava a liberdade de culto no estado, fato já garantido pela Constituição. José de Arimatéia estava consciente disto, inclusive citando o artigo 5º, INCISO VI da Constituição no corpo do projeto. O ponto que o difere do que já estava previsto na lei federal era a necessidade de garantia de uma representatividade cultural na sociedade baiana mais igualitária. O que parece está por trás do projeto foi a não identificação na sociedade da cultura baiana com valores religiosos de todos os credos:

Este projeto trata do necessário respeito e garantia que devem existir sobre as diversas manifestações comportamentais, institucionais e valorativas ligadas aos diferentes credos existentes em nosso convívio social, inclusive, como uma representação direta da necessidade de efetividade do cânone constitucional da liberdade de consciência e credo, como menciona o artigo 5º, Inciso VI de nossa "lex Fundamental" de 1988.

Aponta o presente Projeto de Lei, para algo de hialina verificação em nossos valores e convívios sociais, de que, desde o Brasil Colônia até os nossos dias, OS TEMPOS DE QUALQUER CULTO E, PARALELAMENTE, AS PRÁTICAS RELIGIOSAS DE QUALQUER NATUREZA, certamente estão inseridas em nosso contexto cultural brasileiro, portanto, necessitam de tratamento similar aos demais valores culturais que possuímos. “O VALOR MAIOR DESTES PROJETO É PERQUIRIR A VERDADEIRA CONSIDERAÇÃO QUE O POVO BRASILEIRO

²³³ *Diário Oficial do Estado*, Salvador, p. 11, 2 fev. 1989.

DEVE TER EM SUAS DIVERSAS MANIFESTAÇÕES CULTURAIS, COMO UMA PRESERVAÇÃO DE SUA PRÓPRIA HISTÓRIA E VALORES”.²³⁴

Na sessão realizada em 30 de novembro de 1999, momento em que já havia ocorrido a confirmação da sentença de condenação do Bispo Von Hélder por conta do episódio do chute da Santa, fez um discurso inflamado condenando o que considerava um evento de perseguição religiosa:

A Igreja Universal é a denominação evangélica que mais cresce no mundo. Por isso, vem sendo obrigada a pagar o alto preço da inveja, da calúnia e da perseguição desenfreada e inescrupulosa.

O crescimento da IURD incomoda muita gente, sobretudo as classes dominantes que lutam de todas as formas para manterem o monopólio da religião e da formação da opinião pública. Utilizam de todos os artifícios para tentar denegrir a imagem da Igreja Universal, buscando qualquer motivo para atacar seus líderes.

Exemplo disto está patente no caso do bispo Sérgio Von Helder com a "santa". Distorceram fatos e exploraram o sensacionalismo. Ele foi acusado por um ato que, garante, não cometeu, mas teve que responder processo, em virtude de pressões da imprensa, principalmente da Rede Globo - ou seja rede esgoto - que usou seus efeitos especiais para acelerar a cena e dar a impressão de que o bispo chutava violentamente a imagem.²³⁵

Como já foi visto anteriormente O “chute da Santa” foi uma agressão realizada pelo Bispo iurdiano Sergio Von Hélder, na madrugada de 12 de outubro de 1995, em um programa transmitido pela Rede Record contra um símbolo da Igreja Católica. No meio da transmissão, Von Hélder chutou uma imagem de Nossa Senhora Aparecida, para demonstrar que a imagem seria apenas um objeto sem nenhum valor religioso, fruto apenas da idolatria dos católicos. Diante da reação ao ocorrido que veio tanto de setores da imprensa quanto da Igreja Católica, a Igreja Universal recuou e o Bispo Edir Macedo chegou a pedir desculpas por conta da conduta de seu subordinado. No entanto, algum tempo depois do evento a IURD assumiu a defesa de Von Hélder, afirmando que este não havia chutado a imagem da santa, mas apenas a “tocado com os pés”. Em uma das reportagens a favor de Von Hélder, o deputado Laprovita Vieira comentava a primeira condenação de Von Hélder que tinha ocorrido dois anos antes, em abril de 1997:

“Muitos podem afirmar que foi um caso único de agressão a um símbolo religioso, embora o bispo Von Helder, claramente não pretendeu quebrar a imagem e sim mostrar que sendo de gesso e confeccionada por mãos humanas, não poderia ser a representação de um Deus vivo na Terra, como afirma, não o bispo, não a

²³⁴ *Diário Oficial do Estado*, Salvador, p. 8, 18 dez. 2001.

²³⁵ *Diário Oficial do Estado*, Salvador, p. 7, 21 jan 2000.

Igreja Universal, mas sim a Bíblia, a Palavra de Deus, que para nós evangélicos é a nossa Constituição divina, como teoricamente deveria ser para outras denominações cristãs, se tão somente se inspirassem neste Salmo que diz: “No céu está o nosso Deus; e tudo faz como lhe agrada. Prata e ouro são os ídolos deles, obra das mãos dos homens. Têm olhos e não veem; têm ouvidos e não ouvem; têm nariz e não cheiram. Suas mãos não apalpm; seus pés não andam; som nenhum lhes sai da garganta. Tornem-se semelhantes a eles os que os fazem, e quantos neles confiam” (Salmo 115.3-8). Por esta razão ficamos a nos perguntar: por que não é considerado preconceito religioso, colocarem entre aspas o título de bispo ou pastor, quando se referem aos sacerdotes da Igreja Universal do Reino Deus? Por que não foi uma heresia, o sexo praticado na minissérie da TV Globo, Decadência, onde os atores lançaram peças íntimas sobre a Bíblia Sagrada num ato de desrespeito total aos evangélicos, que na verdade são os que mais se importam com a Palavra de Deus?”²³⁶

Neste caso, a estratégia discursiva das lideranças iurdianas quase sempre visou apontar o que seriam os erros cometidos pelos outros, para se eximir de suas próprias responsabilidades.

O bispo Marcelo Crivella também foi um dos defensores do ato de Von Hélder e chegou a utilizar seus dotes artísticos para defendê-lo em um cd lançado em 1998.

Na minha vida dei um chute na heresia
Houve tanta gritaria de quem ama a idolatria
Eu lhe respeito meu irmão, não quero briga
Se ela é Deus, ela mesmo me castiga

Aparecida, guadalupe ou maria
Tudo isso é idolatria de quem vive a se enganar
Mas não se ofenda meu irmão, não me persiga
Se ela é Deus, ela mesmo me castiga

Por que mover processo na justiça?
Se ela é Deus, ela mesmo me castiga.²³⁷

A composição tem um nome bastante sugestivo “um chute na idolatria” e questiona abertamente a ação judicial realizada contra a IURD, sugerindo que se o agravo fosse de fato verdadeiro, deveria ser resolvido no âmbito religioso: o castigo divino ou de Nossa Senhora Aparecida. Apela para o cinismo para não assumir o ato de intolerância e suas consequências.

²³⁶ Deputado Laprovita Vieira reage à condenação do Bispo Von Helder. *Folha Universal*, Rio de Janeiro, p. 5b, 8 jun. 1997.

²³⁷ Música de Crivella ironiza reação a chute em santa. Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/poder/eleicoes-2016/2016/10/1824038-musica-de-crivella-ironiza-reacao-a-chute-em-santa.shtml>>. Acesso em: 19/10/2016.

José Arimatéia não conseguiu se reeleger nas eleições de 2002, ficando apenas com a suplência. Entre 2005 e 2010 atuou como vereador em Feira de Santana, retornando a ALBA em 2011, onde continua atuando após se reeleger nas eleições de 2014.²³⁸

Eliei Santana

Eliei Santana começou sua carreira na vida pública como vereador soteropolitano, como já foi visto no capítulo anterior. Em 1998, no cumprimento de seu segundo mandato como vereador, se candidatou ao cargo de deputado estadual com o apoio explícito da Assembleia de Deus, conseguindo se eleger pelo PSB. Tal como na Câmara Municipal, se mostrou um árduo defensor dos interesses evangélicos, sobretudo assembleianos, na ALBA.

Ainda em seu primeiro ano de mandato, Eliei Santana foi autor de três projetos ligados aos interesses evangélicos. O PL 11630/99, que declarava de utilidade pública a Associação Beneficente das Senhoras Voluntárias da Igreja Assembleia de Deus, de Medeiros Neto²³⁹; o PL 11.864/99 e PL 11.878/99, que concediam os mesmos benefícios para o Centro de Recuperação e Apoio ao Dependente Químico (VIDAS) e para a Associação Comunitária da Assembleia de Deus de Riachão do Jacuípe.

Em 1999, também foi lançado um projeto que solicitava a instituição do dia da Bíblia. O feriado deveria ser comemorado no segundo domingo de dezembro para ressaltar “a história da formação da Bíblia e sua importância para a vida dos homens”. Santana ainda observa que o homem só poderia chegar a Deus observando a natureza, mas só chegaria a conhecer plenamente Deus através da leitura da Bíblia.²⁴⁰

Em 2000, foram novamente identificados projetos que solicitavam a concessão de utilidade pública estadual para associações evangélicas. Foram beneficiadas a Associação Beneficente Evangélica de Manoel Vitorino (PL 12.059/2000); a Missão Evangélica Vida Portas de Sião (PL 12.061/2000); Associação Beneficente da Assembleia de Deus de Jacobina (PL 12.216/2000); o Orfanato Evangélico da Assembleia de Deus, Feira de Santana (PL 12.025/2000); a Associação Beneficente Pregai (PL 11.974/2000); a Associação Beneficente

²³⁸ Conheça minha história. Disponível em <<http://pastorjosedearimateia.com.br/biografia/>>. Acesso em 15/10/2016.

²³⁹ Plenário aprova 28 projetos reconhecendo utilidade pública. *Diário Oficial do Estado*, Salvador, p. 2, 30 abr. 1999; *Diário Oficial do Estado*, Salvador, p. 19, 26 out. 1999; *Diário Oficial do Estado*, Salvador, p. 7, 6 e 7 nov. 1999.

²⁴⁰ *Diário Oficial do Estado*, Salvador, p. 2, 26 jul. 1999.

dos Evangélicos de Itaberaba (ABENEI) (PL 11.989/2000); a Sociedade Beneficente da Assembleia de Deus de Ihéus (PL 11.970/2000); a Associação Beneficente Maranata, de Igaporã (PL 11.964/2000); a Associação Evangélica Bem Viver (PL 11.966/2000); o Comunitário Batista de Jacobina (PL 12.093/2000); a Associação Comunitária Evangélica Betesda (PL 12.094/2000).²⁴¹

Em 2001, Eiel Santana fez a Emenda 12/2001 que visava garantir recursos para a Associação Sociocultural Otto Nelson.²⁴² Também foi de sua autoria o PR 1679/2001, que pedia a concessão de título de cidadão baiano a José Wellington Bezerra da Costa, pastor da Assembleia de Deus.²⁴³

Criou também um projeto de lei para instituir a Marcha para Jesus no estado (PL 12.283/2001), criando condições para sua realização com apoio governamental.²⁴⁴ A Marcha para Jesus é um evento interdenominacional cuja primeira edição ocorreu em 1987, em Londres (Inglaterra), idealizada pelo pastor Roger Forster, o cantor Graham Kendrick e do carismático ecumênico Lynn Green. A partir de Londres o movimento se espalhou por diversos países da Europa, América, África e Ásia, chegando ao Brasil pela iniciativa de Estevan Hernandez e Sônia Hernandez, dirigentes da Igreja Apostólica Renascer em Cristo, que a realizam desde 1993.²⁴⁵ Eliana Santos Andrade percebe as realizações das marchas na cidade de Salvador como mais um momento de busca de visibilidade dos evangélicos em face de uma sociedade marcada por procissões e outros eventos onde os católicos ocupavam de forma ostensiva o espaço público:

Realizada entre os meses de maio e junho, as datas da Marcha coincidem com as festividades da Igreja Católica. Constatamos nos jornais analisados, que sempre ao lado ou abaixo das notas sobre a realização das Marchas, havia notas sobre a comemoração do pentecostes pelos católicos e a realização ou encerramento da trezena em honra a Santo Antônio, o que demonstra o caráter de guerra espiritual do evento, de enfrentamento com as práticas religiosas concorrentes.²⁴⁶

²⁴¹ *Diário Oficial do Estado*, Salvador, p. 7, 10 mai. 2000; p. 4, 11 mai. 2000; p. 7, 20 dez. 2000; p. 7, 11 abr. 2000; p. 6, 24 fev. 2000; p. 6, 14 mar. 2000; p. 7, 25 fev. 20; p. 10, 23 fev. 2000; p. 10, 23 fev. 2000; p. 7, 14 jun. 2000; p. 7, 14 jun. 2000; respectivamente.

²⁴² *Diário Oficial do Estado*, Salvador, p. 14, 25 jan. 2001.

²⁴³ *Diário Oficial do Estado*, Salvador, p. 10, 15 ago. 2001.

²⁴⁴ *Diário Oficial do Estado*, Salvador, p. 6, 6 abr. 2001.

²⁴⁵ MENDES, Napoleão M. M. Ritual, *communitas* e espetáculo religioso na marcha para Jesus em Fortaleza-CE. *Revista de Ciências Sociais*, v. 39, n. 2, 2008, p. 105.

²⁴⁶ Andrade, Eliana Santos. *A visão celular no governo dos 12 - Estratégias de crescimento, participação e conquista de espaços entre os batistas soteropolitanos de 1998 a 2008*. Salvador, UFBA, 2010, p. 129.

Na justificativa do projeto, Santana além de traçar um histórico do movimento observa como a existência das marchas serve para mostrar o crescimento evangélico na sociedade brasileira e baiana:

A mobilização dos evangélicos vem crescendo a cada ano, sendo que várias capitais e outras cidades em todo o país estão inseridas na programação, inclusive em nosso estado várias cidades participam, como Feira de Santana, Ilhéus, Itabuna, Vitória da Conquista, Juazeiro, e Salvador, que inclusive já tem em seu calendário Oficial este evento.

A marcha é um movimento de difusão da paz, em que os evangélicos saem às ruas, orando, louvando e declarando publicamente que Jesus é o Senhor de suas vidas e de suas cidades. É uma das contribuições dignas, simples e pacíficas do povo evangélico a este mundo tão conturbado e que vive tão grave crise de valores, refletida nos assustadores índices de violências atuais.²⁴⁷

Em seu último ano de mandato, voltou novamente a pedir diversas concessões de utilidade pública. Foram agraciadas com tal benefício: a Sociedade Beneficente da Igreja Batista da Independência (SOBIB) (PL 12.612/2002); o Centro de Recuperação e Socialização Cristo Esperança Real – CRESCER (PL 12.613/2002); a Sociedade Beneficente da Assembleia de Deus (PL 12.618/2002); a Associação Centro de Recuperação Monte das Oliveiras (PL 12.642/2002); a Associação dos Evangélicos de Wanderley (PL 12.663/2002); a Associação Beneficente Evangélica do Subúrbio (ABES) (PL 12.666/2002); a Associação Comunitária de Recuperação para Viciados em Drogas, formada por membros de igrejas batistas em Vitória da Conquista (PL 12.708/2002); e a Sociedade Beneficente da Assembleia de Deus em Pedrão (PL 12.786/2002).²⁴⁸

Em seu mandato, Eliel Santana também buscou utilizar os meios de comunicações disponíveis no estado para servir a causa que defendia, fazendo a proposta de que programas de natureza evangélica também fizessem parte da programação da TV Educativa da Bahia, assim fundamentando seu pedido:

Na justificativa de seu documento, Eliel Santana evoca vários artigos da Constituição Federal, além de dados estatísticos. Ele argumenta que, dentre as inúmeras atribuições do Estado, veicular, de forma ordenada, a liberdade na crença cristã e na sua liturgia, é uma forma de empreender, preventivamente, o combate à discriminação e aos preconceitos religiosos. O deputado lembra que os evangélicos representam hoje cerca de 20% da população brasileira.

“A apresentação do cristianismo, observando seu indiscutível crescimento, seus princípios éticos e educacionais, bem como a religiosidade, sem imposição,

²⁴⁷ *Diário Oficial do Estado*, Salvador, p. 6, 6 abr 2001.

²⁴⁸ *Diário Oficial do Estado*, Salvador, p. 1, 21 ago. 2001; p. 16, 23 jan. 2002; p. 9, 19 fev. 2002; p. 14, 28 fev. 2002; p. 7, 20 mar. 2002; p. 7, 20 mar. 2002; p. 7, 23 abr. 2002; p. 6, 6 jun. 2002; respectivamente.

pregadora do amor a Deus sobre todas as coisas, e ao próximo como a si mesmo, é sem dúvida alguma indispensável na formação cultural do cidadão baiano, e para tanto, indicamos a Omeb – Ordem dos Ministros Evangélicos, Seção Bahia, como representante abalizado da fé cristã para atuação junto ao irdeb”, afirma.²⁴⁹

Estava nesta mesma linha de promoção evangélica a Indicação 11.480/99, que sugeria a inclusão de show de natureza gospel na programação da campanha Sua nota é um show.²⁵⁰ “Sua Nota é Um Show” foi um programa de educação tributária criado pelo governo do estado da Bahia, em 1999, com a finalidade de combater a sonegação com promoções que estimulavam o consumidor a exigir a nota fiscal. Com uma determinada quantidade de notas fiscais era possível trocá-las por ingressos para shows e partidas de futebol.²⁵¹

Criou ainda a Emenda 05/2002, que destinava recursos a várias organizações, a maioria, de natureza evangélica.²⁵² Estas emendas eram a principal via de doação de verbas estatais para estas entidades, que deviam possuir o título de Utilidade Pública Estadual para receber tais capitais.

Nas eleições de 2002, Eliel Santana conseguiu a reeleição pelo PSB. Em 2007, já no Partido Social Cristão (PSC), se candidatou ao Senado como suplente de João Durval.

Apócrifos

Nas eleições gerais de 2002, dois candidatos de origem evangélica foram eleitos para compor o que viria ser a bancada evangélica na ALBA durante a legislatura 2003/2006. Embora não seja objetivo deste trabalho fazer uma análise de suas legislaturas, tornou-se imprescindível registrar algumas informações sobre os mesmos diante da visibilidade que eles iriam alcançar no cenário político baiano. Os deputados em questão são Bispo Márcio Marinho, ligado a Igreja Universal do Reino de Deus e Sargento Isidório, vinculado à Assembleia de Deus. Marinho foi eleito suplente de deputado federal nas eleições de 2006, assumindo o mandato em 2008. Neste mesmo ano, foi candidato a vice-prefeito de Salvador na chapa de Antonio Carlos Magalhães Neto, ficando a chapa dos dois em terceiro lugar. Em 2010, se elegeu novamente deputado federal, licenciando-se para se candidatar ao cargo de

²⁴⁹ *Diário Oficial do Estado*, Salvador, p. 2, 10 abr. 2002.

²⁵⁰ *Diário Oficial do Estado*, Salvador, p. 14, 4 mai. 2000.

²⁵¹ Primeira rodada do Campeonato Baiano conta com o Sua Nota é um Show. Disponível em http://www.sefaz.ba.gov.br/especiais/aviso_suanota_futebol.htm. Acesso em: 03/08/2016.

²⁵² *Diário Oficial do Estado*, Salvador, p. 16, 27 fev. 2002.

prefeito de Salvador nas eleições de 2012. Neste pleito, ele ficou em quarto lugar. Foi o político evangélico baiano com maior crescimento, possivelmente, por ter se tornado, tanto no âmbito estadual, quando no federal, uma das lideranças políticas iurdianas. Já Isidório, depois de sua candidatura a deputado em 2002, conseguiu se eleger novamente nas eleições de 2010 e 2014. Nas eleições de 2006, Pastor Sargento Isidório havia se candidatado ao cargo de deputado federal pelo Partido Social Cristão (PSC), mas não conseguiu se eleger, ficando apenas como suplente. Nas eleições municipais de 2016, ele se candidatou ao posto de prefeito de Salvador com apoio do governador petista Rui Costa (2015-2018), conseguindo a terceira colocação. O discurso religioso que assumiu durante o pleito lembrou em muitos aspectos a candidatura de Álvaro Martins, já analisada no primeiro capítulo. Será realizada uma breve avaliação do primeiro ano de mandato dos dois deputados.

Nascido no Rio de Janeiro, Márcio Marinho apresentou programas evangélicos em diversas rádios cariocas. Trabalhou ainda na TV Tribuna e no SBT e na Rádio 105 FM, em 1998, no Recife (PE). Teve também passagens por diversos veículos de comunicação em Pernambuco até chegar a Salvador, quando trabalhou na TV Itapoan (Rede Record), apresentando o programa Coisas da Vida. Em 2002, foi eleito deputado estadual com apoio da Igreja Universal. Marinho não só aparecia na mídia iurdiana, como também teve várias vezes seu nome ligado a atividades de cunho social durante o período em que apresentava o programa. Sua primeira tentativa de conseguir um cargo político teve êxito "graças ao apoio da igreja e a projeção conseguida como locutor, apresentador e animador",²⁵³ como descreve o próprio jornal da ALBA ao fazer uma apresentação dos novos deputados. Como foi visto anteriormente, todos os veículos de comunicação pelos quais Marinho trabalhou eram vinculados à Igreja Universal. É digno de destaque o fato de que uma das primeiras ações de Márcio Marinho ao tomar posse na Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, em 2003, foi desarquivar todos os projetos dos deputados de Zelinda Novaes e José de Arimatéia.

Um dos projetos que lançou foi o pedido de isenção de ICMS nas contas dos serviços das igrejas. Para Marinho, as igrejas deveriam receber este benefício por conta do "grande trabalho na área social" que realizavam, notadamente no "atendimento a jovens envolvidos com drogas e que necessitam de um acompanhamento especial".²⁵⁴

Márcio Marinho também foi à tribuna para exaltar a comemoração do 26º aniversário da Igreja Universal, em 2003. Para justificar a homenagem, observou que "através do seu

²⁵³ *Diário Oficial do Estado*, Salvador, p. 2, 2 fev. 2003.

²⁵⁴ Proposta de isenção de ICMS nas contas de serviços das igrejas. *Diário Oficial do Estado*, p. 3. 19 jun. 2003.

trabalho social, a IURD dá a todo momento exemplo de amor ao próximo".²⁵⁵ Foram citadas como exemplo deste trabalho social as atividades desenvolvidas pela Associação Beneficente Cristã e o Projeto Nova Canaã.²⁵⁶ Em 2003, A Rede Record teve ainda uma sessão especial convocada por Marinho, em homenagem aos 50 anos de fundação da emissora.

Pastor Sargento Isidório é a forma como ficou conhecido Manoel Isidório Santana Júnior, o ex-feirante, cobrador e professor de folclore que ingressou na Polícia Militar da Bahia (PM - BA), como sargento e, posteriormente, instrutor de capoeira. Foi quando atuava como policial militar que Sargento Isidório se envolveu no mundo da criminalidade e do alcoolismo, o que só saiu quando se converteu à Igreja Pentecostal Assembleia de Deus, na qual, posteriormente, veio a se tornar pastor.²⁵⁷ Criou, em 1991, na cidade de Candeias (BA), a Fundação Dr. Jesus, um grupo de apoio a dependentes químicos alcoólicos.²⁵⁸

Concomitantemente ao desenvolvimento de suas atividades religiosas e assistencialistas, Pastor Sargento Isidório continuou na Polícia Militar, tendo sido um dos líderes da greve da PM da Bahia, em 2001, chegando a ficar preso por catorze dias.²⁵⁹ Respalado pelo trabalho desenvolvido na Fundação Dr. Jesus, candidatou-se a deputado estadual pelo Partido dos Trabalhadores nas eleições de 2002, sendo eleito para a legislatura 2003-2007. Em 2004, concorreu a prefeitura de Candeias pelo PT, ficando em terceiro lugar.

Isidório tinha muitos problemas no partido por conta de sua postura de rejeição explícita a homossexualidade, que considerava pecado. Entre os projetos apresentados por ele na ALBA, destaca-se o que garantia assistência do sistema público de saúde aos homossexuais que desejem mudar de orientação sexual. Outro projeto, igualmente rejeitado por seus correligionários, determinava que os cônjuges vítimas de traição tivessem direito a receber apoio psicológico pelo Sistema Único de Saúde (SUS). Em 2003, propôs a criação de um monumento da Bíblia no Dique, como uma forma de reação à presença as esculturas dos orixás ali presentes, ainda que tenha negado qualquer tipo de preconceito no projeto, apelando para a busca de uma maior equidade religiosa:

Ele não se pronuncia contra qualquer religião ou faz crítica às imagens dos orixás, mas enfatiza que a maioria da população da Bahia e de Salvador é cristã,

²⁵⁵ Igreja Universal tem sua atuação exaltada. *Diário Oficial do Estado*, Salvador, p. 3, 26 e 27 jul. 2003;

²⁵⁶ Pioneirismo da Rede Record é destaque na homenagem na AL. *Diário Oficial do Estado*, Salvador, p. 2, 1 out. 2003.

²⁵⁷ Pastor Sargento Isidório. Disponível em: <<http://www.bahianoticias.com.br/principal/entrevista/300-pastor-sargento-isidorio.html>>. Acesso em: 11/08/2014.

²⁵⁸ História. Disponível em: <<http://fundacaodrjesus.wordpress.com/historia/>>. Acesso em: 11/09/2014.

²⁵⁹ Policiais civis e militares param na Bahia. Folha de S. Paulo, São Paulo, p. C7, 6 jul. 2001.

sendo em verdade bastante superior em número ao de adeptos da religiosidade afro-brasileira. Portanto, o uso da Bíblia, livro sagrado para igrejas diferentes como a Católica, Protestante, Batista e Evangélicas, merece, em sua opinião, ser entronizada naquele ponto valorizado e central da cidade, por onde passam diariamente milhares de pessoas das mais variadas convicções religiosas.

O representante do PT insiste em lembrar que "a importância do livro da Bíblia e o seu reconhecimento se coadunam com os anseios de várias religiões", portanto, se valeu do direito da isonomia para preparar a indicação. Sargento Isidório pretende, dessa forma, legitimar o "desejo dos cristãos que querem ver-se representados igualmente com a construção de edificação - de um monumento - à Bíblia Sagrada no Dique do Tororó, em posição e tamanho destacados, para que todos os cristãos que passem pelo local sintam-se também prestigiados e contemplados com o símbolo da palavra de Deus".²⁶⁰

Este projeto de Isidório lembra bastante o proposto pelo vereador Domingos Bonifácio na Câmara Municipal de Salvador, o PL 188/97, que autorizava o chefe do Poder Executivo municipal a promover liberação, permissão e concessão de obras de arte a diversos segmentos sociais, inclusive religiosos. Em sua justificativa, Bonifácio ressaltou o direito aos "católicos de reivindicar a instalação de santos em locais públicos", dos budistas pedirem "a colocação de estátuas do seu líder maior (Buda)" e também dos evangélicos se fazerem representar com os seus símbolos religiosos, "Nada mais justo é permitir que todos os segmentos sociais tenham os mesmos direitos, construindo seus símbolos, suas obras de arte e expondo-os nos diversos logradouros públicos da cidade, sem que haja nenhuma discriminação".²⁶¹

Como as ações parlamentares do Isidório estavam mais pautadas por sua posição religiosa do que pelas orientações partidárias, os atritos com o PT continuaram, até que em 2005, durante o escândalo do Mensalão,²⁶² saiu do partido, alegando tanto as questões de corrupções envolvendo o partido, quanto às desavenças programáticas com o mesmo.²⁶³

Atuação evangélica na ALBA: Algumas considerações

Ao fazer uma avaliação da atuação evangélica no legislativo estadual chamam a atenção dois aspectos. O primeiro é a ausência de políticos batistas atuando na Assembleia Legislativa

²⁶⁰ Isidório propõe construção de monumento à Bíblia no Dique. *Diário Oficial do Estado*, Salvador, p. 1, 4 e 5 out. 2003.

²⁶¹ *Diário Oficial do Município, Diário do Legislativo*, Salvador, p. 4, 22 out. 1997.

²⁶² Esquema de compras de votos dos deputados organizado pelas lideranças petistas para que estes votassem a favor de projetos de interesse do governo, que veio a público em 2005 e foi o principal escândalo político envolvendo o primeiro governo do presidente Luís Inácio da Silva (2002-2006). Principais reportagens da Folha sobre o Mensalão. Disponível em <<http://fotografia.folha.uol.com.br/galerias/7820-principais-reportagens-da-folha-sobre-o-mensalao#foto-152515>>. Acesso em 19/09/2016.

²⁶³ Crise provoca primeiras baixas no PT da Bahia. Disponível em: <http://liderancadoptbahia.com.br/novo/noticias.php?id_noticia=1325>. Acesso em: 11/09/2016.

e o segundo a reiteração dos projetos de pedido de concessão de utilidade pública como a principal atividade parlamentar baiana. Ambas as observações estão relacionadas à incontornável comparação com o legislativo municipal soteropolitano.

Depois da ampla atuação de Alvaro Martins e sua disputa com Beto Gaban pelo eleitorado batista era de se esperar que esta representação política também se fizesse presente no âmbito estadual, ainda mais que, na década de 1950, Ebenézer Cavalcante já tinha feito a estreia da presença de políticos ligados às denominações batistas na ALBA. Este desaparecimento dos batistas do cenário político estadual e também federal, como poderá ser visto no próximo capítulo, permaneceu como um enigma não solucionado ao longo desta pesquisa, embora se possa ensaiar uma tentativa de compreensão. Possivelmente, não tenham conseguido eleger um representante direto, mas seus interesses fizeram-se representar pela atuação dos demais deputados evangélicos que ao longo do período estudado apresentaram inúmeros projetos ou homenagens voltados para este grupo.

Já os projetos que pediam a concessão de utilidade pública para as associações evangélicas, como foi visto, representam uma prática não apenas comuns aos políticos evangélicos, mas também aos que representam outros setores da sociedade. Tanto no âmbito municipal, quanto no estadual, este benefício é capaz de garantir uma série de vantagens para as organizações que a recebem garantindo assim uma relação de dependência destes grupos com o vereador ou deputado que o consegue:

As vantagens ou benefícios que os detentores da qualificação como OSCIP poderão ser as seguintes: possibilidade de receber doações de empresas (que declaram seus rendimentos com base no lucro real), dedutíveis até o limite de 2% do lucro operacional; possibilidade de receber bens móveis considerados irrecuperáveis; possibilidade de remunerar os dirigentes; possibilidade de firmar Termo de Parceria com o Poder Público; possibilidade de receber bens apreendidos, abandonados ou disponíveis, administrados pela Secretaria da Receita Federal; possibilidade de atuar no ramo do microcrédito, com taxas de juros de mercado, sem infringir a lei da usura (12% ao ano).²⁶⁴

Uma vez que, para dar entrada ao processo, é necessário que o deputado encaminhe um projeto de lei, acaba se estabelecendo uma relação de dependência entre as partes envolvidas. Isto sem levar em conta o caráter muitas vezes suspeito destas instituições, que já se encontram vinculadas aos vereadores e deputados. Foram citados vários exemplos de

²⁶⁴ Tiisel, Danilo Brandani (Org). Captação de recursos para o terceiro setor: Aspectos jurídicos. Disponível em <http://www.oabsp.org.br/comissoes2010/direito-terceiro-setor/cartilhas/captacao_aspjur21092011%20revisada.pdf>. Acesso em: 21/09/2016.

associações agraciadas com o título de utilidade pública criadas pelo próprio político analisado, quando não é a própria igreja, da qual eles fazem parte e mantêm uma dependência política, que recebe o benefício. Esse quadro tem consequências graves para a política no Brasil, pois acaba mantendo a lógica clientelista com elemento estruturante do fazer político.

Silvana Batini, em interessante estudo sobre o papel do assistencialismo no processo eleitoral no Estado do Rio de Janeiro, observa como os centros sociais ligados a políticos, através dos serviços que prestam, ainda que relevantes do ponto de vista do atendimento das necessidades básicas das pessoas que atendem, acabavam contribuindo para o agravamento da crise social, uma vez que a lógica de seu funcionamento perpetuava a exclusão social:

A maioria dos serviços oferecidos nos centros sociais integra o rol de ofertas que deveriam constar das políticas públicas: assistência à saúde, cursos profissionalizantes, opções de lazer, práticas de integração da terceira idade, entre outros. A omissão do estado cria demandas urgentes e o eleitor, beneficiário circunstancial do centro, perde a perspectiva de que, do ponto de vista republicano, estes bens não deveriam ser oferecidos na forma de caridade do político, mas sim fazer parte das políticas públicas a serem buscadas e implantadas por estes políticos.

O fenômeno acaba por provocar algumas consequências graves. De um lado, a dispendiosa manutenção destes centros cria grave distorção na apresentação dos candidatos, na medida em que privilegia o poder econômico, o que, por si só traz prejuízo à isonomia do pleito. Mas não é só: a vinculação entre voto e “liberalidade” ou “generosidade” do político, em estratégias puramente assistencialistas, cria estados mentais no eleitorado que passa a acreditar, como de fato acontece, que os benefícios prestados naqueles centros não são direitos seus, mas fruto de caridade e benevolência de alguns.

É que diante das omissões do poder público, o político que mantém centros sociais se apresenta como salvador e protetor, mas o faz em nome próprio.²⁶⁵

O Centro de Recuperação Desafio Jovem, criado pelo vereador batista Alvaro Martins, é um exemplo de como o assistencialismo apresenta-se na nossa cultura política como algo extremamente recorrente. O mesmo pode ser dito dos projetos de autoria dos deputados iurdianos que se voltavam para beneficiar a Igreja Universal do Reino de Deus, ou os grupos a ela ligados, como a ABC. Gerson Gomes também conseguiu crescimento político apoiado na rede assistencial da Assembleia de Deus de Feira de Santana.²⁶⁶ Soma-se aos exemplos citados, o trabalho desenvolvido por Sargento Isidório na Fundação Dr. Jesus, que acabou dando um grande impulso em sua carreira política, garantindo-lhe logo em sua primeira

²⁶⁵ BATINI, Silvana. Centros assistencialistas, abuso de poder econômico e Democracia: o necessário enfoque. *Revista de Jurisprudência - TRE/RJ*, Rio de Janeiro, n.2, p. Set 2011, p. 10.

²⁶⁶ SILVA, Igor José Trabuco da. “*Meu reino não é deste mundo*”: A Assembleia de Deus e a política em Feira de Santana (1972 - 1990). Salvador, UFBA, 2009. Dissertação de Mestrado em História, p. 71.

eleição o cargo de deputado estadual e sucessivas tentativas de galgar pontos mais altos em sua carreira política.²⁶⁷

Embora o assistencialismo no Brasil esteja amplamente difundido na cultura política brasileira e não seja exclusividade dos políticos evangélicos aqui analisados, é importante notar que, no caso deles, a forma como ele se estrutura é diferente, uma vez que, na maioria dos casos, o intermédio da igreja está presente na relação. Se Zelinda Novaes ou Eliel Santana conseguiram notoriedade para este ou aquele grupo, foi na condição de deputada iurdiana ou deputado assembleiano, e não tão somente por conta de sua própria iniciativa. No caso dos políticos ligados à Igreja Universal, esta ligação de dependência dos políticos às redes assistenciais do grupo foi ainda mais forte e isto se explica pela forma como as candidaturas na IURD são produzidas e o papel da hierarquia religiosa neste processo. O carisma institucional²⁶⁸ apresentou-se como determinante para o êxito ou não do candidato, permitindo que o eleitor estivesse em contínuo contato com os eleitores em potencial nos inúmeros templos da IURD espalhados nas cidades, além dos escolhidos contarem com participação na sua ampla rede midiática e em seus projetos sociais.

Por conta da estrutura extremamente centralizadora da Igreja Universal, suas lideranças conseguiram grande sucesso no controle do mandato de seus políticos. Um exemplo disto pode ser visto na decisão dos dirigentes da IURD de findarem a carreira política de Zelinda Novaes em 2006, em razão do aparecimento de seu nome em um caso de corrupção, a “Máfia das sanguessugas”.²⁶⁹ Todos os políticos iurdianos envolvidos no caso foram desaconselhados a tentarem a reeleição e Zelinda acatou a decisão da igreja, embora não tivessem sido apresentadas pela justiça provas conclusivas de sua participação no ilícito. Depois de 16 anos de mandatos legislativos ininterruptos, Zelinda Novaes, assim como Bom Domingos, desapareceu do cenário político e outros nomes surgiram em seu lugar, fortalecendo-se a figura de Márcio Marinho e Eronildes Vasconcelos, já analisados anteriormente.

²⁶⁷ Em 2004, se candidatou a prefeitura de Candeias, em 2006, tentou uma vaga no legislativo federal e mais recentemente, nas eleições de 2016, foi candidato a prefeito de Salvador.

²⁶⁸ Carisma institucional, porque, para exercer os dons do carisma no sentido tradicionalmente empregado (conjunto das habilidades e o poder de encantar, de seduzir, que faz com que um indivíduo exercer autoridade e fascinação sobre os fiéis tivesse efeito) era necessário receber a chancela do grupo, que definia quem apresentava ou não este dom.

²⁶⁹ A “Máfia das Sanguessugas” foi um esquema que envolvia o pagamento de propina aos deputados para elaboração de emendas ao Orçamento destinadas à compra de ambulâncias. Servidora presa denuncia 81 parlamentares. Câmara abre investigação sobre 16 deputados. *Folha de S Paulo*, São Paulo, p. A8, 11 mai. 2006 e Denúncia liga sanguessugas a parlamentares. *Folha de S Paulo*, São Paulo, p. A15, 3 jun. 2006.

Eliel Santana, que também teve sua carreira como vereador examinada, candidatou-se ao cargo de deputado estadual por conta de uma decisão tomada pela Assembleia de Deus, demonstrando o poder que esta tinha na construção de sua carreira política. Talvez o político evangélico citado mais independente seja Sargento Isidório, cuja trajetória inicialmente vinculada à esquerda e ao trabalho social que desenvolveu na cidade de Candeias teve um significativo papel na criação de um capital político, que até o momento tem lhe permitido ser um parlamentar evangélico no sentido de “político de cristo”, mas sem a dependência a Igreja, que foi o modelo que se consolidou a partir dos anos 1980 e que, para o bem ou para o mal, perdura até os dias atuais.

Tabela 2 - Votação dos deputados estaduais evangélicos (1986 – 1998)

DEPUTADOS FEDERAIS	1986	1990	1994	1998
GERSON GOMES	≅19000	-	-	-
ZELINDA NOVAES	-	17958	24717	56805
ELIEL SANTANA	-	-	-	21359
JOSÉ DE ARIMATÉIA	-	-	-	21,929

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral.

CAPITULO IV - Parte I - Os evangélicos baianos e a Constituinte de 1988

"eu sou mesmo fisiologista, mas quem não é? Todo mundo que vai para o Congresso Nacional já sabe que é para fazer fisiologismo. Só que eu faço com o moral elevado". João de Deus, membro da bancada evangélica na Constituinte.

Embora diversos trabalhos já tenham sido elaborados para desfazer o mito de que os políticos evangélicos passaram a atuar de maneira corporativa apenas a partir das eleições constituintes de 1986, quando seu crescimento populacional se fez representar no Congresso Nacional, é indiscutível que este representou um marco no processo de sua entrada na política, como bem observa Paul Freston. Neste ano, foram eleitos 32 deputados federais evangélicos. Os pentecostais, que não eram representativos até então, passaram a predominar, revelando sua vantagem numérica no campo, enquanto a quantidade de protestantes históricos permaneceu estável. Estes evangélicos possuíam diferentes posicionamentos ideológicos, indo de políticos envolvidos em movimentos sociais e (ou) com a Teologia da Libertação a nomes ligados aos grupos mais reacionários da sociedade brasileira. Neste momento, passou a se falar abertamente da constituição de uma bancada evangélica no legislativo federal, embora o termo não represente bem a realidade, uma vez que apenas uma parte, embora considerável, destes deputados, atuassem em bloco. Como observou Pierucci, ao estudar a atuação de políticos evangélicos na Constituinte:

Já em janeiro de 1987 a grande imprensa noticiava a articulação do “bloco dos evangélicos” como o primeiro passo da montagem de uma estratégia conjunta de atuação na Constituinte. Chamou-se a atenção, desde logo, para o fato de serem eles o primeiro grupo de constituintes ligados a diversos partidos a ter a iniciativa de formação de um bloco suprapartidário; e, em segundo lugar, para o objetivo comum que os unia acima de suas diferentes filiações partidárias: procurar barrar na Constituinte as iniciativas por eles consideradas anticristãs, como por exemplo a legalização do aborto.²⁷⁰

Este capítulo fará uma breve trajetória da participação evangélica para a Assembleia Nacional Constituinte, desde o processo eleitoral até a sua presença no parlamento, para posteriormente se dedicar a analisar o desempenho dos deputados constituintes baianos Eraldo Tinoco, Milton Barbosa e Celso Dourado.

²⁷⁰ PIERUCCI, Antonio Flavio. A realidade social das religiões no Brasil: religião, sociedade e política. São Paulo: Hucitec, 1996, p.182.

Mobilização para a Nova Constituinte

Os evangélicos brasileiros se mobilizaram para participar da construção da nova Constituição brasileira. É possível encontrar na imprensa evangélica a presença desta mobilização em vários níveis. Em novembro de 1985, por exemplo, a Ordem dos Ministros do Rio de Janeiro organizou um seminário para discutir o papel dos evangélicos em relação à construção da nova constituição. O evento foi divulgado n' *O Jornal Batista*:

Será que os batistas e todo povo evangélico no Brasil tem alguma coisa a ver com a realidade brasileira e com a construção do nosso futuro nacional? A atual Constituição, fruto do arbítrio e de mais uma queda na pretensiosa tentação do absolutismo, nos agrada? E o que dizer da Assembleia Nacional Constituinte, já convocada, e do novo texto constitucional que resultará do seu trabalho? Que temos a dizer? Como poderemos fazê-lo? Que contribuições temos a oferecer para a construção de uma nova ordem jurídica que seja mais justa e assegure a todo brasileiro os inalienáveis direitos à liberdade e à sua realização como ser humano? Estas e outras relevantes questões estarão sendo debatidas no Seminário "os Evangélicos e a Constituinte", no templo da Igreja Batista do Méier, nos dias 28 e 29 de novembro. É uma promoção da Ordem dos Ministros batistas do Rio de Janeiro."²⁷¹

No ano seguinte, *O Jornal Batista* também reproduziu um manifesto elaborado pela Convenção Batista Pioneira do Sul do Brasil, criado na sua assembleia anual, realizada em julho de 1986, na cidade de Peruíbe. Denominado Manifesto de Peruíbe, ele continha as diretrizes que, segundo o grupo, deveriam ser adotadas pelos legisladores na composição da nova Carta Magna brasileira. Entre os princípios apontados como indispensáveis, estava a necessidade do reconhecimento de Deus, pois eles acreditavam que sendo o Brasil um "País de formação e de maioria religiosa e cristã, guardada a separação entre o Estado e religião", a constituição deveria "retratar o reconhecimento de um Deus Soberano, e Senhor da História, tal como revelado nas páginas da Bíblia". Além disto, acreditavam que a família tradicional teria que ser preservada, uma vez que qualquer outra forma alternativa haveria de "causar uma irremediável decadência política, econômica, social, psicológica, moral e espiritual" na sociedade. Os princípios morais deveriam ser baseados nos mandamentos divinos contidos na Bíblia, que condenava a "pornografia, violência, criminalidade e vícios".²⁷²

²⁷¹ Os evangélicos e a Constituinte. *O Jornal Batista*, Rio de Janeiro, p. 2, 3 nov. de 1985.

²⁷² Os tópicos da proposta foram: Constituição Sintética, De direitos e Deveres, Uma sociedade livre e segura, Reconhecimento de Deus, Livre expressão religiosa, Educação opcional, Poderes Desastrados, Democratização da Riqueza, A família, Princípios da Moral e A preservação da Natureza. Optamos apenas por comentar alguns dos temas tratados que tinham uma explícita vinculação religiosa, embora outras abordagem esta temática de forma indireta, como por exemplo, quando falaram sobre a necessidade da educação gratuita ser garantida, mas

Ainda durante o processo de eleições constitucionais um interessante texto escrito por Wagner José de Souza, membro da Igreja Batista do Morumbi de São Paulo, foi publicado no periódico batista. Neste, o autor denunciava o que considera a tentativa do Sun Myung Moon, mais conhecido como Reverendo Moon, de apoiar financeiramente candidatos a deputados que teriam como objetivo ao ser eleitos defenderem seus interesses na Constituinte. Wagner conclamou as autoridades eleitorais para agirem no sentido de impedir o que considera um financiamento irregular de campanha. No final de sua publicação, alertou ainda para a necessidade dos evangélicos ficarem atentos quanto à possibilidade de grupos religiosos que consideram ilegítimos conseguirem eleger seus representantes:

Vamos orar pela nossa CONSTITUINTE para que ela não seja feita por grupo, como o de Moon, e dos Hare Krishna. Façamos a vontade do povo que é tão sofrido e precisa de uma "CONSTITUIÇÃO CRISTÃ E DEMOCRÁTICA". Temos algo que nos dá segurança "SE DEUS É POR NÓS QUEM SERÁ CONTRA NÓS". Esperamos que nós evangélicos não fiquemos arredios a essa "CONSTITUINTE" pois sabemos bem diferenciar a IGREJA do ESTADO. A BÍBLIA cita, o voto aos Evangélicos no livro do Deuteronômio: 17:14 e 15 "... não poderás por homem estranho sobre ti, que não seja de teus irmãos".

"Só teremos Constituinte Cristã se elegermos homens verdadeiramente cristãos".²⁷³

Wagner Souza fazia referência a uma reportagem publicada pelo jornal *Folha de S Paulo*, em maio de 1986, que detalhava os planos de expansão de Moon no Brasil. Moon foi o criador da Associação do Espírito Santo para a Unificação do Cristianismo Mundial, mais conhecida como Igreja da Unificação, que surgiu na Coreia em 1945 e que, em 1986, já possuía 2 milhões de membros estimados em todo mundo. Sua organização religiosa pregava o combate ao comunismo, acreditava na vinda de um Segundo Messias, na predestinação e criou desde sua fundação um vasto império midiático.²⁷⁴

O cristianismo pregado pelo Reverendo Moon não era considerado legítimo e deveria ser combatido na visão de Wagner Souza. Curioso foi que os Hare Krishnas foram colocados no mesmo "balaio" que Moon, embora fizessem parte de religiões diferentes. Talvez porque elas fossem consideradas pelo autor como seitas com toda carga pejorativa que o conceito carregava

não exclusiva, possibilitando que outros grupos possam nela atuar. Como não pensar que esta é uma defesa do direito de continuidade de diversas instituições protestantes existentes no país. Glaser, Hartmur R e Korber, Rolando. O Manifesto de Peruibe. *O Jornal Batista*. Rio de Janeiro, p. 8, 2 nov. 1986.

²⁷³ Souza, Wagner José de. Denúncia: "Reverendo" Satânico na Constituinte. *O Jornal Batista*. Rio de Janeiro, p. 4, 9 nov. 1986.

²⁷⁴ João Batista Natali. Adeptos de Moon querem eleger 57 constituintes. *Folha de S Paulo*, São Paulo, p. 11, 15 mai. 1986.

fora do âmbito das ciências sociais. Neste caso, aqueles que, em boa parte da história do protestantismo no Brasil foram desqualificados desta forma por setores do catolicismo e da imprensa, passavam adiante a mesma atitude preconceituosa.

Durante o período que antecedeu a elaboração da nova constituição, a Assembleia de Deus também se mobilizou ativamente no sentido de poder intervir também neste processo e o livro *Irmão vota em irmão* demonstra o quanto este momento político foi considerado importante para os assembleianos. Sylvestre escreveu seu livro mais famoso alguns meses antes das Eleições Constituintes de 1986, cujo título reproduzia a ideia de um novo modelo político que iria marcar a atuação eleitoral evangélica nas décadas seguintes. Em vez do afastamento das coisas mundanas o que se pregaria a partir dali seria a entrada organizada nas instituições políticas:

É até compreensível que, em décadas passadas, alguns missionários, de boa fé, tenham usado esta argumentação ou defendido ideias parecidas para evitar problemas com a estrutura coronelista da política interiorana, tradicionalmente aliada ao clero católico-romano.

Estrangeiros e além do mais evangélicos, eles não poderiam demonstrar preferências políticas nem apoiar candidatos abertamente, pois iniciativas dessa ordem poderiam aumentar a incidência de perseguições e injustiças já cometidas contra os crentes em praticamente todos os Estados da Federação.

Todavia, insistir nesta tese nos dias atuais é fazer a vontade do maligno, que não deseja ver a influência benéfica de grande número de políticos crentes alterando, como sal, a atuação de pecado das nossas cúpulas dirigentes.

Deus permitiu o progresso evidente do evangelismo nacional e, como força preponderante no conjunto da sociedade, é preciso começar a ser o “sal da terra” e não apenas “luz do mundo”.²⁷⁵

Este interesse pela elaboração da nova Carta Magna também pode ser percebido nas edições do *Mensageiro da Paz*. André Dionei Fonseca, ao estudar a atuação deste periódico durante o período da redemocratização, identificou diversas reportagens que mostravam a intensa participação assembleiana visando interferir nos rumos políticos nacionais, seja impulsionando a construção de candidaturas evangélicas para atuar na Assembleia Nacional Constituinte, seja questionando os possíveis rumos que a nova Constituição poderia tomar por conta da presença de grupos e (ou) movimentos sociais dos quais discordava, como, por exemplo, os comunistas e as feministas. Ao acompanhar as reportagens do jornal durante todo período de abertura política até a outorga da Constituição de 1988, André Fonseca conseguiu perceber as alterações discursivas do jornal analisado, que chegou a adotar uma postura de crítica

²⁷⁵ SYLVESTRE, Josué. *Irmão vota em irmão: os evangélicos, a constituinte e a Bíblia*. Brasília, Pergaminho, 1986, p. 36.

aos problemas sociais enfrentados pela população brasileira nos períodos mais próximos do pleito, mas estas atitudes se baseando em interesses eleitorais:

Ao se consultarem as edições do MP posteriores a dezembro de 1986 fica evidente que a verdadeira intenção da AD no campo político não era lutar pela igualdade social. Dezenas de artigos publicados no mensário confirmam que o discurso de pré-eleição carregado de jargões denunciando as adversidades enfrentadas pela população brasileira não passava de mera retórica dos editores do MP num momento em que andavam à caça de votos para seus candidatos. Passadas as eleições, sem tergiversar, o MP voltou a sua tradicional postura política conservadora centralizada em três grandes frentes de atuação: 1) acompanhamento sistemático das atividades desenvolvidas pela Constituinte em temas que atentavam contra os dogmas da Igreja (aborto, defesa das minorias sexuais, liberdade de culto cristão, cerceamento dos cultos afro-brasileiros); 2) insistência na tese de que os problemas sociais no Brasil tinham caráter espiritual e não seriam resolvidos por meio de medidas políticas; 3) preocupação em evitar que os temas políticos ganhassem força nas igrejas além da reprovação às atividades de membros em movimentos sociais, em especial os de contestação às políticas governamentais.²⁷⁶

Outro tema caro aos assembleianos e que não foi citado por André Fonseca era a necessidade de preservação da liberdade de culto no país, assunto recorrente na história dos evangélicos no Brasil. Este também foi abordado no *Mensageiro da Paz* numa edição de 1987. Neste ano, Estevam Ângelo de Souza publicou o artigo “Direitos e garantias individuais”, chamando a atenção dos constituintes para a necessidade de garantir a manutenção da liberdade religiosa na nova constituição e dando sugestões de um texto constitucional que não deixassem margens a que esta garantia não fosse atendida. No caso em questão ele pedia que fosse mantido o artigo 9º II da Constituição de 1967, que vedava:

À União, aos Estados, ao Distrito Federal, aos Territórios e aos Municípios estabelecer cultos religiosos ou igrejas, subvencioná-los, embaraçar-lhe o exercício ou manter com eles ou seus representantes relações de dependência ou aliança, ressalvada a colaboração de interesse público, na forma e nos limites da lei federal, notadamente no setor educacional, no assistencial e no hospitalar.²⁷⁷

De acordo com Estevam esta garantia que possíveis interpretações não viessem a distorcer a isonomia do Estado na relação com as diversas religiões existentes, garantindo a todos os grupos religiosos a possibilidade de vir a estabelecer parcerias com o mesmo. Outro

²⁷⁶ FONSECA, André Dionei. Informação, política e Fé: o jornal Mensageiro da Paz no contexto de redemocratização do Brasil (1980-1990). *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 34, nº 68, p. 296.

²⁷⁷ SOUZA, Estevan Ângelo de. Direitos e Garantias individuais. (jul 1997). In *Artigos Históricos - Mensageiro da Paz: os artigos que marcaram a história e a teologia do Movimento Pentecostal no Brasil*. Volume 3, Rio de Janeiro, CPAD, 2004, p. 68.

texto criticado no anteprojeto constitucional foi o artigo 20, que, no entendimento do autor, poderia criar empecilhos para o direito da igreja de divulgar o Evangelho:

O anteprojeto da Comissão Afonso Arinos, em seu artigo 20, vem a substituir o parágrafo 5º do artigo 153 da Constituição vigente, com a seguinte redação:

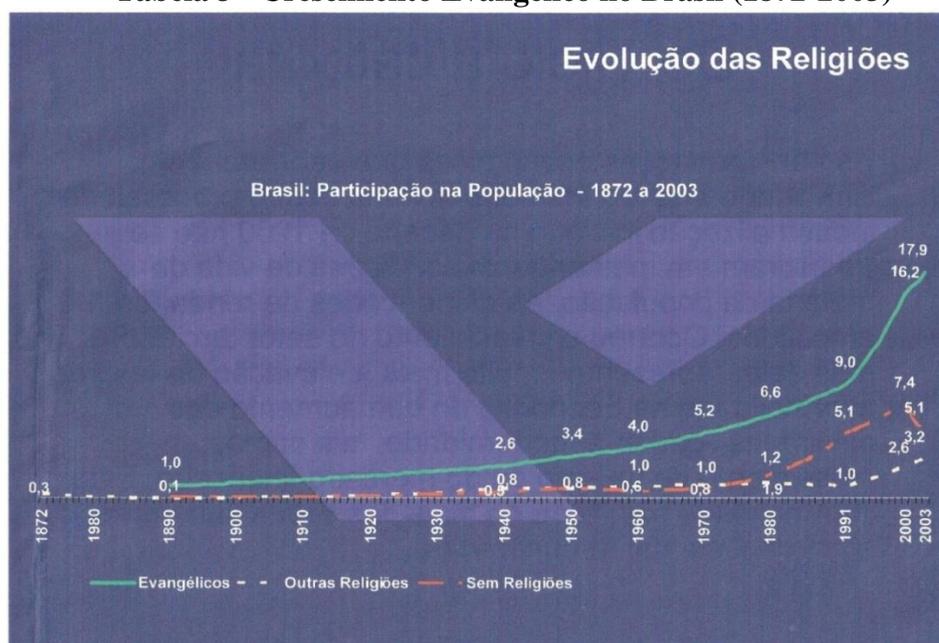
“Todos têm direito à prática de culto religioso, respeitada a dignidade da pessoa”.

Com todo o respeito que nos merece a douta Comissão que elaborou esse anteprojeto, julgamos haver aí um meio de restrição à liberdade religiosa. Uma pessoa inimiga da religião poderia considerar desrespeito à sua dignidade pessoal o simples ouvir de longe, quando a liberdade religiosa, na prática, há vários anos, em todo o Território Nacional, consiste na liberdade de expressão e no direito que têm as diferentes crenças religiosas de pregar e divulgar, cada uma, sua religião, e realizar seus cultos livremente. Direito tem a Igreja Católica de celebrar suas missas campais, realizar suas procissões e outros atos públicos, com também os evangélicos e outros religiosos o fazem, “não intervindo a autoridade senão para manter a ordem”.²⁷⁸

Garantir-se-ia assim o trabalho missionário dos evangélicos, assim com sua presença no espaço público como um direito legal.

No caso da Igreja Universal o discurso político se fez nos púlpitos, e teve um efeito imediato porque ela conseguiu eleger em 1986, apenas nove anos após sua fundação, um deputado para participar da Constituinte. O escolhido foi o co-fundador da IURD Roberto Augusto Lopes. O único representante da IURD no Congresso Nacional Constituinte.

Tabela 3 - Crescimento Evangélico no Brasil (1872-2003)



²⁷⁸ Souza, Estevan Ângelo de. Direitos e Garantias individuais. (jul 1997). In Artigos Históricos - Mensageiro da Paz: os artigos que marcaram a história e a teologia do Movimento Pentecostal no Brasil, p. 69.

A Constituinte

A frase que serviu de epígrafe para este capítulo foi do deputado João de Deus e define bem qual foi o tom da participação evangélica durante a Constituinte de 1988, marcada negativamente pela troca aberta de votos por favores políticos. O primeiro e mais comentado foi a votação em massa de boa parte do que consideravam como a bancada evangélica na emenda que garantiu a Sarney 5 anos de governos, ao invés dos 4 previstos, em troca de concessões de emissoras de rádio. Foi neste contexto que João de Deus defendeu o seu “fisiologismo com moral elevado”, ao ser criticado pelos deputados evangélicos que discordavam de sua posição. Deputados estes que tinham trajetória mais ligada a movimentos sociais ou a partidos de esquerda e que se sentiam incomodados com o pragmatismo político de seus companheiros de crença, como o deputado Lysaneas Maciel, que expressou seu descontentamento no periódico *Aconteceu no mundo evangélico*, publicação ligada ao Centro Ecumênico de Documentação e Informação (CEDI):

"Esta bancada evangélica não existe! A afirmação é do deputado evangélico Lysaneas Maciel (PDT-RJ), da Igreja Cristã de Confissão Reformada. Lysaneas disse que o que existe é um grupo de muitos conservadores, "sobretudo ligados à Assembleia de Deus", que tenta criar a imagem de que é bancada, mas na verdade funciona como linha auxiliar do governo. O deputado carioca denunciou distribuição de verbas, de empregos e de favores aos "evangélicos" numa clara cooptação por parte do governo. "É preciso que os fiéis façam hoje uma análise profunda, rápida e urgente da atuação daqueles que se dizem seus representantes, disse Lysaneas.²⁷⁹

O CEDI foi uma entidade para-eclésiástica responsável pela organização dos grupos ecumênicos protestantes no Brasil, que se originou do Centro Evangélico de Informação (CEI), em 1965.²⁸⁰ Atuou na divulgação das ideias ecumênicas, através de livros, revistas e jornais e com a criação de um centro de documentação.²⁸¹ Através dos artigos e reportagens do jornal *Aconteceu no Mundo Evangélico*, é possível perceber a reação deste setor, que estava vinculado a movimentos sociais desde o período da ditadura, ao comportamento adotado pela bancada evangélica.

²⁷⁹ Lysaneas Maciel critica atuação dos deputados evangélicos. *Aconteceu no mundo Evangélico*, Rio de Janeiro, p. 4, jun. 1988.

²⁸⁰ Para uma análise da trajetória do CEDI ver: TRABUCO, Zózimo Antônio Passos. *À direita de Deus, à esquerda do povo*: *Protestantismos, esquerdas e minorias (1974-1994)*. Salvador, Saggá, 2016.

²⁸¹ TRABUCO, Zózimo Antônio Passos. *À direita de Deus, à esquerda do povo*: *Protestantismos, esquerdas e minorias em tempos de ditadura e democracia*, p. 115.

Representantes de sete igrejas evangélicas e da Igreja Católica se reuniram no dia 15 de agosto na Associação Brasileira de Imprensa para manifestar seu repúdio a ação da maioria dos constituintes evangélicos, que vêm sendo acusados de receber favores em troca de seu apoio a projetos de grupos e do próprio governo federal. "Em face da enorme repercussão alcançada com a reportagem publicada no *Jornal do Brasil*", declarou o Rev. Zwinglio Mota Dias, representante oficial do Conselho Nacional de Igrejas Cristãs (CONIC) e secretário geral do CEDI, "estamos reunidos para resgatar o termo 'evangélico', porque ele representa muito para todos os cristãos - católicos e protestantes - e não podemos vê-lo associado a atitudes políticas fisiologistas e irresponsáveis a que estamos assistindo". O encontro foi tumultuado pela presença dos deputados e pastores João de Deus Antunes (PTB-RS) e Salatiel de Carvalho (PFLPE) que, sem terem sido convidados, interrompiam as preleções. Ao ser indagado por repórteres sobre o fisiologismo, João de Deus colocou: "eu sou mesmo fisiologista, mas quem não é? Todo mundo que vai para o Congresso Nacional já sabe que é para fazer fisiologismo (trocar o voto por interesses pessoais). Só que eu faço com o moral elevado". Acusado de ser policial, ele respondeu: "sou policial sim. Fui delegado durante 26 anos em Porto Alegre, saí fugido de lá mas nunca prendi ninguém".²⁸²

Uma reportagem realizada pelo *Jornal do Brasil*, publicada em 7 agosto de 1988, realizou uma verdadeira devassa sobre a política fisiologista praticada pela bancada evangélica durante a Constituinte de 1988. Feita pelo jornalista Teodomiro Braga, nela aparecem diversos casos de atos ilícitos realizados pelos políticos deste grupo que iam de atos de corrupção e troca de votos por diversas benesses a concessão de emissoras de rádio e verbas públicas para as igrejas e familiares dos deputados. Paul Freston observa que o jornal listou pelo menos 15 acusações contra o grupo. O comportamento deles poderia ser facilmente percebido como imoral e os títulos e subtítulos presentes no texto evidenciam em boa parte isto: "A constituição segundos os evangélicos", "as indulgências plenárias", "uma rádio, pelo amor de Deus", "o déficit ora no Planalto", "a Santa Fisiologia". A ilustração presente na reportagem tem uma Bíblia no centro e dela sai um personagem que pode ser identificado como um deputado evangélico a correr atrás de um homem com um saco de dinheiro. Ambos são seguidos por um homem que carrega uma câmara de filmagem. Em outra imagem é possível ver um suposto deputado evangélico a votar numa cabine olhando para uma figura onde há a inscrição "emprego público". (ver imagem 4 e 5) Estas duas representações se alternam nas três páginas do artigo.

²⁸² Igrejas cristãs repudiam fisiologismo de constituinte evangélicos. *Aconteceu no mundo evangélico*. Rio de Janeiro, n, 69, p. 3, ago. 1988.

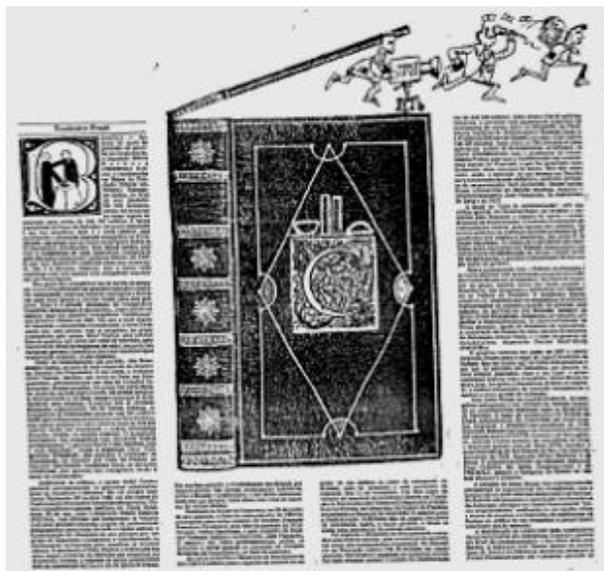


Imagem 4 - Detalhe da reportagem do *Jornal do Brasil* publicada em 07/08/1988



Imagem 5 - detalhe da reportagem do *Jornal do Brasil* publicada em 07/08/1988

Teodomiro Braga também cita a reativação da Confederação Evangélica Brasileira como uma estratégia utilizada pelos deputados constituintes evangélicos para fortalecer sua articulação e seu poder de negociação:

Depois de permanecer praticamente desativada durante o regime militar, a Confederação foi relançada [...] por um grupo de deputados evangélicos e transformada no instrumento da bancada para canalizar os recursos oficiais. O presidente é Gidel Santos e outros seis dos nove cargos restantes da diretoria são ocupados por deputados crentes, a maioria das seitas pentecostais (três da Assembleia de Deus e um da Igreja de Cristo). Em sua fase anterior, a Confederação era dirigida por representantes das igrejas protestantes históricas, como a Batista e a Metodista, e não tinha parlamentares em sua direção. Além disto, não vivia de repasses de verbas oficiais.²⁸³

Há um erro na reportagem, uma vez que os batistas nunca haviam participado na antiga CEB, embora alguns de seus membros tenham apoiado o novo grupo, a exemplo de Nilson

²⁸³ Teodomiro Braga. A Constituição segundo os evangélicos. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, p. 4b, 7 ago. 1988.

Fanini. Paul Freston observa que a assembleia de Deus foi a grande base de sustentação para os novos constituintes, defendendo a CEB das críticas que sofria da imprensa e dos protestantes que não se sentiam representados por esta instituição.

O que viabilizou a CEB foi o apoio a AD. Esta tinha a maior bancada protestante, quase todos homologados oficialmente. A oposição da cúpula assembleiana, em qualquer momento, teria sido suficiente para acabar com a CEB. Nunca se opôs; ao contrário, procurou mantê-la o maior tempo possível. O Mensageiro da paz mostra o quanto a AD apostou na CEB. "Parabéns aos dinâmicos deputados que fazem parte da diretoria da CEB". Dias antes das denúncias no Jornal do Brasil, o Mensageiro faz editorial elogioso. A CEB "pretende servir como elo de ligação entre o poder público e as igrejas, já que estas... não devem envolver-se diretamente com as questões da administração secular. Sua atividade é eminentemente espiritual. Todavia, como vivemos no mundo, existem situações paralelas diante das quais a igreja não pode silenciar-se". A CEB seria um biombo que preserva a fachada apolítica da igreja mas permite "acesso aos programas oferecidos pelo governo."²⁸⁴

Apesar dos ganhos financeiros durante a Constituinte, a bancada evangélica se enfraqueceu após o processo, pois uma vez elaborada a nova Constituição, os balcões de negociação foram extintos. Além disto, a forma agressiva como ela se entregou as diversas negociatas em busca de interesses comezinhos e os muitos casos de corrupção envolvendo o grupo acabaram levando-lhe ao descrédito junto a uma parte considerável de seus eleitores. Como salientou Freston, não foi porque fizeram diferente de outros políticos que os parlamentares evangélicos tiveram sua imagem desgastada, mas sim pela sua rápida assimilação da cultura política brasileira, sem levar em conta uma característica que era fundamental para esta prática, a saber, a discrição:

As acusações sugerem que, acima de tudo, o que faltou à bancada evangélica foi a discrição. Como novatos deslumbrados com a proximidade do poder temporal que o ensino sectário ao mesmo tempo rejeitava e endeusava, foram indiscretos e exagerados nas ambições. Numa situação que a ética sectária não tratava, sentiam-se livres para assimilar a cultura política, mas faltava realismo. Tornaram-se um fator de instabilidade e, por isso, não receberam a solidariedade corporativa da Câmara quando denunciados pela imprensa. Não tinham nenhum monopólio do fisiologismo, mas cometeram o maior pecado político que é a indiscrição.²⁸⁵

Soma-se a esta ausência de discrição o fato de que os evangélicos haviam sido eleitos a partir de um discurso que ressaltava o papel que eles poderiam exercer no processo da moralização da política e caminham num sentido completamente oposto ao pregado. O próprio

²⁸⁴ FRESTON, Paul. *Protestantes e política no Brasil: Da constituinte ao impeachment*. Campinas, Universidade Estadual de Campinas, 1993, p. 231.

²⁸⁵ FRESTON, Paul. *Protestantes e política no Brasil: Da constituinte ao impeachment*, p. 235.

Josué Sylvestre, ao avaliar a atuação dos políticos evangélicos durante a Constituinte, apontou para a necessidade de substituição de alguns nomes:

Nas próximas eleições, em 1990, haverá oportunidade de reeleger e confirmar no mandato os que se mostraram capazes, hábeis, honestos, defensores da verdade e da justiça social, equilibrados, operosos, inabaláveis na fé e mandar de volta para casa os despreparados, inoperantes, inconstantes, e os que, ao invés de agirem com ética cristã, tiveram desempenho igual aos que só se preocupam com interesses personalistas, pela vaidade e ambição na prática de métodos fisiológicos pouco recomendáveis.²⁸⁶

Apesar disto, avaliou como positiva ressaltando as conquistas do grupo citadas abaixo:

- A manutenção do nome de Deus no preâmbulo da Constituição
- Manutenção de uma Bíblia Sagrada sobre a mesa diretiva dos trabalhos
- Tirar a expressão “que não contrarie a ordem publica e os bons costumes” do 42º parágrafo do artigo 6º que tratava sobre tolerância religiosa: “É inviolável a liberdade de consciência e de crença, assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei, proteção aos locais de culto e de suas liturgias particulares, que não contrariem a ordem publica e os bons costumes”. (Sylvestre, 1988: 33)

- Impedimento do casamento entre pessoas do mesmo sexo;
- Luta contra o voto distrital;
- Luta contra a legalização das curas mediúnicas;
- Posicionamento favorável às lutas sociais;
- Responsabilidade, uma vez que todos os deputados teriam participado ativamente da Assembleia Nacional Constituinte.

A maior parte dos posicionamentos citados por Sylvestre fazia parte de uma pauta conservadora ligada a temas morais e religiosos. Nestas votações, os evangélicos tiveram algumas vitórias como a colocação do nome de Deus na Constituição, a ampliação da liberdade religiosa, a manutenção do ensino religioso e a rejeição do termo orientação sexual. No entanto, tiveram que amargar algumas derrotas nas discussões sobre o aborto, a censura e o divórcio.²⁸⁷ Somou-se a estas a diminuição significativa de deputados evangélicos eleitos nas eleições de 1990, que passou de 32 nomes para 22.

A atuação dos deputados evangélicos não se limitava a busca pelo atendimento de seus interesses nas comissões da Constituinte. Um pedido de Antonio de Jesus, deputado PMDB-GO,

²⁸⁶ Sylvestre, Josué. *Os evangélicos, a Constituinte e as Eleições Municipais*. Brasília, Papiro, 1988, p. 29.

²⁸⁷ Freston, Paul. *Protestantes e política no Brasil: Da constituinte ao impeachment*, p. 248.

demonstra que suas intenções caminhavam no sentido de tentar impor sua visão de mundo em todas as esferas do legislativo. Tanto que imagens de artistas plásticos foram censuradas. Um dos que tiveram sua obra retirada, o italiano Taco Lagos, chegou a pintar um colar sobre a imagem original de sua obra para disfarçar a nudez. Duas de suas obras foram retiradas do corredor de exposições justamente a pedido de Antonio de Jesus. Sua atitude expressava uma demanda que era da bancada evangélica:

Na segunda-feira à noite, temendo nova reação evangélica, Rachel Osório, do grupo de "apoio cultural" da Câmara, retirou os seis nus sem autorização de Lagos. Rachel Osório cumpria uma ordem informal da direção da Câmara. "Desde o episódio dos evangélicos o nú está sob júdice aqui", diz o diretor-geral da Câmara, Fernando Sabino, 48.

Sabino, a princípio, não se incomodava com a nudez: "depende do que o nu está fazendo mas eu não tenho nada contra." Como a bancada evangélica tem, a mesa da Câmara está analisando a minuta de um projeto que estipulará onde e em que condições poderão se montadas exposições.²⁸⁸

Durante o processo de votação do texto constitucional, a bancada evangélica tentou tirar o máximo proveito de seu poder como grupo extremamente organizado para influenciar em votações decisivas de interesse do governo. A preocupação do diretor-geral da Câmara parece expressar o cuidado com que este grupo era tratado naquele espaço.

Os constituintes baianos

Entre os deputados baianos eleitos para a Constituinte estava o presbiteriano ecumênico Celso Dourado, que fazia parte da chamada esquerda Protestante, o batista Eraldo Tinoco e o assembleiano Milton Barbosa, os dois últimos ligados ao grupo político de Antonio Carlos Magalhães. Ambos foram considerados como pertencentes à bancada evangélica, embora tivessem trajetórias completamente distintas tanto no campo religioso como político, sendo Celso Dourado qualificado na época como um político de esquerda e Eraldo Tinoco e Milton Barbosa como de Direita, estes últimos vinculados ao Carlismo.

²⁸⁸ Bob Fernandes. Direção da câmara retira tela de nus a pedido de constituintes evangélicos. Folha de S Paulo, São Paulo, p. A4, 7 abr. 1988.

Eraldo Tinoco

Eleito pela primeira vez deputado federal pelo Partido Democrático Social (PDS) em 1982, Eraldo Tinoco Melo, teve sua trajetória marcada pela ocupação de diversos cargos públicos sob a proteção de Antonio Carlos Magalhães, tendo sido secretário estadual da Educação e Cultura no seu segundo governo (1979-1982). Em 1985, deixou o PDS e se filiou ao PFL, sendo eleito deputado federal constituinte nas eleições de 1986 por este partido. Na Constituinte, Eraldo Tinoco foi um dos fundadores do Centrão. Na avaliação realizada pelo Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (DIAP), Eraldo Tinoco “teve como principal objetivo reduzir a influência da esquerda na votação dos direitos sociais e econômicos” votando contra a “empresa nacional, a nacionalização do subsolo e o tabelamento dos juros”.²⁸⁹ O DIAP é uma entidade de assessoria parlamentar dos sindicatos brasileiros, que foi fundada em 1983, visando fiscalizar o desempenho de deputados e senadores e acompanhar a conjuntura política do Brasil, produzindo materiais que orientam os seus associados quanto a estas questões. Na avaliação feita pelo DIAP sobre a atuação dos deputados na Constituinte, que se baseou na opção dos candidatos nas principais matérias que interessavam os trabalhadores, Tinoco recebeu 0,25.

Nas principais votações da Constituinte, pronunciou-se contra o rompimento de relações diplomáticas com países com política de discriminação racial, a pena de morte, a limitação do direito de propriedade, a remuneração 50% superior para a hora extra, a jornada semanal de 40 horas, o turno ininterrupto de seis horas, o voto aos 16 anos, a nacionalização do subsolo, a estatização do sistema financeiro, o limite de 12% ao ano para os juros reais, a limitação dos encargos da dívida externa, a criação de um fundo de apoio à reforma agrária, a desapropriação da propriedade produtiva e o aborto. Votou a favor da proteção ao emprego contra a dispensa sem justa causa, da unicidade sindical, do presidencialismo, do mandato de cinco anos para o presidente José Sarney e da anistia para os pequenos e microempresários.²⁹⁰

Quando Antonio Carlos Magalhães foi ministro das Comunicações do governo Sarney (1985-1990), Eraldo Tinoco tornou-se sócio majoritário da Rádio Cristal, localizada na cidade de Itacaranha. Neste ministério, ACM tratou de ampliar o seu império midiático que funcionou como um importante instrumento para sua volta ao poder na Bahia, depois das revezes que

²⁸⁹ DIAP. *Quem foi quem na Constituinte: nas questões de interesse dos trabalhadores*. São Paulo, Cortez/Oboré, 1988, p. 98.

²⁹⁰Sônia Zylberberg e Mirian Aragão. Eraldo Tinoco Melo. Disponível em <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/eraldo-tinoco-melo>>. Acesso em: 04/10/2016.

passou durante o processo de abertura política.²⁹¹ As negociações em Brasília no Ministério das Comunicações aconteceram de forma escandalosa, tendo beneficiado amplamente seus aliados políticos.

Eraldo Tinoco era contrário à legalização do aborto. Em uma das sessões de discussão do tema, chegou a dizer que se o aborto fosse validado o assalto também deveria ser. Tal fala foi uma reação ao apelo do deputado Chico Umberto do PDT mineiro, que observou que tal prática já ocorria mesmo diante da condenação legal, ceifando a vida de milhares de mulheres. Eraldo Tinoco era o encarregado da redação do texto final da Subcomissão de Família, do Menor e do Idoso e sua fala explicitava o perfil conservador da subcomissão:

A curta frase que Tinoco usou para comparar a legalização do aborto à dos assaltos teve o poder de arrancar aplausos da maioria dos constituintes que acompanhavam a reunião, numa prévia do que deverá acontecer hoje, quando o auditório utilizado pela subcomissão para seus encontros deverá se transformar num cenário de guerra. Em pauta, novamente o aborto. Mas de um lado, defendendo sua legalização, vai estar o CNDM (Conselho Nacional de Defesa da Mulher) e, de outro, combatendo, a CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil)

"O perfil da subcomissão é alarmante", disse Komba Marx Porto, advogado do Conselho da Mulher, na última terça-feira, quando saía "derrotada" da primeira reunião pública realizada pela subcomissão. "Dos nove constituintes presentes, quatro eram pastores", afirmou Komba, que defendia a ampliação da lei do divórcio. Na verdade, nove de seus dezenove integrantes são pastores de vários credos.²⁹²

A presença dos evangélicos nestas comissões e subcomissões acabou evitando que medidas mais progressistas fossem adotadas pela nova Constituição, mas vale ressaltar que sem o apoio dos demais membros da bancada cristã, seus objetivos não seriam alcançados, pois a condenação do aborto contou com o reforço explícito da CNBB.

Outro testemunho da ligação de Tinoco era sua participação em eventos públicos ligados aos evangélicos, como os da 69ª Assembleia da Convenção Batista que ocorreu em Brasília em

²⁹¹ A derrota de Antonio Carlos Magalhães nas eleições de 1985 (municipal) e 1988 (estadual) foi fruto de uma série de fatores. Havia um clima de oposição a ACM que representava o velho regime político, somado ao fato de que prefeito Manoel Castro (indicado por ACM) não teve um bom desempenho na prefeitura. Sua tentativa de ganhar a eleição lançando, em 1988, como candidato a governador Josaphat Marinho, político respeitado e opositor durante a Ditadura Militar, não surtiu efeito. Nas eleições municipais, o PMDB era o partido forte, o que o levava parte considerável da população a vê-lo como símbolo da luta contra as arbitrariedades cometidas pelo antigo regime político. Praticamente a disputa real do pleito municipal se deu no seio do próprio partido, durante a disputa para indicação do candidato. Nesta disputa interna, concorreram Mário Kertész e Marcelo Cordeiro. Já em relação a eleição para governador, Waldir Pires venceu com uma diferença de votos expressiva. ALMEIDA, Gilberto Wildberger de. *Política e mídia na Bahia: a trajetória de Antônio Carlos Magalhães*. Salvador, Faculdade de Comunicação - UFBA, 1999 (tese de doutorado). p. 422.

²⁹² Aborto tem poucos defensores entre os constituintes. *Folha de S Paulo*, São Paulo, p. 13, 23 abr. 1987.

1988. Este evento contou, inclusive, com a presença de José Sarney, que como foi já observado teve o apoio da bancada evangélica para ampliar o seu tempo de governo:

Sarney chegou ao ginásio as 19h30, acompanhado pela mulher, Marly. Num pronunciamento improvisado de 15 minutos, evocou o "livro sagrado" para dizer que a autoridade e o poder são dádivas divinas e a lei, uma forma de exercitar o amor ao próximo. "Toda autoridade vem de Deus. Quem a tem, tem que prestar contas a Deus. O poder que tens foi teu pai que te deu", afirmou com o microfone em punho e sacudindo o dedo em riste. Citando o capítulo 14 de São Paulo, observou: "o amor ao próximo é um prolongamento da lei. A autoridade de dever ser acompanhada pelo sentimento da lei".²⁹³

A quase teoria do direito divino defendida por Sarney em sua fala parece expressar o seu interesse em cooptar parte do segmento evangélico e também sua bancada que estava presente na assembleia batista.

Milton Barbosa

Milton Barbosa foi eleito deputado federal constituinte nas eleições constituintes de 1986 pelo PMDB. Ao contrário de Eraldo Tinoco, que não defendeu abertamente interesses religiosos batistas, Barbosa se firmou imediatamente como o advogado dos interesses de seu grupo religioso, tendo inclusive participação ativa no seio da bancada evangélica, notadamente no grande negócio que se tornou a Constituinte de 1988, para parte considerável deste segmento. Na reportagem supracitada do *Jornal do Brasil* que denunciou os atos ilícitos cometidos pelos deputados evangélicos durante a construção da nova Carta Magna, Milton Barbosa aparece como um dos que fizeram uso nada honesto de sua posição política e religiosa. A reportagem acusa o deputado assembleiano de, após ter indicado Raimundo Orrico para a coordenação da Fundação Educar, ter se beneficiado desta ação, uma vez que Orrico, num prazo de três semanas após tomar posse, teria realizado uma concessão de verba para a igreja a qual Barbosa congregava em Salvador.²⁹⁴ As acusações foram elencadas na reportagem, pois Barbosa também foi acusado de outras irregularidades, entre as quais a venda de bolsas de estudos que deveriam ter sido destinadas a estudantes carentes:

²⁹³ Para Sarney, autoridade e poder são "dádivas" divinas. *Folha de S Paulo*, São Paulo, p. 5, 24 jan. 1988.

²⁹⁴ Teodomiro Braga. A Constituição segundo os evangélicos. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, p. 4b, 7 ago. 1988.

Um dos mais ativos líderes da bancada, o deputado Milton Barbosa, achou pouco a coordenadoria da Sudepe na Bahia, conseguindo também o cargo de coordenador da fundação Educar no Estado, para o qual escolheu o amigo Raimundo Orrico, empossado em outubro. Este retribuiu com suprema generosidade a ajuda do padrinho, dando logo uma verba de Cz\$ 100 milhões para a Assembleia de Deus de Salvador, da qual Barbosa é membro. O convênio com a igreja de Barbosa foi a única medida de vulto de Orrico, pois ele foi demitido no dia 12 passado, uma decisão que o deputado diz ter recebido com “surpresa”. O segundo-tesoureiro da Confederação foi protagonista ele próprio de um pequeno escândalo no início deste semestre: vendeu 200 bolsas de estudo, no valor de Cz\$ 812 mil, que o governo dá aos parlamentares para distribuir a estudantes necessitados. Vendeu-as por apenas Cz\$ 200 mil a um intermediário, que as revendeu por Cz\$ 300,00 ao deputado Francisco Coelho (PDS/MA).²⁹⁵

A gravidade das acusações exigiu uma resposta de Barbosa que foi à tribuna da Câmara Federal para se defender. Sem apresentar dados que comprovassem sua inocência, Milton apelou para o discurso de vítima de perseguição a que estariam sujeitos os evangélicos no Brasil, abonando não apenas a sua conduta, mas também a da Confederação Evangélica do Brasil, da qual era o segundo secretário. Legitimou ainda as supostas conquistas para as igrejas evangélicas conseguidas com os “arranjos” políticos estabelecidos:

Há, portanto, uma ação desagregadora da imprensa, e sobretudo discriminadora contra esta minoria religiosa. E contra isto nos levantamos, séria e corajosamente, defendendo o nosso direito de sermos os agentes dos interesses legítimos das comunidades que representamos, ainda que tais atitudes nossas contrariem outros segmentos da sociedade atéia, não-cristã e capaz de tentar macular a dignidade dos que não se envergonham do Evangelho de Jesus Cristo.²⁹⁶

Sua posição política também não foi das mais louváveis e, tal como Eraldo Tinoco, esteve quase sempre ao lado do Centrão, ficando a parte apenas nos momentos em que a bancada evangélica se separou deste para conseguir um maior poder de barganha durante as votações. Como observou o DIAP, apesar de Milton Barbosa se definir como de centro-esquerda, votou com a UDR, assumindo uma posição contrária aos trabalhadores na maioria das discussões, exceção feita à questão da proteção da empresa nacional do subsolo, ao tabelamento dos juros e ao voto aos 16 anos, temas pelos quais votou favoravelmente.²⁹⁷

Na Constituinte foi titular da Subcomissão da Nacionalidade, da Soberania e das Relações Internacionais da Comissão da Soberania e dos Direitos e Garantias do Homem e da Mulher.

²⁹⁵ Teodomiro Braga. A Constituição segundo os evangélicos. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, p. 5b, 7 ago. 1988.

²⁹⁶ *Diário da Assembleia Nacional Constituinte*. Brasília, p 12265, 12 ago. 1988.

²⁹⁷ DIAP. *Quem foi quem na Constituinte: nas questões de interesse dos trabalhadores*. São Paulo, Cortez/Oboré, 1988, p.126.

Celso Dourado

Antes de se eleger deputado federal Constituinte pelo PMDB, Celso Loula Dourado já havia sido eleito vereador da cidade de Campo Formoso (BA), em 1982. Pastor da Igreja Presbiteriana Unida do Brasil, ele era um participante ativo de movimentos sociais. Defendeu ideias progressistas dentro do seio protestante e participou da Conferência do Nordeste, evento ocorrido na cidade de Recife (PE) de 22 a 29 de julho de 1962, que reuniu 167 pessoas de 14 denominações, além de membros do movimento ecumênico, para discutir os problemas brasileiros e a missão social da igreja. A conferência foi intitulada “Cristo e o Processo revolucionário brasileiro”, tendo sido organizado pela Confederação Evangélica Brasileira, então ligada ao Conselho Mundial de Igrejas (CMI) e representou um marco na mudança da forma como o protestantismo em nosso país se comportava diante dos graves problemas enfrentados na nossa sociedade, como a exclusão social e política.²⁹⁸ Dourado atuou também junto aos Comitês de Anistia e Direitos humanos, dando apoio aos perseguidos pelo regime. Ao chegar à Constituinte trazia um histórico de luta tanto contra a Ditadura Militar quanto na busca por uma sociedade menos desigual.²⁹⁹

Durante a Constituinte, atuou no sentido de votar favoravelmente aos pleitos que interessavam os movimentos populares e sindicais, destoando completamente do fisiologismo praticado pelos seus companheiros da bancada evangélica, que, aliás, se recusava a admitir como uma bancada de fato, tal como era colocado pela imprensa, embora tenha participado ativamente das reuniões do grupo na sua fase inicial. À medida que este foi mostrando seu caráter moralista e conservador, foi se afastando deste segmento. Em maio de 1988, por exemplo, foi à tribuna para contestar uma reportagem do *Jornal do Brasil*, a qual havia dito que os evangélicos votaram contra a reforma agrária. Celso Dourado negou este fato, afirmando que havia ao menos um grupo de deputados que tinha sido favorável a esta demanda:

Sr. Presidente, tenho feito vários reparos do destaque de bancada evangélica ou grupo evangélico nesta Casa. Não concordo com essa classificação. Aqui não represento a minha Igreja Presbiteriana Unida do Brasil, mas o povo brasileiro. Sou evangélico. Aliás, tradicionalmente, sou a quarta geração.

Por outro lado, Sr. Presidente, muitos dos chamados Deputados evangélicos votaram a favor da reforma agrária, defenderam-na e estiveram bem conscientes das

²⁹⁸ BURITY, Joanildo. *Fé na Revolução: Protestantismo e o discurso revolucionário brasileiro (1961-1964)*. Rio de Janeiro, Editora Novos Diálogos, 2011, p. 14.

²⁹⁹ SILVA, Elizete da. *Protestantismo ecumênico e realidade brasileira: evangélicos progressistas em Feira de Santana*. Feira de Santana, Editora da UEFS, 2010, p. 193.

consequências de um voto contrário. Pelo menos nove desses Parlamentares não votaram com o "Centrão". Portanto, a nota do *Jornal do Brasil*, se é parcialmente verdadeira, não corresponde a toda a verdade.³⁰⁰

Um dos temas que mais favoreceram confrontos entre Dourado e a bancada evangélica foi em relação à questão do aborto, pois os mesmos se recusavam a adotar uma visão menos simplista sobre o tema, se apegando aos seus valores religiosos para basear suas posições, enquanto Dourado, apesar de suas crenças, admitia que o mesmo também poderia ser encarado como um problema de saúde pública que afetava, sobretudo, os mais pobres.³⁰¹

Depois da promulgação da Constituinte, os atritos continuaram. Numa sessão realizada em 10 de maio de 1990, o deputado João de Deus, ao questionar o projeto de José Genuíno, do PT, o qual propunha a possibilidade de interrupção da gravidez até o trigésimo mês, provocou Dourado, afirmando que o teria visto da tribuna a desaprovação à sua fala:

O Deputado Celso Dourado, como evangélico, não deveria estar meneando a cabeça, porque sou evangélico e defendo os meus princípios. Não estou em cima do muro e não tenho vergonha de assumir o que estou dizendo. Aqueles que votam em V. Ex, que certamente são evangélicos, devem saber que esta aqui desaprovando os meus atos.³⁰²

A resposta de Dourado foi curta e direta, observando que outros temas que afetavam a vida, como a exploração social, também criavam diversas formas de violência. Agir de forma violenta não seria “só tirar a vida biológica, é também votar do lado dos poderosos, contribuir para essa estrutura perversa, existente na sociedade brasileira”.³⁰³

Devido a sua postura combativa durante a Constituinte, Dourado foi considerado uma referência positiva não apenas para o DIAP, mas também para segmentos do movimento evangélico que vinham em sua atuação parlamentar, ao lado de outros destaques, com um contraponto importante face a atuação reacionária e fisiologista de boa parte da bancada evangélica:

Desfazer a imagem de que os evangélicos estão contra os avanços sociais, devido aos votos da maioria dos parlamentares protestantes na Constituinte, é uma das preocupações dos representantes brasileiros na reunião do Conselho Mundial de Igrejas, que começa hoje, em Salvador, como participantes de 26 países. O representante brasileiro no CMI, Enilson Rocha Santos, afirmou que esses

³⁰⁰ *Diário da Assembléia Nacional Constituinte*. Brasília, p. 1773, 13 mai. 1988.

³⁰¹ Evangélico têm encontro com Sarney. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, p. 5, 26 mar. 1987.

³⁰² *Diário do Congresso Nacional*. Brasília, p. 4722, 11 mai. 1990.

³⁰³ *Diário do Congresso Nacional*. Brasília, p. 4722, 11 mai. 1990.

parlamentares não expressam o pensamento das comunidades protestantes "que certamente saberão avaliar o comportamento deles e responder através do voto", citando como exemplos os deputados Lysâneas Maciel (PDT-RJ), Benedita da Silva (PT-RJ) e Celso Dourado (PMDB-BA), o representante no CMI disse que esses parlamentares "são exemplo de que nem todos os evangélicos votaram com o atraso na Constituinte".³⁰⁴

Apesar de sua postura parlamentar avançada e sua luta em benefícios dos mais explorados, Celso Dourado não conseguiu se reeleger deputado federal nas eleições de 1990. Os outros dois deputados evangélicos baianos, Eraldo Tinoco e Milton Barbosa permaneceram no Congresso Nacional, Tinoco porque foi reeleito e Barbosa porque assumiu a vaga de Benito Gama que foi empossado Ministro da Educação no Governo Fernando Collor (1990-1992). Neste pleito, surgiu um terceiro nome, que iria ocupar a "vaga" de Dourado na bancada evangélica, o iurdiano Luiz Moreira. Serão as atuações destes três deputados ao longo da década de 1990 que analisaremos no próximo capítulo.

³⁰⁴ Protestantes. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, p. 18, 4 out. 1988.

CAPITULO IV - PARTE II - TRAJETÓRIA PARLAMENTAR DOS EVANGÉLICOS BAIANOS

“E o Senhor te porá por cabeça, e não por cauda; e só estarás em cima, e não debaixo, se obedeceres aos mandamentos do Senhor teu Deus, que hoje te ordeno, para os guardar e cumprir.” Deuteronômio 28:13.

Os diversos escândalos nos quais se envolveram os parlamentares evangélicos durante a Assembleia Nacional Constituinte acabaram gerando uma redução do número de seus parlamentares no Congresso Nacional, que passou de 34 para 25 pessoas. O mesmo não ocorreu em terras baianas, tendo havido apenas uma substituição, pois o deputado Luiz Moreira “assumiu” o mandato de Celso Dourado. Milton Barbosa e Eraldo Tinoco conseguiram se reeleger. Esta dupla permaneceu durante as três legislaturas seguintes como os representantes baianos dos evangélicos, ao qual foi acrescido, nas eleições de 1998, o nome de Reginaldo Germano que assumiu em 1999 o mandato. Germano era suplente do PMDB e como já foi visto, substituiu Benito Gama, que havia se afastado para assumir a vaga de Secretário Estadual de Indústria e Comércio no governo de César Borges (1999-2002), na Bahia. Neste capítulo, será realizado um balanço da atividade parlamentar destes deputados, no sentido de agir a favor dos interesses de seus grupos religiosos, utilizando-se para isto de sua condição política. O deputado Eraldo Tinoco não apresentou a partir do levantamento e análise das fontes um desempenho legislativo que o fizesse identificá-lo como um “político de Cristo”, apesar de ter sido identificado como tal pela bibliografia que trata do tema. Por conta desta condição, nos deteremos na avaliação do desempenho parlamentar de Milton Barbosa, Luiz Moreira e Reginaldo Germano.

Luiz Moreira

A Igreja Universal do Reino de Deus começou sua trajetória na vida política elegendo o então líder do grupo, Ronaldo Augusto Lopes, nas eleições de 1986. Ao contrário da bancada evangélica como um todo, que teve uma queda na eleição seguinte, a IURD conseguiu, nas eleições de 1990, ampliar sua representação na Câmara dos Deputados, elegendo o baiano Luis Moreira, ligado ao político baiano Antonio Carlos Magalhães, juntamente com Aldir

Cabral e Laprovita Vieira, membros da igreja no Rio de Janeiro. Este foi o início de uma longa trajetória de Luiz Moreira no Congresso Nacional, pois conseguiu se reeleger nas eleições de 1994 e 1998, estando sempre à disposição da Igreja Universal para batalhar por seus interesses.

Luiz Moreira havia tido uma carreira sólida na administração pública antes de sua entrada na Igreja Universal do Reino Deus e posterior candidatura no pleito de 1990. De formação médica e militar, atuou em diversos órgãos públicos da Bahia, como INAPS, INAMPS E FUNRURAL, tendo sido Fiscal Administrativo no Hospital Geral do Estado da Bahia, Chefe do Grupamento Médico da Capital da Previdência Social, em Salvador, diretor do Hospital Geral de Fortaleza (CE) e do Hospital das Clínicas da UFBA. Quando se candidatou a deputado atuava na Diretoria Regional da DENTEL, em Salvador.³⁰⁵ Em discurso na tribuna da Câmara, relatou a sua conversão à IURD e sua relação de proximidade com ACM, dois elementos que marcaram sua trajetória parlamentar:

A minha entrada na Igreja Universal e a minha conversão para o evangelismo se deram de maneira diferente. Minha vida já estava estabilizada: uma vida de médico, com vários e vários anos de profissão, uma vida militar de vários e vários postos alcançados. Por questões de afinidade de trabalho e de um convite do Senador Antonio Carlos Magalhães, então Ministro das Comunicações, fui diretor da Dentel nos Estados da Bahia e Sergipe, já que era homem também da comunicação e radioamador há 47 anos. Depois de algum tempo, uma senhora, que foi contadora de nossa clínica, converteu-se e pediu-me para orientar o pessoal da Igreja Universal que tinha comprado a Rádio Bahia, em Salvador. Daí, nasceu o relacionamento, o convívio sadio. Em certa época, encontrei-me com o Bispo Rodrigues, então pastor em Salvador. Entrei para a Igreja Universal, convertido e batizado pelo próprio Bispo Rodrigues. Já tinha na minha residência o esteio do evangelismo, porque minha senhora e meus filhos são batistas de berço. Aquele esteio que sustenta uma família na sua união e convívio deu-me o exemplo. Católico não-praticante, como a grande maioria do povo brasileiro, converti-me e hoje me encontro no seio da família evangélica, que tanto trabalho tem realizado neste País na conversão de marginalizados.³⁰⁶

Uma das formas de atuação política que demonstra o quanto o desempenho parlamentar de Luiz Moreira estava voltado para atender os interesses da IURD foi a sua defesa pública diante das acusações de irregularidades, notadamente contra os ataques presentes nos meios de comunicação. Como foram muitas as denúncias, foram também muitos os discursos pronunciados para “esclarecer” os fatos e provar a idoneidade do grupo.

³⁰⁵ LUIZ MOREIRA - PFL/BA. Disponível em http://www2.camara.leg.br/deputados/pesquisa/layouts_deputados_biografia?pk=74632&tipo=1. Acesso em 01/07/2017.

³⁰⁶ *Diário da Câmara dos Deputados*, Brasília, p. 41334, 9 ago. 2000.

O primeiro deles foi realizado para criticar a Rede Globo por conta de uma reportagem exibida no programa Globo Repórter. A citada matéria questionou o crescimento do grupo, a arrecadação de ofertas e deu espaço às denúncias feitas por Carlos Magno, um ex-pastor da Igreja Universal. Magno, após sair da IURD, atacou-a publicamente, alegando que a compra da Rede Record teria se dado através da exploração massiva dos fiéis e até o envolvimento com o tráfico de drogas.³⁰⁷ Apenas mais uma reportagem sobre o grupo que, a partir da compra da TV Record, em 1989, tornou-se tema recorrente nos programas da emissora da família Marinho. Aliás, esta foi a linha de raciocínio seguida pelo deputado iurdiano que considerou que as denúncias da Rede Globo refletiam apenas o seu incômodo pela aquisição da Record por Edir Macedo:

Na minha ótica, a compra da Rede Record, adquirida com objetivos definidos para uma linha de evangelização, contrariou interesses empresariais, políticos e religiosos. Se nós fôssemos pesquisar criteriosamente as calúnias e perseguições, nós as dividiríamos em duas fases: pré-Record e pós-Record. Veríamos, outrossim, que na fase "pós" o rolo compressor foi mais impiedoso, pois esmagava tudo que se encontrava no seu caminho. Infelizmente, ela ainda não terminou. O comando intelectual do seu operador não respeita os princípios da averiguação, da ética, da moral e da integridade da pessoa humana.³⁰⁸

Em 1990, foi exibida a primeira reportagem, na qual foi mostrada a manifestação no estádio do Maracanã, quando fiéis com problemas físicos, como de visão ou locomoção, foram insuflados a abandonar seus óculos, muletas e cadeiras de rodas e obter a cura completa para seus males. No programa, apareceram diversos relatos de pessoas que não obtiveram a cura para seus problemas ou ela se deu apenas no momento da euforia/cartase. A chamada do programa já dava mostras do que estaria por vir:

Uma igreja pentecostal vira caso de polícia. Acusada de curandeirismo a Igreja Universal do Reino de Deus promete aos fiéis curas milagrosas e exige grandes doações em dinheiro. Quem está pro trás dos cultos desta igreja? Como seu fundador, o pastor Edir Macedo, transferiu-se para os Estados Unidos e comprou uma televisão no Brasil? O que pensam a Igreja Católica e as outras igrejas protestantes?³⁰⁹

³⁰⁷ MARIANO, Ricardo. *Expansão pentecostal no Brasil: O Caso da Igreja Universal*. Estudos Avançados 18 (52), 2004, p. 126.

³⁰⁸ *Diário do Congresso Nacional*, Brasília, p. 20602, 23 out. 1991.

³⁰⁹ Globo Repórter-IgrejaUniversal-1990. Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=9CyJyDUMLE>>. Acesso em 05/07/2017.

Em 1991, também o jornal *O Globo* e o *Jornal da Tarde* foram objetos de críticas e protestos do deputado. *O Globo* foi citado pelo artigo intitulado “Evangélicos e homossexuais desafiam o papa em Salvador”. O Grupo Gay da Bahia resolveu encenar um casamento de homossexuais em um dos locais em que o líder católico estaria presente. Já os iurdianos baianos marcaram um evento evangélico no mesmo dia e horário de uma missa campal a ser realizada pelo papa, na cidade de Salvador. Segundo *O Globo*, a Igreja Universal visava atingir de alguma forma o evento católico. Para Luiz Moreira, esta acusação não procedia e apenas revelava o desconhecimento dos jornalistas do periódico em relação à capital baiana, pois os acontecimentos seriam realizados em espaços muito distantes um do outro, Boca do Rio e Dique do Tororó, o que não causaria prejuízo a ambas as partes.³¹⁰ Já o *Jornal da tarde*, teria proferido ataques aos deputados evangélicos acusando-os de compor uma bancada para fazer lobby, atuando principalmente na Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática para conseguir vantagens financeiras.³¹¹

A prisão de Edir Macedo, que ocorreu em 24 de maio de 1992, na cidade de São Paulo, gerou uma forte reação de Luiz Moreira que fez diversas intervenções para condenar tal ação. Macedo foi acusado pelo Ministério Público de praticar charlatanismo e estelionato, levando 21 dias presos. O sequestro de bens de Macedo, pedido pela 21ª Vara Criminal de São Paulo, também foi criticado. Para Moreira, a perseguição ao líder iurdiano era infundada, afirmando a completa legalidade na compra da Rede Record. Um dos motivos que justificavam os processos movidos contra ele era a suposta irregularidade da transação. Encerrou seu discurso afirmando que a verdade viria à tona e Macedo seria novamente inocentado:

No Rio de Janeiro, o Bispo Edir Macedo já foi absolvido pelo Tribunal de Justiça pelos pretensos crimes de estelionato e curandeirismo que lhe queriam imputar. Aguardemos o desenrolar dos fatos. Tenho certeza de que as aves agoureiras terão seus cantos silenciados. A verdade e a verdadeira justiça vencerão os abutres interesseiros.³¹²

Em abril de 1992, Moreira criticou o então prefeito do Rio de Janeiro, Marcelo Alencar, por um comentário que fez no *Jornal do Brasil*, no qual citou o nome de Edir Macedo. Alencar censurou o governador de seu estado Leonel Brizola, dizendo que ele estava achando que seus aliados políticos eram seus vassalos. Para tal declaração, usou a metáfora de que o

³¹⁰ *Diário da Câmara dos Deputados*, Brasília, p. 20409, 21 out. 1991.

³¹¹ *Diário da Câmara dos Deputados*, Brasília, p. 3662, 12 abr. 1991.

³¹² *Diário da Câmara dos Deputados*, Brasília, p. 16406, 11 jul. 1992.

governador do Rio não era Bispo Macedo. Moreira sentiu-se ofendido com tal comparação por entender que foi utilizada no sentido pejorativo, dando uma “conotação de adoração à pessoa do bispo por seus seguidores”.³¹³

A Polícia Federal voltou a pedir a prisão preventiva de Edir Macedo em novembro de 1992, o que causou revolta a Luiz Moreira. Na tribuna da Câmara, o deputado iurdiano fez uma longa defesa de seu líder religioso, enfatizando novamente que todas as acusações dirigidas a Macedo eram fruto de perseguições motivadas por interesses escusos. Para tanto, leu uma matéria de jornal, sem citar a fonte, na qual há uma defesa explícita desta posição.

Corre um processo na 18ª Vara Criminal do Rio de Janeiro desde 1989. Acusa-se, mais uma vez, o líder da Igreja Universal do Reino de Deus de "charlatanismo e curandeirismo". Os velhos chavões de sempre e o próprio povo sabe que não há nenhuma cura por parte das pessoas e que as promessas são bíblicas. Quem cura é Jesus e Macedo, por sua Igreja, estimula as pessoas a terem fé. A acreditarem nas promessas e a confiarem em Deus. Aliás, isto não é prerrogativa da Igreja Universal do Reino de Deus, mas de todas as religiões e crenças que existem no Brasil. Só que o único que vai às barras do tribunal é Edir Macedo.³¹⁴

Muito provavelmente esta matéria foi publicada em um dos meios midiáticos à disposição da Igreja Universal. No texto da mesma atribui-se a decretação da prisão preventiva de Macedo a uma arbitrariedade, pois o mesmo, não teria ido a um depoimento a que fora convocado por questões de saúde e enviou um laudo para comprovar a impossibilidade. Mesmo diante da justificativa, o juiz teria decretado sua detenção provisória e como o bispo iurdiano estava nos Estados Unidos, cogitara a necessidade de pedir auxílio da Interpol para detê-lo em solo norte-americano. Os problemas da Igreja Universal do Reino de Deus com a justiça federal já vinham do início da década de 1980. Dentre os documentos analisados para esta pesquisa, foi encontrada uma denúncia anônima que acusava o Bispo Macedo de estar contrabandeando produtos dos Estados Unidos para o Brasil.

³¹³ *Diário da Câmara dos Deputados*, Brasília, p. 7174, 23 abr. 1992.

³¹⁴ *Diário da Câmara dos Deputados*, Brasília, p. 25329, 27 nov. 1992.

A Polícia Federal recebeu uma carta informando que Edir Macedo e outro membro da IURD, o pastor José Cabral Vasconcelos, considerado o teólogo da IURD, estariam trazendo para o Brasil equipamentos eletrônicos para usar em suas igrejas e teriam ido à Nova York várias vezes apenas com esta finalidade. Além disso, também foi relatado que o endereço usado para informar a sede da igreja nos EUA era falso. Pouco tempo depois e por conta das informações relatadas, foi aberto na Delegacia da Polícia Fazendária um processo contra Macedo e Cabral. Na missiva, ainda havia a ameaça de que se atitudes não fossem tomadas, o mesmo iria levar a questão diretamente ao então presidente João Figueiredo.

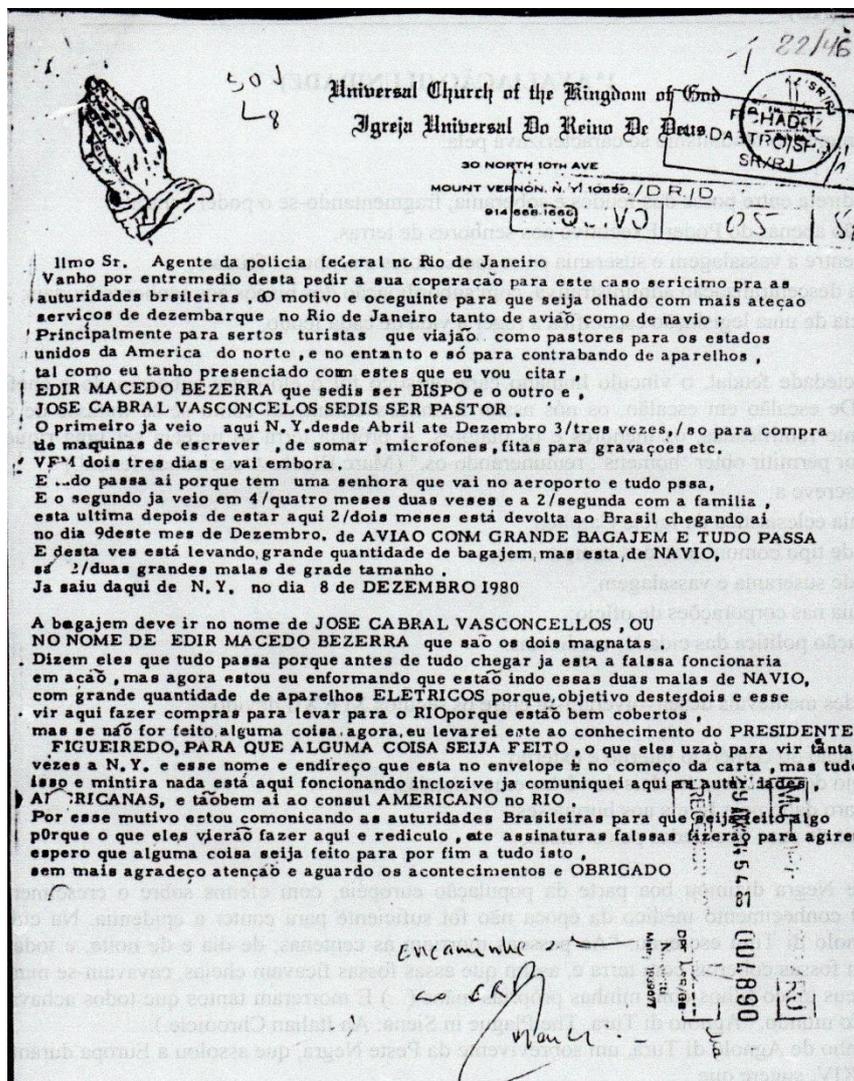


Imagem 6 – Carta anônima contra IURD enviada à Polícia Federal

Destaca-se no documento também a escrita, que estava recheada de erros gramaticais, o que parece demonstrar que a pessoa que a escreveu tinha uma baixa escolaridade ou fazia tempo não redigia em português. Para saber tantos detalhes sobre a situação da igreja, ela provavelmente deveria morar em território norte-americano. A correspondência foi escrita com o papel da própria Igreja Universal, o que também faz crer que seu autor tinha acesso ao grupo.³¹⁵ (ver imagem 6)

Luiz Moreira voltou à tribuna para defender a Igreja Universal do Reino de Deus quase dois anos após a última intervenção, em 1992. Nesta ocasião, a *Veja* tinha publicado uma reportagem na qual o ex-pastor Mario Justino afirmava, entre outras acusações, ser a homossexualidade uma prática corrente na IURD, e que ele havia contraído o vírus HIV dentro da igreja.³¹⁶ Mário Justino foi expulso do grupo no início da década de 1990, pelo próprio Bispo Macedo, quando sua doença se tornou pública. Em 1995, ele lançou um livro denunciando as irregularidades que seriam praticadas no grupo e dando informações financeiras sobre a sua expansão. Justino se considerava uma vítima de Edir Macedo a quem culpava pela sua decadência física e moral.³¹⁷

Em 23 de novembro de 1994, Luiz Moreira foi à tribuna para “esclarecer” um comentário feito pelo jornalista Boris Casoy que disse no programa de televisão TJ Brasil haver no país uma bancada evangélica. Moreira rebateu o tom contestador utilizado por Casoy e defendeu a existência da bancada, a qual, na sua visão, ainda não existia pela falta de unidade partidária dos deputados, mas que deveria ser formada na próxima legislatura para defender os interesses dos evangélicos brasileiros:

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, seria muito proveitoso termos nossa bancada. Pode ser até uma evolução para o futuro, pois assim, obteríamos a força de decisão em muitos temas, principalmente naqueles em que a calúnia, a perseguição, as críticas infundadas e injustas seriam refutadas. Nesses particulares, vivenciamos esses fatos.

Com a chegada da nova Legislatura, esperamos poder reunir evangélicos das várias denominações que tomaram posse como Deputados e aí, sim, fazer uma verdadeira bancada. Desta maneira, assumiríamos o papel de bancada evangélica. Garanto que ela se pautaria dentro dos princípios de luta, lisura e defesa da liberdade religiosa, prevista inclusive em nossa Constituição.³¹⁸

³¹⁵ Arquivo do Núcleo de Estudos sobre o Regime Militar (NERM). Salvador - Bahia

³¹⁶ Templo pecaminoso. *Veja*, São Paulo, p. 16, fev. 1994, p. 24. Edição 1327.

³¹⁷ JUSTINO, Mario. *Nos bastidores do reino: a vida secreta na Igreja Universal do Reino de Deus*. São Paulo, Geração Editora, 1995, p. 48.

³¹⁸ *Diário da Câmara dos Deputados*, Brasília, p. 14201, 23 nov. 1994.

O deputado Valdemar Costa Neto (PFL-SP) foi questionado por Luiz Moreira em agosto de 1996 por causa da declaração que fez insinuando o envolvimento da Igreja Universal com ilicitudes. No dia sessão de 13 de agosto de 1996, Costa Neto acusou o então ministro das Comunicações, Sérgio Motta, de favorecer a IURD em troca de apoio na candidatura de Jose Serra à prefeitura de São Paulo. Fernando Henrique Cardoso teria oficializado, por conta deste acordo, a transferência da TV Record do Rio de Janeiro (RJ) e da TV Cabrália, da cidade de Itabuna (BA). Além destas benesses, teria se garantido também o emperramento dos processos que envolviam a Igreja Universal junto a Polícia Federal, Receita Federal e Banco Central.³¹⁹ O jornal *Folha de S Paulo* citou ainda a promessa de participação da igreja no governo, ocupando a pasta da assistência social, caso Serra fosse eleito.³²⁰ O deputado iurdiano rebateu as acusações de Mota, afirmando a legalidade na realização das transferências das emissoras e a inocência de seu grupo religioso no que tange aos processos em curso nos citados órgãos federais.³²¹

A negociação de votos que garantiram a quebra da estabilidade do servidor, em discussão na Câmara Federal, a qual foi uma denúncia realizada pelo jornal *Folha de S Paulo*, colocou o nome da IURD na cena pública novamente e fez Luiz Moreira sair em sua defesa, em julho de 1997. Segundo a reportagem, cinco deputados iurdianos modificaram seus votos em cima da hora, por conta da promessa da igreja se livrar da multa de aproximadamente 98 milhões de reais dada pela Receita Federal, em razão da sonegação de impostos.³²² Moreira negou a realização de qualquer tipo de acordo feito com o governo para aprovação da matéria, dizendo, ao mesmo tempo, que a IURD iria lutar, através de outros meios, contra a condenação ao pagamento da multa.³²³

As questões relativas ao município de Salvador foram também objeto das falas de Moreira na Câmara Federal. Em setembro de 1997, ele condenou a ação da prefeitura de Salvador por ter autuado tempos evangélicos desrespeitadores da lei de poluição sonora. Teria enviado ao executivo municipal, como represália a tal ação, um fax afirmando ser a lei inexistente na capital baiana e prometendo tomar medidas no sentido de coibir tal prática. A votação da lei de Meio Ambiente, que estava em tramitação na Câmara Federal também foi citada em seu discurso:

³¹⁹ *Diário da Câmara dos Deputados*, Brasília, p. 22604, 14 ago. 1996.

³²⁰ Universal faz acordo para apoiar Serra. *Folha de S Paulo*, São Paulo, p. 1, 7 ago. 1996.

³²¹ *Diário da Câmara dos Deputados*, Brasília, p. 22822, 15 ago. 1996.

³²² Lúcio Val e Fernando Rodrigues. Ministros negociam voto com Universal. *Folha de S Paulo*, São Paulo, p. 7, 10 jul. 1997.

³²³ *Diário da Câmara dos Deputados*, Brasília, p. 19448, 10 jul. 1997.

Tomamos providências contra a pessoa do Secretário de Planejamento, através de fax, demonstrando a ele a existência da lei, dizendo-lhe que iríamos procurar o Sr. Prefeito de ofício, o Dr. Antônio Imbassahy, tão logo retorne a Salvador, porque ele está na Europa. Fomos eleitores dele, somos do seu partido e não queremos nenhuma preferência, apenas que a lei seja cumprida.

Talvez tivessem ouvido falar da lei que tramita nesta Casa sobre proteção ambiental, para a qual estamos nos mobilizando contra certos artigos, principalmente o 66 e o 67. O Sr. Ministro do Meio Ambiente disse aqui que esses artigos não alcançavam os templos evangélicos; ele passa, vai embora, vai se candidatar a um cargo eletivo, mas a lei fica, e aqui está a demonstração de que não está sendo cumprida.

Sr. Presidente, isso é um absurdo. Vamos nos insurgir contra essa arbitrariedade, essa discriminação e para isso estamos apenas aguardando que o Prefeito Antônio Imbassahy retorne a Salvador para as providências devidas. Não podemos aceitar discriminação nem perseguição. Queremos especificamente justiça.

³²⁴

Este episódio demonstra como as demandas da Igreja Universal se sobrepunham muitas vezes às do interesse partidário. Mesmo sendo aliado de Imbassahy, Moreira se posicionou abertamente contra a medida adotada pela prefeitura de Salvador. Também citou, como uma forma de respaldar sua posição, o projeto de lei ambiental, que estava em votação na Câmara Federal. Este tinha como objetivo funcionar como um instrumento legal para regular as atividades relacionadas ao meio ambiente, tais como desmatamento, poluição, caça e pesca predatória. Um de seus artigos legislava sobre a poluição sonora, prevendo punição para grupos religiosos que ultrapassassem o limite permitido pela futura lei. Os pontos que os evangélicos consideravam prejudiciais foram posteriormente vetados pelo governo federal através de uma medida provisória, depois de muita pressão da imprensa e da bancada evangélica.³²⁵

No início de 1998, o deputado Paulo Paim (PT-RS) elaborou um projeto no qual estabelecia uma distância mínima para o estabelecimento de templos evangélicos.³²⁶ Diante de uma reação negativa dos evangélicos brasileiros que viram no projeto um ataque a seus interesses religiosos, Paim voltou atrás. Disse que quando o elaborou, pensava atender uma demanda da própria comunidade evangélica e ao perceber que esta não desejava este pleito,

³²⁴ *Diário da Câmara dos Deputados*, Brasília, p. 28540, 16 set. 1997.

³²⁵ *Folha Universal*, Rio de Janeiro, p. 1 a, 22 fev. 1998.

³²⁶ O projeto determinava que templos de diferentes cultos religiosos deveriam se situar a pelo menos 200 metros de distância uns dos outros.

desistiu de sua iniciativa.³²⁷ Luiz Moreia louvou a decisão de Paulo Paim, observando que a aprovação de tal projeto representaria um entrave para o crescimento evangélico no país.³²⁸

Outro grupo de pronunciamentos do deputado Luiz Moreira estava voltado, tal como visto em relação às outras esferas do legislativo, para o rendimento de homenagens a personalidades evangélicas, datas significativas para o grupo ou outras atividades a ele relacionadas. Homenagens ao jornal *Folha Universal*, ao Bispo Marcelo Crivella, ao Projeto Nova Canaã, ligada diretamente a IURD, mas também à Igreja Tabernáculo Evangélico de Jesus ou a Igreja do Evangelho Quadrangular, pertencentes ao campo pentecostal.³²⁹

Entre os projetos lançados pelo deputado Luiz Moreira, foi encontrado apenas um ligado a demandas evangélicas, o PL 172/1999, o qual dispunha “sobre as Restrições ao Uso e à Propaganda de Produtos Fumíferos, Bebidas Alcoólicas, Medicamentos, Terapias e Defensivos Agrícolas”, alterando a legislação então vigente que tratava sobre as condições de comercialização e uso de drogas. O projeto de Moreira determinava a proibição do fumo em voos comerciais domésticos ou internacionais e nos veículos de transporte coletivo rodoviário, ferroviário e metroviário. Outro projeto também versou sobre um tema comumente associado às discussões evangélicas no parlamento, o aborto, mas a abordagem adotada pelo deputado diferiu completamente do que seria esperado do conservadorismo moral que marcou a atuação da maioria da bancada evangélica. Em 1992, o deputado federal baiano Luiz Moreira encaminhou ao Congresso Nacional um projeto de lei que autorizava a interrupção da gravidez até a vigésima quarta semana nos casos em que o feto fosse portador de graves e irreversíveis anomalias físicas e mentais:

O presente projeto de lei tem como finalidade determinar as condições próprias que devem obedecer o princípio da interrupção da gravidez até a 24^a (vigésima quarta) semana, sempre precedida de parecer médico e consentimento formal da gestante, do cônjuge ou responsável legal e seja realizada em instituição hospitalar pública ou privada, em condições satisfatórias as necessidades básicas do procedimento de interrupção da gravidez.

Outrossim, coíbe, os procedimentos de interrupção de gravidez, feitas sem quaisquer critérios e, às vezes, por profissionais não especializados, em locais impróprios e com sérios riscos de vida para a gestante.³³⁰

³²⁷ *Diário da Câmara dos Deputados*, Brasília, p. 7819, 26 mar. 1998.

³²⁸ *Diário da Câmara dos Deputados*, Brasília, p. 7819, 26 mar. 1998.

³²⁹ *Diário da Câmara dos Deputados*, Brasília, p. 4269, 7 mar. 2001; p. 38567, 22 ago. 2001; p. 38570, 22 ago. 2001; p. 11265, 22 jul. 1994; e p. 58195, 14 nov. 2001.

³³⁰ *Diário do Congresso Nacional*, Brasília, p. 1851, 28 jan. 1993.

A admissão do aborto nos casos especiais já representava um significativo avanço se comparado à opinião de alguns deputados evangélicos da Constituinte de 1988, os quais ficaram conhecidos pelas observações polêmicas que fizeram a respeito do tema. Possivelmente, a visão médica da questão prevaleceu sobre a visão religiosa. O fato é que mesmo esta pequena concessão de Moreira foi questionada pelos grupos mais conservadores. Um dado que comprova esta reação foi sua inclusão numa lista de supostos promovedores do aborto, que incluíam também o deputado José Genuíno, Marta Suplicy e outros deputados que legislavam contra a visão defendida pelo grupo de que o aborto deveria ser proibido em todos os casos.³³¹ Sua atuação diferenciada nesta questão, entretanto, foi apenas uma exceção na sua trajetória política de defensor iurdiano no Congresso Nacional.

Milton Barbosa

Ao assumir seu segundo mandato em agosto de 1992, Milton Barbosa deu continuidade a sua trajetória de representante da Assembleia de Deus no Congresso Nacional. Barbosa conseguiu a suplência nas eleições de 1990, mas voltou à Câmara Federal para substituir o deputado Eraldo Tinoco, que fora convocado para assumir a vaga de Ministro da Educação do Governo de Fernando Collor de Melo. Ao longo da década de 1990, assumiu de forma descontínua o cargo, pois também nas eleições de 1994 e 1998, conseguiu apenas se tornar suplente. Os períodos em que exerceu a função foram: de 6 de agosto a 5 de outubro de 1992, de 23 de março a 4 de abril de 1994, de 2 a 31 de janeiro de 1995, 6 de janeiro de 1999, de 21 de novembro a 5 de dezembro de 2000, de 7 de dezembro de 2000 a 27 de março de 2002.³³² Isto de certa forma se refletiu em uma atuação mais limitada na defesa dos interesses religiosos do seu grupo.

Outra questão que marcou sua vida política foi o seu envolvimento nos escândalos de corrupção que marcaram a bancada evangélica na Constituinte. Há a possibilidade de que não tenha conseguido se reeleger em 1990, como outros deputados evangélicos na mesma situação, por conta das máculas a sua reputação conseguida na legislação anterior. Fato é que se elegeu, nas eleições de 1986, deputado federal constituinte com 36.698 votos e nas eleições de 1990 e 1994 sofreu um significativo decréscimo. Em 1990, a imprensa fez questão de

³³¹ Ricardo Amorim. Ativistas antiaborto ofendem deputado. *Folha de S Paulo*, p. 6, 4 dez. 1996.

³³² Milton Barbosa – PSC-BA. Disponível em <http://www2.camara.leg.br/deputados/pesquisa/layouts_deputados_biografia?pk=74337&tipo=1>. Acesso em 20/06/2017.

relembrar a acusação que teria sofrido de ter realizado desvios na fundação Educar, em 1988. Por conta disto, seus adversários teriam se utilizado deste fato para disputar os eleitores de Barbosa:

"O deputado Milton Barbosa é um irmão a serviço de Deus", costuma repetir diariamente o locutor da rádio cruzeiro, da Assembleia de Deus. O recado tem endereço certo: os 100 mil fiéis-eleitores pentecostais da Bahia, que procuram esquecer um fato constrangedor para a igreja, em 1988, o pefelista Barbosa foi acusado de ter desviado recursos da Fundação Educar. Outros dois candidatos pentecostais, o assembleista Neemias Reis (PFL) e o universalista Luis Moreira (PRN), não se mostraram dispostos a perdoar o colega - "vou atrair para mim os votos do irmão parlamentar", assegura o pastor e empresário Reis, responsável pela construção gratuita de 47 templos no estado.³³³

Em seu primeiro discurso no Congresso após seu retorno, em 1992, fez questão de reafirmar o seu compromisso com as diretrizes políticas de seu líder Antonio Carlos Magalhães, além de sua posição de "político de Cristo":

Não desmerecerei a seriedade com que o Ministro Eraldo Tinoco vinha exercendo o seu mandato de Deputado Federal. Serei autêntico e me posicionarei de modo a não comprometer o meu próprio nome, sobretudo porque sabe o povo do Estado da Bahia dos meus compromissos para com Deus, para com o Evangelho de Nosso Senhor Jesus Cristo, para com as Escrituras Sagradas e para com a moral e a ética que se fundamentam nos ensinamentos do próprio Cristo. [...]

Sou, Sr. Presidente, um homem simples. Vivido e experimentado em lutas que se alongam em anos. Sou um que se alinha ente os pregadores da Palavra de Deus. E minha palavra pessoal há de estar sempre em consonância com aquela Palavra Sagrada, na qual o sim é sim e o não é não, "pois o que passa disto é de procedência maligna".³³⁴

Já em setembro de 1992, Milton Barbosa pronunciou um longo discurso condenando um fenômeno que definiu como a "proliferação de videntes no pai", questionando, sobretudo, a influência destes no cenário político por conta de seu uso por representantes de todas as esferas. O julgamento de Barbosa foi a partir de uma perspectiva cristã, condenando tal prática e utilizando-se do texto bíblico para justificar sua posição:

A Bíblia condena consulta a adivinhos, espíritos dos mortos, cartas e números. Esclarece, claramente, que "basta a cada dia o seu mau", não devendo o futuro ser objeto de maiores especulações.

Assim, deixo esta palavra como um alerta contra os rumos que podem esperar o Brasil, se continuarmos sendo orientados por cartomantes, adivinhos, magos e pais-de-santo.³³⁵

³³³ Desvio. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, p. 4, 17 jun. 1990.

³³⁴ *Diário do Congresso Nacional*, Brasília, p. 18085, 12 ago. 1992.

³³⁵ *Diário do Congresso Nacional*, Brasília, p. 20056, 3 set. 1992.

Barbosa, ao rejeitar o uso de “cartomantes, adivinhos, magos e pais-de-santo”, expressava uma longa tradição de boa parte do protestantismo à condenação de práticas consideradas mágicas. Em seu livro “A Religião e o Declínio da Magia”, Keith Thomas descreve as transformações nas formas de expressão religiosa que ocorreram na Inglaterra dos séculos XVI e XVII. Baixa expectativa de vida, má alimentação, técnicas médicas inexistentes se comparadas à medicina atual que atingiam quase que da mesma forma pobres e ricos são as principais características da Inglaterra neste período. Incêndios também representavam um perigo bastante frequentes nos séculos XVI e XVII. “Assim, a pobreza, a doença e a catástrofe súbita eram características do meio social deste período”.³³⁶ Diante das condições precárias de existência, o jogo e o consumo excessivo de bebidas alcoólicas era prática comum entre os pobres do período. É neste contexto que o autor tenta explicar as mudanças operadas no prescrito, mas também no vívido dos grupos religiosos estudados.

A magia durante a Idade Média era aceita pela Igreja Católica, pois incorporar a tradição dos milagres foi uma forma eficaz de garantir seu monopólio sobre o sagrado. Esta atitude foi acompanhada também da inclusão de muitas práticas “pagãs” durante o período de construção do catolicismo.

A grande dificuldade provinha da notória presteza dos primeiros líderes cristãos em assimilar elementos do antigo paganismo em suas práticas religiosas, em vez de esporem um conflito demasiado flagrante entre as duas opções no espírito dos novos convertidos. O culto às fontes, árvores e pedras não foi abolido, mas modificado, transformando sítios pagãos em sítios cristãos e associando-os a um santo, em vez de uma divindade pagã. As festas pagãs foram igualmente incorporadas ao ano eclesiástico. O Ano Novo tornou-se a Festa da Circuncisão, o May day, virou o dia de São Felipe e São Tiago, a Noite do Solstício de verão passou a ser o Nascimento de São João Batista.³³⁷

Thomas observa que existiam diferenças entre as preces, atitude marcadamente ligada à religião, e o encantamento, este termo mais ligado à magia. “A diferença entre as preces de um religioso e os encantamentos de um mago era de que apenas estes pretendiam funcionar automaticamente; uma prece não tinha certeza do êxito e não seria atendida se Deus não quisesse concedê-la”.³³⁸ No entanto, reconheceu que as distinções entre atitudes mágicas e

³³⁶ THOMAS, Keith. *Religião e o declínio da Magia. Crenças populares na Inglaterra, séculos XVI e XVII*. São Paulo, Companhia das Letras, 1991, p. 28.

³³⁷ THOMAS, Keith. *Religião e o declínio da Magia*, p. 52.

³³⁸ THOMAS, Keith. *Religião e o declínio da Magia*, p. 47.

atitudes religiosas eram bastante tênues, tendo a maioria da população moderna herdado essas práticas:

Os magos rurais da Inglaterra Tudoriana não inventaram seus encantamentos: herdaram-nos da Igreja medieval, e suas fórmulas e rituais eram produtos em grande parte derivados de séculos de doutrinação católica. Pois, além das preces oficialmente aprovadas, existia um grande repertório de encantamentos semi-cristão, maciçamente baseado em fórmulas eclesiásticas.³³⁹

O que diferenciava a magia praticada pela Igreja Católica da magia praticada pelas outras religiões era muito menos o resultado prático, mas a autoridade que estava autorizada a julgá-las como tal. Talvez, por isso o surgimento e organização do protestantismo tenham “obrigado” as lideranças católicas a acelerar o processo de depuração destas práticas, processo este que já vinha sendo realizado desde a Idade Média, mas que diante da eclosão do movimento protestante recebeu um novo impulso. Isto porque este surge como uma nova autoridade (externa à Igreja Católica) a denunciar os “conflitos demasiado flagrantes” entre o discurso e prática de seus membros:

De todas estas diversas maneiras, os reformadores protestantes rejeitaram os poderes mágicos e os castigos sobrenaturais que haviam sido tão prodigamente invocados pela Igreja medieval. Na mitologia protestante, a Idade Média ficou famosa como a época das trevas, quando os sortilégios e encantamentos tinham se disfarçado de religião e a liderança nas atividades mágicas fora assumida pelo próprio clero.³⁴⁰

O protestantismo representava, então, uma tentativa de retirar os elementos mágicos da religião, diminuindo o papel dos rituais e dos objetos físicos com poder sobrenatural, seja para consagrações ou para exorcismo. Ao condenar o que chamou de gurus, Milton Barbosa, expressava a continuidade da tradição de negar a magia no seio protestante, como uma forma de se afastar, não apenas do catolicismo, mas de outros grupos religiosos “mágicos”. A ação de tais forças poderia ser tão negativo, na visão do deputado assembleiano, que ele terminou seu discurso alertando para os riscos que o país corria ao ser orientado por tais “gurus”.

O aumento do consumo de bebidas no país foi o tema abordado por Milton Barbosa em janeiro de 1995. No seu discurso, ressaltou a necessidade de combate tanto das drogas ilícitas, quanto das lícitas, chamando atenção para a necessidade de medidas efetivas para diminuir seu consumo, principalmente entre os jovens. Sugeriu que nas embalagens de bebidas fossem

³³⁹ THOMAS, Keith. *Religião e o declínio da Magia*, p. 48.

³⁴⁰ THOMAS, Keith. *Religião e o declínio da Magia*, p. 68.

colocadas propagandas similares às usadas nas embalagens de cigarros, alertando para os riscos do consumo de tais produtos.

Reginaldo Germano

Reginaldo Germano que chegou a Salvador, em 1997, para atuar como pastor, e se candidatou nas eleições de 1998 ao cargo de deputado federal pelo PMDB, com apoio da Igreja Universal do Reino de Deus.³⁴¹ Neste pleito, conseguiu apenas a suplência, mas acabou tomando posse já no ano seguinte, atuando como defensor dos interesses iurdianos na Câmara Federal entre os anos de 1999 e 2006. Reginaldo Germano se converteu à IURD em 1985, segundo seu próprio relato, ainda quando se encontrava preso, cumprindo pena por envolvimento com drogas. Nascido e criado no Rio de Janeiro, sua cidade natal, a partir do momento que entrou para a Igreja Universal e se tornou pastor, atuou em diversos estados brasileiros até chegar à Bahia, no final da década de 1990.³⁴²

Ao analisar a trajetória de Reginaldo Germano, foi possível perceber sua atuação em duas frentes no Congresso Nacional. Primeiramente, como “político de Cristo” que era, buscou representar os interesses da Igreja Universal; por outro lado, também se apresentou como defensor da “causa negra” na Câmara dos deputados, atuando mesmo como um militante do movimento negro, ainda que com viés evangélico. Esta segunda faceta da trajetória parlamentar de Germano será analisada no próximo capítulo. Por ora, será examinada a dimensão religiosa de seu mandato.

A primeira referência à Igreja Universal do Reino de Deus encontrada nos discursos de Germano ocorreu na sessão realizada em 8 de agosto de 2000, na qual foi realizada uma homenagem à IURD pela comemoração de seus 33 anos de fundação. Foi marcada pelo reconhecimento da igreja com reconstrutora de sua vida e responsável por seu mandato:

Na Igreja Universal pude criar meus filhos e até um neto.
Não estou aqui homenageando a Igreja Universal. Pelo contrário: Deus e a Igreja Universal é que me homenageiam. Quem sou eu para prestar-lhes qualquer homenagem? Na verdade, Deus me dá a honra de subir a esta tribuna para falar desse Jesus tão maravilhoso. [...]

³⁴¹*Folha Universal*, Rio de Janeiro, p. 5b, 6 set. 1998.

³⁴²*Diário da Câmara dos Deputados*, Brasília, p. 41326, 9 ago. 2000.

Um pastor teve muita paciência comigo, acompanhou-me e me orientou. Era aquele pastor que gruda em nosso pé e quer nos levar ao céu. Conteí também com a ajuda de um casal de obreiros velhinhos, em Rocha Miranda, que me cobrava reunião, vigília, culto da libertação. Pareciam meus pais. Essas pessoas me ajudaram a sair da lama. Hoje estou aqui. A Igreja e Jesus me fizeram Deputado Federal. A minha vida é só para servir.³⁴³

A sessão foi bastante concorrida, com a presença da bancada iurdiana em preso, além de fiéis e lideranças iurdianas, como Marcelo Crivella. Houve também uma presença expressiva de deputados evangélicos de outras denominações, entre os quais, o deputado Walter Pinheiro, que em seu discurso fez uma ampla homenagem à IURD, colocando-a no papel de vitoriosa, mesmo em face das diversas perseguições que teria sofrido ao longo de sua trajetória:

Amados irmãos, trazemos esta saudação à amada Igreja Universal do Reino de Deus, à esposa do Senhor, que estendeu as suas tendas, que viveu durante longo período neste País sob processo de perseguição. Mas prevaleceram os desígnios do Senhor, prevaleceu a ordem do Senhor: "Ide e pregai o Evangelho a toda a criatura".

Pudemos hoje comprovar os frutos do trabalho da Igreja Universal. Quantos viciados e drogados buscaram alternativas de vida e foram resgatados e reinseridos na sociedade a partir da possibilidade de um encontro com Cristo? O papel dessa amada igreja é evidenciado exatamente nesses depoimentos.

Esta sessão solene destina-se a homenagear os 23 anos da Igreja Universal do Reino de Deus. Mas a maior homenagem que se pode prestar é a de permanentemente louvar a um e somente um Senhor e Salvador capaz de promover as transformações. A Ele toda a honra e toda a glória.

Portanto, por essa marca que aqui estamos firmando, que possam ser cada vez mais estendidas as tendas.

Feliz a nação cujo Deus é o Senhor. Esse é o desafio do povo evangélico na face da Terra. As transformações não virão por meio dos homens. Ainda que possamos corrigir distúrbios e desvios por meio da intervenção política, as transformações plenas da sociedade, do caráter do ser humano, as transformações que almejamos serão objeto apenas da obra de nosso Senhor e Salvador Jesus Cristo.³⁴⁴

Elogios tão fortes ao papel religioso e social desempenhado pela Igreja Universal podem ser explicados não apenas pela ligação de Pinheiro com o segmento evangélico, mas também denotam a proximidade do Partido dos Trabalhadores, seu partido, com a própria IURD. No segundo turno das eleições de 2002, Pinheiro foi um dos coordenadores da frente evangélica a favor de Lula, atuando no segundo turno da campanha presidencial para garantir o apoio evangélico ao candidato petista.

³⁴³*Diário da Câmara dos Deputados*, Brasília, p. 41326, 9 ago. 2000.

³⁴⁴*Diário da Câmara dos Deputados*, Brasília, p. 41328, 9 ago. 2000.

Também em 2000, Germano saiu em defesa da Igreja Universal para pedir punição para o responsável pelo atentado contra um de seus templos no Rio de Janeiro. A bomba foi lançada em 18 de setembro de 2000 numa igreja localizada na zona Oeste de São Paulo e doze pessoas teriam ficado feridas no incidente. As lideranças iurdianas suspeitavam que o autor do crime fosse um tenente do Exército. A imprensa relatou na época que havia uma insatisfação dos vizinhos do templo com o barulho, o qual eles consideravam ser muito alto durante os cultos.

A Presidência da República, o Ministério do Exército e a Justiça têm obrigação de vir a público dar uma satisfação à sociedade brasileira, porque não existe instituição que recupere mais bandidos, mais drogados e mais marginais do que a Igreja Evangélica - sem qualquer ônus para o Governo.

Nós, evangélicos, trabalhamos em presídios, em hospitais, debaixo de viadutos e nas calçadas recuperando pessoas e devolvendo-lhes a auto-estima.³⁴⁵

Germano, em seguida, voltou a ressaltar o fato de que o trabalho social exercido pela igreja era realizado sem o apoio financeiro do governo e cobrou satisfações das Forças Armadas e da Justiça.

Em 2001, Reginaldo Germano lutou pela liberação de verbas para a construção da sede da Associação Beneficente Cristã, em Salvador. Como o jornal *Folha Universal* funcionava como uma espécie de boletim político dos deputados iurdianos, a ação de Germano foi destacada.³⁴⁶ Interessante notar que foi justamente a transferência indevida de recursos para ABC, que o levaram a ter problemas com a justiça. Em 2005, ele foi acusado de receber uma propina de R\$ 32 mil para fraudar a licitação para aquisição de ambulâncias destinadas a esta associação. Nas investigações que se seguiram ao caso foi constatado que a associação nem sequer dispunha de meios para utilizar o equipamento comprado.³⁴⁷

Outras ações que não visavam trazer algum ganho diretamente para a IURD ou a população evangélica também eram exaltadas na *Folha Universal*, provavelmente como uma forma de legitimar a atuação de seus representantes. Na matéria citada, foi exaltada a intercessão de Germano para atender a demanda do Sindicato dos despachantes da Bahia, o qual supostamente estaria sendo prejudicado por conta de um convênio firmado entre o

³⁴⁵ Bomba caseira explode no telhado de templo da Igreja Universal e deixa 13 feridos. *Folha de S Paulo*, Folha Vale, São Paulo, p. c6, 18 set. 2000.

³⁴⁶ Iara Maciel. Deputado luta pela construção da nova ABC, *Folha Universal*, Rio de Janeiro, p. 5b 21 out. 2001.

³⁴⁷ Mellyna Reis. Justiça condena ex-deputado da Bahia por envolvimento na Máfia das Ambulâncias. Disponível em <<http://noticias.ne10.uol.com.br/nordeste/noticia/2013/08/06/justica-condena-ex-deputado-da-bahia-por-envolvimento-na-mafia-das-ambulancias-435127.php>>. Acesso em 06/07/2017.

Departamento Estadual de Trânsito da Bahia (Detran) e uma empresa privada. Teriam os despachantes contado com seu apoio para resolver a questão. Ao mesmo tempo em que o título da reportagem "Deputado luta pela construção da nova ABC" enfatiza o caráter religioso de seu mandato, a legenda "O deputado federal pastor Reginaldo Germano atua constantemente em prol da capital baiana" aborda o seu desempenho parlamentar de uma forma geral.³⁴⁸

No ano de 2000, Germano realizou um curioso requerimento de informações ao Ministro da Educação, pedindo dados sobre a quantidade de faculdades, escolas de Ensino Fundamental, Ensino Médio e Escolas Técnicas no Brasil credenciadas no Ministério da Educação, que pertenciam ou eram administradas pela Igreja Católica. O deputado iurdiano alegou que objetivava apenas contribuir para estudo que ele estava realizando sobre a "Educação nos centros urbanos". Apesar da ausência de mais elementos para análise, uma vez que o pedido foi arquivado, causa estranheza este tipo de solicitação, tendo em vista a rivalidade existente entre iurdianos e católicos no campo religioso.³⁴⁹

Também em 2001, Reginaldo Germano fez uma indicação ao poder executivo solicitando a criação de centros de tratamento e recuperação de dependentes de drogas em todo o país. Justificou seu pedido, não por razões religiosas, mas a partir de uma visão social, alertando para o aumento dos casos de envolvimento com drogas e a necessidade do Estado criar uma rede de apoio para as pessoas que desejem abandonar a dependência. Qualquer medida relacionada com o uso de drogas foi considerada neste trabalho como uma demanda dos políticos evangélicos, todavia é necessário ressaltar que a motivação de Germano pode ter também motivos pessoais, uma vez que ele mesmo confessou ter se envolvido com o consumo e o tráfico de drogas.

Outro fato marcante na atuação de Germano foram os diversos confrontos que teve com o seu colega da bancada baiano, o deputado Luiz Alberto (PT), por discordâncias quanto à visão que tinham da relação da Igreja Universal do Reino de Deus com as religiões afro-brasileiras. Em vários momentos no Congresso Nacional a questão veio à tona, pois o deputado petista julgava que a IURD utilizava-se de seu poder econômico e midiático para atacar o povo de santo.³⁵⁰ Nesses momentos, Germano saía em defesa do seu grupo. Havia

³⁴⁸ Iara Maciel. Deputado luta pela construção da nova ABC, *Folha Universal*, Rio de Janeiro, p. 5b 21 out. 2001.

³⁴⁹ *Diário da Câmara dos Deputados*, Brasília, p. 33962, 24 jun. 2000.

³⁵⁰ *Diário da Câmara dos Deputados*, Brasília, p. 47493, 4 out. 2001; p. 25726, 23 mai 2002; p. 25725, 22 mai 2002.

ainda o fato de que ambos participavam do grupo na Câmara Federal que lutava por melhores condições para a população negra, mas tinha diversas divergências quanto a melhor forma de atuação para conseguir tal intento. Mas estas e outras questões ligadas à trajetória de Germano no Congresso Nacional foram objeto do próximo capítulo.

Por ora pode-se concluir que tal como nos espaços institucionais analisados anteriormente, a presença dos parlamentares evangélicos teve como principal marca a representação dos interesses de seus grupos religiosos, utilizando-se dos espaços possíveis para dar visibilidade a suas igrejas, assim como conseguir benesses através de projetos de lei. As concorridas sessões de homenagem ao dia da Bíblia se juntaram aos encontros para oração, já tradicionais desde o período da Constituinte.

Tabela 4 - Votação dos deputados federais evangélicos (1986 – 1998)

DEPUTADO FEDERAL	1986	1990	1994	1998
CELSO DOURADO	40822	-	-	-
MILTON BARBOSA	36698	≈16774	26908	31635
ERALDO TINOCO	32170	46708	56318	150195
LUIZ MOREIRA	-	22057	42066	71289

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral.

CAPÍTULO V - PARTE I - MOVIMENTO NEGRO EVANGÉLICO: O CASO REGINALDO GERMANO

Este capítulo pretende analisar a presença evangélica no espaço público institucional, a partir do exame da trajetória parlamentar do deputado federal Reginaldo Germano (1999-2007), tendo como fontes principais o material legislativo produzido pelo deputado, além de jornais e revistas do período de sua atuação como legislador. Reginaldo Germano teve sua atividade parlamentar marcada pela busca de melhorias das condições de vida do povo negro, assumindo dentre outras bandeiras ligadas à causa a condição de relator do Projeto de Lei do Estatuto da Igualdade Racial. Através da análise parlamentar de Germano, é possível pensar a forma como se constituiu historicamente a relação entre o protestantismo, em especial, o pentecostalismo e neopentecostalismo, e as questões raciais. Objetiva-se, a partir da construção do seu perfil social e político, discutir a construção de uma identidade negra neopentecostal, conflitante, todavia, com a sua postura de negação de diversos elementos da cultura de origem africana, ao mesmo tempo em que se forjam também novas identidades do ser negro.

A identificação do que Reginaldo Germano teve de extraordinário assim como o que ele teve de típico será o objeto de análise deste capítulo. Banal porque outros deputados negros como ele também pautaram sua atividade parlamentar objetivando atender as demandas ligadas a questões raciais. Extraordinário por sua condição de membro da Igreja Universal do Reino de Deus e deputado eleito com o apoio desta instituição religiosa. Esperar-se-ia, por isso, uma atuação meramente voltada para servir os interesses da IURD. A vida de Reginaldo Germano nos faz pensar sobre o grau de autonomia e complexidade que está presente nas ações dos sujeitos sociais, a despeito de sua vinculação às estruturas econômicas, sociais, políticas e religiosas. Reacionário em diversos aspectos, Germano conseguiu ser bastante progressista em outros, tornando mais complexos conceitos como Direita, Movimento Negro, neopentecostalismo, Igreja Universal.

Busca-se neste estudo o diálogo com a micro-história, ao usar a ideia de escala que talvez seja um dos conceitos mais importantes deste novo “método” ou forma de “abordagem” historiográfica; e ao pretender ver a Igreja Universal do Reino de Deus e o neopentecostalismo, a partir de Reginaldo Germano, como uma forma de compreendê-los

melhor, em suas contradições, seu dinamismo, suas não adequações a um modelo. É talvez a partir da análise do indivíduo que a História se mantém como uma ciência do vivido:

A micro-história tenta não sacrificar o conhecimento dos elementos individuais a uma generalização mais ampla, e de fato acentua as vidas e os acontecimentos individuais. Mas, ao mesmo tempo, tenta não rejeitar todas as formas de abstração, pois fatos insignificantes e casos individuais podem servir para revelar um fenômeno mais geral.³⁵¹

Na verdade, este estudo não pretende ser uma biografia de Reginaldo Germano, porque não tem sua vida toda como o fio condutor da análise. Não se aspira retratar a infância de Germano, os desafios que enfrentou em sua juventude ou percorrer os caminhos por onde passou na sua condição de pastor da Igreja Universal. O ponto fundamental desta análise será compreender a atuação de Germano em um determinado momento de sua vida e num cenário bastante determinado: o Congresso Nacional.

Deixar de reconhecer que este estudo não se pretende biográfico no sentido comumente adotado não significa fugir dos dilemas vivenciados quando se centra a construção de uma análise histórica na vida de um indivíduo. Mesmo sendo apenas um fragmento de vida do sujeito, ele pode cair no teleologismo, no sentido de que as ações dele possam parecer mais coerentes do que de fato foram:

Produzir uma história de vida, tratar a vida como uma história, isto é, como um relato coerente de uma sequência de acontecimentos com significado e direção, talvez seja conformar-se com uma ilusão retórica, uma representação comum da existência que toda uma tradição literária não deixou e não deixa de reforçar.³⁵²

Neste caso, há de se considerar o caráter das fontes utilizadas para este estudo como uma forma de relativizar as falas do sujeito, seja pela via indireta, seja quando decorrida dele mesmo, como no caso dos discursos parlamentares voltados para públicos determinados e com regras próprias:

O discurso parlamentar é voltado para uma multiplicidade de públicos. Ele é, em primeiro lugar, um momento do debate entre os pares, mas com frequência está dirigido também – ou mesmo precipuamente – para o público externo, seja ele a “opinião pública” em geral, seja um grupo específico. É quando o pronunciamento visa ser noticiado pela mídia comercial ou pela “Voz do Brasil”; atingir os ouvintes e espectadores dos órgãos da Casa, que transmitem as sessões ao vivo; ou mesmo

³⁵¹Giovanni Levi, “Sobre a micro-história”, In Peter Burke, *A escrita da história: novas perspectivas*, São Paulo, Unesp, 1992, p. 158.

³⁵²Pierre Bourdieu, *Economia das trocas simbólicas*, São Paulo, Perspectiva, 2005, p. 185.

ser divulgado pelo próprio parlamentar, por meio de sua mala direta. Cabe a cada deputada ou deputado definir qual é seu alvo (ou quais são os alvos) ao discursar. As temáticas que elegend indicam também as prioridades de seu mandato. Tais prioridades, porém, não nascem apenas de suas convicções ou inclinações; são determinadas de forma estratégica, tendo em vista as oportunidades abertas no campo e as chances de êxito na carreira política.³⁵³

Optamos, para a construção deste capítulo, por nos determos na observação dos discursos de Reginaldo Germano, apesar da análise da vida política no espaço legislativo poder ser realizada a partir da observação de uma série de outros documentos, projetos, moções, discursos e indicações. Entre as razões para esta escolha metodológica está a possibilidade de trabalharmos com todos os discursos que ele produziu ao longo do período que atuou como deputado (1999-2007), empreendendo uma análise mais aprofundada dos mesmos, que permite também pensar a presença das discussões sobre racismo ou o papel do negro na sociedade nestes discursos, comparando-as a outros deputados, como o petista Luis Alberto e Abdias do Nascimento, que vincularam sua atuação política à questão negra ou ao movimento evangélico. Além disto, os discursos nos remetem ao todo da atividade parlamentar, uma vez que neles também aparecem as indicações, projetos, comissões, disputas entre deputados, referências a notícias publicadas em jornais, revista, televisão. Trata-se de um material riquíssimo para a construção do perfil de um parlamentar.

Militante negro de cristo

Durante a visita à Salvador de um pastor e senador do Partido Democrata, líder do movimento negro e ex-candidato à presidência dos EUA, o vereador iurdiano Alexandre Bittencourt Madureira fez um interessante comentário a respeito do preconceito racial e religioso na Bahia:

Depois de passar pelo Rio e São Paulo, o pastor Jesse Jackson, senador do Partido Democrata, líder do movimento negro e ex-candidato à presidência dos EUA, foi para Salvador (BA), onde participou de um almoço oferecido pelo Movimento Negro e de uma reunião com o governador Paulo Souto. Embora não conhecendo toda cidade, o senador ficou espantado com a diversidade religiosa da região. Jackson ainda teve a oportunidade de falar com o pastor e vereador Alexandre Bitencourt, da Igreja Universal, o qual lhe confessou que a maior discriminação no Brasil não é racial, mas a religiosa, principalmente contra os

³⁵³Luis Felipe Miguel e Fernanda Feitosa, O Gênero do Discurso Parlamentar: Mulheres e Homens na Tribuna da Câmara dos Deputados, *DADOS – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, Vol. 52, n° 1, 2009, p. 206.

cristãos que pregam o Evangelho de uma maneira aberta. Jesse Jackson mostrou-se disposto também a defender a causa dos evangélicos.³⁵⁴

Alexandre Bitencourt, ao entrar em contato com Jesse Jackson, ressaltou mais o suposto preconceito de que os evangélicos seriam vítimas na cidade, do que o tema que trouxe o próprio político norte-americano a terras baianas, que foi a discussões de questões pertinentes à causa negra. Talvez se a visita tivesse se dado dois anos depois e o contato de Senador Jackson fosse com outro pastor-político da Igreja Universal do Reino de Deus, as conclusões sobre a maior discriminação da população evangélica ou da população negra tivessem tomado rumo diferente. O outro membro a que este texto se refere é Reginaldo Germano, que, como foi visto anteriormente, chegou a Salvador para atuar como pastor em 1997, candidatando-se logo em seguida ao cargo de deputado federal.³⁵⁵

Reginaldo Germano se vestia com indumentárias africanas, fazia o discurso de movimento negro, mas operava a política sob a perspectiva Neoliberal, passando por partidos como o Partido do Movimento Democrático Brasileiro, Partido da Frente Liberal e Partido Progressista. Ligado ao Carlismo, como a maioria dos deputados iurdianos baianos³⁵⁶ e com posições políticas similares ao que se chamou Direita³⁵⁷, o dito deputado também se destacou na luta por direitos dos negros, tanto como relator da comissão que criou o Estatuto da Igualdade Racial, quanto por desenvolver uma atividade parlamentar voltada para a busca de melhores condições de vida da população negra. Em 2002, na avaliação realizada pelo Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (DIAP) sobre como se posicionaram os

³⁵⁴Entre evangélicos. *Folha Universal*, Rio de Janeiro, p. 7b, 15 dez. 1996.

³⁵⁵*Folha Universal*, Rio de Janeiro, p. 5b, 6 set. 1998.

³⁵⁶Quando a Igreja Universal do Reino Deus chegou à Bahia em 1980, Antonio Carlos Magalhães já havia ocupado os cargos de prefeito de Salvador (1967-1970) e Governador (1970-1974) (1979-1983) e o Carlismo estava plenamente estabelecido no Estado. A colaboração com este grupo político, demonstrada pelo apoio político dado em troca das “velhas” concessões que marcaram a política brasileira e baiana, foi a marca maior da atuação dos políticos iurdianos durante o período estudado. Os políticos da IURD também tiveram sua cota, se não na gestão do Carlismo, pelo menos na sua consolidação durante a década de 1990. Colaborações anteriores, como as realizadas pelo batista Clériston Andrade, já haviam marcado a relação entre poderes políticos baianos e evangélicos. Paulo Fábio Dantas Neto, *Tradição, autocracia e carisma: a política de Antônio Carlos Magalhães na modernização da Bahia (1954-1974)*, Belo Horizonte, Editora UFMG/Rio de Janeiro, IUPERJ, 2006, p. 280.

³⁵⁷A utilização dos termos direita e esquerda diante do clima de “pasteurização” política vivenciada nos últimos anos pode ser problemática, mas também pode ser em parte justificada pelo fato de que à época estudada os grupos se identificavam e eram identificados por tal designação. A Direita no Brasil reproduz muitos elementos que estão presentes neste segmento em outros países, como a preocupação com a defesa da lei e da ordem e a preservação dos interesses individuais, principalmente os de propriedade. A esquerda, aliado ao tema da busca de uma sociedade mais igualitária, tem sido mais “liberal” ao assumir como fazendo parte de suas bandeiras temas como a regulamentação da união civil homossexual, a descriminalização do aborto, legalização das drogas. Reginaldo Germano é um político de Direita apesar de seu interesse pela busca da igualdade racial, uma vez que o combate à desigualdade é um elemento pontual de seu mandato. Norberto Bobbio. *Direita e Esquerda: razões e significados de uma distinção política*, São Paulo, Editora UNESP, 2001.

deputados estaduais da legislatura 1999-2003, Reginaldo Germano foi qualificado como "ativista do movimento negro", apesar de também pautar sua atividade legislativa segundo os "interesses dos evangélicos".³⁵⁸ Esta dupla atuação pode ser em parte explicada pela sua própria condição "racial". Numa sociedade que estruturou suas relações raciais a partir da cor, Germano se incluía entre os indivíduos que mais estiveram em condições de ser vítima deste preconceito por se encontrar bastante próximo da suposta posição desfavorável na "escala racial brasileira", baseada na aparência. Aqui, o "preconceito de marca" forma que o sociólogo Oracy Nogueira utilizou para caracterizar as relações sociais marcadas a partir de características fenotípicas dos indivíduos, apresenta-se como o estruturador das relações raciais e Reginaldo Germano, com sua tez acentuadamente negra, representaria o polo negativo desta tão perversa escala racial.³⁵⁹

Por ter sentido na "própria carne" o preconceito, possivelmente o deputado se envolveu nesta luta e, ao lado da defesa dos interesses da Igreja Universal do Reino Deus, colocou a "causa negra" também como uma das pautas de reivindicações. Este caráter diferenciado foi aproveitado pelo próprio grupo religioso do qual o deputado fazia parte. Em várias edições do jornal *Folha Universal*, podem ser encontradas reportagens destacando a atuação do deputado na defesa de questões raciais; bem como na revista *Plenitude*, publicada pela IURD, encontramos discussões em torno das cotas. O próprio articulador político da Igreja Universal na época, Bispo Carlos Rodrigues, se pronunciou em relação ao tema:

Sou a favor da implantação da reserva de cotas de vagas. Infelizmente, como já era de esperar, os reitores estão contra a aprovação. Eles usam o argumento de que o cidadão negro vai para as instituições públicas e diminui [diminui] o nível intelectual da faculdade por estar desesperado. Não podemos aceitar esse tipo de argumento porque o dinheiro que serve para manter esses estabelecimentos são provenientes de arrecadação paga pelo povo de um modo geral. O dinheiro público deve ser usado para gerar oportunidade para os menos favorecidos, temos que combater esta injustiça através da política. A maioria dos políticos não entende os problemas sofridos pelos negros. Eles acham que não há racismo e isto somente entende quem sente na pele.³⁶⁰

"Somente entende quem sente na pele", muitos iurdianos sentiram tal preconceito, uma vez que a presença negra nos cultos desde sua fundação é algo que pode ser destacado, ao se observar a história da Igreja Universal do Reino Deus em Salvador. Embora não haja

³⁵⁸ DIAP. *Quem foi quem no Congresso nas matérias de interesse dos assalariados: 1999-2003*. Brasília, DIAP, 2002.

³⁵⁹ Nogueira, Oracy. *Tanto Preto, Quanto Branco: Estudo de Relações Raciais*. São Paulo, T.A. Queiroz., 1985.

³⁶⁰ *Entrevista: deputado Carlos Rodrigues, Revista Plenitude, Ano 23, 2004, n. 106, p. 13.*

informações mais precisas, uma vez que não existem pesquisas quantitativas sobre a IURD na cidade, a observação e os dados de alguns pesquisadores do tema constataam que grupo foi e continua sendo formado em sua maioria pelos “excluídos” da sociedade: pobres, mulheres e negros.³⁶¹

Evangélicos e cultura negra

O preconceito e a discriminação de práticas religiosas afro-brasileiras quase que coincidem com a presença de africanos escravizados na sociedade brasileira e o catolicismo, enquanto religião dominante durante a Colônia e o Império, assumiu um papel fundamental neste processo. Esta desqualificação das formas de religiosidade afro-brasileiras também foi mantida com a chegada dos protestantes no Brasil. A identificação das divindades do panteão africano como demônios e de Jesus como libertador desta condição apareceu nos discursos e na prática política de diversos grupos, tendo também desdobramentos no espaço político. Isto pode ser identificado, por exemplo, no discurso proferido pelo deputado federal assembleiano Milton Barbosa, que, em 1992, criticou na Câmara Federal a proliferação de magos pelo país, tomando como referencia suas próprias concepções religiosas.

Lamento a proliferação dos gurus em todo o País. Se há adivinhos é porque há clientela para estes. E, sem dúvida, há poderosos, em todos os níveis, que buscam conhecer a sorte e o futuro, como se isto fosse possível e necessário.

A Bíblia condena consulta a adivinhos, espíritos dos mortos, cartas e números. Esclarece, claramente, que "basta a cada dia o seu mau", não devendo o futuro ser objeto de maiores especulações.

Assim, deixo esta palavra como um alerta contra os rumos que podem esperar o Brasil, se continuarmos sendo orientados por cartomantes, adivinhos, magos e pais-de-santo.³⁶²

Quando o presidente Fernando Collor de Melo, envolvido num caso gravíssimo de corrupção, foi afastado do poder através de um processo de impeachment, líderes iurdianos que haviam se empenhado para elegê-lo nas eleições presidenciais de 1989 atribuíram sua queda ao fato do presidente ter se envolvido com o Candomblé:

³⁶¹Leonildo Campos, *Teatro, Templo e Mercado: uma análise da organização, rituais, marketing e eficácia comunicativa de um empreendimento pentecostal*, São Bernardo, Insto Met. Ens. Superior, 1996; Wilson Gomes, *Demônios ao fim do século. Curas, ofertas e exorcismo na IURD*, In: *Cadernos do CEAS*, CILVI, 1993; e Elizete da Silva, *Religião, identidade brasileira e Globalização*, Washington, Brasa, 1997, os dois últimos com suas pesquisas relacionadas ao campo religioso soteropolitano.

³⁶²*Diário da Câmara dos Deputados*, Brasília, p. 20056, 3 set. 1992.

Os “santos”, cujas estátuas eram mantidas por toda casa e até num suntuoso jardim de Collor, que tantas despesas deram com milionários “despachos”, não livraram seus “protegidos” do poço em que mergulharam.

Imaginaram estar recorrendo a Deus, mas na verdade, buscavam espíritos enganadores. Fernando Collor, jovem ainda, está no ostracismo. Se tivessem subido ao poder com a Bíblia, seu destino teria sido diferente.³⁶³

Interessante observar que lideranças assembleianas e iurdianas apoiaram Collor em 1989. É difícil não pensar numa dupla referência ao relacionamento que Collor manteve com a Magia, representada pela figura de mãe Diná, como uma forma de se abster da responsabilidade diante de suas anteriores opções políticas. Em todo caso, o que está posto é uma negação explícita de práticas ligadas às religiões afro-brasileiras e a apresentação do caminho da religião “legítima” como o único capaz de responder aos problemas enfrentados.

Quarto estado brasileiro a receber um templo da Igreja Universal, a Bahia, conhecida como “terra de todos os santos e todas as magias”, apesar da influência da cultura africana, vem se rendendo à força do trabalho e da evangelização...

Uma das principais características do povo baiano é a capacidade de exercitar a fé na busca de seus objetivos. Quando tomam conhecimento de que a causa de seus infortúnios é estritamente espiritual, procuram uma saída e acabam encontrando a solução em Jesus indo a um templo da IURD, onde um verdadeiro trabalho de libertação é realizado.³⁶⁴

Fruto de uma longa tradição cristã de discriminação a práticas religiosas afro-brasileiras, a Igreja Universal do Reino de Deus conseguiu acentuar mais ainda esta oposição a um dos elementos mais marcantes da presença africana na sociedade brasileira: a religiosidade “negra”. Este é um dos aspectos que mais contribuem para a dificuldade de se pensar em uma aproximação deste grupo religioso com entidades do movimento negro, uma vez que a afirmação da identidade negra tornou-se a palavra chave do movimento negro organizado e a defesa de sua religiosidade ocupou um papel fundamental na segunda metade do século XX.

Durante muito tempo, os padrões estéticos e comportamentais que predominaram na sociedade brasileira (cor, cabelo, roupas, acessórios), foram inspirados nos valores culturais das populações brancas. Para que o negro fosse aceito era necessário, na maioria das vezes, a incorporação desse modelo. Foi indispensável na construção do movimento negro organizado a valorização das práticas religiosas africanas, que muito contribuíram para a sua

³⁶³ RODRIGUES, Carlos. *A Igreja e o Social*, Rio de Janeiro, Gráfica Universal, 1998, p. 14.

³⁶⁴ UNIVERSAL, *Jubileu de Prata: 25 anos da Igreja Universal do Reino de Deus: Do coreto às catedrais*, Rio de Janeiro, Universal, 2003, p. 88.

sobrevivência física e espiritual, mas que durante o pós-abolição continuaram ocupando um papel inferiorizado na sociedade, reflexo de práticas racistas seculares.

Todavia, a despeito das dificuldades históricas de relacionamento entre o movimento negro e as igrejas protestantes, podem-se identificar nas últimas décadas do século XX algumas tentativas de aproximação, com o surgimento de iniciativas como O Movimento Negro Evangélico.

O Movimento Negro Evangélico contemporâneo começa a se formar na década de setenta e oitenta, onde surgem pessoas e organizações com o propósito de trabalhar a questão racial negra nas igrejas evangélicas. Em 1963 é criada a Comissão Nacional de Combate ao Racismo por iniciativa de um grupo de negros e negras metodistas de Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo e Rio Grande do Sul. Em 1985 a Igreja Metodista oficializa a Comissão Nacional de combate ao Racismo e cria a Pastoral de Combate ao Racismo. Em seguida, é criada a Comissão Ecumênica de Combate ao Racismo – CENACORA, com várias igrejas históricas. Neste mesmo ano, o pastor Rubens dos Santos, cria a comunidade Martin Luther King, em 1986 o pastor Rubens implanta a Igreja de Deus em Cristo no Brasil, a maior igreja pentecostal negra norte-americana. Nessa década surgem várias outras organizações: Associação Evangélica Palmares (1987), o Grupo Evangélico Afro-brasileiro (1988), o Coral de Resistência de Negros Evangélicos (1988), a Sociedade Cultural Missões Quilombo (1988), Capoeiristas de Cristos, Negros Evangélicos de Londrina, entre outros.³⁶⁵

Na Bahia, iniciativas semelhantes foram tomadas por um grupo de protestantes históricos liderados pelo ex-pastor batista Djalma Torres. Ele foi um dos principais responsáveis pela busca de um diálogo inter-religioso entre grupos evangélicos e afro-brasileiros, inclusive tendo participação ativa em eventos para discutir a temática. Em artigo para a revista *Tempo e Presença*, Torres comentou estas iniciativas:

Em 1988, houve um encontro sobre teologia cristã e religiões afro-latino-americanas e caribenhas. Foi um seminário extremamente positivo porque o pessoal do candomblé nos provocou assim: “Quando vocês nos chamam para uma reunião como essa, se colocam em uma posição de superioridade. A teologia cristã é boa e nós não valem nada. Se tivermos que manter um diálogo, temos que caminhar num mesmo pé de igualdade”. (...)

Considero que, por uma questão de sinceridade, honestidade e humildade, nós deveríamos pedir perdão aos negros e aos do candomblé pelo comportamento preconceituoso que temos tido nestes mais de cem anos.³⁶⁶

Não foram todos os protestantes que tiveram esta postura de diálogo com as religiões afro-brasileiras. Na verdade, podemos indicar Djalma Torres como uma voz que fez esta

³⁶⁵ SILVA, Hernani Francisco da. *Movimento Negro Evangélico: um mover do Espírito Santo?* São Paulo: Selo Negritude Cristã, 2011, p. 13.

³⁶⁶ *Tempo e Presença*, Ano 15, 1994, n. 271, p. 23.

crítica interna das limitações presentes na busca deste diálogo. Se o ecumenismo cristão já teve problemas para se estabelecer, muito maiores foram as dificuldades para se instituírem relações de respeito baseado não na tolerância, mas no reconhecimento dos limites da fé cristã.³⁶⁷

O ano de 1988 foi um marco nas discussões sobre o negro na sociedade brasileira. O centenário da abolição da escravidão e o processo de elaboração de uma nova constituição revelavam uma conjuntura favorável para o enfoque das complexas questões raciais, favorecendo a organização dos movimentos sociais que tinham como base esta temática. A própria Campanha da Fraternidade³⁶⁸, realizada pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, teve como tema “A Fraternidade e o Negro” e seu lema era “Ouvi o clamor deste povo!”.³⁶⁹ Os problemas enfrentados pelos negros eram trazidos para o centro da discussão no universo católico, naquele momento:

A Campanha da Fraternidade de 1988 traz em seu projeto a utopia da construção de uma sociedade alicerçada na justiça e na fraternidade. A Igreja, no seu todo, na coerência com sua evangélica opção preferencial pelos pobres, a exemplo do próprio Senhor e da Igreja primitiva, assume a causa libertária da comunidade negra e, com ela, de todos os empobrecidos. Sua identidade, como Igreja do Senhor Jesus, passa, também, por esta opção que integra seu projeto histórico de transformação social e sua esperança na participação no Reino definitivo.³⁷⁰

Esta iniciativa da CNBB foi apoiada por segmentos do mundo protestante que, desde as décadas anteriores, vinham participando da formulação de uma teologia negra. A Campanha da Fraternidade de 1988 também reverberou no mundo protestante, que divulgou as ações da Igreja Católica:

Com o objetivo de discutirem o tema da Campanha da Fraternidade de 1988 que enfoca o negro, representantes das Comunidades da Prelazia de São Félix do Araguaia (MA) se reuniram em assembleia entre os dias 7 e 10 de julho. Além de destacarem os aspectos econômicos, sociais e religiosos que envolvem a problemática do negro, o grupo denunciou a situação racista em que se encontra o

³⁶⁷ TORRES, Djalma. *Caminhos de Pedra*, Feira de Santana, Curviana, 2011, p. 207.

³⁶⁸ A Campanha da fraternidade é um evento realizado anualmente desde 1962 pela Igreja Católica no Brasil. Esta campanha é organizada pela CNBB, tendo como objetivo refletir e propor ações para soluções de problemas concretos que afetam a sociedade brasileira.

³⁶⁹ Para mais informações sobre a Campanha da Fraternidade de 1988 ver: BAPTISTA, Ronaldo Pimentel. *Da Pastoral Afro-brasileira à Campanha da Fraternidade de 1988: uma análise discursiva das questões raciais no interior da igreja católica*. Rio de Janeiro, CEFET, 2014. Dissertação de Mestrado em Relações Étnico-Raciais.

³⁷⁰ CNBB. *Ouvi o clamor deste povo*. Campanha da Fraternidade. CPP, Brasília, 1988, p. 49.

povo negro no Brasil: “revimos a realidade triste e sofrida do negro durante a colonização que ainda dura até os dias atuais”.³⁷¹

Dois meses antes deste episódio, já tinha se realizado em Salvador o 1º Encontro Evangélico sobre o negro, que teve como objetivo o combate ao racismo ocorrido em maio de 1988. Deste congresso, participaram membros das igrejas luterana, batista, presbiteriana e algumas denominações pentecostais. Um dos palestrantes foi o Pastor metodista Antonio Olímpio de Santana, que naquele momento era coordenador da Comissão Nacional de Igrejas Cristãs no Brasil e também participava da Comissão da Abolição do Ministério da Cultura.³⁷²

Enquanto alguns membros de igrejas atuavam em terras baianas, em São Paulo, Hernani Francisco da Silva criou, em 1988, um movimento para engajar jovens na luta contra o racismo. Fundando em 1991 a Sociedade Cultural Missões Quilombo, na sua denominação, Igreja Evangélica Brasil Para Cristo, que tinha como objetivo modificar a visão que as igrejas evangélicas tinham da cultura negra, marcada pelo racismo. Foi um dos principais idealizadores do Movimento Negro Evangélico, contribuindo para a formação de uma geração de líderes pentecostais que colocaram as questões raciais como um ponto a ser discutido nas suas congregações.

A porta de entrada desses líderes pentecostais negros foi criar o argumento segundo o qual trazer o negro para Cristo requer enfrentar as questões que mais preocupam os próprios negros. Isso significa encarar o racismo na Igreja, no Cristianismo e na sociedade brasileira. O alicerce bíblico para essa confrontação pode ser encontrado na passagem de Isaías que diz que Deus “não faz distinção de pessoas” e a injunção de amor ao próximo do Novo Testamento.³⁷³

Este enfrentamento da questão também pode ser percebido no livro do pastor Marco Davi de Oliveira, intitulado *A religião mais negra do Brasil: por que os negros fazem opção pelo pentecostalismo?*. Nesta obra Oliveira faz uma reflexão sobre as relações raciais no seio das igrejas evangélicas, apontando alguns elementos para sua superação, que considera uma questão de primeira ordem para estes grupos, tendo-se em vista que a maior parte de seus membros é formada por negros. Também aponta a necessidade de superação do preconceito

³⁷¹ Cristãos discutem Campanha da Fraternidade sobre o negro. *Aconteceu no Mundo Evangélico*, Rio de Janeiro, Nº 69, p. 4, Ago/1988.

³⁷² Igrejas Evangélicas discutem o racismo. *Aconteceu no Mundo Evangélico*, Rio de Janeiro, Nº 67, p. 5, Jun/1988.

³⁷³BURDICK, John. “Pentecostalismo e identidade negra no Brasil: Mistura impossível?”, In: Yvonne Maggie e Claudia Barcellos Rezende, *Raça como retórica: a construção da diferença*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2002, p. 205.

racial dentro das igrejas, conclamando seus irmãos de fé a se mobilizarem para superar esta relação de desigualdade:

Para que a Igreja brasileira possa contribuir de fato para a diminuição da desigualdade racial no Brasil, ela precisa oferecer uma educação religiosa desprovida de preconceitos e de racismo. Uma educação na qual os negros não sejam colocados sempre como os “coitados” que precisam de ajuda de brancos bondosos e paternalistas. Uma educação infantil que não enfatize o estigma de que o negro é inferior ou que tenha a cor do pecado. Que mostre a realidade dos negros como protagonistas de grandes histórias bíblicas. Que traga a consciência aos membros das igrejas sobre a vida de Jesus que mais se parecia fisicamente com eles (os negros) do que com a figura produzida na mente de racistas, com olhos azuis, traços europeus e trajando vestes brancas.³⁷⁴

O Movimento Negro Evangélico se manteve vivo nas igrejas em decorrência da iniciativa de alguns indivíduos ou de pequenos grupos. Djalma Torres e Marco Davi Oliveira, entre os batistas, não representam a posição adotada pela maioria deste segmento, assim com Hernani Silva, entre os membros Igreja Evangélica o Brasil Para Cristo. Neste sentido, Reginaldo Germano também expressou uma alternativa de posicionamento em relação à questão no campo protestante e iurdiano, ao criticar os dois tipos de “racismos” ocorridos nas igrejas evangélicas, também questionados por estes atores religiosos: o que se expressa nos templos, com decorrência do que é vivenciado pela própria sociedade, e o que a igreja ajudou a disseminar, ao associar tudo que é negro ao mal e pregar os valores de um “Deus branco”.

A atividade legislativa de Reginaldo Germano

Durante os 8 anos que Reginaldo Germano atuou como deputado na Câmara Federal, ele realizou 215 discursos. Nestes, há referência direta ao racismo ou o papel dos negros na sociedade em 66. Cerca de 30% dos seus discursos se voltaram para fazer homenagens a pessoas ou entidades negras que se destacaram ou se destacavam na sociedade brasileira, apresentar os andamentos das discussões na comissão que discutia o Estatuto da Igualdade Racial, realizar denúncias de situações de racismo, apresentar dados sobre a exclusão estrutural que vivia o negro na sociedade. Luiz Moreira, um dos primeiros deputados federais eleitos pela IURD no Brasil e o primeiro na Bahia, em doze anos de vida parlamentar, em nenhum de seus discursos tratou desta temática (1991-2002). Já Abdias do Nascimento, o

³⁷⁴ OLIVEIRA, Marco Davi de. *A religião mais negra do Brasil: por que os negros fazem opção pelo pentecostalismo?*. 1ª Ed. Atual, Viçosa, Ultimato, 2015, p. 107.

primeiro deputado federal do Brasil que pautou seu mandato na defesa dos direitos dos afro-brasileiros, em sua atuação na Câmara dos deputados, foi à tribuna para realizar 74 discursos, dos quais 61 estavam relacionados a questões raciais, o que corresponde a aproximadamente 82% de seus pronunciamentos. Nascimento assumiu a função em 1983, eleito pelo Partido Democrático Brasileiro, no estado do Rio de Janeiro, sendo de sua autoria o primeiro projeto de lei de políticas públicas afirmativas para o negro na história do País.

O aparecimento do tema das questões raciais nos discursos de Germano supera a própria presença de seu grupo religioso. A Igreja Universal do Reino de Deus apareceu como objeto central de suas falas 23 vezes, embora quando esta matéria emergia, o seu papel de “político da igreja” se concretizasse de maneira bastante evidente. Quando “colocado contra a parede”, ou seja, nos momentos em que a sua identidade racial teve que se defrontar com aspectos de sua condição religiosa, o seu posicionamento político se pautou na defesa dos interesses da IURD. Uma das ocasiões em que isto ocorreu foi quando da proibição de circulação do livro *Orixás, caboclos e guias*, no qual Edir Macedo apresenta uma visão marcadamente preconceituosa das religiões e religiosidades afro-brasileiras:

Agem contra o livro do Bispo Macedo. Ora, se retirarem o livro do Bispo Macedo, como determinou a Justiça, vamos ter de fazer o mesmo com livros da Igreja Católica, da Umbanda, da Quimbanda, do Candomblé, da Magia Negra. Todos os livros religiosos vão ter de sair de circulação. Eles não vão circular, ou que se declare que no Brasil só há uma religião e todos somos obrigados a praticá-la.

Aqui fica meu protesto contra a injusta apreensão do dinheiro e contra a decisão da Justiça do Estado da Bahia, que determinou a retirada do livro do Bispo Macedo de circulação. Se isso ocorrer, tem de se retirar todos os outros livros que tratam de religião, para que haja equidade.³⁷⁵

Dois anos antes, Germano já expressara opinião semelhante ao questionar o que, para ele, era uma suposta perseguição dos evangélicos aos cultos afro-brasileiros:

“Há uma liberdade de culto. Encontram-se despachos nas ruas, perto das cachoeiras. O padre Marcelo prega na TV”.

Segundo Germano, a Universal tem 23 deputados e deles nunca partiu nenhuma ação para causar impedimento a qualquer religião. “No simples fato de praticar a fé, uma religião já ofende a outra. A Igreja Católica adora imagens, nós não. Isso nos ofende. Nossa maneira de pregar é contrária ao Candomblé. O sacrifício agride a gente. E não há ação de nossa parte contra essas igrejas. Respeito o direito de a pessoa professar a sua fé, mas não precisamos respeitar os deuses dela.”³⁷⁶

³⁷⁵Diário da Câmara dos Deputados, Brasília, p.55399, 17 nov. 2005.

³⁷⁶Afro-brasileiros se dizem perseguidos por evangélicos. *Folha de S Paulo*, São Paulo, p. 9, 14 dez. 2003.

Ser evangélico, ou mais, ser iurdiano implicava a negação das religiões de origem africana, negação que pode ser comprovada em muitos momentos da história deste grupo marcada por diversos confrontos com os cultos afro-brasileiros. Ao trazer para si a bandeira da causa negra, Reginaldo Germano também teve que se defrontar com os dilemas que esta participação implicava, uma vez que a vinculação com a militância negra quase sempre se associou ao compartilhamento de uma determinada posição religiosa. Evangélicos Progressistas já haviam entrado na militância, mas uma parte destes setores estava preocupada em estabelecer um diálogo inter-religioso e cultivavam algum reconhecimento aos cultos afro-brasileiros ou, pelo menos, admitiam a necessidade de respeito.³⁷⁷ Este respeito é negado na própria fala de Germano: “respeito o direito de a pessoa professar a sua fé, mas não precisamos respeitar os deuses dela”. Assim, a criação da Associação Nacional do Movimento Negro Evangélico (MONEBA) apareceu com uma alternativa para a sua entrada na militância da causa negra sem abandonar algumas de suas convicções (ou preconceitos):

A criação desse movimento mostra que os negros que querem servir a Deus por meio da Igreja não têm mais motivos para pensar que só podem pertencer a religiões de origem africana. Não! Nós somos livres. Não foi em 1888 que ficamos livres, mas quando encontramos Jesus. Em 1888 permanecemos escravizados. A partir do momento em que encontramos Jesus, tornamo-nos livres, e a Bahia criou a MONEBA.³⁷⁸

Há em seus discursos referências a alguns dos conflitos que teriam ocorrido com segmentos do movimento negro e a suposta exclusão que sofreria pela sua condição religiosa, principalmente oriunda de seu colega baiano, deputado petista Luiz Alberto, militante histórico da causa negra, um dos fundadores do Movimento Negro Unificado.³⁷⁹ Luiz Alberto também teve atuação parlamentar voltada para questões relacionadas à causa negra. Dos 482

³⁷⁷É tentador imaginarmos que setores progressistas e ecumênicos do protestantismo tenham facilitado o diálogo com as religiões africanas, mas existem indícios dos obstáculos neste processo. Parece que personagens importantes dele só quiseram um diálogo verdadeiro com os cristãos, a exemplo de Celso Dourado, uma das figuras mais atuantes deste segmento na Bahia e que, no entanto, tinha dificuldades muito grande para lidar com esta temática. Em entrevista concedida à Elizete da Silva, diz considerar estes grupos como dignos de respeito, mas qualifica-os como religiões primitivas, revelando no conteúdo implícito desta avaliação o seu preconceito e o lugar de onde parte esta afirmação, ou seja, a partir do olhar de uma religião supostamente “superior” e “evoluída”. Elizete da Silva, *Protestantismo ecumênico e realidade brasileira: evangélicos progressistas em Feira de Santana*, Feira de Santana, Editora da UEFS, 2010, p. 205.

³⁷⁸*Diário da Câmara dos Deputados*, Brasília, p.37818, 10 ago. 2005.

³⁷⁹O Movimento Negro Unificado é uma entidade do movimento negro fundado em 1978, na cidade de São Paulo, visando lutar contra a discriminação racial de forma mais integrada buscando a construção de uma ação conjunta de entidades já existentes. SILVA, Marcelo Leolino. *A história no discurso do movimento negro unificado: os usos políticos da história como estratégia de combate ao racismo*. Dissertação (Mestrado em História), Campinas, UNICAMP, 2007, p. 12.

discursos que proferiu ao longo de 14 anos na Câmara Federal (1999-2006), 133 diziam respeito a esta temática, aproximadamente 27% de suas falas. Deve-se ressaltar que este deputado atuava em diversos sindicatos, além de entidades negras, o que pode explicar um percentual menor em termos relativos quando comparado aos dados de Reginaldo Germano. A base social de apoio dos dois candidatos era bastante diferente, o que esclarece de certa forma os estranhamentos que ocorreram entre os dois no espaço legislativo:

Na semana passada ocupei esta tribuna para abordar o tema da discriminação racial no País. Manifestei o meu repúdio em relação à maneira como o atual Governo tem tratado a questão.

Para meu espanto, o orador que me sucedeu nesta tribuna, o Deputado Luiz Alberto, do Partido dos Trabalhadores da Bahia, discordou do meu ponto de vista, contradisse-me e tentou desacreditar as minhas palavras. Além disso, atacou a religião evangélica deste País, que tem prestado relevantes serviços à população. Os evangélicos nada recebem do Governo, não têm seus templos tombados. Vivem, sim, dos dízimos ofertados em suas igrejas por aqueles que acreditam na palavra de Deus.

[...] Lamento a atitude do Deputado Luiz Alberto de levantar-se contra a Igreja Universal do Reino de Deus, que, principalmente no Rio de Janeiro, entrou nos presídios e levou até lá a palavra de Deus, serenando o ânimo dos insatisfeitos que nas ruas praticaram crimes como tráfico de drogas, sequestros e assaltos. Lá estamos presentes para levar esperança e orientação, para ensinar àquelas pessoas que o caminho não é o da violência e do crime organizado, para lhes mostrar que há esperança, e essa esperança chama-se Jesus. Quando Jesus entra no coração da pessoa, ela deixa de ser violenta e passa a ter dignidade, sendo objeto de aprovação na sociedade.³⁸⁰

Luiz Alberto, de fato, pediu a palavra na sessão realizada em 18 de agosto de 2004 para rebater algumas das observações feitas por Reginaldo Germano acerca das alterações propostas pelo governo para o Estatuto da Igualdade Racial. Negou que, na proposta do governo houvesse a intenção de não colocar a reserva de vagas para negros na universidade. Muito mais que isto, revelou um dos principais impasses que marcava a construção do Estatuto e que mantinha relação direta com a condição religiosa de Reginaldo Germano:

Agora, gostaria que o Deputado Reginaldo Germano, como tem feito inclusive nos debates havidos nas Comissões, explicitasse o centro da sua divergência quanto ao Estatuto da Igualdade Racial. Não vamos tergiversar. Estamos querendo garantir no Estatuto, além daqueles pontos levantados por S.Exa., com os quais concordo, como o Fundo Nacional e a política da reserva de vagas, conhecida como cotas, o direito constitucional da liberdade religiosa neste País.

Sabemos de um evento ocorrido em nosso País que causou quase uma comoção nacional, ou seja, quando um pastor da Igreja Universal chutou uma santa católica na televisão. Houve uma comoção nacional. Mas sabemos que, diariamente, em várias partes do Brasil, em particular na Bahia e no Rio de Janeiro, setores

³⁸⁰*Diário da Câmara dos Deputados*, Brasília, p. 36462, 25 ago. 2004.

evangélicos têm agredido o direito à liberdade religiosa das religiões de matriz africana, e nem por isso ocorre uma comoção nacional. Ou seja, existe, por parte de setores da sociedade, uma convivência com essa agressão antidemocrática ao direito de um setor da sociedade de praticar a sua religião.

Esse tema está inserido no Estatuto, e me parece que daí se origina uma série de divergências, que não se explicitam. Querem impedir que o debate se dê de forma democrática, se conclua e que possamos aprová-lo na Câmara dos Deputados.³⁸¹

É bastante interessante na fala do deputado Luiz Alberto a identificação também dos motivos religiosos que justificam a presença de políticos iurdianos na construção do Estatuto da Igualdade Racial: conter uma possível criminalização de práticas de intolerância religiosa em relação às religiões afro-brasileiras que vinha ocorrendo na sociedade brasileira. Mas talvez esta seja uma visão maniqueísta da condição de Reginaldo Germano e possivelmente de outros políticos evangélicos que estivessem ligados ao projeto, pois, como já foi observado, no entendimento do deputado iurdiano, a intolerância religiosa não existia na IURD e o movimento negro não poderia ser confundido com determinadas posições religiosas. Esta ideia já estava presente nos discursos do deputado dois anos antes, quando acusou Luiz Alberto de provocar uma guerra religiosa entre evangélicos e membros das religiões afro-brasileiras.³⁸²

Chama a atenção, nas palavras de Germano, também a referência que faz à política de valorização de grupos religiosos afro-brasileiros: “Os evangélicos nada recebem do Governo, não têm seus templos tombados. Vivem, sim, dos dízimos ofertados em suas igrejas por aqueles que acreditam na palavra de Deus”. O preconceito em relação a estes grupos religiosos aparece quase sempre de forma implícita nos discursos de Reginaldo Germano e acabam sempre revelando o lugar social de onde emergem.

O preconceito religioso de Germano, no entanto, não o impediu de pleitear verbas para grupos tradicionalmente ligados às religiões “concorrentes”. A reforma da Senzala do Barro Preto³⁸³ foi realizada com verbas conseguidas com seu apoio.³⁸⁴ Inclusive, ele foi à tribuna da Câmara Federal no dia 20 de novembro, numa sessão comemorativa pelo dia da Consciência Negra, ressaltar a necessidade de promoção social do negro, reafirmando o seu apoio a este pleito independente de questões religiosas.

³⁸¹ *Diário da Câmara dos Deputados*, Brasília, p.35363, 18 ago. 2004.

³⁸² *Diário da Câmara dos Deputados*, Brasília, p. 25725, 23 mai. 2002.

³⁸³ É local onde funciona a atual sede do Grupo Ilê Aiyê. Foi construída para a realização de atividades culturais, educacionais, profissionalizantes de apoio à comunidade. Neste espaço se desenvolvem projetos carnavalescos, político-culturais e educacionais, visando resgatar a autoestima do negro e elevar seu nível de consciência crítica.

³⁸⁴ *Diário do Senado Federal*, Brasília, p. 39740, 17 nov. 2005.

Quero também homenagear o Ilê Ayê, que no dia 27 próximo vai inaugurar a sua grande sede.

No meu primeiro ano de mandato nesta Casa, procurei o Vovô, presidente do Ilê Ayê, e perguntei-lhe o que precisava. Ele me respondeu que queria construir uma sede. Indaguei-lhe qual o problema. Respondeu-me que não tinha recurso. Trouxe-o até o Ministro de Minas e Energia. Naquela oportunidade, nós, Deputados, liberamos 3 milhões e meio para construção da sede do Ilê Ayê. O dinheiro não foi suficiente. Este ano, eu e ele fomos à PETROBRAS, no Rio de Janeiro, e conseguimos mais 1 milhão e meio de reais.

Sou pastor da Igreja Universal do Reino de Deus e sei que o Ilê Ayê está montado e funcionando em uma casa de candomblé.³⁸⁵

Além disto, mantinha também boa relação com importantes lideranças negras na Bahia que participaram amplamente das audiências públicas realizadas durante a reelaboração do Estatuto da Igualdade Racial. Apesar das limitações impostas pela condição religiosa de Reginaldo Germano, é possível afirmar que ele teve um papel relevante na construção deste estatuto, um marco no que tange à construção de políticas públicas para o negro na sociedade brasileira e este fato pode ser evidenciado através da observação da trajetória desta lei no Congresso Nacional.

A proposta de elaboração de um Estatuto da Igualdade Racial foi apresentada pelo deputado Paulo Paim do Partido dos Trabalhadores, em junho de 2000, através do projeto de lei 3.198/2000. Segundo Tatiana Dias Silva,

Após a apresentação do PL no 3.198/2000, somente em setembro do ano seguinte foi constituída comissão especial para promover sua apreciação. Nos meses anteriores, esta comissão realizou audiências públicas, seminários e visitas a alguns estados para debater o documento, além de receber subsídios de entidades ligadas ao tema racial e dos direitos humanos. Como resultado desse debate na Câmara, em dezembro de 2002, o relator, deputado Reginaldo Germano, apresentou parecer com substitutivo ao PL no 3.198/2000, incorporando várias alterações e promovendo aperfeiçoamento no conteúdo e na redação do texto.³⁸⁶

Entre as propostas incorporadas através do substitutivo de Reginaldo Germano, estavam inclusos o estabelecimento de direito à propriedade definitiva das terras ocupadas pelos remanescentes das comunidades dos quilombos; o reconhecimento da liberdade de consciência e de crença dos afro-brasileiros; o direito à valorização da herança cultural negra; o estabelecimento de cotas raciais nos filmes e programas veiculados pelas emissoras de televisão e peças publicitárias. Entre as inovações do novo projeto também estava presente,

³⁸⁵ *Diário da Câmara dos Deputados*, Brasília, p. 63316, 21 nov. 2003.

³⁸⁶ SILVA, Tatiana Dias. *O estatuto da Igualdade Racial*. Rio de Janeiro, IPEA, 2012, p. 9.

como elemento central para garantir a aplicabilidade desta lei, a criação de um fundo com recursos para a implementação das ações e políticas públicas sugeridas. Segundo Germano, o estatuto não sairia do papel sem o uso destes meios financeiros, mas este era um ponto que dificultava o seu andamento no Congresso Nacional.

Quero chamar [a] atenção para o fato de que tramita nesta Casa o Estatuto da Igualdade Social, no qual está prevista a criação de um fundo com recursos provenientes das loterias. No ano de 2003, 62 milhões de reais em prêmios de loterias não foram recebidos pelas pessoas sorteadas — elas não foram recebê-los. Esse dinheiro, Sr. Presidente, é o que almejamos para criar o Fundo de Promoção da Igualdade Racial.

Alguns Parlamentares que eram negros no Governo Fernando Henrique Cardoso e deixaram de ser negros para se tornar petistas no Governo Lula — repito: eram negros no Governo Fernando Henrique, mas agora são só petistas — estão recebendo goela abaixo as determinações de Lula. Sabe por que não entrou em pauta ainda o Estatuto da Igualdade Racial? Porque ele cria um fundo. E o Governo quer que façamos política racial sem dinheiro.

Como tenho dito, a Princesa Isabel de 1888 reviveu, reencarnou na figura do Presidente Lula. Como vamos fazer política de promoção racial sem dinheiro?³⁸⁷

Um dos principais responsáveis pela aprovação do Estatuto da Igualdade Racial no Senado Federal foi Antonio Carlos Magalhães, que liderou seu grupo no sentido de facilitar o trâmite do projeto. Rodolfo Tourinho foi o relator no Senado Federal, assim como Reginaldo Germano o relatou na Câmara dos Deputados. Quando Germano defendeu a criação do Estatuto, não estava indo de encontro às determinações partidárias nem às prescrições estabelecidas pelo seu grupo religioso (talvez o principal “dono” de seu mandato). Todavia, não se pode concluir que a sua atuação esteve destituída de um interesse genuíno pela busca de soluções para a situação de preconceito e discriminação vivenciada pelos negros na sociedade, pois, ainda no início de seu mandato, quando o tema da reparação ainda estava se colocando como assunto relevante para a sociedade, puderam-se identificar posturas do deputado iurdiano que se coadunavam com um discurso e prática antirracista.³⁸⁸ Esta visão da questão racial no Brasil não era partilhada por outros deputados evangélicos baianos, como o assembleiano Milton Barbosa, que se pronunciou contrário à criação do estatuto.

Trata-se do doutrinamento que faltava para a sustentação das superioridades raciais no Brasil. Criar esse estatuto é simplesmente acender o rastilho de pólvora que vai provocar explosão de conflitos raciais que este País jamais viu em sua história, do Descobrimento até os dias atuais. [...]

³⁸⁷*Diário da Câmara dos Deputados*, Brasília, p. 1382, 23 jan. 2004.

³⁸⁸*Diário da Câmara dos Deputados*, Brasília, p. 55423, 19 nov. 1999 e *Diário da Câmara dos Deputados*, Brasília, p. 24617, 17 mai. 2000.

Criar cotas de participação em universidades, em empregos públicos e coisas dessa natureza é simplesmente criar compartimentos estanques de oportunidades, de desafios, de esperanças. É dizer para os negros: simplesmente vocês só vão até aqui. Ora, Sr. Presidente, isso pode ser considerado um avanço? Onde já se viu, por compaixão ou parcialismo, estimular alguém a ser vitorioso, um vencedor? Só se vence uma competição quando há estímulo, quando se agrilha o brio da própria dignidade.³⁸⁹

A atuação de Reginaldo Germano como militante da causa iurdiana/negra teve fim em 2006, quando não foi indicado para permanecer no Congresso Nacional como representante da Igreja Universal do Reino de Deus. Agraciado em 1998 e 2002 com um mandato de deputado federal, tentou disputar novamente o pleito de 2006, sem o respaldo da IURD, que decidiu não apoiá-lo, uma vez que Germano teve seu nome associado a “Máfia das Sanguessugas”. Em 2002, conseguiu 65.607 votos nominais disputando pelo Partido da Frente Liberal, ficando com 1,102% dos votos válidos. Nas eleições de 2006, quando se encontrava no Partido Progressista, caiu para 2.090 votos, o que correspondeu a 0,032% dos votos validados pela Justiça eleitoral.³⁹⁰

Reginaldo Germano alega ter disputado as eleições contando com o trabalho que teria realizado em prol da comunidade negra.³⁹¹ Todavia, o seu relativo fracasso eleitoral pode demonstrar que, se recebia votação da comunidade negra, era, sobretudo daqueles membros desta que se encontravam nos tempos da Igreja Universal em toda Bahia. O seu discurso em relação ao papel da IURD, no que diz respeito à questão negra, também se modificou a partir do momento que foi excluído pelo grupo, assumindo-se vítima de preconceito racial, que antes julgava que seu grupo religioso também combatia.

³⁸⁹Departamento de Taquigrafia Revisão e Redação. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/internet/plenario/notas/ordinari/V260901.pdf>>. Acesso em: 09 out. 2014.

³⁹⁰Poder-se-ia argumentar que a diminuição dos eleitores de Germano se deu ao fato de estar envolvido com escândalos políticos e não em razão de não ter recebido o apoio da IURD. É difícil saber qual a opção mais adequada uma vez que ela não estava posta para os membros que acreditavam que político evangélico e honestidade eram sinônimos: não recebeu os votos porque não foi apoiado e não foi apoiado porque não era honesto. A decisão sobre ser íntegro ou não em último caso dependeu das lideranças que puderam atacar ou defender um candidato “corrupto”. Caso a alternativa escolhida fosse a defesa, este deixava de ser “desonesto” e passava a ser “perseguido”.

³⁹¹“Fui prejudicado com as reportagens que a Globo publicou no Jornal Nacional”. Disponível em: <<http://www.politicodosulbahia.com.br/v1/2011/05/16/%E2%80%9Cfui-prejudicado-com-as-reportagens-que-a-globo-publicou-no-jornal-nacional%E2%80%9D/>>. Acesso em: 20/06/2014.

A etnicidade do ser negro

A análise da trajetória política de Reginaldo Germano nos remete a algumas discussões que já têm uma longa história no Brasil e que de certa forma se cruzam neste trabalho: o que é ser negro? É possível falarmos de uma cultura negra evangélica? Pode-se associar determinada condição racial a pressupostos religiosos?

Sem dúvida, combater o processo de discriminação que as religiões afro-brasileiras vêm sofrendo ao longo da história brasileira não significa uma associação automática do ser negro a ser praticante de tais práticas religiosas. Como ignorar que nos templos evangélicos no Brasil, mas principalmente nos templos baianos, a maior parte de seus frequentadores é negra?

Em função da pouca importância política que a etnicidade vem cumprindo no Brasil, Lívio Sansone, antropólogo e importante pesquisador das relações raciais no Brasil, questiona se não seria melhor pensar na construção de um antirracismo sem etnicidade? Assim, a frente antirracista não ficaria restrita ao movimento negro organizado, que desenvolvera uma política de identidade negra antipluralista. Isto porque Sansone identifica as dificuldades de construção do conceito de comunidade negra:

O termo comunidade negra, usado com bastante frequência nos círculos políticos baianos e nos meios de comunicação de massa, não se refere à totalidade da população negra nem define uma “comunidade negra” tal como a conhecemos nos Estados Unidos, designando, antes, aqueles que frequentam os cinco terreiros de candomblé – um grupo de ativistas negros e um grupo de intelectuais negros. A expressão refere-se aos negros que praticavam ostensivamente a cultura afro-baiana, em particular em sua forma “mais pura” (isto é, mais africana) – os pais-de-santo e mães-de-santo dos terreiros mais famosos de candomblé, os músicos negros que fazem música de “raízes africanas” e (e que não correspondem a todos os músicos negros), as negras que vendem pratos típicos nas ruas (mas só aquelas que usam o tradicional pano-da-costa branco) e os poucos intelectuais e militantes negros que fazem da identidade negra o centro de seu trabalho intelectual ou de militância. (Teles dos Santos, 1999). A comunidade negra representa, portanto, apenas uma pequena parcela da vida social e cultural negra de Salvador.³⁹²

Apesar dos confrontos, disputas, brigas, rivalidades, o Estatuto da Igualdade Racial saiu. Possivelmente em razão de um consenso construído. Consenso este que identificou o negro não a partir de sua aparência ou de determinadas características étnicas, mas pelo fato de que historicamente ele vem sendo discriminado na sociedade. Um racismo estrutural que atingia “pardos” e “negros” e que incomodava tanto Luiz Alberto quanto Reginaldo Germano. De um

³⁹²SANSONE, Lívio. *Negritude sem etnicidade: o local e o global nas relações raciais e na produção cultural negra do Brasil*. Trad. de Vera Ribeiro, Salvador/Rio de Janeiro, Edufba/Pallas, 2004, p. 114.

ponto de vista militante/acadêmico, talvez não seja nova a discussão da intolerância praticada pelos evangélicos em relação às religiões afro-brasileiras. Esta é por demais evidente e pode-se ver em algumas falas de Reginaldo Germano a reprodução deste preconceito. Mas causa certo desconforto aos que aspiram à construção de um movimento negro forte a intolerância praticada por alguns de seus representantes em relação à inclusão de evangélicos nas fileiras da luta contra a discriminação racial. Neste caso, as palavras de Sansone convidam-nos a refletir sobre esta questão: “A comunidade negra representa, portanto, apenas uma pequena parcela da vida social e cultural negra de Salvador”. Uma parte significativa deste contingente que não faz parte desta “comunidade negra” está nos diversos templos evangélicos espalhados pela cidade. John Burdick já havia chegado a conclusões semelhantes ao analisar o potencial negro presente no pentecostalismo. Apesar das tensões existentes, ele considera que esta aproximação poderia aumentar a possibilidade de sucesso da luta antirracista.

Atualmente, há no Brasil um profundo antagonismo, sem praticamente nenhum canal de comunicação entre o movimento negro organizado e o movimento pentecostal. Do lado do movimento negro, o pentecostalismo é visto como inimigo porque está impregnado da tradição religiosa europeia e porque declarou guerra à religião afro. Enquanto isso, os pentecostais solidários com a luta contra o racismo sentem-se alienados do movimento negro por causa, entre outras razões, do compromisso deste último com as religiões afro. Trata-se, sem dúvida, de gigantescas barreiras ideológicas à colaboração entre os dois movimentos.³⁹³

Esta disputa religiosa que se expressa no quadro da construção de uma luta antirracista também aparece na fala de Marco Davi Oliveira, que ao ser questionado sobre a possibilidade de uma pauta única na luta contra o racismo que envolvesse evangélicos e membros das religiões afro-brasileiras:

Acho que na igreja evangélica, sobretudo, deve haver humildade de reconhecer que se não fosse principalmente o Candomblé nós teríamos sido destruídos como povo negro. O Candomblé é a maior resistência depois com a Umbanda contra o racismo e a discriminação. Segundo, deve haver a partir da igreja cristã em geral diálogo e respeito pelas religiões caracterizadas de matrizes africanas. Existe muito intolerância e desrespeito. Também, os adeptos destas religiões devem respeitar aqueles que lutam a partir da igreja evangélica contra o racismo. Pois, também no MN há algumas intolerâncias com os atores que lutam a mesma luta mais com linguagem diferente. Ninguém pode falar contra o racismo na igreja evangélica sem ser evangélico. Não adianta. Que tenta só faz críticas ofensivas e não atinge os pontos cruciais. É preciso conhecer e ter a linguagem certa. Mesmo assim não é fácil.

Outra coisa. Devemos todos perceber que a luta é a mesma. Os policiais que matam nossos jovens negros ao fazerem não perguntam se aqueles que vão ser

³⁹³ BURDICK, John. “*Pentecostalismo e identidade negra no Brasil: Mistura impossível?*”, p. 207.

mortos pertencem a esta ou aquela religião. Eles não qualificam por meio do credo. Como se dissessem: “você é do candomblé, vai morrer. Você é evangélico vai viver”. Ou vice e versa. Não. Eles matam e ponto. São pretos morrendo. Precisamos nos unir e nos reconciliar. A começar pelo perdão. Talvez fosse um excelente caminho. Pedindo perdão mutuamente.³⁹⁴

Situando a luta contra o racismo como mais importante que a construção de uma etnicidade negra, Lívio Sansone aponta algumas possibilidades para ampliação do conceito de negro ou comunidade negra baiana, entre os quais podemos colocar a não necessidade de uma identidade étnica para a participação de indivíduos na luta por melhores condições de vida para a população afrodescendente. A bandeira do combate ao racismo na Bahia prescindiria, portanto, de uma feição religiosa. Afinal, como observa Marco Davi Oliveira, o genocídio que acomete atualmente a juventude negra nas periferias não tem nenhum tipo de preconceito religioso.

É mister, no entanto, fazer a ressalva de que as desconfianças de setores do movimento negro em relação à participação dos evangélicos na luta contra o racismo talvez se devam às próprias contradições que marcaram a forma como estes setores se inseriram no movimento, notadamente nas últimas décadas. A fala dos articuladores evangélicos do MNE antes sugere a busca de uma alternativa para esta luta do que o real interesse em somar forças com os outros grupos. O pentecostalismo apareceria então como uma opção para os negros. Talvez, na visão desses militantes evangélicos, uma opção mais eficaz.

³⁹⁴ Entrevista realizada pela autora com Marco Davi Oliveira. 9 out. 2015.

CAPÍTULO V - PARTE II - EDUCAÇÃO RELIGIOSA E LAICIDADE NOS DEBATES PARLAMENTARES

No Brasil, durante todo período colonial, o catolicismo foi religião oficial e os outros grupos religiosos não eram tolerados. Todas as atividades culturais estavam ligadas à Igreja Católica, que era a principal responsável pelo ensino, de base catequética. Os principais responsáveis pela educação eram os jesuítas, que tinham como missão domesticar e cristianizar os indígenas. Marquês de Pombal, que queria realizar uma reforma e aumentar o poder estatal, expulsou em 1759, os 670 jesuítas que aqui moravam e mandou fechar os colégios, deixando a Educação no Brasil mais precária do que já era.³⁹⁵

O monopólio religioso da Igreja Católica no Brasil só começou a se modificar a partir da vinda da família real para o Brasil. Dom João VI, em 1810, estabeleceu o Tratado de Comércio e Navegação, cujo artigo 12 estipulava liberdade religiosa para estrangeiros que tivessem relações comerciais com o Brasil. A formação das primeiras comunidades protestantes no Brasil imperial esteve relacionada à entrada de imigrantes.³⁹⁶ Manteve-se a oficialidade da Igreja Católica, porém, os outros grupos religiosos passaram a ser tolerados. Entretanto, foram anos de luta para garantir alguns direitos, inclusive o de morrer e ser enterrado com dignidade. Havia uma dificuldade de realização dos sepultamentos nos cemitérios que eram administrados pelas irmandades católicas. Alguns grupos, a exemplo dos anglicanos na Bahia, tiveram que construir suas próprias necrópoles.³⁹⁷

No período monárquico o ensino ainda era fortemente de base católica. Este quadro só se alterou em 1889, com a Proclamação da República, que separou estas duas esferas e inaugurou, ainda que teoricamente, o estado laico no Brasil. Somente com a elaboração da Constituição de 1891 que os não-católicos passaram a contar com uma carta magna que garantia a completa separação entre Igreja e Estado, pelo menos do ponto de vista legal. A

³⁹⁵ COSTA, Célio Juvenal. O Marquês de Pombal e a Companhia de Jesus. IN: MENEZES, S. L.; PEREIRA, L. A.; MENDES, C. M. M. (orgs). *A expansão e consolidação da colonização portuguesa na América*. Maringá: EDUEM, 2011, p. 69.

³⁹⁶ Durante o período colonial ocorreram duas experiências de diversidade religiosa no Brasil. A primeira foi na chamada França Antártica, uma experiência de colonização de parte da atual região do município do Rio de Janeiro pelos Franceses durante o século XVI, de 1555 a 1560, liderada pelo vice-almirante Nicolau Duarte Villegagnon, onde o protestantismo era praticado. A segunda foi durante a invasão holandesa no século XVII, quando a partir de janeiro de 1634, os moradores de Recife tiveram direito a liberdade de culto. FONSECA, Alexandre Brasil. *Relações e Privilégios: Estado, secularização e diversidade religiosa no Brasil*. Rio de Janeiro, Novos Diálogos Editora, 2011, p. 48.

³⁹⁷ SILVA, Elizete da. *William Buck Bagb - um pioneiro batista nas terras do Cruzeiro do Sul*. Novos Rio de Janeiro, Novos Diálogos, 2011, p. 44.

primeira fase da república brasileira foi marcada por um relativo afastamento entre a Igreja Católica e o governo. Este distanciamento foi quebrado durante o governo de Getúlio Vargas. A Constituinte de 1933/1934 marcou um momento de retomada católica na busca por assumir um papel proeminente no Estado brasileiro. Uma das expressões desta tentativa se deu com a luta pela reintrodução do Ensino Religioso nas escolas públicas. Demanda favorecida pela hegemonia cultural católica na sociedade brasileira. Esta discussão foi levantada por Alexandre Brasil Fonseca ao analisar o processo de secularização no país. A implantação da república, não significou a perda da representatividade católica na sociedade:

Se para a implementação da secularização do Estado o processo brasileiro foi menos traumático do que em alguns outros países do continente, sabemos que as forças anticlericais também não conseguiram fazer frente à tradição católica presente na cultura nacional. Não tivemos por aqui o primeiro e importante passo da Reforma Protestante, que teve o papel de minar valores do catolicismo existentes na cultura. Semelhantemente aos que Hervieu-Léger (2001) encontra para a França - e denomina de paradoxo da secularização - temos aqui uma sociedade em que o catolicismo continuou influenciando os processos sociais pelo fato de que sua estrutura simbólica manteve-se preservada na sociedade e nas instituições, situação que proporcionou alguns anos depois a formação de uma "concordata moral" entre a Igreja e o Estado.³⁹⁸

As primeiras décadas após a instalação da república foram marcadas pela reorganização da Igreja Católica que após a Revolução de 1930 iniciou um processo de reafirmação de sua influência no Estado. Fonseca cita a reintrodução do Ensino Religioso nas escolas públicas como uma das concessões obtidas pelo catolicismo na Constituição de 1934. As outras foram a proibição do divórcio e o reconhecimento do casamento religioso, assim como a possibilidade do estado subvencionar entidades religiosas, tais como escolas, orfanatos e hospitais, desde que voltadas para o interesse coletivo.³⁹⁹

O "renascimento" católico, no entanto, não foi aceito de maneira passiva pelos setores que haviam lutado pela laicidade estatal. Dentre estes grupos estavam os protestantes, que na Constituinte de 1933/1934 foram representados pelo metodista Guaraci Silveira, único evangélico a participar da elaboração da nova Carta Magna. Vasni de Almeida analisou a sua atuação na tribuna da Câmara Federal no sentido de tentar barrar a reintrodução do Ensino Religioso.

³⁹⁸ FONSECA, Alexandre Brasil. *Relações e Privilégios: Estado, secularização e diversidade religiosa no Brasil*, p. 63.

³⁹⁹ FONSECA, Alexandre Brasil. *Relações e Privilégios: Estado, secularização e diversidade religiosa no Brasil*, p. 81.

Para contestar os argumentos dos religiosos e intelectuais católicos que apoiavam a presença do Ensino Religioso nas escolas, Guaraci Silveira se aliou a liberais, socialistas, maçons e positivistas, pois todos estes grupos se posicionavam contra a reintrodução da matéria no currículo escolar e a viam como um retrocesso do Estado brasileiro.

O artigo sobre o Ensino religioso tinha a seguinte redação na primeira proposta apresentada na Constituinte: "A religião é matéria facultativa de ensino, nas escolas públicas, primárias, secundárias, profissionais ou normais, subordinada à confissão religiosa dos alunos". O texto constitucional possuía um viés nitidamente católico e foi resultado de propostas criadas pela Liga Eleitoral Católica. Os professores da matéria também deveriam ser remunerados com verbas públicas. O catolicismo como grupo religioso hegemônico tinha vantagens sobre os demais credos. Guaraci Almeida viu o projeto como um atentado a liberdade religiosa no Brasil:

Para Guaraci Silveira, o anteprojeto constitucional sobre o Ensino Religioso nas escolas públicas poderia ser compreendido como palavras "inocentes". Na sua visão, o anteprojeto não passa de "uma forma de opressão à consciência das crianças". Alegou que o Ensino religioso facultativo tinha sido experimentado no Estado de São Paulo e se revelara um "engodo", com os professores católicos utilizando os horários de aula para a catequização, o que contrariava a liberdade religiosa dos alunos.⁴⁰⁰

Uma das formas que Guaraci Silveira encontrou para reagir ao anteprojeto foi a elaboração de uma proposta de emenda constitucional. Nela, o Ensino Religioso seria substituído pela disciplina Educação Moral e Cívica. Para busca da aprovação da matéria, Silveira contou com o apoio dos deputados positivistas que associavam laicidade a modernidade e viam com maus olhos o que consideravam como uma tentativa dos católicos de se imiscuírem nos negócios públicos novamente. Apesar dos esforços e dos diversos embates que ocorreram, o texto original não foi substituído pelo de Silveira.

Outra discussão que aparece durante os embates é sobre a facultatividade do Ensino Religioso. Os defensores da matéria tentaram aperfeiçoar o texto no sentido de deixar claro que não cabia a escola a possibilidade de escolha de sua inserção no currículo escolar, tendo sempre que oferecê-la. A presença ou não nas aulas é que seria permitida aos discentes. O cuidado com a elaboração do texto visava não deixar brechas quanto à introdução da

⁴⁰⁰ ALMEIDA, Vasni de. "Ensino religioso ou educação moral e cívica – a participação de Guaraci Silveira na Assembléia Nacional Constituinte de 1933/34", *Revista de Educação do Cogeime*, São Paulo, ano 11, no. 21, dezembro de 2002, p. 30.

disciplina em todas as escolas e tinha, não visão de Vasni do Almeida, uma nítida tentativa de reafirmação católica:

Os católicos cuidavam para que os serviços que a igreja prestava ao país desde o Período Colonial fossem garantidos em sua plenitude na Constituição a ser promulgada, o que revelava um desejo de "reordenar a Nação dentro do projeto de cristandade". Estavam convictos de que, pelo fato desses direitos serem estendidos às outras religiões, sua influência cultural não seria diminuída, já que era a religião hegemônica do país. Para os protestantes, por outro lado, os textos sobre religião, caso fossem aprovados do jeito que foram enviados pelo Governo e aprimorados pelas emendas dos deputados católicos, trariam prejuízos para suas igrejas, pois, ao possibilitar por lei a presença católica em escolas, presídios e hospitais, de acordo com a opção do público presente nestas instituições, perpetuava-se uma hegemonia que não permitia muitas brechas para suas ações. O que estava em curso na Assembleia Constituinte, tanto do lado dos católicos quanto do lado de Guaraci Silveira, era uma vigorosa investida para garantir espaços de influência na cultura brasileira.⁴⁰¹

Apesar de todos os esforços de Guaraci Silveira e de outros deputados partidários do laicismo estatal, o Ensino Religioso foi instituído nas escolas públicas, tendo permanecido o mesmo princípio na Constituição de 1946. Esta, contudo, foi apenas a primeira de muitas das batalhas que seriam travadas dali em diante para discussão do tema. Durante boa parte da história republicana, houve uma tentativa de regulamentar o Ensino Religioso no país. Todas as alterações legislativas tinham como ponto comum o seu tratamento como uma disciplina de natureza opcional. Em face de uma legislação titubeante em relação ao tema, o que se verificou nas escolas foi ainda a sua interpretação com viés predominantemente confessional. Nas escolas protestantes e católicas, eram ensinados os princípios religiosos destes grupos, nas escolas estatais, a força histórica do catolicismo se fazia presente. Em todos os casos, no entanto, eram nulos praticamente os estudos fora do campo cristão, mesmo em face da diversidade religiosa brasileira, país que tem desde o período Colonial uma forte presença das religiões de origem africana, além de judeus e mulçumanos, ainda que em número menor.

Este quadro se alterou um pouco com a LDB 9394/96, que estabeleceu normas de habilitação sobre a formação do professor para atuar no Ensino Religioso. A publicação dos Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Religioso (PCNER) também representou um grande avanço, pelo menos do ponto de vista normativo. Por conta de ter sido elaborado por pessoas de variadas tradições religiosas, seus princípios deram conta de aspectos fundamentais que deveriam marcar o ensino desta disciplina nas escolas: a tolerância religiosa e o respeito à diversidade. Ambas de certa forma caminham de mãos dadas, embora não

⁴⁰¹ ALMEIDA, Vasni de. "Ensino religioso ou educação moral e cívica – a participação de Guaraci Silveira na Assembléia Nacional Constituinte de 1933/34, p. 34.

tenham exatamente o mesmo significado. O Ensino Religioso, regulamentado pelo PCNER visava fazer o aluno aprender “a conviver com diferentes tradições religiosas, vivenciando a própria cultura e respeitando as diversas formas de expressão cultural”. A evolução da legislação que culminou na publicação da PCNER foi fruto de um longo processo de discussões no Congresso Nacional. Como já foi observado, durante muito tempo o que predominou no ensino religioso no Brasil foi o modelo catequético, onde o conteúdo programático ensinado era o das doutrinas. Escolas católicas e protestantes expressavam suas próprias concepções religiosas, na abordagem desta disciplina em suas escolas. As discussões em torno do tema do Ensino Religioso no Brasil sempre estiveram ligadas à própria estruturação do campo religioso brasileiro e o espaço legislativo acabou refletindo essa dinâmica social e religiosa nas discussões sobre o tema que ocorreram ao longo da história, principalmente a partir de 1988, quando, como já foi observado, começou a ocorrer uma presença muito mais acentuada de diferentes atores religiosos no Congresso Nacional.

Neste capítulo serão analisadas as discussões sobre o Ensino religioso e sua relação com as disputas no campo religioso brasileiro, examinando os discursos e projetos de leis dos deputados que versaram sobre este tema no período aqui estudado.

Laicidade estatal na teoria

Em 1962, Paulo Freire de Araújo, então do Partido Trabalhista mineiro, foi à tribuna da Câmara dos Deputados para informar aos deputados das irregularidades que estavam sendo cometidas na condução do Ensino na cidade de Dianópolis, em Goiás. Segundo ele, num ginásio mantido pelas Irmãs escravas Concepcionistas do Divino Coração, mas subvencionado pelo poder público, as freiras estavam rejeitando matrícula a estudantes não-católicos. Araújo relata que, para os estudantes serem matriculados, era exigido o atestado de batismo e a aceitação do “ensino progressivo da religião católica” e, por conseguinte, da participação em atos religiosos católicos que fossem convocados.

Paulo Freire de Araújo foi um pastor da Igreja Presbiteriana, tendo lecionado em colégios protestantes batistas e presbiterianos.⁴⁰² Ele usou este caso para questionar o papel

⁴⁰²Paulo Freire - Arena/MG. Disponível em <http://www2.camara.leg.br/deputados/pesquisa/layouts_deputados_biografia?pk=122556&tipo=0>. Acesso em 11/03/2017.

que o catolicismo ainda ocupava na estrutura educacional brasileira, principalmente no interior do país, alertando para a necessidade do poder público coibir estes e outros abusos que seriam praticados.⁴⁰³

Como uma forma de reiterar a crítica realizada por Paulo Freira de Araújo, o assunto voltou à tona nas discussões da Câmara dos Deputados em junho de 1962, através do deputado Campos Vergal, membro do PSD paulista. Vergal citou uma carta que teria recebido de uma Comissão de Senhoras do Campo Grande, na qual elas acusavam o governo do então presidente João Goulart de ser conivente com a presença do catolicismo no Estado, assumindo uma postura que iria de encontro aos princípios do laicismo. A carta escrita pela associação ainda afirmava que Goulart estava abrindo as portas da administração pública para a Igreja Católica, o que poderia representar um risco para a liberdade de culto no país:

O certo é que a deferência para com as chamadas autoridades eclesiásticas foi e cada vez mais continua sendo amplamente aproveitada pelos representantes da Igreja de Roma, que assim realizam maior penetração nos assuntos do Governo, a ponto de serem agora consultados até sobre “reforma agrária” o que constituiu um verdadeiro absurdo!

Prezado Deputado, será que através da sua palavra fluente, do seu alcance intelectual, da sua postura como legítimo representante não só do seu Estado, como também do Espiritismo, não seria possível dar uma ou mesmo várias notas a este respeito, lá no Congresso?

Afinal a sua reeleição não depende de votos dos católicos e essa campanha só poderá torná-lo mais popular e com muito mais prestígio.⁴⁰⁴

A carta sugeriu que a votação de Campos Vergal veio de segmentos não-católicos, o que lhe daria condições de atuar de forma a coibir a suposta crescente influência do catolicismo no Estado, sendo as “aulas de catolicismo” apenas uma das consequências negativas desta presença.

Em junho de 1964, Pedro Marão, do PTN paulista, apresentou um projeto que visava regulamentar o inciso V, do art. 168, da Constituição Federal, que dispunha sobre o ensino religioso obrigatório. O texto constitucional afirmava que se constituía o ensino religioso como disciplina dos horários das escolas oficiais, sendo sua matrícula facultativa, e ele deveria ser ministrado sem ônus para os poderes públicos, de acordo com a confissão religiosa do aluno ou de seu representante legal. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) que tinha sido instituída em 1961 já havia inserido dois parágrafos ao texto constitucional:

⁴⁰³ *Diário da Câmara dos deputados*, Brasília, p. 1310, 5 abr. 1962.

⁴⁰⁴ *Diário da Câmara dos deputados*, Brasília, p. 2844, 30 mai. 1962.

Art. 97. O ensino religioso constitui disciplina dos horários das escolas oficiais, é de matrícula facultativa, e será ministrado sem ônus para os poderes públicos, de acordo com a confissão religiosa do aluno, manifestada por ele, se for capaz, ou pelo seu representante legal ou responsável.

§ 1º A formação de classe para o ensino religioso independe de número mínimo de alunos.

§ 2º O registro dos professores de ensino religioso será realizado perante a autoridade religiosa respectiva.⁴⁰⁵

Pedro Marão propôs apenas uma regulamentação do mesmo, estipulando a carga horária da disciplina e a não obrigatoriedade da frequência escolar tanto de alunos quanto de professores. As alterações por ele sugeridas davam quase nenhum espaço para que o Ensino Religioso fosse considerado como uma matéria realmente importante no espaço escolar. Por isso é, com alguma surpresa, que dois anos depois, em junho de 1966, quando já era membro do MDB, ele faz menção a um projeto que teria enviado ao Congresso alterando a LDB. Neste, ele propôs a obrigatoriedade do Ensino Religioso no curso secundário. Eis a justificativa utilizada por Marão para que sua proposta fosse aceita:

Poder-se-á argumentar que já existe liberdade de ensino religioso nos estabelecimentos escolares. Mas tal ensino é ministrado fora do currículo pois as aulas de religião são dadas após o expediente normal do curso secundário.

Desta forma nós que somos espiritualistas, que advogamos e insistimos no ensino do espiritualismo a criança, à nova geração não poderíamos deixar de manifestar-nos a respeito deste assunto. O ensino religioso atualmente é feito de maneira superficial, a criança não sente, não vibra, não conhece verdadeiramente o que é Deus, apenas decora para passar no exame e fazer sua comunhão. Precisamos inculcar nas crianças, na geração nova, que já deverá vir espiritualizada, o verdadeiro significado da religião. Assim, nossa Nação será realmente um Brasil Cristão, um Brasil extraordinário.⁴⁰⁶

Em 1978, o deputado João Linhares, membro da ARENA, pediu auxílio às secretarias de educação dos estados e municípios brasileiros no sentido de dar mais apoio àqueles que se ocupavam do ensino religioso, dada a importância dele, na visão do deputado, para a “formação da personalidade da juventude”.⁴⁰⁷ Este pedido provavelmente se devia ao fato de que, de acordo com a legislação então vigente, não havia obrigatoriedade do Estado arcar com as despesas relativas ao pagamento de professores que ministrassem esta disciplina.

⁴⁰⁵ Lei nº4.024, de 20 de dezembro de 1961. Disponível em <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4024-20-dezembro-1961-353722-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em 20/06/2017.

⁴⁰⁶ *Diário da Câmara dos deputados*, Brasília, p. 3760, 15 jun. 1966.

⁴⁰⁷ *Diário da Câmara dos deputados*, Brasília, p. 8989, 3 out. 1978.

No ano seguinte, em outubro de 1979, o deputado batista Gióia Júnior⁴⁰⁸, também membro da ARENA, em meio a uma série de projetos que se aproximavam bastante do que seria uma demanda evangélica, como o pedido de proibição da propaganda de bebidas alcoólicas e cigarro, do uso do fumo no interior dos trens e a transferências de datas de exames, provas e aferições escolares por motivos religiosos, solicitou também o ensino da Bíblia como obrigatório nas escolas de 1º e 2º grau. Na verdade, ele apenas reapresentou o projeto que já havia sido proposto em 1975 e tinha sido arquivado. Sua nova tentativa ficou parada na Comissão de Constituição e Justiça, pois apesar do relator tê-lo julgado constitucional, seu parecer foi questionado. Este projeto teve o mesmo destino que o primeiro, o setor de arquivamento.⁴⁰⁹ Provavelmente a inconstitucionalidade apontada pelos membros da comissão estava baseada do fato de ser a bíblia um livro religioso ligado ao Cristianismo, e como tal, não deveria ser imposto àqueles que não partilhavam da crença de que este representa um texto sagrado. Além disto, havia a questão das diversas interpretações do texto bíblico. Qual seria a ensinada pelas escolas? Quem a ensinaria? Com quais propósitos?

Em 1982, o ex-governador do Rio de Janeiro e então deputado eleito pelo MDB, Celso Peçanha, pediu em discurso que o Conselho Federal de Educação fizesse a regulamentação dos cursos de Teologia do país, preparando os futuros teólogos e fornecendo-lhes condição de “preparar o homem para ministrar a religião, dando-lhe um currículo completo, perfeito, para aculturá-lo, propiciando-lhe condições de pregação da sua religião”.⁴¹⁰

Em 1983, foi a vez do católico Jorge Arbage legislar sobre a educação brasileira com um projeto que instituía o Ensino religioso em todos os estabelecimentos educacionais do país. Para Arbage era imperativo que a educação se fizesse presente nas escolas para combater “as licenciosidades” e “degeneração de costumes”. Aliás, não só à escola caberia este papel de educar religiosamente os alunos, mas também as demais instituições educacionais:

Entendo, todavia, que o meio mais eficaz para fazer com que a sociedade mantenha comportamento compatível com a moral é, ainda, o do ensino religioso

⁴⁰⁸ Rafael Gióia Martins Junior foi identificado por Luciane Almeida, em sua pesquisa sobre as representações batistas em relação ao comunismo, com uma das figuras públicas ligadas a denominação batista que mais alcançou poder durante a Ditadura Militar, tendo iniciado sua carreira política como deputado estadual em 1966, mantendo-se no cargo nos anos seguinte até sua ascensão ao cargo de deputado federal, em 1975. ALMEIDA, Luciane Silva de. "Missionários do inferno": representações anticomunistas dos batistas do Brasil (1917-1970), Belo Horizonte, Universidade Federal de Minas Gerais, 2016, p. 130. Tese de doutorado em História.

⁴⁰⁹ PL 2220/1979. Disponível em <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_imp.jsp?sessionId=B3F71FF64BF0D3F0D81C46B5EBF0CCC0.proposicoesWebExterno2?idProposicao=201114&ord=1&tp=completa>. Acesso em 14/04/2017.

⁴¹⁰ *Diário da Câmara dos deputados*, Brasília, p. 881, 19 mai. 1982.

que, a meu ver, deve ser ministrado desde os primeiros tempos escolares até os mais elevados graus. Ouso, até, afirmar que o início da licenciosidade em nosso meio coincide com a época em que o ensino religioso deixou de ser ministrado em nossos colégios.⁴¹¹

Arbage era conservador tanto politicamente quanto moralmente e se orgulhava disto. Em 1981, por exemplo, já tinha apresentado uma emenda constitucional que extinguiu o divórcio no país.⁴¹² Sua trajetória parlamentar também foi marcada por vários projetos voltados para favorecer grupos religiosos, como o que vedava a utilização de motivos religiosos no carnaval e nas publicidades comerciais, o que concedia a aposentadoria especial a ministros de confissão religiosa, o que pedia a proibição de filmes que atentassem aos "bons costumes", só para citar alguns.⁴¹³ Quem bem definiu o perfil político de Arbage foi o DIAP em sua análise do parlamentar, pois ele, ainda em 1988 fazia parte de uma “direita à moda antiga”, grupo em extinção já naquele momento.⁴¹⁴

Educação Religiosa e preâmbulo Constitucional

Numa sessão realizada em 13 de junho de 1985, é possível perceber mais uma vez a expectativa dos evangélicos perante a formulação da nova constituição e como ela trataria, dentre outros temas, a questão do Ensino Religioso. Nela se envolveram em discussões acaloradas diversos deputados de orientação evangélica e um católico, o já citado Jorge Arbage. O evento comentado se iniciou com o discurso de Mário de Oliveira, deputado do PMDB mineiro, pertencente à Igreja do Evangelho Quadrangular, que chamou a atenção dos parlamentares para os privilégios que o catolicismo ainda possuía no país e para a necessidade de mobilização dos evangélicos no sentido de também terem os seus direitos assegurados pela futura Carta Magna. Oliveira destaca o fato de que a doutrina católica ainda seria ensinada nas escolas, o que já lhe garantiria um “verdadeiro monopólio na formação religiosa dos alunos”.

⁴¹¹Disponível em <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=1D9CDED8EC982B1DEF0CBD2E328A89B4.node1?codteor=1169110&filename=Avulso+-PL+919/1983>. Acesso em 14/04/2017.

⁴¹² Jorge Wilsono Arbage. Disponível em <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/jorge-wilson-arbage>>. Acesso em 14/04/2017.

⁴¹³Projetos de lei. Disponível em <<http://jorgearbage.com.br/web/atuacao-parlamentar/proposicoes/projetos-de-lei.html>>. Acesso em: 15/04/2017.

⁴¹⁴ Diap – Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar. *Quem foi quem na Constituinte: nas questões de interesse dos trabalhadores*. São Paulo, Cortez/ Oboré, 1988, p. 337.

Diante deste quadro caberia aos evangélicos conquistar também seu “lugar ao sol”, conseguindo participar mais ativamente das decisões políticas:

Chegou o momento, não pela força ou pela violência, mas sim pelos braços fortes do Senhor, de ocupar o espaço que sempre nos foi negado. Nosso propósito não [é] fazer confrontações como catolicismo, espiritismo ou qualquer outro grupo religioso. Não queremos ser os maiores ou os mais privilegiados. Queremos, sim, é fazer ouvir nossa voz pela liberdade democrática, também para a religião, para que haja uma democracia de verdade. Temos agora a nossa oportunidade. Poderemos mostrar ao mundo que quando Deus participa do governo de um povo que se baseia na palavra de Deus para administrar, as coisas mudam sob as mãos milagrosas do Grande Provedor.⁴¹⁵

Mário de Oliveira seguiu com uma argumentação bastante próxima da que seria usada pelo deputado federal Milton Barbosa, da Assembleia de Deus, em 1988, e já foi comentada em capítulos anteriores. Para o deputado se diversos grupos de interesses, a exemplo de patrões e empregados, prostitutas e homossexuais, estavam em luta para ver seus direitos atendidos, também deveriam os evangélicos seguir este caminho.

Seu discurso inicial acabou gerando o pedido de uma série de apartes. O primeiro a pedir a palavra foi o deputado João Batista Fagundes, do Partido Democrático Social (PDS) de Roraima, que concordou com as palavras do deputado, ressaltando os privilégios que ainda a Igreja Católica detinha no país, tais como “aulas de catecismo em escolas oficiais”, “feriados oficiais” e “terrenos reservados em loteamentos”.⁴¹⁶

Posteriormente o deputado Francisco Dias pediu uma intervenção. Dias era ministro evangélico presbiteriano e deputado paulista do PMDB. Ele elogiou Mário de Oliveira pelo seu discurso, ressaltando o poder evangélico na sociedade. Francisco Dias também fez menção ao fato da CNBB estar exercendo um poder indevido na formação da Comissão.⁴¹⁷ O deputado se referia à Comissão Provisória de Estudos Constitucionais, que ficou mais conhecida na história pelo nome de Comissão Afonso Arinos. Ela foi instituída pelo presidente José Sarney, em 1985, para preparar o anteprojeto da futura constituição.⁴¹⁸ Reverendo Guilhermino Cunha, da Igreja Presbiteriana, foi o único representante evangélico na Comissão composta por 60 personalidades, entre políticos, juristas, cientistas sociais e outros profissionais liberais.

⁴¹⁵ *Diário da Câmara dos deputados*, Brasília, p. 5995, 13 jun 1985.

⁴¹⁶ *Diário da Câmara dos deputados*, Brasília, p. 5995, 13 jun 1985.

⁴¹⁷ *Diário da Câmara dos deputados*, Brasília, p. 5995, 13 jun 1985.

⁴¹⁸ Salgado, Eneida Desiree. *Tijolo por Tijolo um desenho (Quase) Lógico: Vinte Anos de Construção do Projeto Democrático Brasileiro*. Curitiba, Universidade Federal do Paraná, 2005, p. 107.

Em seguida tanto Mário de Oliveira quanto José Fernandes, pastor da Assembleia de Deus e deputado mineiro do MDB, ressaltaram a passividade do povo evangélico que, apesar de não se envolver em “movimentos subversivos”, não era devidamente respeitado pelo governo. Os dois julgavam que, por conta da adoção deste comportamento, os evangélicos deveriam ser tratados com mais consideração pelos poderes públicos:

Deputado Mário de Oliveira, veja V. Ex^a que estamos contribuindo como qualquer cidadão brasileiro, notadamente como cidadãos evangélicos, pelos ensinamentos bíblicos, pela solidariedade e pelo respeito à autoridade que fazemos acompanhar em nossos sermões do púlpito de nossas igrejas – porque V. Ex^a sabe que assim nos ensinou a Bíblia – a fim de que não haja dificuldades para o governo. E, como V. Ex^a lembra, é esta a verdade que faz com que os evangélicos – que não vão às ruas gritar “slogans”, que não vão contestar, que nas crises e nas dificuldades, apelam para o poder maior da oração, e muitas vezes, não são levados em consideração, nem têm o devido valor pelo serviço prestado – queiram receber a mesma consideração por parte das autoridades que representam a nação.⁴¹⁹

Seguiu o discurso queixando-se do fato de não ter conseguido acesso ao então presidente José Sarney. O grupo de políticos evangélicos ao qual fazia parte almejava conseguir uma vaga para Assembleia de Deus na comissão que seria formada para a avaliação das normas da futura constituição. Este fato revelaria o desprestígio a que ainda estariam sujeitos os evangélicos na sua relação com o poder executivo naquele momento, mesmo diante de sua significativa representatividade no conjunto da população brasileira. Todos os deputados afirmavam que os evangélicos no Brasil já representavam 20% da população. É importante observar que os dados oficiais apontam que em 1980, apenas 6,6 % da população era evangélica, o que equivalia a 7.885.846 mil pessoas, e que apenas em 1991 este número subiu para 9%, totalizando então 13.189.284 brasileiros. O exagero torna-se compreensivo, se visto como uma forma de acentuar a importância da população a partir de seu expressivo percentual na sociedade e alimentar o seu poder de troca/diálogo como os poderes estabelecidos.

Em seguida, tomou a palavra o deputado Gióia Junior que fez um discurso inflamado, no qual enfatizou a discriminação a qual supostamente seria vítima o povo evangélico. Disse ter criado um projeto que ampliava a Lei Afonso Arinos, tornando também o preconceito religioso, além do racial, um crime a ser combativo no país. Este projeto foi lançado em 1980 e incluía, além da discriminação religiosa, a por idade e por sexo, que passaram a ser

⁴¹⁹ *Diário da Câmara dos deputados*, Brasília, p. 5996, 13 jun 1985.

consideradas atitudes ilícitas e passíveis de multa e prisão.⁴²⁰ Para Gióia, a discriminação se evidenciava nos seguintes momentos:

Quando o Governo nomeia uma comissão para tratar da nova Constituição e nela não coloca um evangélico, quando os padres podem entrar nos hospitais para dar assistência a doentes e os pastores têm estas mesmas portas fechadas, não podem dar assistência evangélica a um enfermo evangélico que ali está.⁴²¹

Celso Peçanha pediu um aparte e disse acreditar que, por conta do papel social e religioso desempenhado pelos evangélicos, eles iriam compor a comissão criada pelo ministro da Justiça.

Mario de Oliveira prosseguiu seu discurso falando sobre a importância da nova constituição que iria ser construída e conclamando os evangélicos brasileiros a fazerem parte deste processo, além de lutarem por uma representação na comissão responsável pela construção do anteprojeto da futura constituição:

Sr. Presidente, a palavra de Deus fala que fomos constituídos para sermos cabeça e não cauda, para estarmos por cima e não por baixo, por isso, o povo evangélico busca uma representatividade mais justa e mais condigna, já que representa mais de trinta milhões de brasileiros.

Pelo exposto, solicito ao Exm^o Sr. Presidente da República, Dr. José Sarney, e ao Exc^o Ministro da Justiça, Deputado Fernando Lyra, que incluam um representante evangélico na comissão encarregada da elaboração do anteprojeto da Constituição.

Queremos participar, pois chega de carregar a palha, amassar o barro e fazer tijolo para os faraós construírem suas pirâmides, Ex. 5:7-19.⁴²²

Novamente vemos o apelo para que os evangélicos se fizessem presentes entre os mandatários da nação e não ficassem condenados às posições subalternas.

Em um último aparte, o deputado católico Jorge Arbage afirma que a Igreja Católica fazia muitos anos que havia deixado de lado a rivalidade com as demais igrejas cristãs. Se existiam católicos que atuavam politicamente, eles não expressavam os interesses espirituais da Igreja, a “igreja de Deus”, mas apenas sua relação com as coisas mundanas, através de alguns personagens. O próprio papa João Paulo II foi citado como exemplo de diálogo com outros grupos religiosos. Mario de Oliveira não se convenceu do argumento utilizado por

⁴²⁰Disponível em

<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=B3E49737F26ADD1CA900D9282ABA773D.proposicoesWeb1?codteor=1180506&filename=Avulso+-PL+2389/1979>. Acesso em: 19/04/2017.

⁴²¹ *Diário da Câmara dos deputados*, Brasília, p. 5996, 13 jun 1985.

⁴²² *Diário da Câmara dos deputados*, Brasília, p. 5996, 13 jun 1985.

Arbage, argumentando que igreja ao qual o deputado católico se referia estava sendo governada pelos homens.

Oliveira encerrou seu discurso com uma notícia internacional. Esta relatava que a Itália tinha decretado o fim do ensino obrigatório da religião católica nas escolas, fato que o levou a lembrar que, no Brasil, onde não existia uma religião oficial, era o credo católico o conteúdo programático da disciplina Ensino Religioso nas escolas municipais, estaduais e federais de todo país, além de parte considerável dos estabelecimentos educacionais privados.

423

A discussão constitucional em 1988

A discussão sobre o Ensino Religioso durante os trabalhos constitucionais girou em torno basicamente da sua facultatividade para a escola ou para os alunos. Alguns deputados defendiam que todas as escolas deveriam ter a disciplina, cabendo aos que se matriculavam optar ou não pela realização da matéria, enquanto outros acreditavam que as instituições educacionais deveriam ter autonomia para definir se o Ensino Religioso faria parte do currículo.

A parte do texto que gerou as disputas em torno do tema foi o seguinte: “O Ensino religioso, de matrícula facultativa, constituirá disciplina dos horários normais das escolas públicas do ensino fundamental”. O deputado batista Fausto Rocha, membro da Bancada Evangélica, propôs uma alteração no texto para “O Ensino Religioso facultativo constituirá disciplina dos horários normais das escolas públicas do ensino fundamental”. Isto ocorreu na primeira parte da discussão sobre o assunto realizada na sessão de 19 de maio de 1988. Segundo o deputado, com esta modificação, o Estado ficaria desobrigado de arcar com os custos da manutenção de tal disciplina ao mesmo tempo em que garantiria uma dupla facultatividade para a mesma, pois tanto a oferta, quanto a matrícula poderiam ser opcionais.

A esta posição se opôs a deputada Sandra Cavalcanti (PFL-RJ), que afirmou que desta forma se negaria o direito das famílias de ter o Ensino Religioso para seus filhos na escola, caso elas assim desejassem:

⁴²³ *Diário da Câmara dos deputados*, Brasília, p. 5997, 13 jun 1985.

Se for facultativo nas escolas, e uma escola pública não quiser ter o ensino de religião, um pai católico pobre, um pai protestante pobre, um pai espírita pobre, um pai budista, seja lá o que for, que põe o seu filho na escola e que quer que ele tenha também um ensino religioso, encontra uma escola onde a direção, valendo-se da palavra facultativa, posta no texto, não oferece esse ensino a que ele tem direito.⁴²⁴

A emenda do deputado acabou sendo rejeitada. Foram 76 votos a favor e 285 contra. A maioria dos deputados concordava que caberia ao aluno a decisão de aceitar ou não o Ensino Religioso. Apesar disto, Fausto Rocha pôde contar com o apoio de alguns deputados. Nem todos concordavam plenamente com o argumento de Rocha, mas viam com bons olhos uma maior restrição ao Ensino Religioso. Foi o caso do deputado Gilberto Freire (PCB- PE), que disse ser a favor da extinção do mesmo, mas como não via meios de sua proposta ser aprovada, preferia votar a favor da emenda, vista por ele como uma forma de limitar a presença desta disciplina nas instituições educacionais.

Em agosto de 1988, o tema voltou a ser avaliado no plenário. Novamente três posições foram colocadas em disputa: a primeira e bastante minoritária era formada pelos que eram contrários a existência do Ensino Religioso nas escolas, por considerar o fato um atentado à liberdade religiosa ou a laicidade estatal; a segunda defendia a presença deste ensino, mas advogava o direito de escolha tanto da escola quanto dos alunos; a terceira apregoava a necessidade da presença da disciplina nas escolas, deixando nas mãos dos alunos e seus responsáveis a decisão quanto a cursá-la ou não. Todas as tentativas de modificação da lei giravam em torno destas questões.

Roberto Freire reafirmou sua posição contrária ao Ensino Religioso, mas retirou o destaque que havia proposto pedindo a exclusão dos trechos constitucionais que tratariam do tema, por acreditar que sua sugestão não tinha como lograr êxito.

O deputado Gumercindo Milhomen propôs a supressão da expressão “que constituirá disciplina nos horários normais da escola pública”, deixando apenas a expressão “de matrícula facultativa”. A respeito deste assunto, a bancada cristã, formada por evangélicos e católicos, se fez representar pela fala da deputada Sandra Cavalcante que defendeu o direito das famílias ao Ensino Religioso e a necessidade deste ser oferecido nos horários normais da escola, ainda que mantendo a sua facultatividade:

O Brasil foi sempre um País de liberdade religiosa, mas houve um momento na história de nossa Educação em que puseram na cabeça que o ensino deveria ser leigo e que a palavra “religião” estava banida do sistema de Educação. É exatamente

⁴²⁴ *Diário da Assembleia Nacional Constituinte*, Brasília, p. 10609, 20 mai 1988.

isto que emenda visa preservar, pois, se o texto diz, no inciso III, que temos liberdade de aprender, ensinar, pesquisar, divulgar o pensamento, a arte e o saber, a disciplina “Ensino Religioso” tem o direito de estar incluída nos horários das escolas. Quem tem o direito de ir ou não à aula é o aluno, mas não há o direito da escola negar à comunidade a existência desta oportunidade.⁴²⁵

Cavalcante defendeu ainda a necessidade do Ensino Religioso não se restringir ao fundamental e abranger outras etapas educacionais, atendendo desta forma o desejo de aprendizagem deste saber também nas “universidades e escolas de nível médio”. Ela criou uma emenda solicitando a modificação da lei neste sentido, todavia acabou retirando-a para facilitar o andamento da votação, observando que o tema seria tratado novamente quando da elaboração da nova Lei de Diretrizes e Base da Educação.

O texto final da Constituição de 1988, que trata a respeito do Ensino Religioso, ficou com a seguinte redação:

Art. 210. Serão fixados conteúdos mínimos para o ensino fundamental, de maneira a assegurar formação básica comum e respeito aos valores culturais e artísticos, nacionais e regionais.

§ 1º O ensino religioso, de matrícula facultativa, constituirá disciplina dos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental.⁴²⁶

Venceu a posição defendida pela bancada cristã, embora tenha ficado para os construtores da nova LDB a tarefa de tornar o texto constitucional a respeito do tema um pouco menos vago.

Ensino Religioso e a LDB de 1996

A nova LDB, na qual se definiriam melhor os rumos do Ensino Religioso, segundo a interpretação da deputada Sandra Cavalcante, só veio a ser sancionada após oito anos de discussão no Congresso Nacional. Ela foi sancionada pelo presidente Fernando Henrique Cardoso (1994-2002) no dia 20 de dezembro de 1996, mas mesmo após sua promulgação, o impasse em relação ao tema continuou, pois foi reafirmada pelo então Ministro da Educação, Paulo Renato de Souza, a necessidade de rever um ponto da legislação educacional, o qual

⁴²⁵ *Diário da Assembleia Nacional Constituinte*, Brasília, p. 13794, 31 ago. 1988.

⁴²⁶ Legislação Informatizada - CONSTITUIÇÃO DE 1988 - Publicação Original. Disponível em <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/consti/1988/constituicao-1988-5-outubro-1988-322142-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em 03/05/2017.

gerou impasse entre os diversos segmentos religiosos, notadamente uma forte reação contrária da Igreja Católica, que se opôs ao ponto da lei que afirmava a não obrigatoriedade do governo em arcar com os custos desta disciplina.

Desde o início do ano de 1996, quando as discussões no Congresso Nacional já caminhavam para uma elaboração definitiva da nova lei, que a CNBB tentou pressionar o Executivo e o Legislativo Federal a modificar este ponto da legislação:

A CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil) enviou cartas para todos os deputados e senadores do Congresso Nacional pedindo que os professores de ensino religioso das escolas públicas continuassem a ser pagos pelos Estados.

Para aumentar o poder de persuasão das cartas, cada bispo colocou sua assinatura naquelas que seriam enviadas para os deputados de sua região.

Os bispos temem que seja aprovado o projeto de Lei de Diretrizes e Bases da Educação como o acréscimo da expressão "sem ônus para os cofres públicos" ao artigo que estabelece o ensino religioso como "disciplina dos horários normais das escolas públicas".⁴²⁷

As lideranças católicas desejavam que o Estado continuasse a bancar este ensino e reivindicavam a manutenção da Constituição de 1988, no que diz respeito ao tema. É necessário ressaltar, no entanto, o caráter vago do texto constitucional citado, posto que a ideia de que competiria ao Estado arcar com os seus os custos estava apenas subentendida no mesmo. Nas legislações anteriores a expressão "sem ônus para os cofres públicos" esteve presente, o que não aconteceu na legislação 1988. Concluiu-se, a partir de sua ausência, que a responsabilidade pelo pagamento dos professores seria dos governos nas diversas instâncias.

Esta interpretação fica bastante clara num artigo escrito pelo ex-presidente regional da CNBB em São Paulo e que era, naquele momento, Bispo da Diocese de Piracicaba, D. Eduardo Koalk. Nesta publicação escrita para o jornal *Folha de S Paulo*, em 15 de abril de 1996, ele comenta a decisão do estado de São Paulo de não arcar com o pagamento dos professores de Ensino Religioso:

Intriga-me tanta falta de objetividade no cerrado combate, contra o Ensino Religioso Escolar (ERE). Permanecem ocultas no mais profundo do subconsciente. Quando se fala em "razões técnicas e não de caráter religioso", intriga-me ainda mais.

A Constituição de 88, nesta matéria, não me parece que seja de entendimento inacessível aos não perigos.

No artigo 210, onde reza "o ensino religioso de matrícula facultativa", requer-se especial acrobacia para fazer entender: "Ensino religioso facultativo"; onde reza em continuação "Constituirá disciplina dos 1º e 2º graus".

⁴²⁷ Luis Henrique Amaral. CNBB quer que o Estado pague aulas. *Folha de S Paulo*, São Paulo, p. 13, 5 mai. 1996.

Em outras palavras, está determinando que o ensino religioso é disciplina obrigatória para a escola e de matrícula facultativa para os alunos.

Onde reza: "Nos horários normais da escola", evidente que não pode significar: fora da grade escolar. Mais: se a Constituição obriga que se introduza o ensino religioso no currículo escolar, cabe ao Estado a responsabilidade de oferecer os necessários recursos.⁴²⁸

Eduardo Koaik fazia referência à celeuma que estava acontecendo entre o governo do estado de São Paulo e a Igreja Católica por conta da implantação do Ensino Religioso nas escolas paulistas. O então governador, Mário Covas, havia suspenso no início de seu mandato, o processo de implantação do Ensino Religioso no ano letivo de 1995, que tinha sido autorizado pelo seu antecessor, Luiz Antônio Fleury, prometendo, após diálogo com a Igreja Católica e outros setores do campo religioso, a presença da disciplina no ano seguinte.⁴²⁹ Havia ainda a proposta que o mesmo fosse realizado em turno oposto ao que o aluno estudava as demais matérias. Koaik fez alusão ainda ao relatório técnico que havia sido encomendado pela Secretária de Educação de São Paulo, Rose Neubauer. Este relatório, elaborado em 1995, desaconselhou a sua implantação nas escolas.

Na verdade, quem havia articulado a implantação do Ensino Religioso em São Paulo foi a Igreja Católica durante o mandato de Fleury, mas como Mário Covas se recusou a cumprir a promessa de seu antecessor, a Igreja buscou pressionar o governo. Uma das estratégias utilizadas foi a de se reunir com outros segmentos religiosos que tinham interesse no tema. Além dos católicos, representantes luteranos, metodistas, presbiterianos e armênios apostólicos se organizaram para construir um programa ecumênico, imune a críticas de uma possível discriminação religiosa. Esta acabou sendo uma forma de se opor à proposta de Fleury, feita para economizar custos, de deixar a cargo dos professores de história, o ensino da matéria, a qual funcionaria mais como um curso de "história das religiões". Esta proposta teria também afetado os planos de muitos destes grupos religiosos que teriam se programado para realizar a oferta desta matéria:

Pelo decreto de Fleury, as escolas deveriam ter professores de cada religião. Ou seja, os estudantes católicos teriam aulas de catecismo católico, os espíritas com um professor kardecista, e assim por diante. A nova proposta sugere que uma espécie de professor de História fale sobre todas as religiões.

Com a sugestão, o governo paulista ganhou a antipatia de católicos e evangélicos, que já haviam se preparado para treinar uma rede própria de professores para lecionar nas escolas paulistas. "Essa proposta é inaceitável", diz D. Amaury Castanho, bispo de Jundiá, cidade do interior paulista, que participa das

⁴²⁸ Eduardo Koaik. Ensino religioso e a exceção da regra. *Folha de S Paulo*, São Paulo, p. 3, 15 abr. 1996.

⁴²⁹ São Paulo vai ensinar religião. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, p. 6, 26 ago. 1995.

negociações com o governo. "Não nos interessa que um professor de História fale sobre todas as religiões", afirma Izes Calheiros, secretária-geral da Associação Evangélica da Educação Teológica para América Latina.⁴³⁰

Impossível deixar de notar que não bastava o caráter ecumênico da disciplina, que só atendia, e em parte, àqueles que eram membros do Cristianismo. Diante da diversidade religiosa brasileira, seria necessário que a disciplina adotasse natureza inter-religiosa. Esta, no entanto, não interessava aos religiosos envolvidos no projeto. A fala de D. Amaury Castanho revela de forma clara esta posição. Ele afirmou não acreditar num ecumenismo que envolvesse espíritas, evangélicos e umbandistas, pois apenas "protestantes e católicos" conseguiriam desenvolver este debate. Já neste momento os pentecostais representavam maioria do campo protestante, mesmo em São Paulo, e não foram chamados a participar da elaboração do "projeto ecumênico". O mesmo pode ser dito de outros segmentos. Na reportagem citada, a visão dos "excluídos" se fez presente através de um representante judeu:

O rabino Henry Sobel, presidente do Rabinato da Congregação Israelita Paulista, aproveitou a briga para deixar claro que é contra qualquer tipo de ensino religioso. "isso não é tarefa da escola. Seria muito difícil formar adequadamente professores para dar essas aulas".⁴³¹

Os temas presentes na discussão em torno da implantação do Ensino Religioso nas escolas paulistas anteciparam algumas das questões colocadas na elaboração da LDB. Um deles foi encontrar caminhos para lidar com a diversidade religiosa presente no território brasileiro, acompanhado, no entanto, do desejo de muitos de ver suas crenças presentes nos conteúdos da disciplina nas escolas. Possivelmente, como uma forma de lidar com esta questão, o texto da nova lei estabeleceu que o Ensino Religioso poderia se realizar de duas maneiras. A escola poderia oferecer a disciplina de caráter confessional, a partir da preferência do aluno ou responsável, ou interconfessional, resultante do acordo entre as várias entidades religiosas, que juntas deveriam chegar a um programa comum.

O ponto mais polêmico da nova LDB e que, tal como na cidade de São Paulo, criou atritos entre os legisladores e o Executivo, foi o fato de a nova lei ter determinado que o Ensino Religioso teria que ser realizado sem ônus para os cofres públicos, o que, como já foi comentado anteriormente, gerou uma forte reação da Igreja Católica. Esta reação levou o governo a sancionar a LDB tal como havia sido enviada, ao mesmo tempo em que propôs

⁴³⁰ Fabrício Marques. Aula de religião causa discórdia. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, p. 4, 18 set. 1995.

⁴³¹ Fabrício Marques. Aula de religião causa discórdia. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, p. 4, 18 set. 1995.

para o ano seguinte, 1997, a realização de uma reforma da legislação no que tange a este tema.

O pesquisador de história da Educação, Luiz Antônio Cunha, ao estudar as disputas religiosas que estiveram presentes na elaboração da LDB de 1996, analisou o impacto das ações da Conferência Nacional dos Bispos, no sentido de pressionar o governo a retirar das mãos das igrejas a responsabilidade financeira pela implantação da disciplina. Uma das motivações dos católicos para tal empreendimento foi a iminência da visita do papa João Paulo II ao Brasil, que esteve no país entre 2 e 6 de outubro de 1997. A presença do Ensino Religioso de forma viável, ou seja, sob a tutela estatal, seria uma maneira de reafirmar o prestígio católico em solo brasileiro.⁴³²

Desde o início da década de 1990, a Igreja Católica vinha defendendo a causa do Ensino Religioso, muito provavelmente, como uma das formas de deter o avanço de outros grupos no campo religioso brasileiro. A justificativa utilizada era, sobretudo no sentido de enfatizar o papel que este conhecimento desempenharia para o fortalecimento ético e moral dos indivíduos, ainda mais numa sociedade que passava por grandes mudanças. Inclusive a Educação foi tema da 30ª Assembleia da CNBB, realizada em Indaiatuba, em 1992. Entre as propostas defendidas no encontro, estava o desejo de ver "aulas de religião em todas as instituições" para aqueles que a desejassem.⁴³³

Em junho de 1991, Dom José Freire Falcão, então Cardeal-Arcebispo de Brasília e membro do Secretariado Romano para a União dos Cristãos, publicou um artigo defendendo a efetiva implantação do Ensino Religioso, tendo as mesmas prerrogativas das demais matérias escolares. Para Dom José, este ensino deveria ser realizado de forma confessional, questionando a possibilidade de sua adoção sobre o viés da História das Religiões ou em substituição à disciplina de Educação Moral e Cívica, por julgar que eram justamente os aspectos mais religiosos, só possíveis pelo contato direto com as doutrinas de uma religião, que seriam a grande vantagem deste campo do saber:

É necessário o ensino religioso confessional, isto é, a transmissão do conteúdo da fé àqueles que professam uma determinada fé religiosa.

É improcedente o argumento de que numa sociedade pluralista seria um desrespeito às minorias religiosas impor-lhes uma determinada fé, por exemplo, a fé católica. Primeiro, porque o ensino de religião não é imposto a ninguém. É uma

⁴³² CUNHA, Luiz Antônio. (2016). O veto transversal de FHC à LDB: o ensino religioso nas escolas públicas. Educação e Pesquisa. Disponível em <<https://dx.doi.org/10.1590/S1517-9702201609146803>>. Acesso em 01/06/2017.

⁴³³ Educação é tema da 30ª Assembleia da CNBB. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, p. 9, 28 abr. 1992.

opção dos pais para os seus filhos. Depois, ninguém está obrigado a assistir a uma aula de religião contrária às suas convicções.

Até mesmo, por respeito à consciência do educando o ensino da religião deve ser ministrado de acordo com sua fé religiosa. E, por isso, deve ser confessional.

Nem por isso, é contrário ao autêntico ecumenismo. Porque não só respeita a consciência religiosa das minorias como procura informar honestamente sobre a fé dos outros grupos religiosos. Não é um obstáculo ao diálogo ecumênico, mas condição para o verdadeiro diálogo, o qual supõe o conhecimento das convicções religiosas dos outros e, principalmente, a vivência da própria fé.⁴³⁴

Dom José Freire Falcão seguiu argumentando o suposto interesse dos próprios grupos minoritários em que o Ensino religioso fosse confessional. Ele pareceu sugerir que os alunos das minorias religiosas, ao participarem das aulas religiosas confessionais, se assim o desejarem, teriam a oportunidade de contribuir para a construção de um verdadeiro ecumenismo. Esta argumentação insinua, de forma bastante reveladora, que o ensino religioso que Arcebispo se referia era o das crenças católicas. Tanto que ele segue no artigo reforçando as vantagens desta educação para o descobrimento das "origens cristãs da nossa Pátria".⁴³⁵

Uma fala que vai ao encontro desta argumentação foi a de Dom Lucas Moreira Neves, então Cardeal-Arcebispo de Salvador e Primaz do Brasil, na qual também defendeu a importância da educação religiosa para o pleno desenvolvimento de todas as potencialidades humanas. Em artigo publicado também pelo *Jornal do Brasil*, em julho de 1992, onde ressaltava o papel histórico que a Igreja Católica vinha desempenhando no campo educacional mundial e brasileiro, Dom Lucas expôs sua convicção de que caberia à escola, em continuação ao papel que fora desempenhado pela Igreja e pela família, dar a educação formal da religião. Também defendeu a visão do ensino confessional como sendo o caminho correto para o respeito à pluralidade religiosa, ainda que o credo ensinado nas escolas fosse o católico:

Mas, além da educação religiosa informal, não pode faltar a formal na escola. Na escola particular de cunho religioso, mas também nas escolas da rede oficial. Esta última é um terreno delicado no qual a legislação tem de encontrar meios para de um lado não ferir o legítimo pluralismo da escola, de outro lado ministrar uma educação religiosa verdadeira, não diluída num vago teísmo impessoal, sob pretexto de respeito à pluralidade. Daí a preocupação dos bispos, dos educadores católicos e dos educadores em geral em encontrar a verdadeira identidade do ensino religioso em confronto com a catequese, com a instrução moral e cívica, com a filosofia, etc. Procura-se um "referencial básico" que evite imprecisão e confusão no ensino da religião.⁴³⁶

⁴³⁴ Dom José Freire Falcão. O ensino da fé. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, p. 11, 14 jun. 1991.

⁴³⁵ Dom José Freire Falcão. O ensino da fé. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, p. 11, 14 jun. 1991.

⁴³⁶ Dom Lucas Moreira Neves. Educação religiosa. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, p. 11, 22 jul. 1992.

A Reforma da nova LDB

Ainda em abril de 1997, o deputado federal Aldir Cabral (PFL-RJ), já tinha ido à tribuna condenar a posição que a Igreja Católica vinha defendendo, ao tentar alterar a LDB então recentemente promulgada, a fim de que os cofres públicos passassem a ser os responsáveis pelos custos do Ensino Religioso nas escolas de sua alçada. Cabral defendeu o texto da LDB de 1996, pois, a seu ver, este garantia o mesmo espaço a todos os grupos religiosos, promovendo assim a laicidade estatal.

Em julho de 1997, o comentarista político Josias de Souza escreveu um texto na *Folha de S Paulo*, no qual apresenta uma visão bastante similar à do deputado iurdiano. Josias comentava o lobby que havia sido realizado pela Igreja Católica a favor da modificação da legislação educacional, com o objetivo de garantir o financiamento estatal do ensino religioso. Segundo Josias, a CNBB havia pressionado o governo através de sua oposição à venda da Companhia Vale do Rio Doce, do apoio à marcha dos sem-terra e até mesmo teria lançado um documento público onde denunciava a corrupção presente durante a aprovação do projeto que instituiu a reeleição para presidente no Brasil. Além de insinuar uma possível chantagem para com o governo, o colunista do jornal paulista é bastante duro com os padres ao afirmar que na verdade o trabalho nas escolas “transformou-se num cabide para padres exaustos do próprio ócio”, terminando seu artigo alertando para os efeitos negativos da nova legislação:

A lei diz que as aulas serão ecumênicas. Tolice. A menos que se transforme a escola numa batel religiosa, com professores evangélicos, judeus, muçulmanos, budistas...

Ao imiscuir-se entre os alunos, a igreja tolhe o sagrado direito do adolescente de escolher, sob a influência exclusiva dos pais, a crença de sua preferência. Ou, por outra, o direito, igualmente sagrado, de não ter crença nenhuma.⁴³⁷

Os comentários de Josias causaram indignação ao Bispo de Piracicaba Eduardo Koaik, que os considerou como ofensivos. Argumentou no sentido de mostrar que o financiamento estatal era comum à maioria das constituições no Brasil e se fora tirado na LDB de 1997, foi por conta do governo paulista, que teria incluído um item já rejeitado pelos constituintes de 1988. A rejeição paulista de promover o ensino religioso foi atacada:

O ensino religioso com professores remunerados acha-se tranquilamente já implementado nas escolas de 1º grau, em todos os estados do Brasil. Exceto em São

⁴³⁷ Josias de Souza. Ajoelhando Henrique Cardoso. *Folha de S Paulo*, São Paulo, p. 2, 28 jul. 1997.

Paulo, que dá a impressão de ser uma nação fora do Brasil, ou, então, o Estado mais pobre da Federação.⁴³⁸

O relator do projeto de reforma do Ensino Religioso foi o deputado petista paranaense Padre Roque, que encaminhou seu parecer sobre o mesmo.

O projeto que foi a discussão no Congresso Nacional foi fruto da convergência de três outros projetos, o de Nelson Marchezan, que basicamente reinseria o ônus para os cofres públicos, o de Maurício Requião que girava em torno da criação dos parâmetros curriculares nacionais para o ensino religioso, e o do poder executivo, que enfatizava o caráter ecumênico que o mesmo poderia ter. O texto final apresentado pelo relator foi o seguinte:

Art. 33 – O ensino religioso, de matrícula facultativa, é parte integrante da formação básica do cidadão e constitui disciplina dos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental, assegurado o respeito à diversidade cultural religiosa do Brasil, vedadas quaisquer formas de proselitismo.

1º - Os sistemas de ensino regulamentarão os procedimentos para a definição dos conteúdos do ensino religioso e estabelecerão as normas para a habilitação e admissão dos professores.

2º - Os sistemas de ensino ouvirão entidade civil, constituída pelas diferentes denominações religiosas, para a definição dos conteúdos do ensino religioso.⁴³⁹

Na discussão realizada após apresentação do projeto, um dos primeiros a se manifestar foi o deputado Gerson Peres (PRB-PA). Peres defendeu o texto da matéria, ressaltando que este não apresentava preconceito religioso e respeitava a diversidade religiosa brasileira. Entretanto, em determinado momento de seu discurso, afirmava que o mesmo era "uma reconquista baseada no desejo da maioria da comunidade brasileira, cuja nação nasceu sob o signo religioso do Cristianismo".⁴⁴⁰ Ressalta-se desta forma que se pensava a diversidade religiosa brasileira, sobretudo, a partir de uma base cristã. Outro discurso, o de Inocêncio Oliveira (PFL-PE), apresentou a mesma perspectiva, pois ele defendeu que o substitutivo apresentado pelo Padre Roque era "uma aula de filosofia cristã sobre o verdadeiro ensino religioso que deve ser professado".⁴⁴¹

Um dos poucos deputados que se opôs à apresentação do projeto foi o petista José Genuíno (PT-SP), por considerá-lo um atentado à laicidade estatal. No entanto, o Partido dos trabalhadores liberou o voto de seus deputados para escolherem de acordo com suas

⁴³⁸ Eduardo Koaiik. Ensino religioso. *Folha de S Paulo*, São Paulo, Opinião, p. 1, 2 ago. 1997.

⁴³⁹ *Diário da Câmara dos Deputados*. Brasília, p. 16518, 18 jun. 1997.

⁴⁴⁰ *Diário da Câmara dos Deputados*. Brasília, p. 16520, 18 jun. 1997.

⁴⁴¹ *Diário da Câmara dos Deputados*. Brasília, p. 16521, 18 jun. 1997.

consciências. Outro deputado que discordou do projeto foi Sergio Arouca (PPS - RJ), argumentando de maneira semelhante a José Genuíno:

Sr presidente, o lugar do Ensino religioso é nos templos, nas igrejas. A escola deve abrir seu espaço físico para o que seja necessário, inclusive para os trabalhos comunitários, para discussão e para o próprio ensino religioso, mas jamais pode ter esta responsabilidade.

Defendemos avanços que já foram feitos a partir da Revolução Francesa. Significaria um verdadeiro retrocesso uma nova integração entre o Estado e religião. O estado deve ser laico a religião, livre. Ela não deve ser promovida pelo Estado.⁴⁴²

O posicionamento adotado por Arouca e Genuíno foi suplantado pelo dos deputados que consideravam a instituição do ensino religioso não como um atentado ao estado laico, mas como um elemento necessário para a formação moral e ética dos estudantes. É necessário ressaltar, no entanto, que as bases deste ensino deveriam ser cristãs, pelo menos, para uma boa parte dos deputados que se posicionaram publicamente a respeito do tema. A Fala do deputado Salvador Zimbali (PTB-SP) é bastante ilustrativa:

Sr Presidente, durante inúmeras reuniões, inclusive com a participação do Ministro da Educação, Paulo Renato, e de representantes de várias religiões, como da CNBB e da Associação Nacional dos Pastores, foi discutido esse projeto em busca de um consenso, para que pudesse ser submetido ao Plenário. Diferentemente daquilo que já foi dito aqui sobre a defesa do Estado laico, entendemos que, na realidade, até o nosso calendário é regido por um ano cristão.

Sr Presidente, entendemos que há divergências entre as ideologias, entre as denominações religiosas, mas há uma convergência em nosso calendário e em nosso dia-a-dia, o próprio Jesus Cristo.

O deputado parece ignorar que toda população brasileira não era formada por cristãos. Mas não era só ele que pensava desta forma, pois a maior parte dos deputados adotou uma visão semelhante sobre o tema.

Curioso observar que, na discussão que antecedeu a votação do projeto, não houve uma contestação de deputados evangélicos. Luiz Antonio Cunha, ao analisar o processo de reforma da LDB no Congresso Nacional, também observou este silenciamento, quebrado apenas pelo voto contrário e sem pronunciamento de dois deputados, Salatiel Carvalho (PTB-PE) e Lamartine Posella (PPB-SP). Para Cunha, esta apatia pode ser explicada pelo esvaziamento da Câmara no momento da votação, pois a mesma foi feita pela manifestação passiva⁴⁴³, e dela

⁴⁴² *Diário da Câmara dos Deputados*. Brasília, p. 16522, 18 jun. 1997.

⁴⁴³ Na votação pela manifestação passiva o condutor da sessão pede apenas para os que aprovam uma determinada matéria permaneçam em seus lugares.

não foram deixados muitos registros. Além disto, a base do governo Fernando Henrique, que fora pressionado pela CNBB, votou a favor do projeto. Até partidos historicamente favoráveis à laicidade, como o PSB, votaram pela aprovação da matéria.⁴⁴⁴

A reação mais forte ao projeto foi da Igreja Universal do Reino de Deus que, em várias edições do jornal *Folha Universal*, criticou o que qualificou como a aceitação por parte de Fernando Henrique das chantagens da Igreja Católica. Em um dos artigos publicados, chegou-se a afirmar que na prática o que se ensinaria nas escolas seria a doutrina católica:

Os milhões de evangélicos, judeus, mulçumanos, espíritas, adeptos de outras religiões e ateus que se conformem. Suas crianças ou terão que engolir ensinamentos que nada tem a ver com a fé que professam ou passar pelo constrangimento de se retirar da sala, aparecendo como estranhos, esquisitos, diferentes ou alienados, uma vez que a lei determina que assistir às aulas é facultativo.

Embora o texto não diga que vá ensinar a fé católica, isso tudo não passa de um engodo. É impossível preparar um “caldeirão cristão” que agrade a todos os gostos. Tudo indica que predominará o catolicismo. Pelo menos é isso o que acontece nas escolas dos Estados onde são ministradas aulas de religião. A maioria dos professores são padres que exercem o ofício em troca de um generoso salário pago pelo governo.⁴⁴⁵

Apesar da dura crítica presentes nos textos publicados pelas lideranças iurdianas, durante a votação do projeto, a ausência dos deputados ligados ao grupo também se fez presente. Isto é estranho uma vez que o deputado federal Carlos Rodrigues havia se pronunciado em sua coluna contra a alteração do texto da LDB sobre o Ensino Religioso. Para Rodrigues, a CNBB usou o seu apoio ao governo Fernando Henrique, durante a crise impulsionada pela denúncia de compra de votos para aprovação da emenda da reeleição, como uma “moeda de troca” para aprovação da matéria com ônus para o Estado.⁴⁴⁶ Curioso o questionamento desta prática que não era estranha aos próprios métodos utilizados pela IURD. O projeto de lei ambiental,⁴⁴⁷ com as alterações propostas pelos evangélicos, foi conquistado após muita pressão junto ao governo federal. A Igreja Universal do Reino utilizou seus meios de comunicação, além de suas bancadas em nível federal e estadual, para conseguir a

⁴⁴⁴ CUNHA, Luiz Antônio. (2016). O veto transversal de FHC à LDB: o ensino religioso nas escolas públicas. Educação e Pesquisa. Disponível em <<https://dx.doi.org/10.1590/S1517-9702201609146803>>. Acesso em 20/06/2017.

⁴⁴⁵ Karl. Weiss. FCH diz amém às imposições da Igreja Católica. *Folha Universal*, Rio de Janeiro, p. 2a, 10 ago. 1997.

⁴⁴⁶ Bispo Rodrigues. O presidente amarelou. *Folha Universal*, Rio de Janeiro, p. 3, 8 jun. 1997.

⁴⁴⁷ O projeto de Lei Ambiental visava funcionar como um instrumento legal para regular as atividades relacionadas ao meio ambiente, tais como desmatamento, poluição, caça e pesca predatória. Um de seus artigos dizia respeito à poluição sonora, prevendo punições para grupos religiosos que ultrapassassem o limite permitido pela nova lei.

modificação do texto original. As barganhas políticas durante o governo FHC, ao que parece, envolviam tanto católicos quanto evangélicos, e talvez, por conta disto, a pressão iurdiana contra a aprovação da reforma do Ensino Religioso tenha sido mais midiática do que política.



Imagem 7 – Ensino Religioso em disputa

A capitulação em 1997 não impediu que o tema continuasse a ser tratado pela Igreja Universal em suas publicações, mantendo-se uma visão extremamente negativa sob a utilidade de tal disciplina no currículo escolar. Em 2000, o então governador do Rio de Janeiro, Anthony Garotinho instituiu o Ensino Religioso nas escolas públicas estaduais. Os deputados Bispo Rodrigues e De Velasco se posicionaram de forma completamente contrária a tal medida:

Segundo os deputados federais bispo Carlos Rodrigues (PL-RJ) e pastor De Velasco (PSL-SP), o ensino religioso deve ser responsabilidade dos pais dos alunos e ensinado na igreja que eles frequentam.

De Velasco afirma que essa disciplina pode influenciar na formação religiosa dos alunos, considerando que a maior incentivadora do ensino religioso nas escolas é a Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) que é de origem católica.⁴⁴⁸

Na reportagem, aparece uma imagem bastante ilustrativa desta visão que associa Ensino Religioso ao interesse católico. Duas mulheres, uma que parece sugerir a figura de uma professora, disputam uma criança com outra identificada claramente como uma freira (Ver imagem 7). Esta ilustração da reportagem apenas reafirma a visão presente entre uma parte

⁴⁴⁸ Lei que exige que ensino religioso da rede estadual seja obrigatório. *Folha Universal*, Rio de Janeiro, p. 7b, 29 out. 2000.

dos evangélicos de que interessaria apenas ao catolicismo a adoção de tal matéria, isto por conta de sua presença ostensiva nos espaços públicos brasileiros.

Algumas observações finais

As discussões sobre o Ensino religioso mostraram as disputas presentes no campo religioso brasileiro. É possível perceber que, nos primeiros momentos, os legisladores protestantes que se pronunciaram sobre o tema adotaram a bandeira do laicismo, como uma maneira de contestar a influência católica no Estado. À medida que ocorreu um crescimento da participação evangélica na sociedade, a resistência dos seus parlamentares sofreu um relativo declínio. Esta mudança talvez se explique por conta de que o Cristianismo ou seus princípios éticos, morais e doutrinários ter sido sempre pouco contestado, tanto por legisladores protestantes quanto católicos, em relação ao fato de que ele deveria ser a base do currículo do Ensino Religioso. Além disto, outros aspectos do campo político também influenciaram as decisões tomadas pelos deputados, como foi o caso da votação da reforma da LDB de 1996, feita para resolver a pendência sobre o tema.

A pressão do Governo Federal para que a emenda fosse aprovada garantiu que as questões de consciência religiosa dos deputados ficassem apenas no campo teórico e não se expressassem em uma contestação efetiva dos que o julgavam um atentado ao Estado laico. A laicidade seria assim encontrada através da pluralidade religiosa. Paradoxalmente, a presença evangélica no Congresso Nacional aponta para o processo de laicização "às avessas" do espaço público brasileiro, que antes não era laico porque havia a presença implícita ou explícita do catolicismo como religião de Estado. Possivelmente, a laicização no "estilo europeu" não tenha um terreno fértil em nossa sociedade, entretanto, a mobilização dos diversos grupos religiosos pode gerar uma ocupação mais "democrática" das nossas instituições políticas. Como não foi possível eliminar o Ensino Religioso, talvez a elaboração dos PCNER, realizado por um fórum com diversas representações religiosas, tenha sido o caminho mais saudável para lidar com a diversidade religiosa brasileira.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A hipótese central defendida ao longo da tese foi a de que a presença crescente dos evangélicos nas diversas esferas do legislativo brasileiro esteve relacionada seu crescimento na sociedade brasileira, nenhuma grande novidade já que isto de certa maneira já tem sido dito e comprovado por outros pesquisadores. Todavia, acrescentou-se como mais um componente explicativo para pensar este processo, a necessidade de análise da imbricação do político no religioso e do religioso no político, que pode ser notada ao se estudar a atuação desses atores político-religiosos, personagens principais da história aqui contada. As disputas no campo religioso foram trazidas para arena política, o que ocasionou também uma via de mão dupla, pois o religioso muitas vezes também informou o político.

Assim, a “grande novidade” da presença protestante nas Câmaras (municipal e federal) e Assembleia trouxe de original para o campo político não o conservadorismo, as ideias retrógradas, o atraso, pois estes já o constituíam, num país cuja história republicana tem mais períodos de exceção que de democracia consolidada. Os evangélicos aqui analisados mais reverberaram o “direitismo” de nossas tradições políticas, as suas práticas fisiologistas e clientelistas, que se configuraram como uma forma de permanência no poder. O novo veio apenas na medida em que eles trouxeram para o espaço público os conflitos que marcaram e ainda continuam marcando o nosso campo religioso. As comemorações do dia da Bíblia para se contraporem aos espaços públicos com símbolos católicos, as homenagens às lideranças evangélicas em oposição a procissões vistas como “festas cívicas”.

Nos tempos temerosos que são vividos no Brasil atualmente e diante de uma bancada evangélica que apoiou o impeachment (ou golpe) da presidente Dilma Roussef, surge a tentação de considerar apenas os aspectos negativos de sua presença no espaço público. É necessário neste ponto lembrar Pierruci e sua constatação, ao avaliar a participação da bancada evangélica nos processos eleitorais, que ela havia sido apenas um pouco mais conservadora do que a maioria do Congresso.⁴⁴⁹ Muitos de seus vícios também foram os vícios dos políticos que não tinham uma conotação religiosa em seus mandatos.

Se nas questões políticas mais gerais não se viu uma substancial diferença em relação à postura dos políticos evangélicos, no que tange aos temas de seu interesse (leia-se, interesse de seu grupo religioso), as distinções tornaram-se mais evidentes.

⁴⁴⁹ PIERUCCI, Antonio Flavio. *A realidade social das religiões no Brasil: religião, sociedade e política*. São Paulo: Hucitec, 1996, p.178.

Ao analisar a atuação da bancada evangélica na Câmara Municipal de Salvador, pode-se identificar a sua ampliação e fortalecimento, ainda que este processo tenha sido marcado por divergências internas. Ela soube se articular para se opor aos seus rivais no campo religioso, trazendo para o espaço público suas crenças, seus símbolos, sua visão de mundo. A concorrência com o catolicismo e as religiões afro-brasileiras se fez presente como elemento marcante desta atuação visualizando-se através do insistente combate aos privilégios católicos no espaço público, assim como na luta contra políticas públicas que tinham como alvo o povo de santo. O cotidiano da cidade entrou em disputa, não apenas na hora de lutar pelo voto do soteropolitano para concorrer a uma vaga de edil, mas também para fazer parte da vida cultural da cidade, tal como as rivais no campo religioso. Uma luta pela representatividade que lembra a importância dos ritos para Clifford Geertz. Estes são fundamentais e funcionam como realizações culturais, um modelo de e para a realidade.⁴⁵⁰

Na assembleia Legislativa da Bahia acompanhou-se a crescente tentativa de criação de uma bancada, embora a tarefa tenha sido dificultada pelo número reduzido de deputados evangélicos, o que não impediu que surgissem fiéis e aguerridos defensores dos interesses de suas igrejas, como o deputado assembleiano Gerson Gomes e a iurdiana Zelinda Novaes. Também foi visto a busca de utilização do assistencialismo como a principal forma de construção de um capital político, utilizando-se como principal instrumento as concessões de utilidade pública e as constantes homenagens a personalidades do meio evangélico. Esta prática esteve presente em todas as esferas legislativas analisadas e constituiu uma prática corrente não apenas do meio evangélico, mas de todo universo político.

Na Câmara Federal, analisou-se a trajetória dos evangélicos baianos e o papel que desempenharam na Assembleia Nacional Constituinte, a qual resultou na promulgação da Constituição de 1988. Além disto, foi examinada a movimentação de diversos setores protestantes, que viram na Constituinte um lugar para disputar junto a outros setores seu “lugar ao sol” na sociedade que estava por vir, colocando em cena também os seus próprios projetos para a constituição deste “novo” país. A diversidade do meio protestante mais uma vez foi comprovada, tendo-se em vista as diferentes posturas adotadas pelos parlamentares baianos avaliados: Milton Barbosa e Eraldo Tinoco, com uma postura mais próxima do modelo “político de Cristo” e Celso Dourado, fugindo completamente deste perfil.

⁴⁵⁰ GEERTZ, Clifford. A interpretação das culturas. Rio de Janeiro, Guanabara, LTC, 2008, p. 87.

Ainda nas legislaturas posteriores à Constituinte, verificou-se a entrada de novos atores políticos, como o deputado Luiz Moreira, que em doze anos de mandato parlamentar teve uma significativa produção legislativa a serviço dos interesses da Igreja Universal do Reino de Deus na Câmara Federal e a permanência de Milton Barbosa, que continuou a serviço da Assembleia de Deus. Em 1999, Reginaldo Germano tomou posse e juntou-se a Moreira, no exercício do papel de parlamentar iurdiano. Todos tinham em comum o espírito aguerrido com que se lançaram, seja para defender o grupo quando atacado pelos seus detratores, seja para buscar concessões públicas para as suas igrejas de origem.

Na parte final desta pesquisa, analisou-se o posicionamento dos políticos evangélicos diante de dois temas: o racismo e o Ensino Religioso. A questão do racismo foi abordada a partir do exame da trajetória do deputado Reginaldo Germano, identificado como um membro do movimento negro evangélico. Evidenciaram-se as contradições presentes no fato de que seu mandato se dividiu em duas bandeiras que num primeiro momento pareceriam antagônicas. De um lado, posicionava-se como um militante contra o racismo; do outro, fazia parte de um grupo historicamente relacionado ao forte preconceito às religiões afro-brasileiras, um dos baluartes na afirmação de uma identidade negra no Brasil. Foram evidenciados os limites e as possibilidades da atuação parlamentar de Germano, que trouxe contribuições significativas para o fortalecimento da luta contra a discriminação racial, ao mesmo tempo em que também perpetuou preconceitos.

O último capítulo se deteve no exame das discussões em torno do Ensino Religioso na Câmara dos deputados, entendendo que esta temática estava diretamente ligada às disputas e tensões do campo religioso brasileiro. Acompanhou-se a mudança paulatina dos evangélicos brasileiros, que de início possuíam uma postura firme de defesa de um estado leigo, sem a presença do Ensino Religioso nas escolas, passando pela possibilidade de que este ocorresse, mas sem nenhum tipo de ônus para os cofres públicos, para um relativo silenciamento, durante a reforma da LDB ocorrida em 1997. Como foi visto, esta reforma acabou por reinserir a obrigação de custeio da disciplina pelo Estado brasileiro e sua alteração se deveu em grande parte às pressões exercidas pela Igreja Católica. A ausência de reação evangélica foi explicada, dentre alguns outros fatores, pelo fato de que a hegemonia do pensamento cristão como religião a ser ensinado nos bancos escolares foi pouco questionada pelos parlamentares e também pela pressão exercida pelo executivo federal para aprovação da matéria.

Apesar dos recentes entreveros da política brasileira, admiti-se ainda aqui a proposição de que a presença evangélica nas diversas esferas do legislativo foi um dos caminhos trilhados na construção da democracia brasileira, no sentido de que o parlamento, a partir da Constituinte, passou a representar de forma um tanto menos distorcida a diversidade presente na sociedade brasileira. Como negar o direito aos evangélicos de colocarem seus projetos políticos em disputa com os demais, ainda que estes representem também um próprio atentado aos princípios democráticos que proporcionaram sua entrada na esfera pública? Talvez eles tenham se beneficiado mais da imagem construída em torno deles, de que teriam o poder de interferir de forma acentuada nos rumos do país. No entanto, o que se observou, na maioria das vezes, foi que eles não passaram de membros do “baixo clero” no Congresso Nacional, vindo seu poder, da articulação que conseguiram fazer com outros grupos, de reacionários, de direita, conservadores, ou o termo que melhor servir para o contexto analisado, pois até do PT alguns se tornaram aliados. Podem ser perigosos para aqueles que defendem bandeiras LGBTs, a favor do aborto ou pela descriminalização do uso da maconha, mas eles só conseguem interferir porque agiram como membros de uma bancada cristã. Também foram letais, na medida em que na busca por benesses para o seu grupo religioso, entraram na política de trocas de favores para votar em matérias de interesse do executivo, mesmo as mais prejudiciais para os trabalhadores. Fizeram uso da máquina pública para atacar seus adversários no campo religioso, fazer crescer seu capital político, ampliar os bens de seus grupos religiosos. Envolveram-se em escândalos de corrupção... Fizeram quase tudo que os demais políticos não evangélicos também fizeram, mas “com o moral elevado” e a Bíblia debaixo do braço.

FONTES

1 – Centro de Pesquisas Religiosas (CPR) – UEFS – Feira de Santana - BA

- *Jornal Folha Universal* – 1996-2002
- *Revista Plenitude*

2 – Arquivo da Convenção Batista Baiana – Salvador - BA

- *O Jornal Batista* – 1960-2002
- *O Batista Baiano* – 1960-2002

3 – Setor de Arquivo e Microfilmagem da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia

- Moções, projetos e requerimentos apresentados pelo deputado estadual Gerson Gomes (1987-1990)
- Moções, projetos e requerimentos apresentados pela deputada estadual Zelinda Novaes (1991-2002)
- Moções, projetos e requerimentos apresentados pelo deputado estadual José de Arimatéia (1999-2002)
- Moções, projetos e requerimentos apresentados pelo deputado estadual Eliel Santana (1999-2002)

4 – Biblioteca Pública do Estado da Bahia

Jornais

- *A Tarde*
- *Correio da Bahia*
- *Diário Oficial do Município*
- *Revista Panorama da Bahia*
- *Diário Oficial do Estado*

5 – Arquivo pessoal

CAETANO, Geraldo. *Os cinco poderes que regem o universo*. Rio de Janeiro, Universal, 2002.

CABRAL, J. *Religião, seitas e heresias*. Rio de Janeiro, Universal, SD.

JESUS, João Mendes. *Servindo a Deus na vida Pública*. Rio de Janeiro, Universal, 2001.

MACEDO, Edir. *Orixás, Caboclos e Guias*. Rio de Janeiro, Universal, 1984.

MACEDO, Edir. *A libertação da teologia*. Rio de Janeiro, Universal, 1997.

- MACEDO, Edir. *Vida com abundância*. Rio de Janeiro, Gráfica Universal, 2003.
- MACEDO, Edir. *Plano de poder: Deus, os cristãos e a política*. Rio de Janeiro, Thomas Nelson Brasil, 2008.
- RODRIGUES, Carlos. *A Igreja e o Social*. Rio de Janeiro, Gráfica Universal, 1998a.
- RODRIGUES, Carlos. *A Igreja e a Política*. Rio de Janeiro, Gráfica Universal, 1998b.
- UNIVERSAL. *Jubileu de Prata: 25 anos da Igreja Universal do Reino de Deus: Do coreto às catedrais*. Rio de Janeiro, Universal, 2003.
- SYLVESTRE, Josué. *Irmão vota em irmão: os evangélicos, a constituinte e a Bíblia*. Brasília, Pergaminho, 1986.
- SYLVESTRE, Josué. *Os evangélicos, a Constituinte e as Eleições Municipais*. Brasília, Papiro, 1988.
- SYLVESTRE, Josué. *Problemas do Brasil à luz da Bíblia*. Curitiba, Mensagem, 1995.
- MESQUITA, Antônio Pereira de. *Mensageiro da Paz - Os artigos que marcaram a história e a teologia do Movimento Pentecostal no Brasil*. Rio de Janeiro, CPAD, 2004.

6 – Acervos disponíveis na internet

- *Folha de S Paulo*
- *Jornal do Brasil*
- *Diário da Câmara dos Deputados*
- *Diários da Assembleia Nacional Constituinte*
- *Aconteceu no Mundo Evangélico*

7 – Fontes Iconográficas

Imagem 1 – *Correio da Bahia*, Salvador, p. 3, 24 out. 1994.

Imagem 2 – *O Batista Baiano*, Salvador, p. 8, Jun/jul 2000.

Imagem 3 – *Diário Oficial do Município*, Salvador, p. 10, 7 fev. 1994.

Imagem 4 – *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, p. 4b e 5b, 7 ago. 1988.

Imagem 5 – *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, p. 4b e 5b, 7 ago. 1988.

Imagem 6 – Arquivo do Núcleo de Estudos sobre o Regime Militar (NERM). Salvador - Bahia

Imagem 7 - *Folha Universal*, Rio de Janeiro, p. 7b, 29 out. 2000.

BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, Gilberto Wildberger de. *Política e mídia na Bahia: com ênfase na trajetória de Antônio Carlos Magalhães*. Salvador, FACOM/UFBA, 2000 Tese de Doutorado em Comunicação

ALMEIDA, Luciane Silva de. “O Comunismo é o ópio do povo”: *Representações dos batistas sobre Comunismo, o Ecumenismo e o governo militar na Bahia (1963-1975)*. Feira de Santana, UEFS, 2011. Dissertação de Mestrado em História.

ALMEIDA, Luciane Silva de. *"Missionários do inferno": representações anticomunistas dos batistas do Brasil (1917-1970)*, Belo Horizonte, Universidade Federal de Minas Gerais, 2016. Tese de doutorado em História.

ALMEIDA, Vasni de. “Ensino religioso ou educação moral e cívica – a participação de Guaraci Silveira na Assembléia Nacional Constituinte de 1933/34”, *Revista de Educação do Cogeime*, São Paulo, ano 11, no. 21, dezembro de 2002.

ALVES, Rubem. *Religião e Repressão*. São Paulo, Edições Loyola, 2005.

ANDRADE, Eliana Santos. *A Visão Celular no Governo dos 12: estratégias de crescimento, participação e conquista de espaços entre os batistas soteropolitanos de 1998 a 2008*. Salvador, UFBA, 2010. Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais.

ANGELO, Vitor Amorim e VILLA, Marco Antonio. *O Partido dos Trabalhadores e a política brasileira (1980-2006): uma história revisitada*. São Carlos, Editora EdUFCSCar, 2009.

ANTONIAZZI, Alberto et alli. *Nem Anjos, Nem Demônios, interpretações sociológicas do Pentecostalismo*. Petrópolis, Vozes, 1994.

BAPTISTA, Saulo. *Pentecostais e neopentecostais na política brasileira: um estudo sobre cultura política, Estado e atores coletivos religiosos no Brasil*. São Paulo, Annablume, 2009.

BATINI, Silvana. Centros assistencialistas, abuso de poder econômico e Democracia: o necessário enfoque. *Revista de Jurisprudência - TRE/RJ*, Rio de Janeiro, n.2, p. Set 2011, p. 10.

BEOZZO, José Oscar. *A Igreja do Brasil: de João XXIII a João Paulo II, de Medellín a Santo Domingo*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1993.

BOFF, Leonardo. *A teologia da Libertação: balanços e perspectivas*. São Paulo, Ática, 1996.

BOURDIEU, Pierre. *Economia das trocas simbólicas*. 6ª Ed., São Paulo, Perspectiva, 2005.

BURDICK, John. “Pentecostalismo e identidade negra no Brasil: Mistura impossível?” In: MAGGIE, Yvonne; REZENDE, Claudia Barcellos. *Raça como retórica: a construção da diferença*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

BURITY, Joanildo Albuquerque. *Os Protestantes e a Revolução Brasileira: 1961-1964 – A conferência do Nordeste*. Pernambuco, UFPE, 1989. Dissertação de Mestrado em História.

CAMPOS JUNIOR, Luiz de Castro. *Pentecostalismo: sentido da palavra divina*. São Paulo, Ática, 1995.

CAMPOS, Leonildo. “De políticos evangélicos – uma análise do comportamento político de protestantes históricos e pentecostais no Brasil”. In: Machado, Maria das Dores Campos e Burity, Joanildo. *Os votos de Deus: Evangélicos, política e eleições no Brasil*. Recife, Massangana, 2006.

CAMPOS, Leonildo. *Teatro, Templo e Mercado: uma análise da organização, rituais, marketing e eficácia comunicativa de um empreendimento pentecostal*. São Bernardo, Insto Met. Ens. Superior, 1996.

CAMPOS, Roberta B. C. *Emoção, magia e racionalização: as múltiplas faces da Igreja Universal do Reino de Deus*. PE, UFPE, 1995. Dissertação de Mestrado em Antropologia.

CAVALCANTI, Robson. *Cristianismo e Política: teoria bíblica e prática histórica*. São Paulo, Nascente, 1985.

CHARTIER, Roger. *A História Cultural: Entre Práticas e Representações*. Lisboa, Difel, 1988.

CHARTIER, Roger. *A ordem dos livros: leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVII*. Brasília, Editora UnB, 1994.

CORTEN, André. *Os pobres e o Espírito Santo: o Pentecostalismo no Brasil*. Petrópolis, Vozes, 1996.

COSTA, Célio Juvenal. O Marquês de Pombal e a Companhia de Jesus. IN: MENEZES, S. L.; PEREIRA, L. A.; MENDES, C. M. M. (orgs). *A expansão e consolidação da colonização portuguesa na América*. Maringá: EDUEM, 2011, p. 69.

COSTA, Iraneidson Santos. *Que papo é esse?: Intelectuais religiosos e classes exploradas no Brasil (1974-1985)*. Bahia, UFBA, 2007. Tese de Doutorado em História.

COUTROT, Aline. “Religião e Política”. In: REMOND, René (org.). *Por uma nova história política*. Rio de Janeiro, UFRJ/FGV, 1996.

CUNHA, Luiz Antônio. (2016). O veto transversal de FHC à LDB: o ensino religioso nas escolas públicas. *Educação e Pesquisa*. Disponível em <<https://dx.doi.org/10.1590/S1517-9702201609146803>>. Acesso em 20/06/2017.

DAEB'S, Bianca. *Uma história das mulheres batistas soteropolitanas 1930-1960*. Bahia, UFBA, 2006. Dissertação de Mestrado em História.

DANTAS NETO, Paulo Fábio. *Tradição, autocracia e carisma: a política de Antônio Carlos Magalhães na modernização da Bahia (1954 – 1974)*. Belo Horizonte, Editora UFMG/Rio de Janeiro, IUPERJ, 2006.

DANTAS, Beatriz Góis. *Vovó nagô e papai branco*. Rio de Janeiro, Graal Editora, 1988, p. 179.

DIAP. *Quem foi quem no Congresso nas matérias de interesse dos assalariados: 1999-2003*. Brasília, DIAP, 2002.

DIAS, Caroline Luz e Silva. *Os neopentecostais em Feira de Santana: “Da visão celular no Modelo dos 12 ao Mover Celular do Fruto Fiel”*. Feira de Santana, UEFS, 2009. Dissertação de Mestrado em História.

DUSSEL, Henrique. “Teologia da libertação e Marxismo”. In: LÖWY, Michael (Org.). *O Marxismo na América Latina: Uma antropologia de 1909 aos dias atuais*. São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.

FONSECA, Alexandre Brasil. *Relações e Privilégios: Estado, secularização e diversidade religiosa no Brasil*. Rio de Janeiro, Novos Diálogos Editora, 2011.

FORTES, Alexandre (org.). *História e Perspectiva da Esquerda*. São Paulo/Chapecó, Editora Fundação Perseu Abramo/Argos, 2005.

FRESTON, Paul. *Evangélicos na política brasileira: história ambígua e desafio ético*. Encontro Editora, Curitiba, 1984.

FRESTON, Paul. *Protestantes e política no Brasil: Da constituinte ao impeachment*. Campinas, Universidade Estadual de Campinas, 1993. Tese de doutorado em Ciências Sociais.

GASPAR, Dowyvan . “*É dando que se recebe*”: *Igreja Universal do Reino de Deus e o Negócio da Fé em Moçambique*. Bahia, UFBA, 2006. Dissertação de Mestrado em História.

GIRARDET, Raoul. *Mitos e mitologias políticas*. São Paulo, Cia. das Letras, 1987.

GOMES, Edilane, NATIVIDADE, Marcelo e Menezes, Rachel Aisengart (org). *Valores religiosos e legislação no Brasil. A tramitação de projetos de lei sobre temas morais controversos*. Rio de Janeiro, Garamond, 2009.

HOUTART, François. *Religion, Sociedad y Mercado em el Liberalismo*. México, Editora Eletrocomp S.A, 1997.

HOUTART, François. *Sociologia da Religião*. São Paulo, Ática, 1994.

JACOBINA, André Teixeira. *Clivagens partidárias: Arena e MDB baianos em tempos de Distensão (1974-1979)*. Salvador, UFBA, 2010. Dissertação de Mestrado em História.

LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Campinas, Unicamp, 1996.

MACHADO, Maria das Dores Campos e BURITY, Joanildo. *Os votos de Deus: Evangélicos, política e eleições no Brasil*. Recife, Massangana, 2006.

MACHADO, Maria das Dores Campos. “Igreja Universal: uma organização providência”. In: ORO, Ari Pedro et alli (org). *Igreja Universal do Reino de Deus. Os novos conquistadores da fé*. São Paulo, Paulinas, 2003.

MACHADO, Maria das Dores Campos. *Pentecostais e Carismáticos: os efeitos da adesão religiosa na esfera família*. São Paulo: ANPOCS, 1996.

MACHADO, Maria das Dores Campos. *Política e religião: a participação dos evangélicos nas eleições*. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2006.

MAFRA, Clara. “Gênero e estilo eclesial entre evangélicos”. In: FERNANDES, Rubem César et alii. *Novo Nascimento: os evangélicos em casa, na igreja e na política*. Rio de Janeiro, Mauad, 1998.

MARIANO, Ricardo. *Expansão pentecostal no Brasil: O Caso da Igreja Universal. Estudos Avançados*, 18 (52), 2004.

MARTINI, Gerlaine. *A uniformização do típico em uma tradição culinária Afrobrasileira*. Brasília, UNB, 2007. Tese de Doutorado em Antropologia

MENDES, Napoleão M. M. Ritual, communitas e espetáculo religioso na marcha para Jesus em Fortaleza-CE. *Revista de Ciências Sociais*, v. 39, n. 2, 2008, p. 105.

MENDONÇA, Antonio Gouvêa. “Evangélicos e pentecostais: um campo religioso em ebulição”. In: TEIXEIRA, Faustino; MENEZES, Renata (Orgs.). *As Religiões no Brasil: continuidades e rupturas*. Petrópolis, Vozes, 2006.

MENDONÇA, Antonio Gouvêa. *O Celeste Porvir: a Inserção do Protestantismo no Brasil*. 3. ed. São Paulo, EDUSP, 2008.

MENESES, Jonatas Silva. *A participação da Igreja Evangélica Assembléia de Deus no estado de Sergipe: estratégias e ações para um projeto político*. Bahia, UFBA, 1995. Dissertação de Mestrado em Sociologia.

MESQUITA, Antônio Pereira de. *Mensageiro da Paz - Os artigos que marcaram a história e a teologia do Movimento Pentecostal no Brasil*. Rio de Janeiro, CPAD, 2004.

NERY, Jorge. *Práticas e Representações Étnicas nas Narrativas Religiosas dos Batistas em Feira de Santana (1947-1988)*. Feira de Santana, UEFS, 2010. Dissertação de Mestrado em História.

NOGUEIRA, Oracy. *Tanto Preto, Quanto Branco: Estudo de Relações Raciais*. São Paulo, T.A. Queiroz, 1985.

NOVAES, Regina Reyes. *Os Escolhidos de Deus Pentecostais, Trabalhadores e Cidadania*. Rio de Janeiro, Editora Marco Zero, 1985.

OLIVEIRA, Marco Davi de. *A religião mais negra do Brasil: por que os negros fazem opção pelo pentecostalismo?*. 1ª Ed. Atual, Viçosa, Ultimato, 2015.

ORO, Ari Pedro et alli (org). *Igreja Universal do Reino de Deus. Os novos conquistadores da fé*. São Paulo, Paulinas, 2003.

PETERSEN, Diogo Seixas. *Uma igreja de luta, resistência e fé! A Igreja Batista Nazareth. (1974 – 1990)*. Salvador, UFBA, 2016. Dissertação de Mestrado em História.

PIERUCCI, Antonio Flavio. *A realidade social das religiões no Brasil: religião, sociedade e política*. São Paulo: Hucitec, 1996.

REINHARDT, Bruno. *A troca e a guerra entre o Neopentecostalismo e os cultos afro-brasileiros em Salvador*. Brasília, UNB, 2006. Dissertação de Mestrado Antropologia Social.

REMOND, René (org.). *Por uma nova história política*. Rio de Janeiro, UFRJ/FGV, 1996.

ROCHA, Daniel. *Venha a nós o vosso reino: rupturas e permanências nas relações entre escatologia e política pentecostalismo brasileiro*. Belo Horizonte, PUC Minas, 2009. Dissertação de Mestrado em Ciências da Religião.

SALGADO, Eneida Desiree. *Tijolo por Tijolo um desenho (Quase) Lógico: Vinte Anos de Construção do Projeto Democrático Brasileiro*. Curitiba, Universidade Federal do Paraná, 2005, p. 107.

SANCHIS, Pierre. “O repto pentecostal à cultura católico-brasileira”. In: ANTONIAZZI, Alberto et alli. *Nem Anjos, Nem Demônios, interpretações sociológicas do Pentecostalismo*. Petrópolis, Vozes, 1994.

SANSONE, Lívio. *Negritude sem etnicidade: o local e o global nas relações raciais e na produção cultural negra do Brasil*. Trad. de Vera Ribeiro. Salvador/Rio de Janeiro: Edufba/Pallas, 2004.

SANTOS, Adriana Martins dos. *A construção do Reino: a Igreja Universal e as instituições políticas soteropolitanas (1980-2002)*. Salvador, UFBA, 2009. Dissertação de Mestrado em História.

SANTOS, Jocélio Teles dos. *O poder da cultura e a cultura no poder*. Salvador, EDUFBA, 2005.

SANTOS, Josadac Bezerra de. *Representação política e religião: uma análise do discurso de candidatos evangélicos em eleições municipais no estado da Bahia, 1992/1996*. Recife, UFP, 1998. Dissertação de Mestrado em Ciência Política.

SANTOS, Lyndon de Araújo. *As outras faces do sagrado: protestantismo e cultura na Primeira República Brasileira*. São Luiz, Edições ABHR & EDUFMA, 2006.

SIEPIERSKI, Paulo D. “Contribuições para uma Tipologia do Pentecostalismo Brasileiro”. In: GUERRIERO, Silas (Org.). *O Estudo das Religiões: desafios contemporâneos*. São Paulo, Paulinas, 2003.

SILVA, Elizete da. “Protestantes e o governo militar: convergências e divergências”. In: ZACHARIADHES, Grimaldo Carneiro. *Ditadura Militar na Bahia: Novos olhares, novos objetos, novos horizontes*. Salvador, EDUFBA, 2009.

SILVA, Elizete da. “Protestantismo e representações políticas”. In: BRANDÃO, Sylvana. *História das religiões no Brasil*. Pernambuco, Editora Universitária, 2002.

SILVA, Elizete da. *A Missão Batista Independente: uma alternativa nacional*. Salvador, UFBA, 1982. Dissertação de Mestrado em História.

SILVA, Elizete da. *Cidadãos de outra Pátria. Anglicanos e Batistas na Bahia*. São Paulo, USP, 1998. Tese de Doutorado em História.

SILVA, Elizete da. *Protestantismo ecumênico e realidade brasileira: evangélicos progressistas em Feira de Santana*. Feira de Santana, Editora da UEFS, 2010.

SILVA, Elizete da. *William Buck Bagb - um pioneiro batista nas terras do Cruzeiro do Sul*. Novos Rio de Janeiro, Novos Diálogos, 2011.

SILVA, Hernani Francisco da. *Movimento Negro Evangélico: um mover do Espírito Santo?* São Paulo: Selo Negritude Cristã, 2011.

SILVA, Igor José Trabuco da. “*Meu reino não é deste mundo*”: *A Assembléia de Deus e a política em Feira de Santana (1972 - 1990)*. Salvador, UFBA, 2009. Dissertação de Mestrado em História.

SILVA, Marcelo Leolino. *A história no discurso do movimento negro unificado: os usos políticos da história como estratégia de combate ao racismo*. Dissertação (Mestrado em História), Campinas, UNICAMP, 2007.

SILVA, Tatiana Dias. *O estatuto da Igualdade Racial*. Rio de Janeiro: IPEA, 2012.

SILVA, Vagner Gonçalves da. *Intolerância religiosa: impactos do Neopentecostalismo no campo religioso Afro-brasileiro*. São Paulo, EDUSP, 2007.

SILVA, Vagner Gonçalves da. *Transes em transito. Continuidades e rupturas entre neopentecostais e religiões afro-brasileiras*. Rio de Janeiro, Vozes, 2006.

SIMONETTI, Cecília et alii. *Dossie: A realidade do aborto inseguro na Bahia: a ilegalidade da prática e seus efeitos na saúde das mulheres em Salvador e Feira de Santana*. Salvador, 2008.

TEIXEIRA, Marli Geralda. *Nós os Batistas... Um Estudo de História das Mentalidades*. São Paulo, USP, 1983. Tese de Doutorado em História.

TEIXEIRA, Marli Geralda. *Os Batistas na Bahia 1882-1925 - Um estudo de História Social*. Salvador, UFBA, 1975. Dissertação de Mestrado em História.

THOMAS, Keith. *Religião e o declínio da Magia. Crenças populares na Inglaterra, séculos XVI e XVII*. São Paulo, Companhia das Letras, 1991, p. 28.

THOMPSON, E. P. *Costumes em Comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo, Companhia das Letras, 1998.

TOLEDO-FRANCISCO, Crislaine Valéria de. *Passagens híbridas: relações de gênero e Neopentecostalismo*. São Paulo, UFLCH-USP, 2002. Dissertação de Mestrado em Sociologia.

TRABUCO, Zózimo Antônio Passos. *O Instituto Bíblico Batista do Nordeste e a construção da identidade Batista em Feira de Santana (1960-1990)*. Salvador, UFBA, 2009. Dissertação de Mestrado em História.

TRABUCO, Zózimo Antônio Passos. *“À direita de Deus, à esquerda do povo”:* *Protestantismos, esquerdas e minorias (1974-1994)*. Salvador, Sagga, 2016.

WEBER, Max. *A ética protestante e “espírito” do capitalismo*. São Paulo, Companhia das Letras, 2004.

ZACHARIADHES, Grimaldo Carneiro. *CEAS: Jesuítas e a Questão Social durante a Ditadura Militar*. Salvador, UFBA, 2007. Dissertação de Mestrado em História.

Artigos

CHARTIER, Roger. Cultura popular: revisitando um conceito historiográfico. *Estudos Históricos*, vol. 8, n^o 16, Rio de Janeiro, 1995.

FONSECA, Alexandre Brasil. Lideranças Evangélicas na mídia: trajetórias na política e na sociedade civil. *Religião e Sociedade*, Rio de Janeiro, Volume 19, Número 1, 1998.

GOMES, Wilson. *Cinco teses equivocadas sobre novas seitas populares*. *Cadernos do CEAS CXXXIX*, 1992.

GOMES, Wilson. Demônios ao fim do século. Curas, ofertas e exorcismo na IURD. In: *Cadernos do CEAS CILVI*. 1993.

KRAYCHETE, Gabriel. A região metropolitana de Salvador nos anos 80: alguns indicadores econômicos e sociais. *Cadernos do CEAS CL*, 1994.

MIGUEL, Luis Felipe; FEITOSA, Fernanda. *O Gênero do Discurso Parlamentar: Mulheres e Homens na Tribuna da Câmara dos Deputados*. DADOS – Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, Vol. 52, no 1, 2009.